



RELATÓRIO DA FASE I

# INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

INRC

05 de Novembro de 2010

# Ribeirão Preto

Prefeitura Municipal - Secretaria da Cultura - Rede de Cooperação Identidades Culturais

## REDE DE COOPERAÇÃO IDENTIDADES CULTURAIS

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - Secretaria da Cultura - Secretaria do Planejamento - Coderp - MIS - Museu da Imagem e do Som - Iphan Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - Conppac Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto - Universidade de Ribeirão Preto UNAERP - Centro Universitário Barão de Mauá - Centro Universitário Moura Lacerda - Faculdades COC - Faculdade de Economia Aplicada/USP - Curso de Ciências da Informação/USP - Grupo Amigos da Fotografia - Acirp Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - Sindicato dos Arquitetos de Ribeirão Preto.

DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2010

“Qual é o caráter específico da paisagem de Ribeirão Preto quanto à combinação entre os elementos naturais e culturais? É possível afirmar a existência de uma Paisagem Cultural resultante da economia cafeeira como um imperativo sócio-econômico que definiu os contornos dos valores simbólicos, das manifestações físicas e das formas de organização do espaço entre 1870 e 1950 no município de Ribeirão Preto?”



# RIBEIRÃO PRETO

Ribeirão Preto, na posição inversa a Oblivion, com seus três livros e Itaoca, com seus mal-entendidos, como conta Monteiro Lobato, nunca esteve Cidade Morta.

Paragem do trem, lugar de muita gente, terra que o café fez rica mesmo quando sem o plantio do grão.

Cidade que tudo foi e tudo é, onde os verbos se conjugam no presente e o maior desejo é restaurar o passado como uma passagem que permita manter, também Viva, a cultura que ainda não morreu, mas cambaleia entre o ontem e o hoje sequiosa de ver reconhecida sua memória.



1 Referência à obra Cidades Mortas de Monteiro Lobato – primeira edição de 1919. O autor menciona Ribeirão Preto.



## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	7
<b>2. Referencial Teórico e Política Pública de Cultura de Ribeirão Preto</b> .....	13
<b>3. Metodologia e cronograma</b> .....	20
3.1. Setoriais e cronogramas .....	20
3.1.1. Formação Histórica/cronologia e bibliografia .....	22
3.1.2. Pesquisa de Campo .....	24
3.1.3. Marcos Edificados e urbanísticos .....	26
3.1.4. Paisagem natural e perfil sócio-econômico .....	29
3.1.5. Censo Cultural .....	29
<b>4. Formação histórica/ cronologia e bibliografia</b> .....	30
4.1. O sítio Ribeirão Preto .....	32
4.2. O Sítio Bonfim Paulista: um distrito com características de cidade .....	37
4.3. Centro da cidade: o patrimônio da fábrica da Matriz de São Sebastião .....	43
4.4. Barracão de Baixo e Bairro Retiro deram lugar aos Campos Elíseos .....	51
4.5. Bairro do Ipiranga teve nome escolhido por plebiscito .....	58
4.6. Vila Tibério – primeiro loteamento urbano de Ribeirão Preto .....	60
4.7. História do Bairro Vila Virgínia tem origem na formação do Bairro da República .....	64
<b>5. Paisagem natural e geográfica de Ribeirão Preto</b> .....	69
5.1. Contextualização dos recortes da pesquisa sobre Ribeirão Preto .....	69
<b>6. Marcos edificados e área urbana de interesse patrimonial</b> .....	72
6.1. Distrito de Bonfim Paulista .....	72
6.1.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento .....	72
6.1.2. Marcos identificados pelo grupo e pela população .....	73
6.1.3. Marcos identificados pela população .....	74
6.2. Centro (Quadrilátero central) .....	74
6.2.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento .....	76
6.2.2. Marcos identificados pelo grupo .....	77
6.2.3. Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisadas .....	78
6.3. Vila Tibério .....	78
6.3.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento .....	79
6.3.2. Marcos identificados pelo grupo .....	79
6.3.3. Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisados .....	80
6.4. Campos Elíseos .....	81
6.4.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento .....	81
6.4.2. Marcos identificados pelo grupo .....	82
6.4.3. Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisadas .....	82
6.5. República/ Vila Virgínia .....	83

6.6. Ipiranga .....	84
6.6.1. Marcos identificados pelo grupo .....	84
<b>6.6.2 Marcos tombados ou em processo de tombamento</b> .....	<b>85</b>
<b>6.6.3 Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisadas</b> .....	<b>85</b>
<b>7. Patrimônio imaterial</b> .....	<b>87</b>
7.1. Formas de expressão .....	88
7.1.1. A música, a praça e o esquecimento.....	88
7.1.2. Afoxé .....	97
7.2 As celebrações .....	98
7.3 Ofícios e modos de fazer .....	105
<b>8. Pesquisa de campo</b> .....	<b>106</b>
8.1. Diagnóstico da pesquisa de campo.....	143
8.1.1. Cruzamentos de dados.....	145
8.1.2. Análise e propostas .....	147
<b>9. Diretrizes e Políticas Públicas</b> .....	<b>149</b>
<b>9.1. Paisagem cultural do café</b> .....	<b>149</b>
9.2. Normas para a Realização da Proposta de Revitalização do Centro .....	163
Referências Bibliográficas.....	194
Anexos.....	206

## 1. Introdução

A organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais. As coletividades (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam, necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e, para fazerem isso, simbolizar os constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto de um grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou determinado indivíduo em relação aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro).

Marc Auge <sup>1</sup>

Ao ouvir atentamente o arquiteto restaurador Haroldo Gallo <sup>2</sup> afirmar que o governo da Grécia, diante da necessidade de fazer com que o povo grego se sentisse mais grego, resolveu, a partir de 1975, restaurar o Partenon, certificamo-nos de igual necessidade em Ribeirão Preto. A transitoriedade que pode ser analisada como condição de agilidade e flexibilidade, pode, na mesma proporção, em sentido contrário, significar a perda de valores e tradições. Ribeirão Preto, como município de grande porte do interior do Estado de São Paulo viveu transformações que precisam ser entendidas, para que não se enalteçam as perdas naturais provocadas pelo passar do tempo.

Como se fosse um texto literário, um recurso linguístico e de marketing, é comum, o nome de uma cidade vir acompanhado de um subtítulo ou cognome - Paris é a Cidade Luz, Buenos Aires é a Capital do Tango, Cannes é a Capital Mundial da Arte Cinematográfica, São Paulo é a cidade que nunca para, assim como tantas outras. Nos Estados Unidos, por exemplo, cada Estado tem uma adjetivação em concordância com a produção econômica do local. Ribeirão Preto sempre teve um cognome acrescido ao seu nome, nem sempre o mesmo, mas todos enaltecendo uma de suas qualidades, na maioria das vezes, também em relação à sua produção.

No início do primeiro decênio do século XX, a cidade já se destacava como pólo econômico, em plena liderança como produtora cafeeira e, por isso, passou a ser chamada de “Capital d’Oeste”, não pela sua localização geográfica, mas pela condição de lugar aberto ao novo, por onde passavam os que desejavam seguir rumo ao Oeste,

---

<sup>1</sup> AUGÉ, Marc. Não Lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade, 8ª edição. São Paulo: Papirus Editora. 2010. 111 p.

<sup>2</sup> Haroldo Gallo esteve em Ribeirão Preto no dia 18 de setembro para uma palestra durante a Semana de Arquitetura da AEAARO, IAB e Secretaria da Cultura. Gallo é conselheiro do Condephaat e já foi Superintendente do Iphan – regional de São Paulo.

um lugar receptivo ao moderno. A cidade era de fato, à época, a “Capital do Café”. Os números lhe conferiam este título. Maria Elízia Borges, em seu livro *A pintura na capital do café* (1999), faz referência a um informativo editado em Londres, em 1912, classificando os doze maiores produtores de café do mundo e colocando, nas duas primeiras posições Francisco Schmidt e Henrique Dumont, ambos de Ribeirão Preto.

Considerando o recurso filosófico de Luckás, em que a história só pode ser entendida como *pós-festium*, ou seja, só após os acontecimentos, é possível hoje, observar que junto com a fertilidade da terra roxa, era o perfil do homem aportado em Ribeirão Preto que garantia a elevada produção e o desenvolvimento econômico. Diferente dos barões do café da região do Vale do Paraíba, o cafeicultor ribeirão-pretano, já era, naquele início de século, um homem de negócios, principalmente os relacionados à agricultura. Além do café, possuíam outras fontes de produção, tais como lavouras de cana-de-açúcar, instituição bancária, estabelecimentos comerciais, recursos próprios de transporte e o mais característico deste perfil, eram investidores industriais.

Segundo Liamar Tuon (2010), no final do século XIX quase 80% da população de Ribeirão Preto era europeia, sendo que nesse quadro, aproximadamente 55% eram italianos. Imigrantes que trouxeram para a cidade uma bagagem cultural diversificada e que interferiu implacavelmente na condução política, econômica, cultural e social do município. Ainda segundo a autora, enquanto a elite reproduzia a cultura francesa, os homens e as mulheres do campo e das zonas periféricas da cidade, praticavam seus saberes e fazeres tradicionais dos países de origem.

Monteiro Lobato escreveu sobre Ribeirão Preto e talvez ele, melhor do que qualquer outro, soube ver a cidade como diferente e ao descrevê-la, observou suas características. Em não sendo o escritor um observador bairrista, pode localizar, além das potencialidades, as fragilidades do local. Disse em carta enviada a Godofredo Rangel, no início do século:

Rangel,

Estou seriamente endividado para contigo, em cartas, livros, cumprimento de promessas, pedaços do Queijo... Mas explica-se a má finança. O mês de dezembro passei-o todo fora daqui, em São Paulo e no Oeste. Corri as linhas da Paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que da noite para o dia o Café criou – São Carlos, um lugarejo de ontem, hoje com 40 mil almas; Ribeirão Preto, com 60 mil; Araraquara, Piracicaba a formosa e outras. Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragem nova, pois em toda a região da Terra Roxa - um puro óxido de ferro - recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente. Em

Ribeirão, a colheita do município foi o ano passado de 4 e meio milhões de arrobas - coisa fabulosa e nunca vista. Um fazendeiro, o Schmidt, colheu, só ele, 900.000 arrobas. Costumes, hábitos, idéias, tudo lá é diferente destas nossas cidades do velho São Paulo e da tua Minas. Em Ribeirão dizem que há 800 "mulheres da vida", todas "estrangeiras e caras". Ninguém "ama" ali à nacional. O Moulin Rouge funciona há 12 anos e importa champanha e francesas diretamente. A terra-chão, porém, é uma calamidade - "enferruja", isto é, avermelha todas as pessoas e coisas, desde a fachada das casas até o nariz dos prefeitos. Vai um pacotinho de amostra. Não pense que é tinta, não. Lá ninguém mora; apenas estaciona para ganhar dinheiro. Esse meu passeio de 3.453 quilômetros de via férrea buliu muito com as minhas idéias. [...] Eu mesmo gostaria de firmar-me por lá [...] Estou tentando ser nomeado para Ribeirão Preto ...

Ainda que o escritor não faça referência à força braçal da época, é Monteiro Lobato quem nos leva a uma reflexão sobre questões tradicionais, essencialmente culturais e ainda muito contemporâneas de Ribeirão Preto. Transitando pelas palavras do escritor, vemos o quanto a cidade era diferente, inovadora, acolhedora, mas, porém, marcada pela passagem e a não permanência. Assim tem sido com os cognomes. Primeiro Capital d'Oeste, então Eldorado do Café, Califórnia do Café antes de Califórnia Brasileira, Capital da Cultura nos áureos tempos dos dois teatros no centro da cidade, Capital do Agronegócio e, mais recente, Capital do Etanol. Títulos estes que significam não só qualidades, mas, conforme Augé (2010) reivindicam história. Escreve o autor que essas indicações, que fornecem, de certo modo, uma prova de modernidade e de integração no novo espaço econômico, coexistem com outras indicações, no caso da França, seu lugar de pesquisa, indicações históricas. Augé explica existir um movimento na atualidade que a profundidade histórica é reivindicada, assim como a abertura para o exterior, como se aquela equilibrasse esta. Toda cidade que não é de criação recente, reivindica sua história.

Ribeirão Preto, ao longo do tempo, refletindo a realidade e refratando a midialogia, tem se posicionado como uma cidade moderna. A história confirma se observarmos alguns fatos como, por exemplo, que o terceiro ginásio do Estado foi construído em Ribeirão Preto - o Gynásio Otoniel Mota -; a primeira siderúrgica com força motriz elétrica foi implantada no município com grande investimento dos cafeicultores; a primeira rádio no interior foi instalada na cidade; a União Geral dos Trabalhadores, UGT teve sua primeira sede em Ribeirão Preto; as emissoras de TV de rede nacional que cobrem a região têm sede no município - Globo, SBT, Record e Bandeirantes -; a imprensa escrita se mantém em atividade há mais de um século, como é o caso do jornal A Cidade; um dos shoppings mais tradicionais do país escolheu a cidade para



iniciar sua trajetória fora de capitais; a USP-RP é um pólo de pesquisa que repercute em todos os países do mundo; o Aeroporto Leite Lopes recebe toda a região. Enfim, de fato, Ribeirão Preto pode ser definida como uma cidade moderna, no sentido de aberta ao novo, ao progresso que marcou o século XX, muito pela sua condição econômica, mas também pela sua geografia e sua historicidade.

Um alerta porém, é oportuno, considerando a antropologia da supermodernidade de Augé, que avalia questões como a individualidade, o uso que fazemos do tempo, as relações entre o presente e o passado, a superabundância de acontecimentos e informações factuais, a aceleração da história. O pesquisador trabalha o conceito de supermodernidade relacionando-o aos excessos (superabundância factual, a superabundância espacial e a individualização das referências), questões presentes na sociedade moderna as quais não podemos ignorar enquanto um desafio cultural. A transitoriedade peculiar dos tempos modernos, ou a condição de descontinuidade que a mesma acaba impondo, condiciona mudanças rápidas e muitas vezes a superação do antigo. O moderno, habitualmente cultuado como adjetivo positivo, quando não compartilhado com o tradicional, significa ruptura e descontinuidade que, no universo cultural, traduzem o sentido de perda, se considerado que a formação humana se dá como resultado de um processo em permanente continuidade.

Ainda considerando as contribuições de Augé, na modernidade tudo se mistura, tudo se mantém: os campanários e as chaminés são os “donos da cidade”. O que o espectador da modernidade contempla é a imbricação do antigo e do novo. A supermodernidade faz do antigo um espetáculo específico – como de todos os exotismos e particularismos locais (AUGÉ, 2010, p.101).

Nos países ocidentais a modernidade acontece com prejuízo para a cultura, não permitindo que as pessoas mantenham relações de pertencimento com a sua história. O conceito midialógico de que o antigo na verdade representa o velho, inculcou no homem que quer ser moderno a necessidade de se desvincular do passado de maneira tão agressiva que ele flutua socialmente sem amarras culturais, flexível a ser levado para todo e qualquer lado, de acordo com seu desejo de ser contemporâneo. Ao se desvincular historicamente, o homem se desfaz de sua bagagem. A perda cultural, conforme já anunciamos, se dá em relação à tradição. Não há obstáculo que se justifique em ser moderno, mas que o mesmo não signifique descontinuidade e

rompimento das relações de pertencimento. A modernidade deve ser consolidada e, para isso, é necessária a manutenção da cultura de uma comunidade.

O moderno e o tradicional, o presente e o passado podem conviver harmoniosamente. Desde 1855, com o arquiteto e restaurador Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) pioneiro na defesa da necessidade de restaurar para preservar, passando pela Carta de Atenas – manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas, em 1933 – depois pela Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios de 1964, até a Conferência de Nara – Japão – de 1994, as técnicas e as teorias, os conceitos e as concepções, se alteraram de maneira a dialogar com a sociedade contemporânea. Referências foram revistas e a política do cimento e cal foi superposta pela imaterialidade. O patrimônio passou a ter importância maior, quanto mais significa em relação aos homens que o julgam pertencer.

Toda esta ponderação se explica pela necessidade de justificar o quanto importante era para a cidade de Ribeirão Preto a realização de um Inventário de Bens Culturais, com o objetivo de compreender o município em suas especificidades históricas. Assim, foi apresentado pelo Corpo Técnico de Apoio do Conppac/RP – Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto - órgão responsável pela política de preservação do patrimônio no âmbito do município, em 2003, que alertou sobre a necessidade da elaboração do inventário, como também especificado no Plano Municipal da Cultura, 2010-2020, votado e aprovado pela Câmara Municipal, em seu item 6.4.3.

O Inventário, dividido em duas fases, foi iniciado em janeiro de 2009. A fase preliminar foi concluída em outubro do corrente ano e o relatório que segue, se propõe a conceituar, diagnosticar e apresentar diretrizes com ponderações objetivas de Políticas Públicas, necessárias para a convivência do moderno com o tradicional, sem a perda das relações de pertencimento, tão importantes para a valorização e o reconhecimento das identidades culturais. Na segunda fase, ocorrerá o inventário e o aprofundamento da pesquisa dos bens culturais constantes das áreas urbanas já definidas na fase preliminar, e o levantamento das propriedades rurais remanescentes do período do café.

A pesquisa que proporcionou o conhecimento para a condução do inventário partiu de um pressuposto e o mesmo foi confirmado. A cidade de Ribeirão Preto exhibe uma paisagem cultural do café evoluída organicamente e diante desta constatação,

conforme poderá ser observado no relatório a seguir, se candidatará junto ao Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, para receber a chancela desta paisagem, para com esta titulação reconhecer e reforçar as condições de preservação deste importante referencial cultural do município, que reflete e retrata a história de tantas outras localidades, em especial as que compõem a região.

## 2. Referencial Teórico e Política Pública de Cultura de Ribeirão Preto

Desde que foi criado como um instrumento coletivo, com adesão significativa do Poder Público e da Sociedade Civil, o Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto tornou-se o documento condutor das ações culturais do município no âmbito público. Votado e aprovado pelo legislativo em 2010, o documento faz referência a ações como Políticas Públicas de Patrimônio. Em seu item 6.4 propõe as linhas gerais do Programa de Proteção e Promoção do Patrimônio Cultural que se baseia na necessidade de planejamento de ações públicas de curto, médio e longo prazo, em relação aos Bens Culturais Materiais e Imateriais de Ribeirão Preto.

O Plano da Cultura define Patrimônio Cultural como a soma dos bens culturais de uma determinada sociedade, portador de significados que podem ser passados às próximas gerações. Será esse legado que atribui identidade, paradigma básico para que cada comunidade se reconheça como tal, fomentando a cidadania, por meio de um profundo senso de pertencimento e de permanência histórica.

Num sentido amplo, os bens culturais compreendem todo testemunho produzido pela sociedade e o seu meio, valorizado em si mesmo, sem limitações derivadas de propriedade, uso, antiguidade ou valor econômico. O valor cultural de um bem consiste na sua característica de ser portador de referência ao ser, ao fazer de cada grupo, sendo capaz de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas à comunidade, contribuindo para fortalecer laços identitários e para melhorar sua qualidade de vida.

O conjunto desses testemunhos forma o Patrimônio Cultural, que pode ser dividido em duas categorias:

**Bens Culturais de natureza material:** é dividido em dois grupos básicos. Os **bens móveis**, caracterizados pela produção pictórica, escultórica, material ritual, mobiliário e objetos utilitários. Os **bens imóveis**, grupo que não se limita às edificações isoladamente, mas compreendem, também, seu entorno, garantindo sua visibilidade e fruição. Nesse grupo podemos incluir os núcleos históricos e os conjuntos urbanos e paisagísticos.

**Bens Culturais de natureza imaterial:** compreendem toda a produção cultural de um povo, desde sua expressão musical, até sua memória oral, passando por elementos caracterizadores de sua civilização. Caracteriza-se pelo conjunto de saberes e fazeres das sociedades. De acordo com o

artigo 216 da Constituição Federal de 1988, Patrimônio Cultural pode ser definido:

Os primeiros passos da preservação passam essencialmente pelo trinômio conhecimento/educação/legislação:

- a) conhecimento do conjunto de bens, por meio de inventários, pesquisas, registros áudios-visuais, etc.;
- b) utilização dos meios de comunicação e do ensino formal e informal para a informação das comunidades, para desenvolver o sentimento de valorização dos bens culturais e a reflexão sobre as dificuldades de sua preservação;
- c) legislação: órgãos e leis que assegurem a existência e a permanência do Patrimônio Cultural.

As ações citadas devem nortear o poder público, que entra em ação quando faltam recursos técnicos ou materiais da própria comunidade para assumir as ações de preservação necessárias. Quando se trata dos bens edificados, estão entre as atribuições do poder público: leis municipais de uso de solo, o tombamento do bem, política tributária incentivadora da preservação e da memória, e o estabelecimento de normas urbanísticas adequadas, consolidadas no Plano Diretor do Município.

O Plano prevê ainda, em seu item 6.4.1 a criação do Sistema Municipal de Museus – atividade em processo de execução, tendo sido criada a Curadoria dos Museus de Ribeirão Preto, conforme publicação em Diário Oficial e realizado, no dia 10 de maio de 2010, o 2o Fórum Permanente de Cultura, com o tema Políticas Públicas de Museus, que deliberou sobre as metas a serem seguidas. No item 6.4.2 o Plano propõe a criação do Sistema Municipal de Arquivos – atividade também em processo, porém condicionada à transferência do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto para o prédio da antiga fábrica de tecidos Matarazzo/Cianê. Em novembro de 2009, por meio de licitação, foi contratada uma equipe multidisciplinar de profissionais para a elaboração de diagnóstico da realidade dos arquivos originários dos Poderes Executivo e Legislativo municipais. No mesmo trabalho, a equipe apresentou um estudo para ocupação dos referidos arquivos, que juntos passariam à gestão de sistema, e a adequação da remoção para o espaço da Matarazzo/Cianê. Em seu item 6.4.3 o Plano prevê a criação do Sistema de Informação de Referências Culturais e determina a realização do Inventário de Bens



Culturais do Município.

Assim, em conformidade com o Plano Municipal da Cultura, com a deliberação do Corpo Técnico de Apoio do Conppac/RP, a Secretaria da Cultura iniciou, em novembro de 2009, os primeiros levantamentos para a realização do Inventário de Bens Culturais de Ribeirão Preto. Para dar conta da proposta de realizar um inventário de tamanha abrangência, a Diretoria de Patrimônio formou uma Rede de Cooperação de Pesquisa intitulada de “Identidades Culturais” e contou com a adesão da Secretaria Municipal de Planejamento, da Coderp – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto, do CONPPAC-RP, de Instituições de Ensino de nível superior da rede privada e pública – UNAERP, Centro Universitário Barão de Mauá, Centro Universitário Moura Lacerda, Faculdades COC, Faculdade de Economia Aplicada da USP, Curso de Ciências da Informação também da USP –, do Sindicato dos Arquitetos de Ribeirão Preto, do IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, MIS – Museu da Imagem e do Som, Grupo Amigos da Fotografia e empresas da iniciativa privada que financiaram a permanência de estagiários no projeto – União Empreendimentos e Acirp – Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. A rede é caracterizada pela integração entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada<sup>3</sup>.

Com a permanência de 35 integrantes, entre pesquisadores, técnicos e estagiários e formação multidisciplinar – arquitetos, historiadores, comunicadores, geógrafos, economistas, cientistas da informação, turismólogo e assistentes sociais –, a Rede de Cooperação Identidades Culturais está em atividade desde janeiro de 2010 e concluiu a primeira fase do trabalho em outubro do mesmo ano<sup>4</sup>. A pergunta: “Qual o caráter específico da paisagem de Ribeirão Preto quanto à combinação entre os elementos naturais e culturais?” e “É possível afirmar a existência de uma Paisagem Cultural resultante da economia cafeeira como um imperativo sócio-econômico que definiu os contornos dos valores simbólicos, das manifestações físicas e das formas de organização do espaço entre 1870 e 1950 no município de Ribeirão Preto?” nortearam todo o processo.

O Inventário de Bens Culturais se caracteriza como um levantamento de dados para a consolidação de um diagnóstico local no que se refere aos bens culturais de natureza material e imaterial. O trabalho que reuniu importantes informações e

---

<sup>3</sup> Anexo 01 – Termo de Cooperação entre Poder Público e Instituições de Ensino.

<sup>4</sup> Anexo 02 – Relação nominal dos participantes

propõe congregar um conjunto de registros relacionados às referências culturais do município que foi e continua sendo realizado a partir de procedimentos metodológicos desenvolvidos em parceria com o Iphan por meio do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais e o Plano de Ação para as Cidades Históricas<sup>5</sup>.

**Essa primeira etapa cumprida se propôs a:**

1. Fazer uma leitura da paisagem urbana para o levantamento e indicação de manchas urbanas significativas para a preservação do patrimônio ambiental urbano;
2. Estudar a evolução urbana de Ribeirão Preto;
3. Levantar a legislação urbanística;
4. Fazer trabalho de campo.
5. Mapear as manifestações culturais tradicionais do município;
6. Levantar e estudar a legislação municipal sobre os bens imateriais;
7. Elaborar o diagnóstico sócio-econômico e histórico-cultural.
8. Sistematizar as informações;
9. Diagnosticar preliminarmente as necessidades e definir diretrizes e propostas de preservação.

A segunda etapa, já iniciada, propõe:

1. Aprofundamento da pesquisa;
2. Realização de um censo mais aprimorado que o cadastro existente;
3. Detalhamento do trabalho de campo, em especial do patrimônio material;
4. Sistematização do acervo;
5. Parceria com o Iphan para a utilização do seu sistema informatizado.

O inventário usou critérios de definição de perímetro de trabalho. Quanto ao patrimônio material, em função da extensão do município foi definido como sítio, ou seja, a área a ser inventariada, não todo o município de Ribeirão Preto, mas um recorte que abrange parte da sua área urbana que, para facilitar metodologicamente a realização da pesquisa de campo, foi dividido em seis localidades, de acordo com a

---

<sup>5</sup> Anexo 03 – Termo de Cooperação Técnica assinado com o Iphan

evolução urbana da cidade a partir do patrimônio da fábrica da matriz. Localidade aqui é compreendida apenas como uma divisão metodológica do sítio, de acordo com a orientação do próprio Iphan. Dessa maneira, a área de pesquisa ficou assim definida:

- 1 – Centro (patrimônio da fábrica da Matriz)
- 2 – Distrito de Bonfim Paulista
- 3 – Campos Elíseos
- 4 – Vila Tibério
- 5 – Vila Virgínia – República
- 6 – Ipiranga

Porém, ao longo do trabalho observou-se a complexidade de se propor essa divisão, mesmo que para fins de trabalho de inventário. A pesquisa de campo realizada no Distrito de Bonfim Paulista mostrou que este não é uma simples subdivisão do sítio Ribeirão Preto. Os moradores do local, (importante contextualizar que a referência são os moradores da área previamente entendida como histórica, portanto a zona de ocupação mais antiga), não se percebem ribeirãopretanos e sim, autenticamente bonfinenses. Alguns entrevistados afirmaram não visitar o município de Ribeirão Preto há três anos. Fato que levou o grupo a uma reorganização normativa.

O trabalho passou a ser conduzido considerando a concepção de dois sítios. O primeiro, Ribeirão Preto, definido pelo conjunto de cinco localidades de pesquisa: os bairros Campos Elíseos, Vila Tibério, Vila Virgínia e Ipiranga. O segundo sítio, o Distrito de Bonfim Paulista, definido pela área de ocupação inicial do distrito. A divisão em dois sítios pautou-se pelo entendimento de que o distrito pedia uma leitura mais abrangente e que, desta maneira, ficaria aparente a falta de relação de pertencimento entre Bonfim Paulista e Ribeirão Preto, sob o aspecto cultural já apontando para diagnóstico.

Quanto aos bens de natureza imaterial, o critério para definição do perímetro de trabalho foi dado pela própria experiência da Secretaria da Cultura, que mantém cadastro de agentes culturais e desenvolve e ou apóia projetos de natureza imaterial há alguns anos como: Afoxé, Tanabata, Folia de Reis, entre outros. Neste trabalho, a Secretaria Municipal da Cultura já havia cadastrado parte dos saberes, fazeres e ofícios associados à cultura do café e da cana, e outras relacionadas aos fazeres artesanais. Além disso, a Secretaria mantinha relações de incentivo e fomento com comunidades tradicionais de imigrantes japoneses e italianos. Toda essa experiência prévia foi utilizada no inventário de referências culturais.

Em relação ao critério de classificação de imóveis, um grupo pré-existe “Gestor do Inventário de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto”, com base em experiências como do IGEPAC/SP - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo, e outras, já discutia e apresentava uma proposta de classificação para os bens culturais edificados. Esse debate anterior apresentou algumas propostas de classificação dos imóveis por seu interesse arquitetônico, afetivo, ambiental (que possui características que harmonizam e são coerentes com a paisagem) e histórico. Apresentaram também a importância de se definir os imóveis “neutros”, os que interferem desfavoravelmente na ambiência e os não conformes (que destacam desfavoravelmente de maneira intensa, impedindo a leitura do todo)

Essa proposta de classificação, que será melhor discutida e aprofundada na segunda fase da pesquisa, serviu de base para os trabalhos na área de edificações da Rede de Cooperação “Identidades Culturais” e da Secretaria de Planejamento, afinal, a necessidade de integração entre políticas urbanas em geral e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural é hoje uma realidade nas perspectivas da conservação urbana.

Revela-se inegável a importância de integração entre os órgãos de preservação, de cultura, de planejamento urbano e a sociedade civil, na busca da compreensão de um conceito ampliado de patrimônio cultural, que não mais aborde a cidade como “objeto estético”, mas como integrada a uma paisagem cultural, compreendida como um “sistema agregador de diferentes valores”, onde deve se levar em conta as relações sócio-culturais e o conjunto dos bens culturais referentes às diversas identidades coletivas (CASTRIOTA, 2009).

Essa percepção de patrimônio afasta-se da noção reificada de monumento, valoriza a dimensão viva da cultura e incorpora a noção de território culturalmente significativo. O novo conceito de patrimônio cultural agrega, além dos valores estéticos e históricos, outros, como excentricidade, significado, afetividade e meio ambiente. A partir disso se pensa conjuntamente as chamadas áreas históricas e o restante do tecido urbano e do território como parte integrante de uma mesma teia social (CASTRIOTA, 2009, p. 13).

Não é mais possível considerar de forma abstrata e superficial, ou relegar para segundo plano a manutenção da coerência e do significado do patrimônio ambiental urbano das diferentes regiões da cidade, compreendidas e definidas a partir das

“relações que os bens naturais e culturais” apresentam entre si, em determinado ambiente urbano, pensando como inter-relacionados o perfil histórico, a infraestrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, os significados e referências culturais e os aspectos naturais, todos responsáveis pela feição peculiar de cada uma das porções do município de Ribeirão Preto. Na busca por essas feições, a Rede de Cooperação trabalhou na identificação das várias camadas da cidade, na tentativa de perceber como os moradores e usuários utilizam e valorizam os espaços.

Nesse sentido, o inventário propôs a utilização do conceito de “área urbana de interesse patrimonial”, que envolve a área de preservação+área de entorno+ área de influência (IPHAN, 2009, p. 15). Com a proposta de inventariar não somente os bens compreendidos como “monumentais”, mas também as formas de organização do espaço, histórica e socialmente integrados à malha urbana, de identificar as evidências materiais e imateriais, foi possível perceber e afirmar que sim, existe uma Paisagem Cultural do Café<sup>6</sup> ainda presente nas práticas sociais no município de Ribeirão Preto.

O sentido empregado para “preservação” caracteriza-se de uma maneira mais ampla, envolvendo não somente as várias formas de proteção legal e material do patrimônio cultural, como tombamento, desapropriação, restauração, entre outras, mas também as ações de identificação como pesquisa, documentação, registro e valorização, a partir de diretrizes de uso e garantias de fruição social. O inventário identifica e descreve testemunhos, legitimando-os como bens de significado referencial, histórico, arquitetônico ou afetivo para uma determinada sociedade.

Compreendendo que não é possível analisar os bens culturais de uma comunidade apenas a partir das edificações, foi realizado o inventário de referências culturais, que identificou e registrou a existência de manifestações da cultura negra, imigrante, caipira, entre outras, conforme exposto no detalhamento do inventário.

Os registros colaboram na compreensão dos processos de transformação, das técnicas, nas concepções das formas de viver e fazer da comunidade ribeirão-pretana e ajuda na conscientização da importância da apropriação da memória, ampliando as relações de identidade com o meio em que vive, tornando-se artífice da sua própria histórica.

---

<sup>6</sup> Para ampliar o conhecimento sobre o conceito de Paisagem Cultural ver RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.



### 3. Metodologia e cronograma

Como já anunciado, o inventário de Ribeirão Preto está sendo realizado a partir de convênio de Termo de Cooperação Técnica assinado entre a Secretaria Municipal da Cultura e o Iphan/SP.

A metodologia seguida é a do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, com proposições complementares incorporadas a partir de demandas reconhecidas pela Secretaria da Cultura, que aproveitou a realização do inventário para responder perguntas anteriormente postas pelo Poder Público. A maior contribuição da pasta para o método do INRC foi a pesquisa de campo realizada com os moradores dos dois sítios (Ribeirão Preto e Bonfim Paulista), para a qual destinaremos um capítulo especial para análise.

Formada a Rede de Cooperação Identidades Culturais – que recebeu novas adesões ao longo do tempo –, assinado o convênio, pré definido o escopo da pesquisa pela equipe da Diretoria de Patrimônio Cultural da Secretaria, foi realizada a primeira reunião para compartilhar as informações iniciais e confirmar a proposta. O segundo encontro aconteceu três semanas depois, com a participação de duas técnicas do Iphan, que capacitaram a equipe para o uso da metodologia. Nesta mesma data, foi aprovado como modelo de condução, a divisão da equipe em grupos setoriais.

#### 3.1. Setoriais e cronogramas

Com foco nas formações acadêmicas e no perfil profissional multidisciplinar do grupo, a divisão setorial seguiu a seguinte lógica:

Grupo	Ação a ser desenvolvida	Instituições Responsáveis pela ação
Formação histórica/cronologia	Elaboração de cronologia dos principais fatos históricos do município e elaboração de resumo histórico dos sítios e das localidades de pesquisa	FEA – USP e Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto
Pesquisa de campo	Pesquisa de campo <sup>7</sup> , tabulação e relatório comentado	Faculdades COC, Iperp e estagiários da Secretaria da Cultura
Marcos edificados e urbanísticos	Levantamento dos marcos edificados e urbanísticos, definição e mapeamento da área	Centro Universitário Barão de Mauá (Cursos de Arquitetura,

<sup>7</sup> A cópia do questionário aplicado pode ser apreciado no anexo.

	a ser inventariada e relatório com diretrizes de preservação	História e Geografia), Centro Universitário Moura Lacerda (curso de Arquitetura) e estagiários da Secretaria da Cultura
Referências bibliográficas e registros áudio visuais	Levantamento da produção histórica em monografias, teses, dissertações, publicações e registros audiovisuais	Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto
Censo Cultural	Revisão do Cadastro Cultural da Secretaria Municipal da Cultura e elaboração de instrumento de pesquisa e cadastro de agentes culturais	Universidade de Ribeirão Preto, Curso de Ciências da Informação da USP e Coderp – Companhia de Desenvolvimento de Ribeirão Preto
Memória Oral	Técnicos responsáveis pela captação de imagens em vídeo e elaboração de vídeo-documentários	MIS – Museu da Imagem e do Som de Ribeirão Preto
Registro fotográfico	Registro fotográfico dos bens culturais	Grupo Amigos da Fotografia
Bens sob regime de proteção no município	Identificação e cadastramento de bens sob regime de proteção no município de Ribeirão Preto	Diretoria de Patrimônio Cultural e CONPPAC/RP
Paisagem natural	Caracterização Cultural da paisagem natural e do perfil sócio econômico de Ribeirão Preto	Centro Universitário Barão de Mauá (curso de Geografia)
Diagnóstico e relatório	Elaboração de relatório final da primeira fase do Inventário	Rede de Cooperação – trabalho coletivo
Coordenação e gestão	Coordenação da pesquisa e gestão do projeto	Secretaria da Cultura, por meio de sua Diretoria de Patrimônio Cultural, com acompanhamento e orientação do Iphan

Os grupos setoriais criaram calendários alternativos e paralelos, permitindo atividades simultâneas e de certa maneira, acabou por reduzir o tempo estimado para a conclusão das metas.

Para compartilhar as informações produzidas e manter o formato do projeto em Rede de Cooperação, o grupo realizou encontros mensais. Outras duas reuniões foram organizadas em 2010 com a presença das técnicas do Iphan, que após ouvirem os relatos, avaliaram e conduziram as tarefas seguintes.

Neste ritmo e coordenação, a Rede cumpriu as metas da primeira fase e a partir do diagnóstico foi possível a elaboração deste relatório que individualiza os dados num primeiro momento, anexando os relatórios de todas as setoriais, e num processo vivamente dialético permitiu o diálogo entre todos da Rede na construção das diretrizes e propostas.

### 3.1.1. Formação Histórica/cronologia e bibliografia

Composta pelos pesquisadores Renato Leite Marcondes – FEA/ USP Ribeirão Preto, Michelle Cartolano de Castro Silva, Mauro da Silva Porto, Tânia Cristina Registro e Lucas Sola Losa, os quatro últimos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, com a colaboração voluntária de Márcia Registro Mesquita, o grupo que conduziu os trabalhos para a elaboração do relatório da Formação Histórica/cronologia e bibliografia iniciou efetivamente as atividades em 16 de março e concluiu a fase apresentada neste documento, no dia 15 de outubro de 2010.

Conforme o Manual de Aplicação – INRC 2000, do Departamento de Identificação e Documentação – IPHAN – MinC e de acordo com as discussões ocorridas durante os encontros entre os membros dos grupos da Rede de Cooperação, o Grupo Formação Histórica/Cronologia efetuou a pesquisa e elaboração de textos para atender ao Item **5. Formação Histórica**, da ficha de identificação – sítio. Integram este item os subitens: 5.1- Resumo<sup>8</sup>: texto sobre o processo de formação histórica do sítio, com destaque para os eventos e processos mais relevantes para a compreensão das transformações socioculturais, jurídico-administrativas, econômicas, demográficas, de infraestrutura, políticas de preservação cultural e ambiental; e o item 5.2 –Cronologia<sup>9</sup>: listagem em ordem cronológica crescente dos fatos históricos relevantes.

A pesquisa e elaboração de textos se pautaram na bibliografia existente sobre a história de Ribeirão Preto<sup>10</sup>, abrangendo as mais diferentes temáticas, bem como o acervo de documentos sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

O objetivo central do trabalho foi a apresentação de uma ampla plataforma de informações sobre os aspectos mais relevantes da história do sítio - Ribeirão Preto, no caso da Cronologia e no que se refere ao resumo da Formação Histórica, as apresentações de dados e descrições sobre os principais aspectos da história, principalmente do período da década de 1870 aos anos 1930.

---

<sup>8</sup> Segue apresentado no próximo capítulo.

<sup>9</sup> Anexo 05

<sup>10</sup> Seguem apresentadas duas relações bibliográficas: a usada pelos pesquisadores para elaboração deste relatório, logo ao final do mesmo e no Anexo 08 as referências levantadas pelo grupo que trabalhou a Formação Histórica.

Foi estabelecido um sistema de leitura de trabalhos acadêmicos, jornais, bibliografia e documentos do acervo do Arquivo, a partir da qual foi realizada a coleta de dados e elaboração de verbetes sobre os eventos listados.

Sobre a Cronologia, tendo como base a estrutura informacional fornecida pelo IPHAN, onde constam dois campos: DATA e EVENTO, foi desenvolvida uma planilha no Excel, onde foram ampliados os campos de informações, a saber: ANO, MÊS, DIA, EVENTO, TEMÁTICA, REFERÊNCIA e OBSERVAÇÃO.

Cada evento listado recebeu especificações de ano, mês e dia, quando foi possível a identificação destes dois últimos. O evento foi descrito de maneira resumida, em forma de verbete, onde constam: uma chamada (título do evento) destacada em negrito, seguida de um breve texto relacionando o evento com a respectiva data – em alguns casos nos verbetes constam informações adicionais sobre o evento.

A identificação das referências utilizadas para a descrição de cada evento – como um campo informacional específico, além de estabelecer um vínculo com o documento ou obra utilizada, possibilita a ampliação dos verbetes em outros momentos; pode ainda, gerar a necessidade de diversificação de fontes relacionadas aos eventos, para melhor compreensão dos mesmos. As principais fontes utilizadas foram: processos administrativos, jornais, almanaques, Anuário Demográfico, livros, teses e dissertações, que tratam do Município.

O campo Observações foi aberto para receber o lançamento de alguma informação não prevista nos demais campos informacionais, podendo a partir desta, ser identificada a necessidade de ampliação dos campos informacionais, melhorando e atualizando a planilha conforme necessidades futuras.

Foi desenvolvido um vocabulário para identificar as temáticas ou assuntos abordados. Este vocabulário, ainda em teste, foi elaborado a partir dos grupos documentais do acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - identificados segundo tipo e função. A partir da análise do conteúdo do verbete a ser lançado, são designadas as temáticas (no campo Temática). Quando o conteúdo do verbete requereu o lançamento de duas ou mais temáticas, estas foram lançadas na planilha segundo critério alfabético das temáticas e assim, gerada uma tabela com o

vocabulário temático utilizado, tendo sido lançado na planilha somente as palavras referentes ao Grupo Temático<sup>11</sup>.

Para atendimento a esta primeira fase de identificação do sítio e das localidades, os textos referentes ao item: Resumo – Formação Histórica, foram elaborados priorizando conteúdos informativos e descritivos sobre os processos de formação do município (formação, fundação, criação jurídico-administrativa, etc.) e sobre os principais aspectos econômicos e sociais (café, ferrovia, imigração, etc.). O período de abrangência dos textos é dos anos de 1870 à década de 1930.

Os eventos e datas listados na planilha Cronologia<sup>12</sup> apresentam, até o presente momento, dados parciais, concentrados nas temáticas: demográfica, desenvolvimento urbano e rural, jurídico-administrativa, saúde, preservação do patrimônio cultural e ambiental. As informações coletadas recuam até as primeiras doações de terras para a formação do município em 1845, passando pela provisão de capela e a criação de freguesia, vila e município. Por outro lado, refere-se também ao processo de ocupação econômica e social do município, a partir do avanço dos cafezais e da ferrovia, bem como a chegada dos imigrantes, muito marcantes na vida social e econômica da cidade. Deste modo, evidencia-se uma expansão demográfica expressiva do município ao final do século XIX e início do XX, porém marcada por questões sanitárias, urbanas e epidemiológicas.

O desenvolvimento urbano e rural do município foi acompanhado por meio das novas ruas, edificações, praças, teatros, cinemas, escolas e até bairros. Uma parte dos casos de edificações originou-se da pesquisa de campo realizada pelo grupo de marcos edificados, complementada no Arquivo pela busca dos processos administrativos de aprovação de plantas arquitetônicas. Por fim, são relacionados os tombamentos de diversos bens patrimoniais da cidade.

Apesar do caráter incompleto, já são fontes importantes para a compreensão da formação histórica do sítio e das localidades. Estes dados e informações poderão ser ampliados, num processo continuado de alimentação, conforme as demandas identificadas pelo Grupo: Formação Histórica/Cronologia e demais grupos.

### **3.1.2. Pesquisa de Campo**

---

<sup>11</sup> Anexo 04 – tabela de vocabulário temático

<sup>12</sup> Anexo 05 – Planilha Cronologia Histórica



Como atividade preliminar, o grupo que compõe a Rede, aproveitando-se das qualificações dos pesquisadores, decidiu realizar uma pesquisa de campo em cada uma das localidades. Uma primeira reunião foi realizada para o debate das questões. Estagiários coordenados pela equipe foram às ruas para fazer testes e um primeiro reconhecimento. Desta visita eles retornaram com informações iniciais, como: local de aglomeração, fluxo dos habitantes, primeiros depoimentos orais, definição prévia do lugar histórico do bairro.

O formulário ganhou sua versão final e as entrevistas foram iniciadas, em junho de 2010. Uma equipe composta por duas técnicas da Secretaria da Cultura – Maria Aparecida Gaspar e Isabel Cristina Mourão Della Torre, três estagiários (dois de Arquitetura: Lilian Helena Silva e Jucélia Vitória T. Fiúza e um de História: Caio Nahas) foram para as ruas sob a coordenação dos professores Daniela Tincani, Delson Ferreira, das Faculdades COC e Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa e Adriana Silva, da Secretaria da Cultura.

As respostas, já em formato de relatório, foram compartilhadas com o restante do grupo que se detinha em suas outras produções. É possível afirmar que em todo o processo o colegiado se manteve em Rede, com troca de informações que eram comentadas e integradas ao saber que estava sendo produzido.

Importante considerar que a metodologia da pesquisa seguiu critérios reconhecidos pela Classificação Brasil, com margem de erro de 4,5%, de acordo com a quantidade de moradores da área entendida como mancha de referência histórica, ou seja, o cálculo não se baseia na totalidade nos moradores das localidades. Foi considerado ainda o gênero e a classe social.

O calendário de atividades do grupo de pesquisa de campo foi o seguinte:

### **Bairro Ipiranga**

Do dia 8 de junho ao dia 22 de junho de 2010.

Locais: Feira Livre da Rua Bahia, Praça Pedro Biagi e AV Dom Pedro I

### **Bairro Campos Elíseos**

Do dia 29 de junho ao dia 22 de julho de 2010.

Locais: Feira Livre da Rua Mem de Sá, Santa Casa, Avenida da Saudade, Comunidade Transformar e Praça Rômulo Morandi

### **Centro**

Do dia 27 de julho ao dia 08 de agosto de 2010.

Locais: praça XV, Quarteirão Paulista, Calçadão e Praça 7 de setembro

### **Bairro Vila Tibério**

Do dia 10 de agosto de 2010 ao dia 20 de agosto de 2010.

Locais: Praça Coração de Maria e redondezas

### **Bairro Vila Virginia**

Do dia 25 de agosto ao dia 10 de setembro de 2010.

Locais: redondeza Rangel Pestana e praça da rua José Rossi

### **Distrito Bonfim Paulista**

Do dia 13 de setembro de 2010 ao dia 23 de setembro de 2010

Local: Praça Central.

Parte da pesquisa qualitativa - no tocante a essa parte da Pesquisa Preliminar – dados qualitativos obtidos por meio de respostas espontâneas a perguntas abertas – o método de apuração dos resultados finais foi o seguinte:

Obtenção de média aritmética simples para os dados percentuais obtidos pela pesquisa nos seis bairros escolhidos pela amostra;

Somatório dos dados absolutos obtidos por meio da contagem numérica simples das respostas.

### **3.1.3. Marcos Edificados e urbanísticos**

Marcos Edificados, como consta na Ficha de Identificação do Sítio do INRC, do IPHAN estão definidos por: marcos urbanísticos, arqueológicos, arquitetônicos e edificados em geral relevantes como referências espaciais do sítio. Em relação aos Marcos Arqueológico e Edificado (Monumentos) não serão levantados por este Grupo de Trabalho pois constam de trabalho anterior executado pela Secretaria da Cultura e IPHAN.

O grupo **MARCOS EDIFICADOS** do projeto Identidades Culturais tem como base referencial o conceito de paisagem cultural do pesquisador Leonardo B. Castriota, conforme já apresentado no capítulo 2. Conceito este que discute que o

inventário cultural não é entendido como um registro das edificações isoladas nas quadras da cidade.

Dessa forma, parte-se da compreensão do patrimônio edificado isolado para uma interpretação das cidades enquanto unidades culturais mais amplas, formadas pelo patrimônio material e imaterial, ou seja, os aspectos históricos, sociológicos, antropológicos, arqueológicos, estéticos, urbanísticos e econômicos, entre outros valores.

O inventário deve acompanhar as idéias de que ele representa um recenseamento das potencialidades culturais. Ele é visto como um amplo campo de conhecimento que não pode ser confundido, como ressalta André Chastel, com “o serviço dos Monumentos Históricos”, ou seja, com as ações mais imediatas envolvendo a proteção, como o tombamento e a restauração. O maior objetivo do inventário:

[...] é o de contribuir com a ampliação do conhecimento sobre a arte e a cultura, tendo como objetivos específicos: guiar as organizações de turismo, dar suporte às finalidades do ensino, orientar a pesquisa arqueológica e histórica, e dar, enfim, às comissões responsáveis pelos monumentos históricos e pelo urbanismo, os elementos de ação suficiente (FONSECA Apud OLENDER, 2010, p. 02).

O grupo Marcos Edificados pesquisou também os elementos da formação e evolução urbana, em consonância com as metodologias desenvolvidas pelos grupos do: IGEPAC (Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo), do IPUCBH (Inventário de Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte) e do Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre (EPAHC).

Em um quadro geral essas metodologias partem do diagnóstico urbano como no caso de Porto Alegre, enquanto “patrimônio ambiental urbano” (CURTIS, Apud CASTRIOTA, 2009, p. 197) que não se limita como já mencionado neste texto, aos valores isolados das edificações, nem mesmo naqueles decorrentes do seu inter-relacionamento, pois envolve uma compreensão mais ampla do conceito de patrimônio cultural:

[...] ao invés de um produto final de um arranjo cenográfico e anacrônico, é o resultado, em determinado momento, de um processo cumulativo e/ou transformativo de bens imóveis (...) cujas qualidades culturais e de uso, por responderem à sensibilidade das populações interessadas incorporam-se à memória coletiva. (CASTRIOTA, 2009, p. 197).

Essa compreensão mais ampla do patrimônio cultural deve identificar os modos de organização no espaço urbano, sua dinâmica sócio-espacial que envolve

constantemente apropriações e as reapropriações dos espaços do cotidiano, como a vida das ruas dos bairros, as vielas, as travessas, praças; suas feiras, festas, festivais, reuniões informais, enfim, ambientes imbuídos de espaços humanizados. Um nicho em meio à modernização progressista devastadora da cidade. Essa abordagem “menos palpável da cultura que está na base da construção social de identidades espaciais distintas”, enfim, da própria identidade das culturas locais e/ou regionais que permitem que cada setor da cidade seja percebido e representado de forma própria pela população (CASTRIOTA, 2009).

A ação do grupo Marcos Edificados envolveu os procedimentos que devem fornecer elementos e subsídios para possíveis ações no campo da gestão do patrimônio cultural.

Para realizar o levantamento preliminar necessário para o inventário, o grupo partiu de uma análise acadêmica, cruzou resultados com os resultados obtidos pelo Grupo Setorial “Pesquisa de campo”, que levantou com a comunidade os bens edificados importantes para a população. Essas informações e outras, indicadas pelos demais grupos da rede de cooperação, deu legitimidade ao levantamento preliminar, ao mesmo tempo que possibilitou a compreensão das unidades culturais a serem preservadas no conjunto da paisagem cultural.

A identificação das referências edificadas dos Sítios, Ribeirão Preto (Centro, Vila Tibério, Campos Elíseos, República/Vila Virgínia e Ipiranga) e Bonfim Paulista (centro histórico), teve por ponto de partida as edificações tombadas ou em processos de tombamento, os bens identificados pela população como de valor cultural, que tem representatividade na paisagem, além dos marcos identificados pelo próprio grupo de pesquisadores do Setorial como elementos de representatividade e valor cultural.

O patrimônio enquanto edificado deve ser entendido “[...] dentro de seus ambientes passados e presentes, eventos dentro de seus ambientes sociais e temporais” (GOODEY, 2002, p.131), facilitando para que o público se sinta estimulado a conhecer mais a respeito de lugares com uma historicidade humana que necessitam serem preservados. Na relação com a comunidade o patrimônio deve buscar seu significado que é considerado culturalmente construído, como patrimônio material e imaterial.

### **3.1.4. Paisagem natural e perfil sócio-econômico**

O grupo diretamente envolvido com a meta de compreender e descrever a paisagem natural e o perfil sócio-econômico de Ribeirão Preto concentrou sua produção no trabalho do pesquisador Antônio Aparecido Souza, membro da Rede, indicado pelo Centro Universitário Barão de Mauá, como contribuição do Departamento de Geografia e de História, do qual faz parte o Leapp – Laboratório de Estudos Aplicados e Práticas Pedagógicas, que em oportunidade anterior, trabalhou na elaboração do mesmo estudo, quando da pesquisa do Zoneamento da Unidade de Preservação Ambiental de Ribeirão Preto – Mata de Santa Tereza.

Desta forma, o relatório que neste documento compreende a temática Paisagem natural e geográfica de Ribeirão Preto, é resultado de uma ação contínua de pesquisa nesta área.

### **3.1.5. Censo Cultural**

A necessidade de dados mais aprimorados sobre a produção cultural da cidade de Ribeirão Preto, na atualidade, foi apontada pela historiadora e coordenadora do curso de turismo da UNAERP, Sandra Rita Molina, membro da Rede. Para ela, toda proposta de Política Pública se faz mais eficiente e eficaz quanto mais sustentável for o projeto e neste sentido, o turismo pode contribuir. Para tanto, é preciso o diagnóstico da realidade para embasamento de diretrizes.

Com esta meta, foi montado um grupo setorial formado pelos pesquisadores da Universidade de Ribeirão Preto e pelos pesquisadores do Curso de Ciências da Informação da USP/RP. Inicialmente eles fizeram o reconhecimento do Cadastro Cultural on-line mantido pela Secretaria da Cultura desde abril de 2009. Avaliaram as fragilidades do mesmo como instrumento de diagnóstico e depois de testes, elaboraram uma proposta de Censo Cultural, com atividades previstas no modelo on-line e de abordagem.

O processo contou com o apoio operacional da equipe da Coderp – Companhia de Desenvolvimento de Ribeirão Preto, mas deverá ser colocado em atividade na fase complementar do Inventário.

#### **4. Formação histórica/ cronologia e bibliografia**

Felizmente para quem se interessa pela história do município de Ribeirão Preto, desde seus primórdios até os dias de hoje, a produção documental e de pesquisa é bastante significativa. Na atualidade, muito provavelmente pela concentração de instituições de ensino superior na cidade e na região, a produção científica se faz de maneira expressiva; no passado, com certeza por conta da obra de memorialistas como Prisco da Cruz Prates, Rubem Cione, Osmani Emboaba, Plínio Travassos dos Santos, Pedro Miranda, Divo Marino e, talvez, antes deles, Luis Pereira Barreto e Martinho Prado Júnior, com seus artigos propagandistas da boa terra roxa. Ainda que em alguns casos a produção de um surgia em contradição à produção do outro, estes primeiros relatos da história da cidade alicerçam a vasta bibliografia das duas últimas décadas.

Outro fato de relevância para a preservação desta história é a existência do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, idealizado pelo professor Divo Marino, então Secretário da Cultura, no ano de 1991. A Lei Complementar nº. 130, de 02 de julho de 1992, regulamenta o Arquivo que surgiu com a finalidade de sistematizar a ação do poder público municipal sobre a documentação produzida. Até então a documentação pública encontrava-se depositada inadequadamente nos porões dos Museus Municipais, no porão do Palácio Rio Branco ou dispersa nos vários setores da administração, sem quaisquer critérios de organização arquivística e em precárias condições de conservação.

Para garantir um tratamento técnico adequado à massa documental sob a custódia do Arquivo, a Prefeitura Municipal assinou um contrato de prestação de serviços com a Associação dos Arquivistas Brasileiros, em agosto de 1995. Em 12 de dezembro de 1996 foi lançado o Guia do Arquivo, instrumento de pesquisa que identifica o acervo, destinado a apresentar à comunidade em geral, os trabalhos desenvolvidos pelo Arquivo.

No período de 1993 a 1997, 60% do acervo foi identificado, adequadamente acondicionado e colocado à disposição para consulta. No ano de 1999 através da Lei Complementar n. 826 o Arquivo Público e Histórico deixou de ser um Departamento e passou a integrar a Divisão de Patrimônio com a denominação de Seção de Arquivo e Biblioteca, o cargo de Diretor foi alterado para Chefe da Seção de Arquivo Público e Biblioteca.

No campo da pesquisa, em 2001, o Arquivo realizou, em parceria com o Poder Legislativo a publicação: Câmara Municipal - Memória: As Legislaturas Municipais 1874-2004. Em 2002, em parceria com o Centro Universitário Barão de Mauá, o Arquivo iniciou o trabalho de pesquisa sobre a nomenclatura das ruas da Cidade, sob o título "Ruas e Caminhos de Ribeirão Preto".

Hoje existem trabalhos científicos que balizam a história de Ribeirão Preto. José Antonio Lages aprofundou-se na pesquisa sobre a formação do município. Seu trabalho fornece detalhes criteriosos quanto ao período de 1834 a 1883. Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro aparece como citação bibliográfica na grande maioria das dissertações e teses que abordam, a partir de qualquer recorte temático ou temporal, a história de Ribeirão Preto. Luciana Suarez Galvão Pinto com seu trabalho intitulado Ribeirão Preto - A Dinâmica da Economia Cafeeira de 1870 a 1930 e os vários artigos derivados, fornece base sólida para o entendimento da economia do município em sua fase de formação. Valéria Valadão tem sido a base para muitos outros trabalhos de formulação da história a partir da arquitetura. Em Memória Arquitetônica em Ribeirão Preto lê-se, a partir do patrimônio edificado, a história de um lugar e de um povo. Maria Elízia Borges, por suas pesquisas sobre a arte tumular identificou as construções dos imigrantes, e está na base dos estudos sobre a cultura do município. Adriana Borges Capretz da Silva aprofundou-se na história da formação do Núcleo Colonial Antonio Prado e, assim, na consolidação dos bairros que se originaram a partir do núcleo, com detalhamentos específicos sobre o tecido urbano e sua expansão e com referências aprimoradas sobre a economia da época, principalmente quanto ao comércio e a indústria.

Estando estas pesquisas no alicerce da atual produção científica, muitos outros trabalhos surgem com referências importantes a partir de recortes vários que consolidam novas leituras, todas com base numa historiografia já posta. Assim, existem trabalhos sobre o movimento operário na cidade – Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa; sobre a participação do negro na história do município – Sergio Luiz de Souza; sobre a interferência religiosa, em especial a católica – Nainôra Maria Barbosa de Freitas; sobre a transição do plantio do café do Vale do Paraíba para a região de Ribeirão Preto - Renato Marcondes Leite; sobre a cidade e seus limites sociais, com foco na vida e na luta na periferia da Califórnia Brasileira, como a cidade foi identificada pela grande mídia, no final da década de 1980 – Maria Esther Fernandes, Maria Cristina Valenciano, Mariza Salomão Vinco de Campos e Sérgio

Adas; sobre a instalação do Ginásio Otoniel Mota, o velho Estadão – Marcus Vinícius da Cunha; sobre a primeira rádio da cidade, a PRA 7 e sua influência – André Luis Rezende e Gil Santiago; sobre a interferência da imigração italiana – Liamar Izilda Tuon; sobre as indústrias Matarazzo em Ribeirão Preto – Henrique Telles Vishnewisk; sobre da *Béle Époque* Caipira – José Evaldo de Mello Doin. Além, é claro, de tantos outros trabalhos que vão surgindo com leituras localizadas que ampliam o saber sobre a cidade.

Uma quantidade expressiva destes trabalhos foi considerada quando da elaboração do relatório. São informações que constroem o saber e possibilitam o entendimento, além de solidificarem as análises e respaldarem as diretrizes. Este inventário é o resultado de um saber coletivo sobre Ribeirão Preto, em especial com os olhares dos pesquisadores que ao longo do período – de janeiro a outubro de 2010 – dedicaram-se a pensar a cidade e a elaborarem diagnósticos e diretrizes.

#### **4.1. O sítio Ribeirão Preto**

Os primeiros habitantes de Ribeirão Preto eram mineiros que adentraram a Província de São Paulo e foram ocupando as terras não exploradas. A formação do município esteve ligada ao processo de formação do patrimônio de São Sebastião, ainda na primeira metade do século XIX. Os doadores de terras para a formação do Patrimônio de São Sebastião são considerados os fundadores da cidade de Ribeirão Preto e o dia 19 de junho de 1856 a data oficial de fundação, conforme está na Lei Municipal nº. 386 de 24 de dezembro de 1954. Os nomes que surgem como fundadores da cidade são, Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento; José Borges da Costa e Maria Felizarda; Inácio Bruno da Costa e Maria Izidora de Jesus; Severiano João da Silva e Gertrudes Maria Teodora; João Alves da Silva e Ana Delfina Bezzera; José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus. (verificar o porquê dos pontos de interrogação...)

Uma das maneiras de legalizar ou facilitar o processo de legalização de terras, principalmente após 1850, quando da criação da Lei de Terras no Brasil, era através de doações aos patrimônios eclesiásticos. Com este objetivo, várias doações foram registradas em livros paroquiais, que passavam a ter valor legal como título de propriedade. As questões ligadas à regularização da propriedade da terra, aliada à



profunda religiosidade dos primitivos povoadores da região de Ribeirão Preto, levaram alguns moradores a doarem terras para a formação do Patrimônio destinado à manutenção de uma capela em honra a São Sebastião. Coube a José Mateus dos Reis, um dos proprietários da Fazenda Palmeiras, em 2 de novembro de 1845 a proceder a primeira doação de terras para o Patrimônio de São Sebastião das Palmeiras. Neste mesmo dia foi celebrada uma missa campal pelo vigário de São Simão e erguido um cruzeiro. As terras doadas passariam a pertencer ao santo e o dízimo pago pelos fiéis para a manutenção da Igreja. Os recursos legalmente obtidos eram geridos pelo chamado fabriqueiro, responsável pela administração dos bens do santo. Todavia, esta iniciativa de José Mateus dos Reis não obteve êxito, pois os termos de sua doação não atendiam às condições exigidas pela Câmara Episcopal.

Com o aumento da população das fazendas, novas doações foram feitas a São Sebastião a partir de 1852, entretanto estas doações também não foram aceitas pela Igreja, uma vez que nem todos os doadores conseguiram comprovar a posse legítima de suas glebas, bem como não foi atingido o valor mínimo exigido.

Novas doações foram feitas, desta vez, de terras da fazenda Retiro. A divisão judicial da fazenda Retiro havia sido requerida por seu maior proprietário, José Borges da Costa, em 27 de janeiro de 1852. Como os doadores não especificaram o local exato de cada doação, eles decidiram adquirir, em conjunto, uma área localizada na fazenda Barra do Retiro para servir exclusivamente ao patrimônio de São Sebastião. A divisão judicial da fazenda Barra do Retiro ocorreu em 19 de junho de 1856, data em que foram lavradas as escrituras e demarcado o Patrimônio de São Sebastião. Dos 263 alqueires da fazenda, 64 alqueires foram doados ao santo.

Ribeirão Preto, no início de sua formação, era composto por um conglomerado de fazendas, cortado pela estrada que demandava o Triângulo Mineiro e o Planalto Goiano. A maioria destas fazendas originou-se do apossamento pacífico de terras que o tempo legitimara e que as heranças consolidaram.

A fazenda Barra do Retiro marcava o centro da área que viria a se tornar o município de Ribeirão Preto, as outras fazendas eram: Palmeiras; Ribeirão Preto ou Pontinha; Retiro; Serrinha; Serra Azul; Tamanduá; Capoeirinha; Figueira; Cravinhos; Cabeceira do Ribeirão Preto; Lageado; Laureano ou Braço Direito do Ribeirão Preto e Sertãozinho.

A maior parte destas terras era ocupada pela família Reis de Araújo, que habitava esta região desde 1811. Além dela, outras famílias, oriundas do sul de Minas

Gerais e de Mogi Guaçu, começaram também a povoar a região no início do século XIX, como Borges da Costa, Alves da Silva, Bezzerra Cavalcanti, Nazareth de Azevedo e Soares de Castilho.

A ausência de demarcações precisas dos limites da maioria das propriedades provocou diversos conflitos e demandas pela posse das terras. Em 1835 um sério conflito envolveu as famílias Dias Campos e Reis de Araújo, após anos de discussões. Em 1846 chegou-se a um acordo onde os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos um montante combinado, ficando a posse destas terras definitivamente nas mãos da família Reis de Araújo.

Após a demarcação definitiva do Patrimônio de São Sebastião, uma capela provisória foi construída próximo ao local da atual Praça XV de Novembro – entre as ruas Barão do Amazonas, Cerqueira César, General Osório e Duque de Caxias. Em 1861, após o falecimento de sua esposa Maria Felizarda, José Borges da Costa fez uma doação em dinheiro para a construção de uma nova capela. Dois anos depois, o local foi demarcado e a nova igreja construída no lugar denominado posteriormente de Largo da Matriz – local ocupado hoje pela Fonte Luminosa na Praça XV de Novembro. No ano de 1868, a segunda capela já estava construída e em 1870 foi nomeado o primeiro vigário de Ribeirão Preto, o Padre Ângelo José Phillidory Torres, que ficou na Vila até 1877, quando foi transferido para São Simão. Em seu lugar, foi nomeado o Padre Nunzio Grecco.

Através da lei provincial nº. 51, de 2 de abril de 1870, foi criada a Freguesia-Distrito de Paz – de São Sebastião do Ribeirão Preto, fixando-se os limites correspondendo aos atuais municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Cravinhos, Serrana, Pontal, Dumont, Guataparã e Distrito de Bonfim . Ainda em 1870, no dia 16 de julho, foi criada a Paróquia, compreendendo os mesmos limites da Freguesia. A Lei Provincial nº. 34, de 7 de abril de 1879, determinou a mudança no nome da Vila de Ribeirão Preto para Entre Rios. Após vários protestos dos moradores locais, em 30 de junho de 1881 foi restabelecida a antiga denominação de Ribeirão Preto.

Em 12 de abril de 1871, através da lei provincial nº. 67, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila – município – quando então o território de Ribeirão Preto foi desmembrado do município de São Simão. Apesar de ter sido criado em 1871, o município só foi instalado em 1874, com a posse dos primeiros vereadores, mas só passou a ser identificada como cidade, em 1º de abril de 1889, através da lei nº. 88.

As primeiras eleições para a escolha dos Vereadores e Juiz de Paz, foram realizadas no dia 22 de fevereiro de 1874. A apuração dos votos aconteceu no dia 18 de maio, pela Câmara de São Simão. Os vereadores tomaram posse no dia 04 de julho de 1874, data de instalação do município. A primeira sessão foi realizada no dia 13 de julho de 1874. Durante a primeira legislatura, entre os anos de 1874 a 1877, os vereadores nominaram oficialmente as ruas, travessas e largos da cidade e discutiram diversos temas ligados à organização da estrutura urbana: da venda de frutas, jogos de azar, construção de um cemitério, da cadeia, entre outros tópicos que podem ser observados no arquivo da Câmara Municipal.

Após a elevação à categoria de Freguesia, em 1870, Ribeirão Preto passou a pertencer ao Termo de Casa Branca, Comarca de Mogi Mirim. Posteriormente, passou sucessivamente, a pertencer às Comarcas de Casa Branca (1872), Batatais (1875) e São Simão (1877-1892). Em 1878 Ribeirão Preto passou a ser a sede da Comarca de São Simão, na ocasião o juiz de direito era o Doutor Hipólito de Camargo.

A produção de café foi a primeira atividade agrícola intensiva de Ribeirão Preto. Até então, os habitantes da região viviam da agricultura de subsistência e da pecuária. A partir de 1870 alguns fatores internos - como a resolução dos principais conflitos de disputa e legalização de terras e externos, como a decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba e a chegada da ferrovia em Campinas (1872) - contribuem para situar a região de Ribeirão Preto no centro da nova fronteira agrícola a ser explorada.

A marcha dos plantadores de café em direção à região da Alta Mogiana foi gradual. Em 1870 alguns proprietários de terras, em Ribeirão Preto, começaram a formar seus cafezais. Entre eles estavam, Manoel Otaviano Junqueira, José Bento Junqueira, Rodrigo Pereira Barreto e João Franco de Moraes Octávio.

Ainda na década de 70 do século XIX, Henrique Dumont, Martinho Prado Júnior (Martinico Prado) e Luiz Pereira Barreto chegaram à região, adquiriram terras e começaram a cultivar café. No ano de 1876, Luiz Pereira Barreto publicou diversos artigos no jornal "A Província de São Paulo" - atual O Estado de São Paulo - sob o título "A Terra Roxa", onde enaltece a riqueza e a fertilidade das terras da região de Ribeirão Preto para o cultivo do café, figurando como o primeiro grande propagandista destas terras. A família Pereira Barreto, tendo a frente Luiz Pereira Barreto foi também a responsável pela introdução do café tipo *Bourbon* nesta região.

Em 1877 Martinho Prado Júnior também publicou um artigo no mesmo jornal sob o título “Os Municípios de São Simão e Ribeirão Preto”, em que prevê um grande futuro para esta região e conforme ele mesmo escreve, “têm as melhores terras para o café do Brasil e do mundo”. Entre 1870 e 1900 o café produzido no município já era conhecido na Europa pelo nome das próprias fazendas que o produziam: Café Guatapará, Café São Martinho, Café Monte Alegre e outros.

Entre os principais produtores de café em Ribeirão Preto, no final do século XIX, destacam-se os que já estavam na região como a família Junqueira; os que vieram de outras regiões produtoras em decadência, como a família Barreto e a família Dumont; os que vieram de outras regiões cafeicultoras ainda em plena atividade, como a família Prado e os imigrantes, como a família Schmidt.

O rápido desenvolvimento da cafeicultura em Ribeirão Preto ocorreu não só devido ao grande capital nela investido, mas também graças à preparação anterior das terras promovida pela agricultura e pela criação de subsistência. Contudo, a qualidade da terra, a altitude e o clima favoreceram a alta produtividade, que proporcionou um lucro maior para os produtores.

A expansão da cafeicultura demandava mão-de-obra. Algumas fazendas foram formadas com mão-de-obra local, outras foram abertas com mão-de-obra trazida de outras regiões do país. A maioria dos trabalhadores era livre, mas não se pode deixar de considerar a presença de um pequeno número de escravos durante o processo. A mão-de-obra imigrante teve papel fundamental na consolidação do café no município, sendo responsável pela manutenção das lavouras mesmo antes da abolição, provocando, no município, um grande aumento populacional.

A Companhia Ferroviária Mogiana foi organizada pelo capital cafeeiro brasileiro e seus principais acionistas eram os próprios fazendeiros. O primeiro presidente da Cia. foi o Dr. Antônio de Queiroz Telles, Barão, Visconde e depois Conde de Paranaíba, tendo exercido este cargo de 1873 a 1886.

Em 25 de abril de 1880 uma lei provincial concedeu à Cia. Mogiana o privilégio para a construção de uma estrada ligando Casa Branca a Ribeirão Preto, passando por São Simão. Em 23 de novembro de 1883 foi inaugurada a Estação Ribeirão Preto. A primeira Estação foi construída provisoriamente nas proximidades do local hoje ocupado pelo início da Avenida Caramuru.

No final de 1884, foi inaugurada a estação definitiva, localizada próxima às margens do Ribeirão Preto, na atual Avenida Jerônimo Gonçalves, de frente para a Rua General

Osório. Contava com a Seção de Despachos de Encomendas, Área livre para Passageiros, Telégrafo, Sala de Espera e Restaurante. Em 1927 foram inaugurados os armazéns – no local onde hoje se encontra a Rodoviária –, Casa de Máquinas, Oficinas e a Rotunda. Em 1910 o escritório de engenharia de Ramos de Azevedo apresentou um projeto para construção de uma nova Estação, no entanto este projeto não foi executado. Com a dinamização de outros meios de transporte, em 1964 começaram as obras de retirada do pátio de manobras e trilhos da Estação, que foi definitivamente demolida, em 1967.

A prosperidade de Ribeirão Preto como novo centro cafeeiro atraiu diversas correntes migratórias, antes e depois da abolição da escravatura (1888). Segundo o censo de 1873, o município de Ribeirão Preto contava com uma população de 5.552 habitantes, sendo 852 escravos.

Após a extinção do tráfico negreiro em 1850, o investimento em escravos deixara de ser vantajoso, a movimentação do comércio de escravos restringiu-se ao âmbito interprovincial e provocara uma grande especulação nos preços dos escravos. Dentro deste contexto os fazendeiros do Oeste Novo, como chamavam a Região de Ribeirão Preto, optaram pela imigração européia.

A partir do final da década de 1880 os imigrantes europeus contavam com subsídio do governo provincial para a compra de passagens até o Brasil. A maioria dos imigrantes que chegaram ao município de Ribeirão Preto era de origem italiana, principalmente vindos das regiões de Veneto, da Lombardia, da Campania e da Calábria.

Da pecuária o município transitou para a agricultura e a partir desta, consolidou-se com o comércio, a prestação de serviço e a indústria, embora esta última, em menor proporção. Outras especificidades da história do município podem ser apreendidas a partir dos relatos sobre a história dos bairros e dos dois sítios. A escolha, conforme já mencionado na metodologia, baseou-se na formação histórica da urbanização que se deu com base no traçado da ferrovia – Mogiana e São Paulo-Minas.

#### **4.2. O Sítio Bonfim Paulista: um distrito com características de cidade**

A história do distrito Bonfim Paulista está referenciada na documentação e na memória oral. Não existem, ainda, trabalhos acadêmicos específicos sobre o lugar que

foi conhecido, no passado, como Viaduto ou Chave do Viaduto. Este nome, aparentemente estranho, se explica pela existência de um viaduto para a passagem de trem. No local havia uma chave para a abertura e movimentação dos encaixes dos trilhos.

O nome do distrito é uma homenagem ao fazendeiro Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim, que fez a doação de 10 mil metros quadrados para a construção da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, fundada em 1894, um alqueire para a construção do cemitério e meio alqueire para a construção da Estação Ferroviária (MARTINS, 1998).

Em 1895 foi criado o Distrito Policial de Bonfim e dois anos depois, no dia 18 de janeiro, o Intendente Municipal Joaquim Estanislau da Silva Gusmão assinou a Lei n. 22, promulgando a deliberação da Câmara Municipal e transformando Bonfim em Distrito Municipal. Esta lei também definiu o território do distrito, fixou o lançamento do imposto predial, o estabelecimento do serviço de Iluminação Pública e a criação do Cemitério Municipal. Só muito tempo depois, em 1938, através do Ato n. 28, assinado pelo Prefeito Municipal Fábio de Sá Barreto, foi definido o perímetro urbano de Bonfim e seu território, para fins jurídicos e tributários. Neste mesmo ano o distrito passou a ser denominado Vila Bonfim.

Outro decreto, em 1944, mudou o nome do local mais uma vez. O distrito passou a ser identificado como Gaturamo, uma ave de plumagem colorida. Somente em 1953 o Distrito recebeu a denominação que conserva até hoje, Bonfim Paulista.

O seu fundador, Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim, era um imigrante português, nascido na cidade do Porto, em 1849. Veio para o Brasil e se estabeleceu inicialmente na cidade de Resende - RJ, onde desenvolveu atividades como pequeno comerciante. Depois a família se transferiu para São Simão e por volta de 1886 para Cravinhos, cidades localizadas na região de Ribeirão Preto, onde tornou-se um rico proprietário de terras e comerciante. Foi proprietário de muitas fazendas, entre as quais: Limoeiro, Bonfim, Sapecado, Jardim, Santa Luzia, Boa Esperança, Santa Silvéria, Brasil, Liberdade e Fazendinha Bonfim, todas na região de Ribeirão Preto (MARTINS, 1998).

Em uma de suas viagens a Portugal, Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim trouxe uma imagem em formato de crucifixo que após a missa campal, realizada em 10 de fevereiro de 1894, foi colocada na Capela. Neste mesmo dia foi realizada uma

procissão em homenagem ao Padroeiro, conforme registro do fotógrafo João Passig, que integra o acervo do Arquivo Público e Histórico Municipal.

Francisco Bonfim faleceu em 02 de junho de 1898, na cidade de Cravinhos, vítima de um atentado a tiros. Segundo seu inventário, deixou os seguintes filhos: Simeão, Urbano, Domingos e Valeriana, todavia seus descendentes se reportam a existência de um total de 11 filhos, entre os quais Gregória Bonfim, filha de Jacinta Tereza de Jesus (MARTINS, 1998).

As terras do município de Ribeirão Preto originaram-se da fazenda Rio Pardo, fundada em 1811 pelo português José Dias Campos – cuja posse foi objeto de um litígio com a família Reis e possuía aproximadamente 13 mil alqueires de extensão. A partir da década de 1830 as suas terras foram desmembradas, originando as fazendas Ribeirão Preto Abaixo ou Pontinha, Braço Direito do Ribeirão Preto ou Laureano, Barra do Retiro, Palmeiras e Retiro ou Ribeirão Preto Acima. O Distrito de Bonfim Paulista se originou das terras da fazenda Retiro, pertencente a Vicente José Dias e sua mulher Maria Silvéria da Anunciação – que possuíam cerca de 4.600 alqueires. Após a morte de Vicente José dos Reis, em 1839, grande parte da fazenda Retiro foi vendida para José Borges da Costa, que após quatro casamentos, faleceu em 1867. A fazenda Retiro foi dividida judicialmente em 1856, a partir de então vários quinhões de terras se constituíram em novas fazendas, inclusive a fazenda do Retiro do Ribeirão Preto Acima, pertencente a Antonio Borges da Costa Sobrinho, falecido em 1864. Por meio de herança ou contratos de venda e compra a fazenda Ribeirão Preto Acima possuía vários condôminos, entre os quais, Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim. Em 1891, Francisco Bonfim requereu a divisão judicial da fazenda e após proceder ao pagamento aos demais condôminos, se tornou o único proprietário do quinhão de terras onde surgiu o Distrito de Bonfim Paulista (MARTINS, 1998).

O povoamento da região denominada Villa Bonfim iniciou-se por volta dos anos 80 do século XIX em função da cultura do café. A fertilidade de suas terras, a chamada “terra roxa” atraiu os investimentos necessários para a formação das grandes fazendas e o desenvolvimento da cultura do café em grande escala. Em 1883, a chegada da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro à região impulsionou de maneira definitiva o crescimento do povoado. A partir da chegada dos trilhos da Mogiana foram criados o Distrito Policial como já referenciado, o Distrito Municipal, em 1897, a Paróquia do Senhor Bom Jesus do Bonfim, em 1898 e o Distrito de Paz, em 1902.

Com o tempo o povoado conquistou foro de centro urbano a serviço da população residente nas fazendas próximas e recebeu investimento de infraestrutura. Em 1893 foi instalado o serviço de telégrafo, em 1897 foram criados o Cemitério Municipal e o Serviço de Iluminação Pública a querosene, em 1901 foi inaugurado o Matadouro Municipal e o primeiro cartório, cujo escrivão era Antônio Ingrácio. Em 1904 houve a instalação da rede de abastecimento de água e no ano de 1905 foi inaugurada a Biblioteca Municipal José Pinto Nunes. Para recepcionar os visitantes, o grande Hotel More, foi instalado em 1903 e existiam várias pensões – Pensão Espanhola, Pensão São José e Pensão de Primo Sartorelli. A agência dos correios só chegou ao distrito em 1910. (GRELLET, 1999).

A produção cafeeira das fazendas próximas à Vila seguia para o Porto de Santos, através da Estação de Villa Bonfim, da Cia. Mogiana - quatro trens diários, numa viagem de 10 horas até São Paulo. Além dos trilhos da Cia. Mogiana, outra importante estrada passou a integrar o sistema viário da Vila, a Estrada de Rodagem São Paulo-Ribeirão Preto, inaugurada em 1924.

Uma das principais fazendas de café da época era a Fazenda Pau Alto, de propriedade de Dona Iria Alves Junqueira e administrada por Alexandre Silva. Com cerca de 1.300 alqueires de terras, 1 milhão de pés de café e mais de 1.000 empregados, produzia cerca de 100 mil arrobas, dados do ano de 1911 (BRAZIL MAGAZINE, 1911). O senhor Doca Bonfim declarou, em depoimento ao MIS – Museu da Imagem e do Som, ter conhecido dona Iria Alves. Uma mulher séria, que se vestia sempre de roupas escuras, conforme suas próprias palavras.

Em 1903 o Professor Felisberto Ferreira de Andrade Almada instalou o Externato Almada. A primeira escola municipal foi fundada em 1906 e dirigida pelo Professor José Pinto Nunes. No ano de 1922, Villa Bomfim, grafia da época, possuía uma escola mista, subvencionada pelo Município; uma escola particular para meninos e as “Escolas Reunidas”, mantidas pelo governo do Estado. Neste mesmo ano, Dona Iria e o negociante local João Rodrigues da Silva doaram para a Câmara Municipal de Ribeirão Preto, um terreno para a construção da Escola Estadual, que até então funcionava em prédio alugado (GRELLET, 1999; APHRP, 2008)..

Com a crise do café de 1929, a atividade agrícola voltou-se para a produção de algodão, milho, amendoim, tomate e cana-de-açúcar. Segundo o produtor Ângelo Festúci, durante depoimento, logo após o que ele chamou de “quemadeira do café”, sua família se dedicou à plantação do algodão. As grandes propriedades



desmembradas e vendidas deram origem a inúmeros sítios e chácaras, produtoras de frutas: banana, manga, jabuticaba, abacate, etc.

A religiosidade do povo do Distrito sempre foi relevante, especialmente como movimento agregador. Muitas atividades aconteciam a partir da igreja. A Paróquia “Senhor Bom Jesus do Bonfim” foi instalada em 20 de dezembro de 1898 e o primeiro pároco foi o Padre Francisco Curti. Quatro anos depois, em 1903, foram iniciadas as obras de ampliação da Capela, concluída em 1906 (GRELLET, 1999).

Com a criação da Diocese de Ribeirão Preto em 1908, a Paróquia de Bonfim deixou de pertencer a Diocese de São Paulo. Em 1914 o Padre Canuto Amarante foi nomeado vigário da Paróquia de Bonfim, onde permaneceu até sua morte, em 1950. Somente em 1925 a Capela tornou-se Igreja Matriz, neste mesmo ano iniciaram-se as obras de novas ampliações. Com a finalização das obras em 1932, Anita Junqueira doou o Altar-Mor e a pintura do padroeiro no teto (GRELLET, 1999).

A grande religiosidade da comunidade de Bonfim Paulista provocou a realização de inúmeras Festas Religiosas, principalmente em louvor ao Padroeiro, São Sebastião, São Benedito e Nossa Senhora. Em 08 de dezembro de 1967 foi inaugurado o monumento jubilar de Nossa Senhora Aparecida. Desde 1969, o antigo morador de Bonfim Paulista, Luiz Gonzaga do Carmo, conhecido como Cabo Gonzaga, passou a ser o principal organizador da Romaria de Nossa Senhora, que seguia a antiga estrada – a Via do Rosário, a partir da Igreja Maria Goreti, no bairro Vila Virgínia, em Ribeirão Preto, até o Distrito (atualmente a saída é da Câmara Municipal de Ribeirão Preto).

Desde o início do século XX Bonfim Paulista desempenhou um importante papel na comercialização de produtos e abastecimento das populações das fazendas vizinhas. Foram instaladas fábricas, lojas de comércio e serviços. Muitos proprietários destes pequenos negócios eram imigrantes ou seus descendentes. Em 1905, existiam no distrito duas fábricas de macarrão, uma de propriedade de João Pucci e outra de Francisco Javaroni; fábrica de carroças, de Luiz Cradaze. Em 1908 José Luiz Ragozo era proprietário de uma fábrica de sabão na rua Luiz da Cunha, n. 56 e João Bertagnole era proprietário de uma outra fábrica, na mesma rua. No ano de 1910 foi instalada uma máquina para beneficiamento de café por Rodrigo Barrozo. O senhor Doni Bock era o proprietário da fábrica de cerveja Barbante. Entre as primeiras lojas de roupas e tecidos estavam os estabelecimentos de: Inácio Jorge, Adibe João Batal e

José Daí, Eduardo Xaim. Em 1925 existiam duas padarias, pertencentes a Luiz Toni e Amadeu Capela (GRELLET, 1999). .

Em 1933, vários comerciantes do povoado, entre os quais Manoel A. Gonçalves, Albano dos Santos, Antônio Alves Neves, José de Marchi, Alfredo Pucci, Paschoal Pippa, entre outros, solicitaram autorização da Câmara Municipal para funcionamento do comércio aos domingos, para melhor servir os trabalhadores rurais.

Dois anos depois o Prefeito Ricardo Guimarães Sobrinho assinou edital de concorrência para construção do Necrotério Municipal, projetado por Cícero Martins Brandão. No mesmo ano o construtor Alexandre Setti iniciou as obras. No ano de 1939 foi aprovado o projeto para remodelação da Praça Barão do Rio Branco, importante espaço de convivência do distrito até os dias de hoje. Assim como a praça central, outra referência de forte identidade social e cultural entre o distrito e seus moradores é o Clube Atlético Recreativo Bonfinense, criado em 1955. Os paralelepípedos, garantindo a urbanização do lugar, só foram colocados em 1948, mas somente nas principais ruas do Distrito.

A retificação da estrada de ferro da Mogiana, no trecho Bento Quirino – Ribeirão Preto, que retirou os trilhos da Vila Bonfim e a construção da estrada de rodagem Anhanguera, longe da Vila, prejudicaram as atividades de comércio local. Entre os anos de 1956 e 1958 uma nova avenida, ligando Ribeirão Preto – Bonfim Paulista a partir da Avenida Presidente Vargas foi projetada e construída; desde este período a antiga estrada, conhecida por Estrada Velha ou Via do Rosário, deixou de ser a via principal de acesso.

Além da Festa Junina, realizada todo mês de junho, na praça central, outra atividade cultural tem destaque no Distrito. O carnaval de rua reúne moradores do local e visitantes, desde 1984, quando foi criado um bloco carnavalesco (JUNIOR, 2010). Mas, segundo Grellet, em 1935 já desfilava pelas ruas do Distrito o Bloco Carnavalesco Marinheiros. Uma foto exhibe, na edição histórica, várias pessoas fantasiadas, entre elas, Elza e Cantídio Targa e Amando Sartorelli. Atualmente existem duas escolas – Acadêmicos de Bonfim e Unidos da Vila.

O distrito de Bonfim Paulista localiza-se na zona sul do município de Ribeirão Preto, a aproximadamente 15 km de seu centro. Esta é uma zona de vetor preferencial de expansão urbana. A década de 80 impulsionou a ocupação do entorno da Avenida Presidente Vargas devido à construção do RibeirãoShopping fundado em

5 de maio de 1981. Hoje o eixo desta avenida tem grande potencial comercial, sendo o eixo de ligação (Rodovia Estadual SP- 328) ao distrito de Bonfim Paulista, margeada por condomínios fechados que valorizam e está valorizando (implantação do Alphaville além do Shopping Iguatemi, previsto para 2010) as terras do distrito, tornando as mesmas, hoje, uma das regiões de maior valor imobiliário (FIUZA, 2010).

### **4.3. Centro da cidade: o patrimônio da fábrica da Matriz de São Sebastião**

No começo, o que hoje é a cidade de Ribeirão Preto, era somente um lugarejo – um espaço entre uma fazenda e outra onde se instalou o comércio para atender aos que precisavam comprar produtos para as necessidades domésticas, inicialmente, artigos para a produção agrícola ou pecuária, depois todo e qualquer tipo de mercadoria.

Segundo Lages, (1996) nos primórdios da vila, o comércio estava voltado para a venda de mantimentos aos colonos que se estabeleciam nas fazendas e também, como entreposto de abastecimento para tropeiros que vinham da cidade de Santos e da capital paulista, em direção às Minas Gerais ou em direção ao atual Estado de Goiás.

Assim como em todos os lugares do mundo, as relações sociais, sejam econômicas ou culturais, determinam o modelo de sociedade na mesma proporção em que o modelo de sociedade determina as relações. No caso específico de Ribeirão Preto, é oportuna a comparação com o Vale do Paraíba, tendo em vista o ponto comum entre os dois lugares e a produção do café. Marcelo Gaetani (1999), ao pesquisar a arquitetura do centro da cidade, também se propôs a estabelecer relações como instrumento de compreensão. Segundo o arquiteto, diferente das fazendas do Vale do Paraíba, as conformações das fazendas produtoras do Oeste Paulista eram tais que dependiam fundamentalmente dos serviços instalados nos centros urbanos próximos. Esta característica da fazenda fez com que estes centros próximos se desenvolvessem, na medida em que as lavouras aumentavam.

Explica o autor que as fazendas do Vale do Paraíba possuíam uma ideologia monarquista, eram auto-suficientes e a relação social de produção foi baseada no trabalho escravo, as do Oeste Novo, possuíam uma ideologia republicana, eram dependentes dos núcleos urbanos existentes ao seu redor, e a relação social de produção era capitalista (GAETANI, 1999, p. 20).

O Centro foi, no caso de Ribeirão Preto, e assim aconteceu com a grande maioria das cidades formadas na mesma época, o marco inicial, e sua concepção geográfica de centro se deu ao longo do tempo com a expansão, primeiro proposta pelo Núcleo Antonio Prado e depois, pela urbanização recorrente ao crescimento populacional e habitacional com a criação dos primeiros bairros: o bairro da República/Vila Virgínia, foi o primeiro a se desenvolver além do núcleo original, tendo sua ocupação ocorrido, a princípio, de forma espontânea, como efeito da urbanização exigida pela Estação Ferroviária instalada na frente no casarão da família Villa Lobos, na hoje avenida Caramuru (VALDÃO, 1997). O bairro Santa Cruz do Jacques tem origem por volta de 1880, segundo registros de Prisco da Cruz Prates. Escreve o memorialista que José Theodoro Jacques chegou à Vila de Ribeirão Preto, adquirindo algumas glebas de terra, pelos lados do caminho de São Simão a aproximadamente seis quilômetros da Vila. Estabeleceu-se no local, formando uma chácara e uma olaria e edificou uma capelinha dedicada a São João. Outros moradores que também adquiriram terra naquele local construíram suas casas próximas à Capela (VALADÃO, 1997). A Vila Tibério, surgiu como resultado de um primeiro loteamento urbano. O Barracão de Cima, atual Ipiranga e o Barracão de Baixo, atual Campos Elíseos, originaram-se a partir das terras do Núcleo Colonial Antonio Prado.

Diferente das outras economias anteriores, como é o caso da pecuária, por exemplo, as cidades do final do século XIX eram primordiais para a economia do café, pois muitas atividades ligadas à produção e comercialização desse produto faziam-se nas cidades. Mas nem todas exibiam a mesma vocação e para ilustrar cabe citar que enquanto São Carlos intensificou a tecnologia, Ribeirão Preto desenvolveu o comércio, como se seguiu ao longo do tempo até a atualidade (GAETANI, 1999, p. 22).

Outros fatores contribuíram para o fortalecimento do comércio em Ribeirão Preto: a guerra mundial, a progressão da agricultura cafeeira nas terras férteis, a propagação da cidade como Eldorado e por conta de tudo isso, a chegada dos imigrantes, trazidos pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro. Enquanto uns se dirigiam direto às fazendas, outros paravam na cidade, moravam nas terras do Núcleo e se estabeleciam como pequenos fabricantes ou comerciantes.

Naquele momento, passagem do século XIX para o XX, o centro era “a Cidade” e o Núcleo Colonial Antonio Prado, lugar mais distante de moradia para os que não tinham capital para instalarem-se na área já compreendida como nobre. Para o arquiteto Marcelo Gaetani (1999, p.52), a imagem de uma cidade é normalmente

criada pelo seu centro. É o símbolo mais forte da vitalidade ou decadência de uma cidade. O centro de uma cidade é o núcleo da sua história, de sua cultura e de sua herança.

Em 1874, quando a Câmara Municipal da Vila foi constituída, existiam no lugar, seis travessas e dois largos, ou seja, 12 logradouros públicos. As ruas paralelas ao Córrego do Retiro e longitudinais ao Largo da Matriz foram denominadas quando de seus traçados de 4 de junho (depois Duque de Caxias), Esperança (depois Visconde do Rio Branco), Nossa Senhora das Dores (depois Mariana Junqueira) e Bonfim (depois General Osório). As travessas foram denominadas de Botafogo (depois Saldanha Marinho), Alegria (depois Amador Bueno), Boa Vista (depois Álvares Cabral) Flores (depois Tibiriçá) Comércio (depois Visconde de Inhaúma) e Lage (depois Barão do Amazonas) (SANTOS, 1948).

De acordo com Gaetani, depois de 1890 ruas e travessas não se distinguiam e existiam novos logradouros: Rua Liberdade (depois Marcondes Salgado), Rua Direita (depois São Sebastião) Rua Municipal e 13 de Maio (depois Florêncio de Abreu), Rua do Comércio (depois Mariana Junqueira), Rua do Sapo (depois Visconde do Rio Branco). Além dos logradouros existiam dois largos – o da Matriz, onde se situava a Igreja e que a partir de 1891 passou a ser denominado Praça XV de Novembro e Das Dores – Praça Tiradentes, na rua Visconde de Inhaúma, esquina com a Mariana Junqueira.

Diante da necessidade de regularizar a construção dos edifícios, em 1890, a Câmara Municipal propôs um código de postura e as edificações passaram a ser autorizadas pelos vereadores. Trinta anos depois, a Lei 246 decretou taxas de Viação a serem recolhidas no município, delimitando assim uma área central para a cidade que foi chamada de primeira Zona e compreendeu a quase totalidade dos sessenta e dois alqueires da área do Patrimônio religioso. Ali se estabeleceu a primeira Matriz e o que mais tarde seria o centro da cidade abrangendo toda a área doada pelos fazendeiros. O plano de arborização iniciou-se em 1856 e em 1886 foram plantadas as primeiras figueiras no antigo Largo da Matriz.

Após a inauguração da Estação Ferroviária Companhia Mogiana, em 1883, houve o surgimento da avenida Jerônimo Gonçalves, aberta dois anos depois e da rua José Bonifácio, que pela proximidade com a estação, foram ocupadas por comércio, pensões, hospedarias e hotéis. Logo em seguida foi edificado o primeiro mercado da cidade, inaugurado no dia 12 de agosto de 1900 e regulamentado pela Lei 67 de

03/11/1900, construído por um imigrante italiano – Pietro Folena. Segundo Eder Donizete da Silva (1998), que pesquisou em especial a história e o desenvolvimento da rua José Bonifácio, o mercado serviu para reunir num só local todos os moradores da cidade. Ali era possível ficar sabendo de todos os acontecimentos que haviam ocorrido ou que ocorreria: as donas de casa se encontravam no local, normalmente pela manhã para comprar os produtos destinados à alimentação diária da família, o pão e o leite para o café da manhã, a manteiga e os queijos, além de bebidas e produtos para as refeições do dia. (SILVA, 1998, p. 97)

Em especial sobre a rua José Bonifácio o autor escreveu que a rua era um verdadeiro mercado persa. Somados hotéis, que funcionavam como moradia provisória de todo o tipo de pessoas, desde honestas, aos tipos mais extravagantes como os artistas que vinham à cidade para se apresentarem através das companhias teatrais e de dança, também os famosos jogadores de cartas, roletas e bacará, pois nesta altura, Ribeirão Preto adquiria fama como local de fortuna, o jogo carteadado atraía todo tipo de aventureiros (SILVA, 1998, p. 90-91).

A construção do teatro Carlos Gomes, projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, inaugurado em 16 de novembro de 1897, emprestou um charme ao centro da cidade que à época, segundo Liamar Tuon (2010), já era o lugar das manifestações culturais, na sua maioria conduzidas pelos imigrantes. Seu espaço interno foi inspirado nos modelos europeus, especialmente em Garnier. Sua plateia, em forma oval, com capacidade para quatrocentas pessoas, era circundada por frisas de veludo e as cadeiras no estilo Luiz XV. A galeria compunha-se de aproximadamente duzentos lugares. O pavimento superior abrigava o foyer e, acima deste, um grande salão para recepções e bailes (VALADÃO, 1997, p. 115). Outras edificações marcaram a arquitetura do centro, entre elas o Palacete do Paschoal Inneccchi, uma das construções mais famosas da cidade. Em estilo fiorentino, com uma área construída de 670 metros quadrados, projetado pelo arquiteto Hippolyto Gustavo Pujol Jr., o mesmo do Theatro Pedro II. O prédio da Recreativa, onde hoje está instalado o Museu de Arte de Ribeirão Preto foi erguido em 1905, o Palácio Barão do Rio Branco, sede da Prefeitura Municipal, em 1917. No mesmo ano, aconteceu o término da construção da Catedral Metropolitana. A casa do ex-prefeito Camilo de Mattos, de propriedade da família até o momento, foi construída em 1923, na rua Duque de Caxias.

O centro da cidade sempre foi o lugar das casas financeiras. O Banco Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto, já ativo em 1891, foi um dos primeiros.

Depois dele, outros se instalaram nas ruas centrais: as casas bancárias Dumont e Cia., Ângelo Zerbeti, Domingos Quirollo e Pedro Battaglia em 1895, o Banco de Ribeirão Preto e o Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto em 1902. Ribeirão Preto foi a única cidade da zona Mogiana a receber estes estabelecimentos, com exceção do Banco de Custeio Rural de Franca, criado em 1911.

Em 1913 existiam no município aproximadamente 10.225 prédios, dos quais 3.104 situavam-se na cidade, 199 no centro, 165 na Vila Bonfim e 6.757 imóveis exclusivamente rurais<sup>13</sup>. O centro da cidade, nesta época, além do comércio e dos imóveis residenciais, inclusive os casarões dos abastados do café, tinha ainda os prestadores de serviços, barbeiros, alfaiates, costureiras, entre outros.

Estas considerações se justificam pelo fato da história do centro da cidade de Ribeirão Preto estar diretamente vinculada ao desenvolvimento do município. O aspecto econômico é relevante, por conta do comércio que se estabeleceu inicialmente no centro e depois pela urbanização que ocorreu em todos os lugares, mas sempre a partir do centro – o lugar mais valorizado da cidade, desde sua formação até mais ou menos na década de 1960, quando a zona sul ganhou o relevo de área nobre.

Em decorrência da inauguração da Ferrovia Mogiana, uma das edições da Revista *Il Brasile e gli Italiani*, publicou que “o Eldorado Paulista – Ribeirão Preto é a cidade mais viva do Estado de São Paulo, pela atividade voltada para a indústria e o comércio, suas duas maiores atrações, uma cidade onde existe trabalho para todos”. Para o ex-prefeito João Rodrigues Guião, em suas próprias palavras, “a cidade nasceu e cresceu sob os auspícios da riqueza agrícola, mas conquistou sua emancipação pelo seu grande desenvolvimento comercial”. E foi a atividade do comércio e da indústria que manteve a economia da cidade quando da crise de 1929. Tanto que apesar de cair em depressão, no início da década de 1930, o centro da cidade era o lugar da cafeteria Única, do Theatro Pedro II, das Casas Pernambucanas, da Ótica Especialista, da Agência São Paulo, do Colégio Santa Úrsula, da Cervejaria Paulista, das fábricas de jóias, dos escritórios dos advogados, das companhias de seguro, das casas de tecido e artigos de luxo, dos agiotas... (PINTO, 1998, p 10).

---

<sup>13</sup> Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto, p.20.

Não diferente de hoje, já naquela época de formação do município de Ribeirão Preto, existiam as contradições. Relata Fernandes (2008), que a praça *XV de Novembro*, antigo *Jardim Público* ou *Largo da Matriz*, era um centro de eventos políticos e culturais, comercial e religioso. Estas eram ocasiões em que a convivência entre diferentes grupos sociais era mais próxima, pois o espaço do centro da cidade, embora elitizado em termos de moradias e edificações, tinha as suas ruas e o seu comércio abertos à circulação do público mais pobre, embora de forma restrita e segmentada. Durante as retretas e demais eventos no Jardim Público havia uma divisão do território pelos seus freqüentadores. Tais segmentos não deveriam se encontrar para não haver conflito. Em 2 de maio de 1905 o jornal **A Cidade** publicou uma crítica aos “maus freqüentadores” do Jardim.

A construção do prédio Diederichsen com seis pavimentos e arquitetura no estilo Déco, com um cinema, um hotel no último pavimento, lojas e apartamentos foi um diferencial para a cidade. Era o primeiro edifício alto do município e do interior. Historicamente, houve, por causa da crise econômica mundial em 1929, uma parada no desenvolvimento local no período entre 1930 e 1945. Cinco anos depois, segundo Gaetani, ocorreu a verticalização da zona central da cidade que se estendeu juntamente com o crescimento do município. ,

Um fato ligado ao centro que significou muito para os moradores da cidade, foi a demolição, em 2 de maio de 1944, do Teatro Carlos Gomes. Não há registros precisos sobre o ocorrido, pois após a demolição nada foi edificado no lugar por muito tempo, até o terminal de ônibus, já na década de 1980.

Entre os patrimônios erguidos no centro da cidade, os edifícios que compõem o Quarteirão Paulista se destacam pela beleza arquitetônica e se tornaram, ao longo do tempo, ícones culturais da cidade. Situado na rua Álvares Cabral, entre as ruas Duque de Caxias e General Osório, o complexo é formado pelo prédio do antigo Hotel Palace, o Teatro Pedro II e o Edifício Meira Júnior, onde a partir de 1978 passou a funcionar a Choperia Pinguim II. A área total é de aproximadamente 5.800 m<sup>2</sup>.

A Praça XV de Novembro faz parte desta paisagem e foi, conforme já visto, o antigo Largo da Matriz de São Sebastião, cuja capela construída por volta de 1963 foi demolida em 1905. A partir da década de 20, o centro da cidade tornou-se um ponto de referência para a iniciativa privada direcionar seus investimentos. Impulsionado pelo dinheiro “colhido” nos grandes cafezais, em pouco tempo, a paisagem urbana central mudou. Antigas construções localizadas nas esquinas das ruas Duque de



Caxias e Álvares Cabral foram adquiridas por Adalberto Henrique de Oliveira Roxo. Próspero comerciante de café, Adalberto queria ser um dos pioneiros na construção de um hotel de grandes dimensões, à altura da importância que Ribeirão Preto tinha na época. Com isso, em 1926, era inaugurado o Central Hotel, que mais tarde passaria a se chamar Palace. Esse edifício deu origem ao conjunto arquitetônico conhecido como Quarteirão Paulista. Em 1993 o Condephaat decretou seu tombamento considerando o complexo como “bens culturais de interesse histórico-arquitetônico e paisagístico”.

O Theatro Pedro II foi inaugurado em 8 de outubro de 1930. Composto por três subsolos e cinco pavimentos, a Sala dos Espelhos (Foyer) por si só já é um espetáculo. Por aproximados 14 anos, o centro da cidade contava com dois grandes teatros, o Carlos Gomes, demolido em 1944 e o Pedro II, erguido em 30. Foi nesta fase que a cidade passou a ser reconhecida como Capital da Cultura, devido à efervescência nos muitos palcos existentes em Ribeirão, pois além dos dois teatros, tinham ainda os cassinos.

Maria Lúcia Chagas Valle Soubihe, arquiteta e pesquisadora (1992), ao estudar os patrimônios edificados do centro da cidade, concluiu que o desenvolvimento do lugar se deu em três fases. A primeira aconteceu entre 1845, data das primeiras doações de terras, até 1900 onde foi estabelecido o primeiro plano urbanístico do Largo da Matriz. A segunda fase, de 1900 a 1945, período de profundas transformações na área central. A praça XV começou a configurar-se com seu primeiro ajardinamento e a construção do coreto e de um chafariz inaugurado em 1901. A Praça XV recebeu em 1919 uma reforma total e no cenário surgiu a construção de um barzinho feito pela Antarctica no centro da praça de forma circular. A terceira fase, a partir de 1945, com o desenvolvimento do comércio evidenciando as contradições entre o centro e a periferia.

O centro foi se expandindo, motivado por várias ocorrências. As ruas inicialmente traçadas se alongavam e novas eram abertas. Em 1922, por circunstância do centenário da Independência, foi inaugurada a Avenida Independência, atual Nove de Julho, um dos marcos limites do quadrilátero central.

A sociedade, a esta altura do tempo, já havia trocado o comportamento rural por urbano e novas medidas de higienização foram sendo implantadas. Costumes e modelos de gestão europeus interferiram cada vez mais na condução pública da cidade. Mas este processo se iniciara, segundo trabalho realizado por alguns

historiadores coordenados pelo professor José Evaldo de Melo Doin (2002), desde o fim da abolição. O fenômeno urbano, responsável por transfigurar vilarejos em concentrações consideráveis de gentes e casas, vinha se acentuando no Brasil desde meados do Império. Concomitantemente à abolição efetiva do tráfico de escravos e graças a fatores vários — entre eles a liberação de capitais comprometidos com o comércio de cativos, a hegemonia alcançada pela produção cafeeira e a intensificação da imigração — inicia-se o desenvolvimento das cidades situadas no ‘Brasil caipira’, especialmente na porção interiorana do mapa paulista, mediante o que já foi chamado de ‘modernização conservadora’.

A partir de meados do século XIX, ainda segundo Doin, (2002) por conta das plantações de café o Brasil caipira se transformaria num espaço capaz de coadunar tais características com um profundo gosto pelo moderno e por toda a materialidade e simbolismo que o envolviam e que eram experienciados na Europa como marca de um novo tempo, ou melhor, daquilo que era tido como o ‘melhor dos tempos’: a *Belle Époque*. O termo revela que tais emblemas modernos possuíam relação estreita com a França, especialmente. É por conta disso, que durante o término do século XIX e princípio do século XX, muitos homens no interior paulista tinham seus sonhos povoados por desejos como o de viver um grande amor em Paris, desfrutar de seus cafés e *cabarets*, passear pelas suas ruas olhando as vitrines das butiques e admirando a luz elétrica, entre outras novidades técnicas e materiais.

Entre as cidades do interior paulista que se enquadravam neste perfil de modernista, Ribeirão Preto se destacava. O crescimento desabalado influía também nas disputas veiculadas à conquista e ao exercício do poder público. Basta lembrar que essa região fez dois presidentes de estado: Altino Arantes e Washington Luís, tendo este último alcançado à suprema magistratura do país. Quinzinho da Cunha, chefe local do PRP, sogro de Altino Arantes, recebia constantemente altos mandatários, como Epiácio Pessoa e Wenceslau Brás. Figura também sempre presente nessa região era Antônio Prado, político igualmente de grande cepa, tendo em vista ocupar cargos como o de ministro e conselheiro imperial e prefeito da cidade de São Paulo. Outro nome de expressão era o de Francisco Schmidt, o maior proprietário de café do mundo no início do século XX, político atuante no município de Ribeirão Preto e conhecido como ‘rei do café’ (DONI, 2002). Esta história pode ser visitada por meio da arquitetura. Vários casarões edificadas no passado, no centro da cidade, entre eles o Solar Jorge Lobato e a casa de Joaquim Firmino, ainda estão

solidamente edificadas.

O centro da cidade de Ribeirão Preto, atualmente consolidado dentro do quadrilátero compreendido pelas avenidas Jerônimo Gonçalves, Francisco Junqueira, Independência e Nove de Julho, guarda referências importantes do passado, mas após a verticalização da área, o lugar se tornou tão somente “o centro” e não mais “a cidade”, reflexo obviamente da expansão natural e desejada do município. Os edifícios altos dão a forma da cidade cosmopolita que Ribeirão Preto sempre se fez. Com todas essas mudanças urbanas, muitas pessoas deixaram o centro enquanto local de moradia e o comércio e a prestação de serviços se consolidaram no espaço. Outras interferências urbanas marcaram o centro ao longo do tempo. A construção da Rodoviária, o terminal de ônibus Antonio Achê, depois a construção do Centro Popular de Compras e a implantação do calçadão.

Pesquisas recentes realizadas pelo Instituto de Pesquisa de Ribeirão Preto - Iperp, mostram que o centro da cidade é um lugar de passagem por onde transitam moradores de todos os bairros e dos municípios da região. O desejo de revitalização da área é comum aos gestores, como é o caso da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e da prefeitura, como também dos que ainda moram no local e os que o frequentam.

#### **4.4. Barracão de Baixo e Bairro Retiro deram lugar aos Campos Elíseos**

O bairro Campos Elíseos da década de 10 dos anos 2000 é economicamente autônomo – possui comércio forte com lojas de redes nacionais, como Casas Pernambucanas e Magazine Luzia, por exemplo, unidades bancárias de todas as agências financeiras, prestadores de serviços, pequenas indústrias, índice populacional expressivo e área geográfica extensa. Além disso, sedia dois hospitais, um cemitério e possui referencial cultural significativo considerando o fato de sua formação histórica se reportar aos primeiros anos da Vila de São Sebastião.

Este perfil de bairro grande, pesquisado pela arquiteta Adriana Borges Capretz da Silva (2006) repercute o processo de formação do local, que teve origem no desenvolvimento do bairro Retiro e do Núcleo Colonial Antônio Prado. Segundo a pesquisadora, o bairro foi fundado em 1887 e fazia parte da Terceira Seção do Núcleo, uma das primeiras a se desenvolver. A proximidade com o bairro Retiro, que reunia

casas construídas às margens do Córrego Retiro, perto da área central, colaborou com a expansão do bairro. Para Silva, além da localização, a construção da Eletro-Metalúrgica Brasileira, em 1922 contribuiu para o eixo de expansão Norte do Município, passando pela Terceira Seção, e as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, que na década de 1940, absorveram a mão-de-obra local.

Flávio Uchoa, que já era dono da Empresa de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, ao fundar a Companhia Electro-Metalúrgica Brasileira, interferiu para a instalação da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Minas, também em 1922, visto que em Ribeirão não tinha minério e era preciso buscá-lo em terras mineiras. A Estação da nova Companhia foi edificada nos Campos Elíseos e, proximamente, foi construída uma vila para os trabalhadores da empresa.

Outro aspecto importante a ser analisado, quanto à expansão geográfica do bairro, posteriormente chamado de Campos Elíseos, é em relação ao movimento provocado pela elite. Por uma demanda dos mais ricos, a cidade deveria exterminar qualquer possibilidade de agentes de contaminação da área central e assim, resolveram, em 1888, tirar o cemitério do setor nobre e transferí-lo para terras do Núcleo. Depois do Cemitério da Saudade, em 1897, foi construído o hospital de Isolamento de Leprosos ou Lazaretto. Nas palavras de Silva, a república empurrou a pobreza para as zonas periférica e protegeu a elite.

Em 1893, ainda em conformidade com a pesquisadora, a maior parte dos colonos do Núcleo havia saldado suas dívidas, possibilitando a sua emancipação e, desde esta época, já se tem registro de loteamentos na Terceira Seção, sendo que estes foram intensificados a partir da década de 1920. Quando da criação do Núcleo, os moradores do local, na sua expressiva maioria imigrantes italianos, passaram a identificar as terras da Terceira Seção como Barracão de Baixo. Era uma referência ao barracão edificado pela Companhia Mogiana onde se hospedavam temporariamente os imigrantes que chegavam à cidade. A indicação “de baixo” foi necessária para diferenciar o Barracão de Cima, designação dada às terras da Primeira Seção, que depois deu origem ao bairro Barracão, e então Ipiranga.

Silva explica que os lotes funcionavam apenas como chácaras, abastecidas pelos córregos da região que os agricultores se utilizavam da Mogiana para escoar a produção para outros Municípios. Até a década de 20, numa “fase agrícola” do Núcleo, verificou-se um número elevado de estabelecimentos comerciais de secos e molhados, levando a acreditar que se tratava da comercialização dos excedentes da

pequena produção. Além disso, foram encontrados registros de pequenas indústrias alimentícias e de gêneros de primeira necessidade, sendo que algumas atingiam com seus produtos um mercado regional. Segundo anuário comercial do Estado de SP, em 1903 Ribeirão Preto possuía 85 cafeicultores, 497 estabelecimentos de comércio ou prestação de serviço, 160 oficinas e 44 indústrias. Duas fábricas de cerveja, instaladas já em 1892, estavam localizadas no Núcleo Colonial Antonio Prado. Quarto Bertoldi e Salvatore Livi eram os donos de uma delas, instalada na rua Capitão Salomão. Eles produziam a Cerveja Mulata e o Rum Neguinha.

No ramo da construção, além da concentração de mão-de-obra especializada, decorrente da quantidade de imigrantes que já exerciam o ofício principalmente na Itália, observou-se a presença de olarias e depósitos de materiais.

Alguns destes homens, com experiência na construção, ajudaram na edificação do primeiro templo religioso erguido em Ribeirão Preto em louvor a Santo Antonio. Entre eles estava o senhor Dante Seno, conforme relatou sua filha, Palima Seno, ao MIS – Museu da Imagem e do Som. A Capela de Santo Antonio dos Pobres foi construída na antiga rua Saldanha Marinho, atual Avenida da Saudade, principal via de ligação dos Campos Elíseos. Em 27 de novembro de 1902, foi emitida uma Provisão pelo Bispo de São Paulo, Dom Antonio Candido de Alvarenga, autorizando a benção da Capela de Santo Antonio, e no local passaram a ser celebradas missas e demais ofícios divinos. Em 10 de maio de 1903 foi realizada a benção da Capela, sob a coordenação do Padre Euclides Gomes Carneiro.

A capela de Santo Antonio, inaugurada em 1903, tornou-se pequena em virtude do atendimento que fazia e da expansão populacional do bairro. A modesta edificação comportava entre 300 a 400 pessoas e havia apenas um confessorário, usado pelas mulheres – os homens se confessavam na sacristia. Assim, em 18 de junho de 1922, ainda segundo Tognetti, foi lançada a pedra fundamental da nova igreja Santo Antônio, projetada pelo engenheiro César Formenti, de Milão. Foi concebida com 57 metros de comprimento por 29 de largura. As obras continuaram durante os anos de 1923 e 1925, e aos poucos foi sendo erguido o grandioso templo e convento. Em 1930 a igreja já estava coberta e foi aberta ao público. Em 1934 a nova Igreja de Santo Antonio, na rua Paraíba, estava em funcionamento e os padres transferiram residência para o prédio ao lado do novo templo. O altar mor da igreja foi oferecido por Theolina Junqueira - Sinhá Junqueira, em memória do seu marido Quito Junqueira, falecido em novembro de 1938. No ano de 1940 os Padres

Benedictinos Olivetanos entraram com um pedido junto a Prefeitura Municipal para ampliar o prédio anexo à igreja. Em 15 de março de 1947 foi criada a Paróquia de Santo Antônio de Pádua, desmembrada do Curato da Catedral e da paróquia de Vila Tibério. A paróquia foi erigida por Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Bispo Diocesano de Ribeirão Preto entre 1946 e 1952. A igreja construída pelos padres Olivetanos, passou a ser a Igreja Matriz da nova paróquia, conservando-se o mesmo orago: Santo Antonio.

Após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, enquanto os fazendeiros driblavam a crise dividindo suas terras e comercializando-as em pequenos lotes, em meados da década de 1930, até a década seguinte, segundo SILVA (2002), são implantadas indústrias de grande porte em Ribeirão Preto, entre elas, a IRFM - Indústria Reunidas Francisco Matarazzo, patrimônio industrial que manteve diálogo permanente com o bairro Campos Elíseos desde sua instalação até os dias atuais, mesmo que em ruínas arquitetônicas.

Além das Indústrias Matarazzo, outras duas grandes indústrias, embora de menor porte, também foram instaladas nos terrenos dos Campos Elíseos: a Cerâmica São Luiz (1948) e o Frigorífico Morandi (1946). As duas indústrias se localizavam na rua Industrial.

O arquiteto Henrique Telles Vichnewski (2010), pesquisador do patrimônio industrial, em especial das indústrias Matarazzo no interior paulista, relata na obra editada pela Coleção Identidades Culturais, que as indústrias chegaram a Ribeirão Preto em 1935, com uma instalação no centro da cidade. Em 1945, foram construídos, já nos Campos Elíseos, três galpões e anexos para a fiação e tecelagem que viria a ser completada entre 1946 e 1951. Conta o pesquisador que quando se instalou na cidade, a tecelagem importou da Itália desde o diretor até o chefe de tecelagem, como também a maioria das máquinas. Com isso, as casas das proximidades foram ocupadas por famílias de técnicos italianos, a começar pela vila operária construída pela empresa em frente à indústria, destinada aos funcionários graduados.

Com a retomada do crescimento da cidade, após a decadência da produção cafeeira, intensificou-se a subdivisão dos lotes, sendo que muitos permaneceram nas mãos de especuladores e herdeiros até a década de 1950, conforme relata Silva (2002). As subdivisões das chácaras geravam ruas e travessas particulares, muitas vezes sem saída, sem que fosse previsto um plano geral para a hierarquização de vias,

como é o caso da Travessa Santa Irene – remanescente dos lotes do Núcleo – Beco Irene, entre outras.

Embora muitos bairros estivessem se consolidando em áreas organizadas, o Barracão – de cima e de baixo – segundo Silva, foi o primeiro bairro surgido das terras do Núcleo, marcado pela diversidade de ocupações, mesclando atividades comerciais, pequenas indústrias e agricultura. Isso não foi verificado em nenhuma outra área do município, pois, os demais bairros que foram surgindo eram marcados apenas por uma atividade, como o Morro do Cipó, que se destacou pela produção agrícola, inclusive de café, em maiores proporções que o Barracão.

A Igreja Católica buscou acompanhar o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto. A Catedral no centro da cidade, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário, na Vila Tibério, a Santo Antonio, nos Campos Elíseos. Mas coube também aos representantes religiosos outras iniciativas sociais, como a criação de um asilo, por exemplo, e, conforme veremos, um hospital. O terreno que deu espaço para a edificação do primeiro asilo do município de Ribeirão Preto foi recebido como doação pela prefeitura municipal. A cerimônia de lançamento da pedra fundamental aconteceu em 6 de abril de 1919. O engenheiro Antonio Soares Romeo elaborou três plantas gratuitamente para o Asilo. Nesse mesmo ano começaram as obras, com a construção de dez casas duplas. Além das casas a diretoria construiu os alicerces do “Pavilhão Refeitório”, prevendo, no ano seguinte, a construção completa do refeitório e do “Pavilhão da Administração”. Depois do pavilhão, foi construído um barracão que abrigava um tanque, um forno e dois cômodos para guardar os materiais. Mesmo com o asilo inacabado, no dia 7 de setembro de 1920 a entidade começou a abrigar mendigos da cidade, para que no dia da inauguração fosse possível ter uma ideia de como seria o asilo funcionando. A inauguração oficial só aconteceu no dia 12 de outubro de 1920, com missa campal e a colocação dos retratos no “Pavilhão Refeitório”, de Padre Euclides e do Coronel Joaquim Firmino de Andrade Junqueira. O nome do asilo foi modificado de “Asylo de Mendicidade” para “Asylo Padre Euclides” em 1922, prestando uma homenagem ao seu benemérito fundador. Apenas a partir do ano de 1979 é que foi utilizado o nome de “Lar Padre Euclides”.

Como uma alternativa de sustentação econômica das atividades do Asilo, em 1925 foi inaugurada a Vila Operária Adalberto Roxo, formada por 10 casas duplas localizadas na Avenida Luis Barreto, esquina com a Rua Pernambuco, no barracão de baixo. Esta vila foi idealizada e construída com recursos do presidente do Asilo Padre

Euclides naquele ano, Adalberto de Oliveira Roxo, que visava construir um patrimônio de imóveis para a instituição, a fim de obter rendimentos com os aluguéis. A Vila Roxo era apenas um conjunto de casas a preços acessíveis, destinada a trabalhadores do bairro em geral, e não para alguma indústria da mesma forma como na década de 40 com o surgimento da Vila Matarazzo, para funcionários da IRFM. Vila na Cerâmica São Luis e a Vila Santo Antonio, com 44 casas, construída por Jamil Jorge, entre as ruas Tamandaré e João Ramalho. Quando da edificação a Vila ficou conhecida como Vila do Rei do Fumo (SILVA, 2006, p. 95)

Ainda sobre o patrimônio do Asilo Padre Euclides, no dia 7 de setembro de 1930 foi lançada a pedra fundamental para a construção da Capela de Nossa Senhora Aparecida, dentro do asilo. Devido ao grande número de fiéis que passaram a freqüentar a capela de Nossa Senhora, em 1952 o arquiteto Antonio Terreri iniciou estudos para ampliação de sua frente e, em março de 1954, esta foi concluída.

Mas a ação caridosa, religiosa ou não, já era praticada em Ribeirão Preto, em especial em terras do bairro Campos Elíseos, então Barracão de Baixo, desde o final do século XIX. Em 23 de setembro de 1896 foi instituída a Sociedade Beneficente de Ribeirão Preto, uma associação de caridade que se propunha a criar um hospital para atender pacientes que não tinham condições de custear um tratamento de saúde. Em 1899 as obras de construção da “casa de misericórdia” já haviam sido iniciadas e a Câmara aprovou destinação de verba para a conclusão das obras, assim como uma subvenção anual a ser destinada para a entidade a partir do exercício de 1900. Em 22 de dezembro de 1902, padre Euclides Gomes Carneiro (1879-1945) chegou a Ribeirão Preto designado para auxiliar o Monsenhor Joaquim Antônio de Siqueira, vigário de Ribeirão Preto. No ano de sua chegada até final de março de 1903, uma grave epidemia de febre amarela assolou Ribeirão Preto. Padre Euclides assumiu a presidência da Sociedade Beneficente em meio a epidemia, além disso, as obras do hospital estavam paralisadas. Padre Euclides conseguiu junto ao Cel. Francisco Schmidt a doação de 30 contos de réis para o término das obras. Além disso, conseguiu autorização de Dom Alberto José Gonçalves, para trazer para Ribeirão Preto as irmãs Salesianas para auxiliá-lo no cuidado dos enfermos. Em 1910 o hospital foi denominado oficialmente de Santa Casa de Misericórdia.

A partir de 1915, as construções de dois novos pavilhões foram realizadas, pavilhão das irmãs Salesianas e do Pereira Barreto, projetados pelo engenheiro municipal Antônio Soares Romeo, inaugurado em 15 de novembro de 1923. Em 1938



as irmãs Salesianas foram substituídas pelas irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e, em dezembro de 1989, as religiosas deixaram em definitivo de prestar serviços na Santa Casa. No ano de 1952 foi construída a nova capela.

Como numa grande teia, o bairro dos Campos Elíseos se consolidava como um lugar onde as pessoas moravam, trabalhavam, consumiam e também se instruíam em busca de formação profissional. A industrialização progressiva da cidade gerava, cada vez mais, a necessidade de especialização da mão-de-obra. O que levou a Câmara Municipal a aprovar, em 1922, a construção de uma Escola Profissional Mista em Ribeirão Preto. A área escolhida para a instalação da escola foi uma parte da Chácara Olympia que era de propriedade da prefeitura, visando com essa medida economia de despesas com desapropriação.

Mas o bairro também era lugar de lazer e entretenimento. O clube esportivo Palestra Itália surgiu, conforme relatos do memorialista Rubem Cione, da ideia de imigrantes e filhos de italianos que moravam nas proximidades da antiga estação São Paulo e Minas, no ano de 1916 de formarem um time de futebol. Em 1º de janeiro de 1917 o Palestra Itália Futebol Clube foi então legalizado.

Não existem registros específicos – nem acadêmicos, nem de memória oral – sobre quando houve a mudança do nome do bairro para Campos Elíseos. O que a história nos permite considerar é que o nome faça referência ao perfil do bairro a partir da presença do Cemitério da Saudade, da Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia e da proposta de higienização para proteção da saúde dos moradores. O Cemitério da Saudade foi aberto em 1º de setembro de 1982, por Arthur de Aguiar Diederichsen, intendente (prefeito) de Ribeirão Preto. Este cemitério foi o quarto do município, e o primeiro a ser instalado fora dos limites do Patrimônio da Matriz (quadrilátero central).

Quanto à avenida da Saudade, foi aberta em 1897 com o nome de avenida Saldanha Marinho, antigo “Caminho para Batataes”, que abrangia até poucas quadras após o córrego do Retiro. A avenida da Saudade funcionava como eixo de circulação. Até a década de 1940, a avenida e seu entorno mantiveram suas características originais.

#### **4.5. Bairro do Ipiranga teve nome escolhido por plebiscito**

Originalmente as terras do bairro hoje denominado Ipiranga foram comercializadas pelo Núcleo Colonial Antonio Prado. Reconhecidas como Primeira Seção, a área logo foi identificada como Barracão, devido a proximidade com o prédio da Estação Ferroviária Mogiana, também chamado de barracão e que dava guarida aos imigrantes que chegavam à cidade, fosse para trabalhar nas lavouras de café, nas pequenas indústrias, no comércio ou como prestadores de serviços.

Para diferenciar das terras da Terceira Seção do Núcleo, localizadas abaixo da linha do trem, mais próximas à área central, considerada na época como “Cidade”, ao lado do bairro do Retiro, as pessoas começaram a identificar como Barracão de Cima, que viria a ser o Ipiranga e Barracão de Baixo, que viria a ser os Campos Elíseos.

Segundo Adriana Borges Capretz da Silva (2006), arquiteta pesquisadora do Núcleo Colonial Antonio Prado, tão logo houve a emancipação da área, em 1893, teve início a comercialização das terras de modo que os bairros começaram a se formar. O desenvolvimento desses bairros dava indícios da condição social imposta pela divisão territorial da cidade. A arquiteta relata que enquanto a elite se concentrava no centro e começava a expandir em sentido sul, no sentido oposto, na área do Núcleo Colonial, as classes mais baixas da população encontravam terras a preços acessíveis para construir sua moradia. A localização das estações de trem já evidenciava este fato. A estação principal localizada na Cidade era destinada ao embarque e desembarque de passageiros abastados, enquanto na Estação Barracão desembarcava os imigrantes e pessoas mais pobres que lá mesmo se instalavam ou aguardavam os carroções para o transporte até as fazendas onde seriam contratados (SILVA, p. 88).

Para legalizar a cobrança de impostos na área do Barracão, a Câmara Municipal aprovou a Lei 23 de 1896 e criou o terceiro distrito urbano. Alguns investimentos foram feitos, como ligação de água e iluminação, mas o asfalto demorou a chegar.

Após 1929, o Barracão recebeu grande parte dos colonos oriundos das fazendas de café de toda a região. Verificou-se um aumento progressivo no setor de ambulantes na cidade, provavelmente constituído daquela nova população que não mais encontrava trabalho nas lavouras. Em média, 21,8% dos ambulantes de Ribeirão Preto se encontravam no Barracão (SILVA, 2006. p 122).

A composição social do bairro Ipiranga, na atualidade, revela as várias faces do tempo. Se por um lado é possível constatar a permanência das famílias vindas da Itália, como é o caso dos Rivoiros, Fáveros, Senos, De Angelis, por outro lado, o bairro expandiu e apresenta autonomia econômica com comércio diversificado, indústrias pequenas e de grande porte, agências bancárias, escolas e até uma Faculdade.

Alguns depoimentos registrados pelo MIS – Museu da Imagem e do Som como proposta de formalização da memória oral, mostram a dinâmica do bairro ainda em seus anos de Barracão. Segundo o senhor Elfo Fávero, diversão só acontecia na cidade, como eles identificavam à época, o Centro. Aos finais de semana eles podiam ir, ocasionalmente, a bailes organizados nas fazendas, ou até às Praças XV de Novembro, Sete de Setembro, na área central, ou Coração de Maria, na Vila Tibério.

Como o asfalto demorou a chegar ao bairro, conforme relatam todos os entrevistados ao MIS, de acordo com os registros adicionados ao acervo do Museu em 2009, era comum os moradores do Barracão serem chamados pelos moradores da “cidade” de pés sujos. Já na memória do senhor Otávio Urbano está guardada a imagem das roupas usadas na década de 1930. Ele conta que eram feitas de saco de açúcar e que somente algumas eram tingidas, que a maioria era usada mesmo na cor natural dos sacos.

Alta Alpes guarda mais que memória, ela ainda mantém, em um local dentro da propriedade da família, onde no passado funcionava a Fábrica de Bebidas Gino Alpes, no final da rua Industrial, que passa pelos Campos Elíseos e pelo Ipiranga, uma espécie de santuário com recortes de jornais, rótulos das bebidas e até uma garrafa de guaraná em que é possível observar a existência de gás. Ela conta com orgulho que a garrafa mantém o líquido original por aproximados 30 anos. No local mora a família de seu irmão, conhecido como Zé do Gino. A filha do imigrante italiano, fabricante de bebidas, revela que a personalidade do pai era tão marcante e reconhecida que até hoje, depois de muitos anos de sua morte, todos da família ainda são identificados em relação ao pai. Ela é a Alta do Gino. Até o neto, terceira geração, é ainda relacionado, como é o caso de Marcelo do Zé do Gino.

No início da década de 1970, houve um debate aberto na comunidade para resolver se o bairro deveria continuar com o nome de Barracão ou se deveria mudar para Ipiranga. Segundo senhor Elfo, quem morava da Avenida Dom Pedro em sentido para a Rua Américo Batista queria a manutenção do nome, quem morava da Avenida Dom Pedro até a rua Santa Catarina, queria a mudança para Ipiranga, nome sugerido

em referência ao time de futebol do bairro, fundado pelos imigrantes italianos. O radialista Antonio Magrini levou o debate para a Rádio 79 e a votação foi aberta, na Praça Pedro Biagi. Antonio Ramachote ainda lembra ter votado no nome Barracão e senhor Elfo, no nome Ipiranga.

Além do Ipiranga Futebol Clube, tinha no bairro também, a Sociedade Esportiva Palmeiras – antigo Ítalo Brasileiro –, registrado na Liga Regional de Futebol, com sede própria à Rua André Rebouças, 210. Embora os dois times tenham representado muito para os moradores do bairro que se organizavam a partir das agremiações esportivas, não há, na atualidade, referência da existência dos times. Outra atividade que congrega os moradores do lugar é o carnaval. A primeira iniciativa foi em 1969, quando Oscar Cardozo da Silva, conhecido como Mestre Oscarzinho, deixou de integrar a Escola de Samba Bambas e fundou a Escola Academia de Samba do Ipiranga. Em 1994 uma nova escola surge no bairro com a adesão de remanescentes da Academia. A Tradição do Ipiranga, em atividade até os dias de hoje (JUNIOR, 2010).

#### **4.6. Vila Tibério – primeiro loteamento urbano de Ribeirão Preto**

O povoado da Vila de São Sebastião se expandia para além da área central e era preciso oferecer terrenos para as edificações habitacionais. Enquanto o Núcleo Colonial Antonio Prado começava a se organizar em terras que viriam a ser o Ipiranga e os Campos Elíseos, inicialmente Barracão de Cima e Barracão de Baixo, respectivamente, um agrimensor, Tibério Augusto Garcia de Senna, loteava terras herdadas por sua esposa e assim, fundava o bairro Vila Tibério, em 1894, o primeiro loteamento urbano de Ribeirão Preto.

Oriundo de Minas Gerais, Tibério casou-se com a filha do latifundiário João Franco de Moraes Octávio, herdeira de terras que confrontavam com a Vila de São Sebastião. Os lotes foram vendidos, inicialmente, por 50 mil réis cada e, segundo Rubem Cione e Prisco Prates, em vários de suas obras, os lotes chegaram a ser negociados por 200 mil réis (PRATES, 1956)

As terras da Vila Tibério eram muito mais acessíveis à classe trabalhadora, motivo pelo qual foi ocupada rapidamente, recebendo em seguida os primeiros serviços de infraestrutura urbana. Além disso, a Vila Tibério localizava-se

praticamente junto à Cidade, como era compreendida a área central, atrás da Estação e abrigava, no início, em sua maior parte, funcionários da Mogiana.

Assim, antes da Primeira Guerra, os bairros Barracão de Baixo e Barracão de Cima, já haviam sido responsáveis pela extensão do eixo de crescimento da cidade para o norte, onde as indústrias estavam sendo implantadas. No eixo sul, de acordo com pesquisa da arquiteta SILVA (2006), se concentrava a elite e a oeste, a Vila Tibério, que também se estabeleceu como bairro tipicamente operário.

Em 11 de agosto de 1911 foi inaugurada, em Ribeirão Preto, a Cervejaria Antartica, bem ao final da área central e início do bairro Vila Tibério. Dois anos depois, empreendedores exclusivamente da cidade fundaram a Cervejaria Paulista. O principal incorporador foi Hanz Scherholz e da primeira diretoria fizeram parte João Alves Meira Junior como presidente e Alfio Messina como gerente. As duas fábricas passaram a ser as maiores cervejarias da cidade.

A primeira fábrica da Companhia Cervejaria Paulista foi instalada na rua Visconde do Rio Branco e somente em 1914 foi inaugurada a nova sede, construída na avenida Jerônimo Gonçalves, às margens do córrego. Na margem oposta estava instalada a fábrica da Cia. Antartica Paulista. Desde a sua inauguração, até a década de 70, a fábrica de bebidas da Cia. Paulista, juntamente com a Cia. Antartica, geraram muitos empregos e contribuíram para a formação de mão-de-obra especializada, operariado este, composto inicialmente, na sua maioria, por imigrantes. A construção das duas fábricas colaborou, também, para os investimentos em melhorias na área de abastecimento de água e energia daquela região da cidade, impulsionando o crescimento do bairro Vila Tibério e região central da cidade. A Cia. Paulista foi ainda precursora dos investimentos imobiliários que injetaram significativas cifras nas finanças locais, em meio à crise iniciada em 1929.

Um dos elementos mais marcantes e significativos na memória do ribeirão-pretano, sobre a Cervejaria Paulista, é o toque da “sereia”, que se fazia ouvir em todo o centro e bairros das imediações, com muita precisão na Vila Tibério por causa da proximidade. Em 1928, a diretoria da Companhia aprovou a compra de uma “sereia” da Fábrica Siemens, medindo 80 cm de altura por 25 cm de diâmetro. A peça foi instalada em cima da torre da esquerda do prédio, numa altura de 25 metros. A partir de então o silvo passou a ser ouvido, por exatos 45 segundos, às 6, às 12 e às 18 horas, todos os dias.

Edgar Carlos Hermanson, responsável pela assistência mecânica da “sereia”, assumiu o posto que foi do seu pai, em 1937, e conta em reportagem do jornal “Diário da Manhã” que algumas vezes foi obrigado a tocar a “sereia” fora dos horários pré-estabelecidos. No final da 2ª. Guerra Mundial, Edgar foi acordado no meio da noite, por uma multidão que exigia que a “sereia” fosse tocada em comemoração ao final da guerra. O mesmo ocorreu com a chegada dos expedicionários, vindos da Itália, e em outras ocasiões especiais. O silvo acordava os trabalhadores pela manhã, definia o horário de almoço e alertava o comércio e a indústria para o fechamento de suas portas. O som estridente deixava claro que Ribeirão Preto, paulatinamente, abandonava o ritmo do campo, marcado pelo nascer e pelo pôr-do-sol e adotava o tom frenético da modernidade.

O loteamento da Vila ganhava cada vez mais habitantes e estes manifestavam o interesse da edificação de uma igreja no bairro. Assim, a paróquia Nossa Senhora do Rosário foi criada em 12 de março de 1914. Instituída durante o bispado de Dom Alberto José Gonçalves, primeiro Bispo Diocesano, a construção da Igreja foi iniciada em 1918. A inauguração do templo religioso ocorreu em 24 de dezembro de 1919. Localizada de frente à Praça Coração de Maria, ao lado da Escola Sinhá Junqueira, esta paisagem do bairro representa a localidade.

Antes da construção da igreja, os serviços religiosos eram realizados na antiga sede da Sociedade Alemã, na rua Gonçalves Dias, prédio este doado ao Botafogo Futebol Clube. Posteriormente, as missas foram realizadas numa capela construída no pátio da rua Martinico Prado, ao lado da atual Matriz. Em 1934 foi elaborado estudo para a instalação de um sistema de iluminação para a praça da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Nesta época, havia um coreto na praça onde eram realizadas apresentações musicais sob a regência dos maestros José Delfino, Ignácio Stábile, entre outros.

A primeira escola do bairro também foi edificada a partir da manifestação da comunidade que requereu junto à Câmara Municipal a doação de um terreno ao Estado. Em 1919 a solicitação foi atendida com a lavratura da escritura do terreno. O prédio foi construído entre 1919 e 1921 e, no dia 21 de julho de 1921 o Terceiro Grupo Escolar de Ribeirão Preto foi solenemente inaugurado. As aulas tiveram início no dia 16 de outubro de 1921. O primeiro diretor da escola foi Pascoal Moutno Salgado. Por Decreto Estadual a escola foi denominada de Dona Sinhá Junqueira. O

edifício da escola ostenta piso de cerâmica portuguesa com lâminas de mármore de *carrara* nos detalhes e escada de madeira nobre.

A avenida do Café, que corta o bairro da Vila Tibério e se consolidou como um corredor comercial, existe enquanto meio de passagem desde o tempo áureo do café. Era a antiga estrada de ferro que, partindo da Estação Ribeirão Preto seguia, via Fazenda Monte Alegre, até a Fazenda Dumont. Somente em 1949 passou a chamar-se Via do Café e, em 1966, Avenida do Café.

Uma das paixões da Vila é o Botafogo. O clube foi fundado no final dos anos 10 e antes de ter um estádio na região do bairro que viria a ser a Ribeirânia, sua sede foi no coração da Vila. Segundo Igor Ramos (2008), autor de obra biográfica sobre o clube, era importante para a afirmação do jovem Botafogo ter um local próprio para a realização dos seus cotejos e, assim, o estádio Luiz Pereira foi a primeira casa do Botafogo. A aquisição do estádio pode ser considerada a primeira grande conquista do clube, pois, segundo Ramos, foi fruto da abnegação dos jovens fundadores e colaboradores do início da história da agremiação.

As primeiras partidas aconteceram na terra batida, em um terreno comprado em 1921 e que ficava localizado à rua Santos Dumont, entre as ruas Paraíso e Epitácio Pessoa. As obras no local duraram pouco mais de dois anos e em 24 de fevereiro de 1924 o estádio foi inaugurado antes mesmo de estar totalmente concluído. Segundo publicação do Jornal da Manhã, de 22 de fevereiro de 1924, o Comercial, negou-se a emprestar seu campo ao Botafogo como sempre fazia, o que levou o amistoso no jovem clube da Vila Tibério contra o Uberaba Sport a ser realizado no lugar onde posteriormente seria batizado de Luiz Pereira. Como a obra ainda não estava concluída, foi preciso erguer cercas de ripa em volta do gramado.

O portão principal de Luiz Pereira ficava na Rua Paraíso e logo depois da entrada, a arquibancada coberta. Nos jogos mais importantes, em tardes de gala como muitos chamavam, eram colocadas cadeiras em volta do campo. Relatos da época ilustram bem o clima amadorístico do futebol (RAMOS, 2008).

Nos seus primeiros anos, o estádio ainda não tinha nome e as pessoas se referiam a ele como o campo da Vila Tibério ou apenas como campo do Botafogo. O local chegou a receber o apelido de Fortim da Vila. Mais adiante, o estádio também passou a ser carinhosamente chamado de Madeirão, devido sua estrutura de madeira.

Ramos (2008) explica que o estádio só recebeu o nome de Luiz Pereira anos depois da sua inauguração. A denominação foi uma homenagem ao abnegado diretor

de mesmo nome, considerado o maior responsável pela aquisição do terreno junto à Antártica e pela construção do estádio. Pereira ocupou vários cargos e sua colaboração foi determinante para o crescimento do clube. Em 1941 aconteceu o batismo oficial do campo botafoguense. Segundo registros da época, existia um acordo entre os dirigentes, no qual dizia que o primeiro mandatário que falecesse depois da construção do estádio daria a ele seu nome. Em homenagem póstuma o nome de Luiz Pereira batizou o primeiro estádio do Botafogo.

O último jogo oficial em Luiz Pereira foi realizado no dia 2 de dezembro de 1967, depois desta data, o time passou seus jogos ao Santa Cruz. O terreno localizado no quadrilátero que inclui as ruas Santos Dumont, Paraíso, Epitácio Pessoa e Bartolomeu de Gusmão, foi preservado, bem como uma de suas arquibancadas que fica posicionada na rua Santos Dumont. No local do campo foi construído o clube poliesportivo.

#### **4.7. História do Bairro Vila Virgínia tem origem na formação do Bairro da República**

A maioria dos ribeirão-pretanos não localizaria, nos dias de hoje, o Bairro da República, porém, saberiam, no mínimo, apontar a direção cardeal da Vila Virgínia. O que poucos sabem é que os dois existiram ao mesmo tempo e, depois, um transitou para o outro, no caso, o Bairro Vila Virgínia incorporou o Bairro da República, considerado o mais antigo da cidade, tendo sido formado de maneira espontânea. Somente os mais velhos guardam na memória a referência nominal do Bairro da República e até insistem em identificá-lo como um bairro ainda existente, como é o caso da senhora Isaura Magnani, que em depoimento ao MIS – Museu da Imagem e do Som, disse que a Vila Virgínia começa onde termina o Bairro da República. Talvez o que melhor caracterize hoje o bairro seja a avenida Caramuru, onde se localiza o Solar Villa Lobos, a casa mais antiga ainda edificada da cidade de Ribeirão Preto, patrimônio reconhecido historicamente pelo Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo. A senhora Nair Magnani, também em depoimento ao MIS, informou ter freqüentado a casa quando ainda era de propriedade da família Salomone e que no local aconteciam aulas de catecismo que ela participava.



O imóvel foi construído no final do século XIX, possivelmente, segundo Maria Elízia Borges (1983), antes de 1894, por André Maria Ferreira de Villa Lobos. A pesquisadora descobriu durante suas investigações sobre a casa, que a pintura decorativa do imóvel abrange o “hall” de entrada, a sala de jantar e um dos dormitórios. A execução das pinturas são anteriores a 1894 e uma destas decorações pode ser de autoria do pintor Rosaltino Santoro. Ainda segundo a autora, a decoração da casa reflete o gosto e o costume manifestados através de um saudosismo arraigado a um ideal estático proveniente da cultura européia. Este fato talvez seja explicável por ser seu proprietário um imigrante português de descendência espanhola. Na avaliação de Borges, as pinturas presentes no imóvel da avenida Caramuru contribuem para a elaboração de uma compreensão sobre o gosto estético das pessoas que habitaram Ribeirão Preto no final do século XIX e início do século XX.

Em frente a este solar foi construída a primeira estação ferroviária da Cia. Mogiana, inaugurada em 23 de novembro de 1883. De acordo com José Pedro Miranda, a construção da Mogiana trouxe trabalhadores, que foram se instalando nas proximidades da estação, dando origem posteriormente ao bairro da República, que se desenvolveu entre 1883 e 1905. O bairro teria sido ocupado por portugueses, espanhóis, italianos e brasileiros.

Segundo Santos (1948, p. 183), o nome do lugar é uma homenagem à Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889. O bairro, já nas suas primeiras décadas sofria com a força das águas. Em 1927, durante a Semana Santa, o lugar foi atingido por uma grande enchente que chegou até aos trilhos do trem, na avenida Caramuru. Houve destruição material de grande porte, animais foram arrastados e moradores perderam pertences nas imediações da rua Guatapará.

Em 1933, para garantir a passagem e um lado ao outro, permitindo a expansão do bairro, foi construída uma ponte de madeira na rua Guatapará, demolida em 1976 e substituída por outra de concreto. Local de povo devoto, nas ruas Guatapará e Caramuru existiam aproximadamente, de acordo com Miranda, cerca de onze pontos de oração, onde os devotos depositavam seus votos e preces.

Um dos locais mais conhecidos do bairro da República é a rua Vitória, antigo Beco da Vitória, uma das passagens da rua Guatapará para a Vila Virgínia. O Beco era um caminho antigo que servia aos moradores e possuidores de terrenos da Vila Virgínia, Villa Affonso XIII, Villa Guanabara e algumas chácaras. Era a única passagem até por volta de 1924, época em que houve a venda de lotes daqueles terrenos e a

Companhia Mogiana cedeu, por troca, uma faixa de terra para uma nova e mais direta via de ligação, que é a avenida 1º de Maio, uma das mais importantes vias da Vila Virgínia, um corredor comercial.

O antigo Beco da Vitória dava acesso aos moradores da Fazenda Boa Vista, Chácara Carborante, Paraíso - esta foi vendida, loteada e tornou-se efetivamente o bairro Vila Virgínia, que depois passou a compreender as demais localidades ao seu redor. Situava-se entre os terrenos da Companhia Mogiana e terrenos da antiga Chácara Villa Lobos, que foi vendida em 1920 para Antônio Salomone. Em 1930 o mesmo reclamou este beco como sendo parte de seu terreno, porém, com os mapas da Companhia Mogiana e os do Departamento de Obras, ficou comprovado que a rua pertencia à prefeitura.

A Companhia Mogiana possuía um terreno com área de 18.569 metros quadrados, fazendo face para a avenida 1º de maio, rua Guatapará e Beco da Vitória. Em dezembro de 1936 o prefeito municipal da época, Alberto Whately, oficiou ao presidente da Mogiana pedindo a doação de terras da Companhia para o alargamento do Beco, pois o mesmo não comportava o movimento de veículos e pedestres e era o único caminho de acesso para as outras ruas da Vila Virgínia.

Em novembro de 1938, o presidente da Mogiana endereçou ao prefeito um ofício informando que a Companhia cedeu um terreno de sua propriedade na rua Guatapará para que fosse construído o seu *stadium*. Com isso, ele pediu autorização do chefe do executivo para o fechamento de parte do Beco da Vitória e que o mesmo fosse incorporado ao campo. Ele afirma que o Beco da Vitória, de acordo com as escrituras, pertencia à Companhia desde 1924. O presidente cita ainda, em sua carta, que em 1934 os moradores conseguiram da Mogiana, junto à prefeitura, o alargamento do Beco em cinco metros, passando a ter a largura de 11 metros.

Um mês depois, em dezembro, foi apresentado ao prefeito municipal um abaixo assinado dos proprietários que se opunham ao fechamento do Beco da Vitória, mas os mesmos afirmavam aceitar o fechamento para a construção do Stadium do Sport Clube Mogyana. Entre as pessoas que assinaram estava Antonio Salomone, proprietário da chácara "Villa Lobos" e que possuía dois pequenos prédios na rua, que eram as dependências de serviço de sua chácara.

O Esporte Clube Mogiana transformou-se em um local de convivência do bairro, segundo o senhor Gildo Faustino da Silva, presidente da entidade no ano de 2009. Ele trabalhou na Companhia Mogiana desde os 17 anos e sempre acompanhou

as atividades do Clube. Conta ele, em depoimento, que a natação era a “meninas dos olhos” do presidente da Companhia e que eram apoiados pelo clube vários atletas, entre eles Octávio Mobiglia e Abílio Couto, este último recebeu destaque por ter atravessado o Canal da Mancha, em 1958.

A Chácara Paraíso pertencia a Lindolpho de Faria Nogueira e sua mulher Maria Alvina Nogueira. Com área de 19 hectares e 57 ares de terras, com casa de moradia, cocheira, pastos, cercas, moinho para fubá, água encanada, casa para máquina de picar cana, roda d'água, casa para carros, currais, pomar e outras benfeitorias, a chácara estava dividida e demarcada judicialmente. Curioso, ao observar o documento oficial, é o detalhamento da demarcação. Consta como limites da propriedade, que a mesma tem princípio em uma cova que se fez à margem esquerda do córrego Ribeirão Preto e serve de divisa ao condomínio de Antonio Larranãga – deste ponto vai com 60 graus medindo 277 metros até uma cova que se fez à beira de uma estrada – deste ponto continua à direita com 44 graus e 30 minutos, medindo 335 metros até o lugar onde se fez uma cova – deste ponto continua à esquerda com 144 graus, medindo 210 metros até onde se fez uma cova na cerca do perímetro, confrontando até aí com Antonio Larranãga – deste ponto continua à direita com 57 graus e 10 minutos, medindo 308 metros até o canto da cerca, confrontando até aí com Manoel Bernardes dos Reis – deste ponto continua à direita com 283 graus e 50 minutos, medindo 567 metros pela cerca do perímetro até o canto da mesma – deste ponto, continua pela mesma cerca com 239 graus e 45 minutos, medindo 425 metros até o córrego, confrontando até aí com as terras da Companhia Mogyana e da viúva Villa Lobos, deste ponto continua à direita, córrego acima, até o ponto onde teve princípio esta descrição, medindo até aí 290 metros em linha.

Segundo Virgínia Macorin de Lima, em depoimento ao MIS, e conforme consta no livro Ruas e Caminhos (2007), a Chácara Paraíso, uma gleba de oito alqueires, foi adquirida pelo seu avô Álvaro de Lima e depois loteada, dando origem ao bairro Vila Virgínia. O nome foi uma homenagem à sua esposa, Virgínia de Barros. Foi ele também, o responsável por várias melhorias no bairro, como doação de terras para abertura da Avenida 1º de Maio, para a construção da Igreja Santa Maria Goreti, Casa Paroquial e do Grupo Escolar.

O comerciante Edmo Maurin, nascido na Vila Virgínia, disse em depoimento, que seu pai, Mário Maurin foi um dos primeiros corretores da cidade. Ele vendeu a maior parte dos lotes da antiga chácara Paraíso. O filho conta que muita gente só

conseguiu comprar um lote, por que seu pai, que ficava com a primeira parcela como forma de remuneração, facilitava aceitando rádio, bicicleta e outros bens como pagamento. Conta ainda que os lotes eram parcelados em até cinco anos.

Uma das tradições culturais do bairro Vila Virgínia é o Encontro de Folia de Reis. O primeiro foi realizado em 1993, na Praça da Igreja Maria Goretti. A escolha do bairro não foi um acaso. Trata-se da localidade onde reside a família Alves, que mantém sua Companhia de Reis até os dias atuais. A partir do segundo encontro, no entanto, a celebração passou a ser realizada na praça João Rossi, ainda na Vila Virgínia, para ficar mais próximo à Capela dos Santos Reis, localizada na rua Medeiros de Albuquerque, número 60. O Encontro se expandiu, passou a ser identificado como regional e mais recentemente, como nacional.

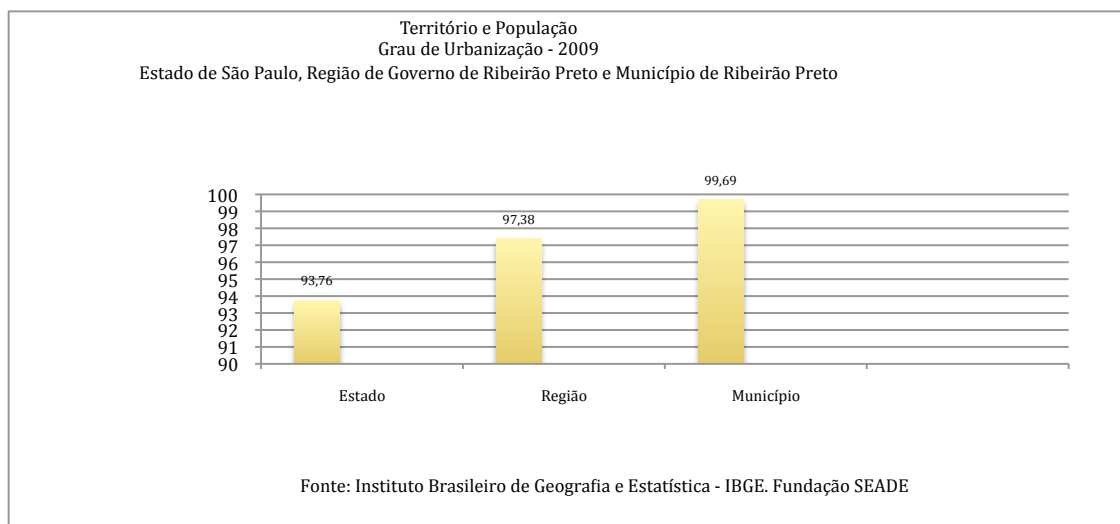
## 5. Paisagem natural e geográfica de Ribeirão Preto

### 5.1. Contextualização dos recortes da pesquisa sobre Ribeirão Preto

Para Mombeig (1984) o Brasil é um país, que por sua dimensão continental, tem vastas extensões com recorrência nas suas características geográficas. Algumas destas feições possuem territórios equivalentes a uma França. Há peculiaridades geográficas da paisagem do município a serem retomadas posteriormente que sintetizam a transição entre dois grandes conjuntos naturais devido à sua localização no planeta.

Seu marco zero está localizado nas coordenadas de 21°10'30" S e 47°48'38" W. Em Ribeirão Preto, município do Nordeste do estado de São Paulo com 650,37 km<sup>2</sup> e a população é composta por aproximadamente 577 mil habitantes, com uma densidade demográfica de 887,30 habitantes por km<sup>2</sup>.

Quanto à taxa de urbanização, o Município, comparado com a Região e o Estado, apresenta os dados que seguem:



Evidencia que quase toda a população habita a zona urbana do município. Seus moradores de modo geral e, por consequência, os que habitam os bairros/setores em questão no interior da pesquisa, desfrutam de boas condições de existência, pois o IDH-M era de 0,822 em 1991 e alcançou 0,855 no ano de 2001 (IBGE), mas com expectativas de crescimento para o Censo do ano de 2010.

Segundo a fundação SEADE (2010) <sup>14</sup> os habitantes mais velhos são mais numerosos do que nas médias regionais e estaduais. Também há uma menor proporção de jovens quando comparada ao Estado e à Região. Assim, todas as estatísticas vitais, como mortalidade infantil, mortalidade em geral, fecundidade, natalidade e analfabetismo, são melhores que as da região de governo e também do estado, confirmando as boas condições de existência.

Não significa, no entanto, que não haja desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres que habitam o município, já que ocorre uma grande concentração de renda para a população mais rica. O Índice de Gini destinado a medir esta desigualdade na distribuição de renda aumentou de 0,53 para 0,56. Há, como em outros municípios de porte semelhante, favelas no território ribeirão-pretano (trinta núcleos). Deve-se destacar, no entanto, que somente 3,84% dos moradores locais não têm acesso a infraestrutura urbana adequada. Mais de 99% dos moradores desfrutam da coleta de lixo domiciliar. O abastecimento de água não chega regularmente a somente 1,95% dos domicílios e a coleta de esgoto não alcança 4,23 % das moradias.

Os indicadores de escolaridade também demonstram uma boa condição, pois há somente 4,44 % de analfabetos entre os que têm 15 anos de idade ou mais. A população economicamente ativa tem em média oito anos e meio de estudo. As atividades comerciais e de prestação de serviços ocupam em torno de 80% da mão de obra do município proporcionando rendimento médio de R\$ 1.519,47. O município contribui com 1,44% do Produto interno bruto do Estado de São Paulo. A taxa de delitos cometidos no Município, para cada 100 mil habitantes, recuou de 39,94% no ano de 2001 chegando a 7,02% em 2009, corroborando a condição de recuo da criminalidade<sup>15</sup>.

Do ponto de vista da paisagem natural cabe destaque, como já anunciado, que particularmente no Estado de São Paulo, é notado o contato entre dois grandes conjuntos geográficos. Trata-se do Cerrado do Brasil Central e da Mata Atlântica do Sudeste do País. São as chamadas "Zonas de Transição" entre as áreas "Core" dos dois grandes conjuntos geográficos, segundo as considerações de Ab'Saber (2003).

Para Conti e Furlan (1995) e Ross e (2000) as unidades em questão se interpenetram ao longo de boa parte do território do estado de São Paulo, evidenciando esta transição. Esta se traduz historicamente e espacialmente em

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> com acesso em 10/10/2010

<sup>15</sup> Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=490> com acesso em 10/10/2010.

variações populacionais (dinâmica demográfica e as práticas espaciais empreendidas), climáticas (especialmente no que diz respeito às temperaturas e precipitações), vegetais (com destaque para o porte e densidade de espécies), pedológicas, geológicas e conseqüentemente morfológicas.

A morfologia do relevo nos limites do município é, segundo Ross & Moroz (1997) denudacionais, cujo modelado se constitui basicamente por colinas amplas e baixas com topos tabulares. Os vales possuem entalhamento médio de 20 metros e a distância entre os interflúvios varia de 750m a 3.750m. As altimetrias variam de 500m a 700m com declividades médias entre 2% e 10%.

Os solos também são variados em função de se formarem a partir de materiais diversos como da decomposição de arenitos eólicos, fluviolacustres e marinhos, derrames basálticos e lâminas e outras intrusões de diabásio. Há uma variação significativa profundidade e de fertilidade em razão de seu pH, composição inorgânica/orgânica e da umidade presente. Predominam os Latossolos Roxo nos setores mais aplanados e a Terra Roxa Estruturada nas vertentes mais inclinadas. Há ainda os solos hidromórficos acompanhando, apesar da baixa densidade de drenagem, as calhas dos rios com destaque para o Mogi-Guaçu, Pardo e Ribeirão Preto. Por último ainda são encontrados os litossolos com baixíssima evolução nas proximidades dos afloramentos basálticos. Como decorrência destas características há um baixo potencial erosivo.

Quanto à zonalidade climática o Estado de São Paulo pertence ao domínio tropical, apresentando temperaturas médias anuais acima de 18°C. Há uma perceptível diferença entre a estação seca (meses de abril a setembro) e chuvosa (meses de outubro à março) provocando uma desigual distribuição das precipitações ao longo do ano, oscilando entre 800 mm à 2200 mm anuais, mas tendo como precipitação média, 1.467 mm anuais.

Interferem no clima do estado a ZCIT (Zona de convergência Intertropical), massas de ar Equatorial continental, Tropical marítima ou atlântica, Frente polar atlântica, Tropical continental e as linhas de Instabilidade tropicais.

Segundo Henriques (2003), a vegetação natural estava presente no ano de 2000 em 4,39% da área do município sendo composta predominantemente por marchas de cerrado e cerrado e pequenas parcelas florestais.

## 6. Marcos edificados e área urbana de interesse patrimonial

### 6.1. Distrito de Bonfim Paulista<sup>16</sup>

Distrito de Ribeirão Preto, Bonfim Paulista preserva tradições típicas de pequenas cidades do interior por não ter sofrido grandes transformações na sua formação e evolução urbana. É importante destacar que na tipologia das residências, quando observamos diversos exemplares de habitações com muretas ou pequenas grades e amplas varandas, confirma a característica de um lugar pacato.

Um bem patrimonial de grande importância, identificado nessa área pelo grupo, é a vivência e a relação sócio-espacial da comunidade com o distrito onde se verifica que não houve grandes alterações quanto aos seus costumes. Mediante o preliminar levantamento de campo, o grupo constatou a importância das diversas fazendas em seu entorno, que foram significativas para que Ribeirão Preto chegasse à categoria de “terra do café”. As primeiras edificações do distrito iniciam-se onde hoje se localiza o centro histórico (definido pelo Conppac), próximo dos recursos hídricos. O fato pode ser comprovado se observarmos o tamanho das quadras comparadas com as demais.

#### 6.1.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento

- **Edifícios da Rua Prof. Felisberto Almada** - Usados predominantemente comercialmente na frente e residencial aos fundos, encontram-se alguns exemplares já em processo de degradação, com poucos ornamentos, alguns com a presença da platibanda, molduras nas portas, ambos sem recuos entre eles e localizados na divisa da rua. A escolha do patrimônio foi feita pelo Conppac.

- **Conjunto Rua Barão de Ataliba** – Composto por 3 edifícios identificados pelo Conppac.

---

<sup>16</sup> Baseado em: FIUZA, Juscélia Vitória Teixeira. Assentamento Sustentável na Área Urbana de Bonfim Paulista – Ecovila. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdades Coc. Ribeirão Preto, 2010.



- **Casas Rua Capitão José Lopes Otero** – há algumas edificações identificadas pelo Conppac com escadarias externas e presença de reforço nas fundações.

#### 6.1.2. Marcos identificados pelo grupo e pela população

- **Praça Barão do Rio Branco** – este espaço público é o mais frequentado pelos moradores. Além do Arraiá de Bonfim, que ocorre no fim do mês de junho, tradicional no distrito, a importância da praça para os moradores sua utilização para passear com crianças, namorar, deitar e até para o descanso de seus animais.

- **Rua Prof. Felisberto Almada** – a rua é predominantemente comercial, com algumas prestações de serviços. É o eixo de ligação entre Ribeirão Preto e a SP 328 ligando ao município de Cravinhos e à Rodovia Antonio Machado Santana. Seu comércio é passado de geração em geração, exemplo da Panificadora Centenário. O traçado das quadras é diferente do restante do distrito, sendo a rua composta por quadras menores. Além disso, a rua é acesso para o Clube Atlético Bonfinense (onde ocorria a Festa do Peão e onde ocorre ainda o tradicional futebol do distrito). O tradicional carnaval de rua, com desfiles das escolas de samba também passa por aí (fator principal para a escolha da população pela rua). Tem muitos edifícios de interesse histórico, sendo localizada, ainda no fim desta rua, uma das muitas fazendas de café existentes em Bonfim, a Fazenda Santa Maria.

- **Paróquia Senhor Bom Jesus do Bonfim** - Indicada pela população local, no pátio da Igreja há a realização do Baile dos anos 60 em 12/06, quermesses, festa junina e a procissão de Nossa Senhora Aparecida que sai de Ribeirão Preto e termina na paróquia. As festas que ocorrem no pátio são voltadas para os fiéis.

- **Edifício Cia. Paulista de Força e Luz** – edifício projetado por Victor Dubugras. Escolhido pelo grupo Marcos Edificados, em virtude do arquiteto ser o precursor do modernismo na América Latina projetando diversos edifícios com a expansão da economia cafeeira.

- **Habitação ao lado da Cia. Paulista de Força e Luz** – o grupo identificou a residência por ter valor enquanto conjunto arquitetônico com características ecléticas.

- **Habitação na Rua Luiz da Cunha próximo ao Córrego Ribeirão Preto** – a habitação, apesar das esquadrias de ferro, sua fachada possui detalhes arquitetônicos ecléticos.

- **1ª Casa construída em Vila Bonfim** em 1900 – sede da fazenda Santa Silvéria – Rua Senhorinha Bonfim. A casa é o único resquício da fazenda, segundo moradores.

### 6.1.3. Marcos identificados pela população

- **Fazenda Santa Maria** – A fazenda ainda preserva características de uma fazenda cafeeira. Localizada na área urbana a mesma reforça o eixo histórico e comercial da Rua Professor Felisberto Almada e atualmente está sofrendo especulação imobiliária.

- **Fazenda Santa Rita do Quintinho:** Informada pelo ministro da Eucaristia Paulo, diz que a mesma preserva ainda resquícios da escravidão (tem senzala), além da “Vozinha”, uma senhora que sempre morou na fazenda.

- **Fazenda Cruzeiro:** onde toda primeira sexta-feira do mês há celebração de missas cantando o Hino tradicional a Santa Luzia. A Fazenda Cruzeiro conserva ainda uma grande Vila de Colonos. Em dezembro há três noites de tradicional de quermesse em comemoração a Santa Luzia.

**Fazenda Boa Vista:** propriedade do Sr. Antônio Geraldo Anibal, na fazenda ocorre a Festa da Cruz do Pedro, festa dos Motoqueiros (aos domingos) e a Comitiva dos Cavaleiros.

## 6.2. Centro (Quadrilátero central)

É importante salientar que o grupo setorial que trabalhou com as questões dos marcos edificados, depois de várias discussões, estabeleceu que realmente é imperativa a realização de uma análise mais ampla e aprofundada de toda a área do quadrilátero central, para a identificação de marcos e referências de importância arquitetônica e urbanística encontrados no referido espaço. Tal recomendação vai ao encontro da construção e consolidação plena do “Centro Histórico” de Ribeirão Preto, que diferentemente de outras localidades da cidade, guarda um riquíssimo acervo de

referências do patrimônio cultural material e imaterial. Indicaram também que outras edificações construídas após 1950 poderiam passar por esta análise como por exemplo, o edifício do SESC Ribeirão, de meados da década de 1950, do arquiteto Osvaldo Corrêa Gonçalves, o edifício residencial Ida Marchesi, inaugurado em 1960, do arquiteto Manoel Carlos Gomes de Soutello, Estação nova da Mogiana do arquiteto Oswaldo Bratke, entre outros.

- **Rua José Bonifácio** – tem valor enquanto conjunto arquitetônico (ecletismo) contínuo e único na cidade, apresentando vários elementos ornamentais nas fachadas em bom estado de conservação. Esse conjunto arquitetônico também representa e marca a época de implantação do lote urbano do início do século XX, com os seus recuos laterais, mas ainda traz elementos de raiz colonial, como o lote junto ao passeio público e sem recuos frontais. Subsidiado pelos conceitos do grupo, a Rua José Bonifácio apresenta riqueza, pois é possível identificar a existência de valores sócio-espaciais presentes em toda a sua extensão. É sugerido pelo grupo setorial a inserção e complemento da Rua José Bonifácio no processo de calçamento ou ampliação das calçadas com estreitamento da rua e conseqüente diminuição do fluxo de automóveis e fortalecimento da vivência (valores sócio-espaciais) dos cidadãos da cidade nessa localidade.
- Em busca de compreender a formação e evolução urbana da cidade, o grupo analisou sistematicamente mapas da cidade desde 1884 até a atualidade (ver mapas em anexo<sup>17</sup>) e para o caso do centro, foi verificado que as quadras das **ruas Mariana Junqueira e Visconde do Rio Branco entre a Avenida Jerônimo Gonçalves e Independência**, apresentam-se como manchas de importância histórica e arquitetônica, pois é uma localidade presente desde o início da ocupação do centro e devido a pequena transformação e alteração na sua arquitetura e urbanismo, representa um espaço de valor remanescente do centro da cidade.
- **Alameda na rua Visconde de Inhaúma** – entre as Ruas Mariana Junqueira e Visconde de Rio Branco, por sua espacialidade de valor histórico e paisagístico (local do antigo estacionamento de carroças e cavalos) e que atualmente abriga uma pequena área verde e respiro ambiental.

---

<sup>17</sup> Todos os anexos deste capítulo estão compreendidos com indicações dentro do Anexo 07

- **Posto do DAERP**, na esquina das Ruas Campos Salles e Marechal Deodoro. Valor arquitetônico pelo conjunto Neocolonial e paisagístico.

#### 6.2.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento

1. Avenida Jerônimo Gonçalves
2. Cervejaria Paulista
3. Hotel Brasil
4. Mercado Municipal
5. Bens móveis e imóveis da ferrovia do município de Ribeirão Preto
6. Rua José Bonifácio
7. Casa do “Pai Jacinto” - memória
8. UGT - União Geral dos Trabalhadores – 1934
9. Imóvel n. 465/467 na Rua José Bonifácio
10. Fachada/frontão e treliças da antiga Algodoeira Matarazzo – década de 1930
11. Palácio Rio Branco - 1917
12. Casa de Câmara e Cadeia – 1885-1890
13. Primeiro Distrito Policial
14. Conjunto artístico e cultural "Canteiro das Artes" – Praça Carlos Gomes
15. Museu de Arte de Ribeirão Preto "Pedro Manuel Gismondi" (MARP) - 1908
16. Imóvel da Biblioteca Cultural “Altino Arantes” - 1927
17. Palacete Joaquim Firmino
18. Solar Francisco Murdocco - 1916
19. Palacete Jorge Lobato - 1917/18
20. Palacete Albino de Camargo Neto
21. Palacete Camilo de Mattos
22. Teatro Pedro II
23. Quarteirão Paulista (Edifício Meira Júnior, o Teatro Pedro II e o Palace Hotel) e a Praça XV de Novembro)
24. Edifício Diederichsen
25. EE Otoniel Mota
26. EE Fábio Barreto
27. EE Dr. Guimarães Júnior
28. Avenida 09 de Julho
29. Capela do Marista
30. Catedral Metropolitana de São Sebastião e Pálacio Arquiepiscopal

31. Sociedade Recreativa e de Esportes
32. Imóvel da Rua Bernardino de Campos, 1071

#### 6.2.2. Marcos identificados pelo grupo

33. **Residência de Francisco Murdocco** na esquina das ruas Américo Brasiliense e São José, uma modesta casa térrea e talvez sua primeira residência. Apresenta características arquitetônicas coloniais, por sua simplicidade e técnicas construtivas.
34. **Casas de ferroviários da Mogiana**, ao lado da Rodoviária.
35. **Antigo Pastifício Inecchi** - Rua José Bonifácio, volumetria existente e que denota a presença das pequenas e primeiras indústrias nessa região antes de se deslocarem para os arrabaldes.
36. **Teatro Carlos Gomes** - memória - INAUGURADO EM 1897 E DEMOLIDO EM 1946
37. **Palacete Inecchi** - memória - 1929
38. **CPFL** da Rua Mariana Junqueira - memória
39. **CHALET EDUARDO MAGRI** - Rua Visconde de Inhaúma. Influência do estilo da arquitetura alemã do tipo enxaimel (*Fachwerk*) - estrutura de madeira aparente
40. **Casarão** da família do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (Quinzinho), situada na rua Visconde de Inhaúma, esquina com a rua Américo Brasiliense. Hoje o edifício Plaza - memória
41. **Casarão** da família do Dr. Cayres Pinto, médico do Coronel Quito Junqueira, depois pertenceu ao Dr. Fauzi Salim, situada na rua Cerqueira César, esquina com a rua Lafayette - memória.
42. **Casarão** do senhor Caio Magri, situada na rua Visconde de Inhaúma, esquina com a rua Rui Barbosa - memória
43. **Casarão** da família Barilari, situada na rua Visconde de Inhaúma, esquina com a rua Rui Barbosa, em frente a praça Luís de Camões. Hoje edifício residencial Itália - memória
44. **Edifício ABC** - 1941 - Diederichsen & Cia., dando seqüência aos seus investimentos na área da construção civil, edificam na rua Saldanha Marinho, 566, sob projeto e construção de Antônio Terreri e Paschoal de Vicenzo, em estilo Art Déco.
45. **Umuarama Hotel** - inaugurado em Janeiro de 1951, com quinze pavimentos, marcando para Ribeirão Preto o início da verticalização do centro da cidade, na década de 1950. Novamente Antônio Terreri e Paschoal de Vicenzo, foram os responsáveis pelo projeto e construção do edifício localizado na rua São Sebastião.
46. **Edifícios residenciais da Avenida Nove de Julho**. Apresentam características do estilo neocolonial, como a Residência do Sr. Flavio Uchoa Junqueira, de 1951 e outras.

47. **Rádio PRA-7** - O primeiro edifício projetado para abrigar uma emissora de rádio em Ribeirão Preto foi a PRA-7, que em seu tempo foi a emissora de destaque e presença política e cultural no interior do Estado. Foi fundada por José da Silva Bueno e José Cláudio Louzada. O projetista e construtor do edifício foi Joaquim Gervasio dos Santos. O prédio foi concluído de conformidade com a planta aprovada sob nº. 578 de 28 de junho de 1950, com o respectivo habite-se em 16 de março de 1951. Ela se localiza na Rua Barão do Amazonas nº. 69, esquina com Avenida Dr. Francisco Junqueira.
48. **Praça defrente** ao Palácio do Rio Branco – valor sócio-espacial
49. **Igrejas** São José e Santo Antônio e Capela do Hospital da Beneficência Portuguesa.
50. **Vilas** de residências em alamedas e travessas do centro, como a da Rua Américo Brasiliense, entre a Marechal Deodoro e Floriano Peixoto.

### 6.2.3. Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisadas

- Avenida Francisco Junqueira,
- antiga avenida do Café – Diário da Manhã 31/7/1938, p. 8
- Avenida 9 de Julho- abertura e calçamento Jornal A Tarde, 23/1/1945, ultima página
- armazém Chasp – localizado na rua Duque de Caxias 1925
- armazém Eduardo Luiz Magri - rua Jose Bonifácio c/ Prudente de Moraes (Memória)
- Bar e restaurante Marabá – Rua José Bonifácio, 23 (antigo) Diário da Manhã, 1/6/1948, p. 4
- Bazar central – aniversário dos 35 anos de existência – Jornal Diário da Manhã, 18/12/1938, p. 8.
- Casa Beschiza- Diário da Manhã, 28/3/1952, p. 27
- João Benasi - Florêncio c/ Visconde – Sorveteria Pisani
- Rua Rui Barbosa 906 ou 907 quase na Jose Bonifácio
- Visconde do Rio Branco, n. 42 44 c/ Álvares Cabral - proprietário Bernardo Alves Pereira - 1863 – Revista Roteiro de Ribeirão Preto, 1948.

### 6.3. Vila Tibério

O grupo possuía uma percepção de que a Vila Tibério por seu valor histórico de evolução urbana (um dos bairros mais antigos de Ribeirão Preto), apresentaria uma unidade pouco transformada e com raras ou quase nenhuma descaracterização do seu valor tradicional em sua arquitetura. Mas, por meio do preliminar

levantamento de campo observou-se que houve de fato uma descaracterização das unidades arquitetônicas (conjunto eclético das casas de porão alto e platibanda).

O grupo sugeriu o levantamento de dados relativos à riqueza de ocupação do espaço pelas pessoas de forma tradicional, tais como pessoas nas calçadas, espaço de convivência, marcados pela população que inicialmente ocupou o bairro como imigrantes italianos com saber fazer de atividades urbanas (micro-cervejarias, embutidos, doces, além de trabalhos de teares, marcenaria, cantaria e outros).

O bairro é remanescente da antiga Fazenda Laureano, parte da Fazenda Monte Alegre, um dos bairros mais antigos do município, ocupação provável depois de 1880, com a vinda da Companhia Mogiana.

A denominação oficial das ruas do loteamento (do Tibério) ocorreu em 1903, por meio de Lei da Câmara. Ocupação pelos ferroviários da Cia. Mogiana, a instalação começou em 1883 (avenida Caramuru) e no final de 1884 (ver anexo Planta da Villa de Ribeirão Preto, 1884) estação definitiva, em frente à rua General Osório. Os últimos (verificar as casas da José Bonifácio) remanescentes do complexo ferroviário da Cia. Mogiana, são as casas dos chefes ferroviários, que se encontram hoje ao lado da Rodoviária, em uma das edificações da Secretaria do Bem Estar Social.

#### 6.3.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento

- EE Dona Sinhá Junqueira
- Igreja Nossa Senhora do Rosário
- (Praça Coração de Maria)

#### 6.3.2. Marcos identificados pelo grupo

- 1- A Cia. Cervejaria Antartica – inaugurada em 1911, que remonta a importância das cervejarias para a reconstrução da memória industrial da cidade de Ribeirão Preto.
- 2- Estádio do Botafogo – importância histórica, memorial e outras...
- 3- galpões da Rua Joaquim Nabuco - Memória
- 4- Praça Francisco Schmidt – entre 1894 e 1900 conhecida como Largo da Estação ou Praça da Estação, atualmente a Praça Schmidt inaugurada em 1900.
- 5- Sociedade Amiga dos Pobres de Ribeirão Preto - Albergue Noturno da Sociedade Amiga dos Pobres - Localizado na rua Castro Alves, 477, entre a Martinico Prado e Santos Dumont, foi construído com o intuito de alojar os imigrantes que pretendiam seguir viagem, mas devido ao horário de trens precisavam posar na estação por um dia ou mais. Para evitar que famílias inteiras posassem na estação,

os velhos ferroviários da Mogiana criaram o Albergue, e por muito tempo investiram no local dando manutenção. Foi ainda Escola. Atualmente o prédio não funciona mais como Albergue, mas realiza diversas oficinas profissionalizantes e conta com parceria da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

6- Lar Santana

7- Sociedade Espírita Allan Kardek

- Primeiro perímetro urbano no bairro que compreende hoje o **quadrilátero formado pelas ruas (atuais) Luiz da Cunha e sua paralela Álvaro de Azevedo com as perpendiculares Augusto Severo e a Avenida Zerrenner**, provavelmente a partir da década de 1890.

Dentro dessa área é importante ressaltar a presença do conjunto arquitetônico e natural formado pela Praça Coração de Maria, da Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Escola Estadual Sinhá Junqueira, Sociedade Amiga dos Pobres e o Centro Espírita Bатуíra.

### 6.3.3. Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisados

1- cine vila Tibério - construção de Vicente Raique – data de jornal 1924

2- construção salão paroquial – ao lado da igreja do Rosário – data de jornal 1936 (memória – rua Martinico Prado)

3- Sociedade Amiga dos Pobres

4- Bar e residência de Arquimedes Rosa rua Padre Feijó / Alvarez de Azevedo,

5- Fábrica de ladrilhos Ferracini rua Luiz da Cunha próximo ao antigo cine Marrocos,

6- Cine Marrocos rua Luiz da Cunha,

7- Cine Vitória em frente a praça

8- Escola Alemã atual sede do Botafogo

9- Prédios da rua Luiz da Cunha: Antigo Banco Construtor, Padaria Crispim, Drogaria Almeida, Bar Pantera (memória)

10- Toca do Pantera rua Santos Dumont /Barão de Cotegipe

11- Fábrica de garrafas rua Martinico Prado em frente ao Grupo

12- Armazém Dell Lama rua Conselheiro Saraiva / Santos Dumont

13- Pedro Modas rua Martinico Prado

14- Campo de bocha em frente a fábrica de vidros

15- Via do Café

16- Fábrica de refrigerantes Kalouro - rua Eduardo Prado ao lado do ginásio

17- Bar do Avelino - rua Guia Lópes / Machado de Assis



- 18- Associação Recreativa Antartica- rua monte Alegre
- 19- Fábrica de Cera Beatriz - rua Machado de Assis / Jorge Lobato,
- 20- Escola do Parque Infantil - rua dois de julho,
- 21- Bar do Belo - rua Barão de Cotegipe,
- 22- Descascadora de arroz - avenida do Café,
- 23- Corredor dos Calabreses
- 24- Praça Mortari - antigo campo do Tupy F.C. Tupy Futebol Clube.

#### **6.4. Campos Elíseos**

Importância de uma mancha enquanto conjunto arquitetônico e urbanístico que envolve a fiação e tecelagem Cianê/Matarazzo, a Praça adjacente (Francisco Matarazzo) e conjunto de suas Vilas Operárias. É indicado também com importância e valor de ocupação do solo (tipologia urbana) e conjunto arquitetônico (vilas, travessas e vielas) as quadras compreendidas entre as ruas Pernambuco e sua paralela (Rua Amazonas), até a sua perpendicular na Avenida Saudade e Rua São Paulo.

Um bem patrimonial de grande importância nesse bairro, como em outros tradicionais de Ribeirão Preto, é o saber fazer típico de atividades urbanas como: micro-cervejarias, embutidos, doces, além de trabalhos de teares, marcenaria, cantaria e outros.

É importante ressaltar que, por ser um bairro tradicional, guarda vivências e relações sócio-espaciais fortes e latentes, longe das ações destruidoras da especulação imobiliária. É possível encontrar conjuntos arquitetônicos em suas quadras bem conservados e uma unidade coerente com características arquitetônicas urbanas dos séculos XIX e XX.

##### **6.4.1. Marcos tombados ou em processo de tombamento**

1. Túmulo de Veiga Miranda (Cemitério Saudade)
2. Igreja Santo Antônio Pão dos Pobres
3. Antiga Fábrica das Indústrias Reunidas F. Matarazzo
4. Capela e antigo pavilhão da Santa Casa de Misericórdia
5. Igreja Santo Antonio de Pádua
6. Antigo imóvel da Estação São Paulo Minas

7. Bebidas Comandos - Refresco Douradinha
8. Cemitério da Saudade e Sepulturas

#### 6.4.2. Marcos identificados pelo grupo

9. Cervejaria Bertoldi, na Rua Marques de Pombal esquina com Capitão Salomão
10. Curtume na esquina da Rua Alagoas esquina c/ Rua Antonio Grilet.
11. Fábrica de Vinagre das irmãs Proença ao fundo da Igreja Santo Antonino na Rua Rio de Janeiro
12. Usina de Laticínios do Rio Pardo - Rua Carlos Gomes c/ Onze de Agosto
13. Salsicharia Vecchi - Rua Luis Gama c/ fundo da Coonai
14. Escola Industrial José Martimiano da Silva, Rua Tamandaré, 520;
15. Casa da família Egdosem 1933, no estilo bangalô localizado na Rua Padre Euclides
16. Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia, localizada na Avenida da Saudade com a Padre Euclides, 456
17. Matadouro Público - memória
18. Creche Santo Antônio -1936
19. Sanatório Esquirol -1944;
20. Casa localizada no Barracão de baixo, correspondente a terceira seção, com data de construção de 1913 (Adriana Capretz);
21. Casa localizada na Rua Capitão Salomão no barracão de Baixo, com data de construção 1915 (Adriana Capretz);
22. Abrigo Ana Diederichsen – Rua Pernambuco c/ Costa e Silva
23. Rua Rio de Janeiro – marcos arquitetônicos
24. Travessa Silveira Martins
25. Travessa Amazonas
26. Travessa Aimorés
27. Travessa perpendicular na avenida Costa e Silva entre as ruas Amazonas e Goiás, com um rico conjunto arquitetônico
28. Marco urbano de traçado orgânico ao lado da igreja Santo Antônio

#### 6.4.3. Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisadas

- Asilo Bezerra de Menezes de 1933 – Rua João Clap próximo a Avenida Saudade – notícia no A Tarde – 5/11/1945 ultima página; Diário da manhã 13/2/1938 página 2; Diário da Manhã, 26/9/1937 página 6 – Avenida Saudade 109 (antigo).

- Beco de Irene, em frente o Palestra Itália e Silva próximo ao colégio Tomás Alberto Whately e ao supermercado Savegnago
- fabrica de doces Demartino –
- verificar a Rua Marquês de Pombal
- asilo de mendicidade, 1920 – na rua Flavio Uchoa c/ Avenida Saudade - Diário da Manhã 18/5/1909, p. 1; Jornal A Cidade, 7/4/1909, 8/4/1090- indicado p/ Hospital de Isolamento conhecido depois como Asilo Padre Euclides.
- Fábrica de Vidros Estrela – Rua capitão Salomão, n. 179
- verificar roteiro de 1948 – feito por Alfredo Porto c/ anotações importantes
- Nacim Jorge e irmãos que construíram vilas populares nos Campos Elíseos – Data de jornal 1956 – construção da vila Santo Antonio no alto da rua Tamandaré
- irmãos Cury - transportadora nos Campos Elíseos
- Sanatório Esquirol (Campos Elíseos) atual Center Plaza, Cine Santana avenida Saudade, Cine Campos Elíseos avenida saudade / Anita Garibaldi, Indústrias Ipabi rua Anita Garibaldi / Paraíba, Cervejaria Bertoldi rua Capitão Salomão / Marquês de Pombal, Antiga Estação da Força e Luz e canal rua Luiz Gama, Salsicharia Vecchi rua Luiz Gama, Chácara Berti rotatória Amim Calil, Frigorífico Morandi - Matadouro, Residência de Nassin Jorge avenida da Saudade / Francisco Junqueira, Fábrica de Vinagre rua Rio de Janeiro / Saudade, Santório Branquinho avenida Saudade / João Clap, Dabi Atlante Saudade / Capitão Salomão, Pavilhão da Santa Casa, Oficinas Vecchi avenida Saudade em frente a Santa Casa, Fábrica de Refrigerantes rua São Paulo / Capitão Salomão, Instituto Adolfo Lutz rua Minas, rua dos Italianos, Creche Santo Antonio rua Minas, Vila Militar, Vila do Rei do Fumo rua Tamandaré, Vila Schmidt / Cemitério, Portal do Educandário, Asilo de mendicidade / Cemitério, Casas Patton avenida Saudade próximo ao Bradesco, 2º distrito, Marmoraria rua Goiás, Centro Espírita rua João Ramalho, Centro Espírita rua Tamandaré, Fábrica de papel Irapuru rua Pernambuco, Mercado dos Campos Elíseos avenida Saudade.

## 6.5. República/ Vila Virgínia

Partindo da antiga chácara da família Vila Lobos temos na área envoltória as primeiras edificações do bairro da República, o mais antigo da cidade, que foi marcado pelo início da instalação da estação de trem provisória da Mogiana defronte a chácara Vila Lobos.

1. Chácara da família Vila Lobos (**tombada**)
2. Imóveis da quadras adjacentes a chácara
3. Estação provisória da Mogiana – memória
4. Casa dos ferroviários – verificar
5. Clube Mogiana
6. Beco da Vitória - verificar

É possível verificar na Avenida Caramuru, no lado da parte alta na linha férrea da estação de trem, edificações antigas dos ferroviários, conforme a planta da cidade de 1910 e da imagem de fotógrafo João Passig, do início de 1900 (ver anexo 07, imagem 43). Entrar pela área mais alta, rua paralela a Avenida Caramuru, próximo ao restaurante oficina do sabor.

Dentro desta área o grupo indica a mancha das edificações e elementos urbanos da área formada pela a rua Guatapará e Avenida Caramuru, até a rua João Guião e os galpões da CEAGESP conforme indicado no mapa.

O grupo também identificou **valor arqueológico** nessa área, especificamente nas margens do Ribeirão Preto, partindo da antiga ponte da Mogiana (Ver anexo 07 mapa de 1914 da Força e Luz) até a altura da Chácara Vila Lobos, pois trata-se de uma das áreas mais antigas da cidade e que era de costume os descarte de inúmeros objetos cotidianos nas margens do rio.

## **6.6. Ipiranga**

O Ipiranga tem como marco atual (inicialmente era a hospedaria dos imigrantes que pegou fogo no final do XIX, cuja localidade ficava na praça onde hoje se localiza a escola) a estação Barracão, sendo monumento a própria estação ferroviária que tem como data de construção a transição do século XIX para o XX. A estação tem importância estética - tipologia arquitetônica de descendência da arquitetura fabril inglesa de tijolos aparentes e elementos internos de madeira, forro tipo saia e camisa, ladrilho hidráulico, histórica - local em que desembarcavam os imigrantes estrangeiros que se dirigiam principalmente para o núcleo colonial Antonio Prado e simbólica- marco zero da formação do bairro, o que envolve o próprio nome. Partindo da estação Barracão seguimos para as adjacências como a Praça Conselheiro Antonio Prado, incluindo seu busto e Praça Pedro Biagi. Devido a tradição da implantação de terrenos maiores para chácaras ainda no começo da implantação do núcleo, há remanescentes de edificações do início do século XX, como por exemplo, nas proximidades dos barracões da Ceagesp.

### **6.6.1. Marcos identificados pelo grupo**

**- o núcleo colonial (sede urbana) envolvia no início o que hoje compreende as ruas Rio Grande do Sul, Santa Catarina, General Câmara, até a rua Espírito**

**Santo.** Dentro da área urbana somente podiam ser construídos indústrias, comércios e residências.

O grupo considera importante ressaltar, que por ser um bairro tradicional e que guarda vivências e relações sócio-espaciais fortes e latentes, com algumas partes longe das ações destruidoras da especulação imobiliária, é possível encontrar conjuntos arquitetônicos em suas quadras bem conservadas, formando um corredor da arquitetura eclética, com características arquitetônicas urbanas dos séculos XIX e XX.

- Ruas paralelas abaixo da COONAI - a serem verificadas

### **6.6.2 Marcos tombados ou em processo de tombamento**

- 1- Elementos remanescentes da antiga Cerâmica São Luiz
- 2- Estação do Alto (Quintino Facci)
- 3- Edifício da Estação Barracão
- 4- Antiga Fábrica de Refrigerantes Douradinha

### **6.6.3 Indicações do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto a serem analisadas**

- 1- depósito de açúcar prédio que foi do Sr. Abrão Assed
- 2- paróquia são Pedro Apostolo - verificar data de construção da atual igreja e memória da capela anterior
- 3- Palmeirinha
- 4- Praça dos Trabalhadores
- 5- Casa de Betânia
- 6- Grupo escolar professora Musa - rua Para c/ Paraná
- 7- Frigorífico Morandi – início da rua Rio Grande do Norte
- 8- Café Vitória régia – avenida D. Pedro I
- 9- Cine Ipiranga – avenida D. Pedro I (memória)
- 10- Campo de bocha – avenida D. Pedro c/ Pará
- 11- Colégio Santos Dumont
- 12- Fábrica de refrigerantes Don
- 13- Ramal de trem Ribeirão Preto - Sertãozinho
- 14- Parque infantil bandeirantes – rua General Câmara
- 15- Igreja ao lado do parque infantil - localizada atrás rua General Câmara
- 16- Hospital de isolamento

- 17- Cemitério dos leprosos
- 18- Casa do vovô
- 19- Escola do Sesi (dentro existe um busto do Bonfim)
- 20- Antiga chácara Nice proprietário João Batista Catapane, - rua General Câmara c/ Santa Catarina (memória)
- 21- Centro Espírita - rua Pará c/ rua Paraná
- 22- Centro Espírita - rua Espírito Santo próximo a avenida Pedro II
- 23- casa de Pedro Giroto
- 24- casa de família Cicilini - avenida Paranapanema
- 25- casa de pau a pique construída no Núcleo Colonial (memória)
- 26- Armazém -rua Rio Grande do Sul / Rio Grande do Norte
- 27- Leite Nilza - rua Capitão Salomão
- 27- Galpões da Cagesp
- 28- Torrefadora de Café - avenida Pedro II
- 29- Casa da família Brusolo - rua Acre próximo a rua Pará

## 7. Patrimônio imaterial

Como já relatado no Referencial Teórico, o conceito de patrimônio cultural é contemporâneo e o saber sobre a temática ainda está sendo formalizado. Esta constatação tornou-se evidente durante a pesquisa de campo da fase preliminar do Inventário. Da totalidade dos entrevistados nos dois sítios, 62% disseram saber o que é bem cultural, mas poucos ousaram conceituar ao entrevistador. A maioria dos que afirmaram saber, entendem como sendo bem cultural o patrimônio edificado.

Poucos compreendem que a imaterialidade também é um bem cultural, dificultando, desta forma, a preservação desta forma de cultura, visto não haver corrente que impulse ações de Políticas Públicas neste sentido. Faz-se necessário constar que somente em 2009 o Conppac de Ribeirão Preto recebeu pedido de registro de bem imaterial. O Centro Cultural Orunmilá solicitou avaliação de seu Afoxé e a Prefeitura pediu consideração sobre a Agrishow – Feira Agropecuária ameaçada, em 2009, de não mais ser realizada na cidade. Os dois pedidos tramitam com a fragilidade do pouco conhecimento dos técnicos sobre o tema.

O primeiro questionamento que se apresenta é quanto a permanência. Um bem cultural de natureza imaterial só pode ser reconhecido se ainda em atividade? A recuperação de algo que se perdeu ao longo do tempo só se justifica por meio de movimentos autênticos da sociedade civil, ou o Poder Público deve se posicionar como interveniente neste processo de preservação? É papel do Poder Público ser fazedor cultural quando diante da ameaça de perda, ou sua ação deve ser a de fomentar a sociedade civil para que esta se mobilize no fazer da arte ameaçada? E se a sociedade civil se abster da continuidade, mostrando não interesse pelo referido fazer cultural?

As respostas a essas perguntas nos direcionam. Quando o bem imaterial não se faz mais presente na sociedade, sua importância é reconhecida se ainda fizer parte da memória. O Poder Público deve ser o fomentador de ações que objetivem a conservação da memória dos bens imateriais e sempre garantindo o protagonismo da população, o que legitima o fazer cultural. O que culturalmente não pode mais ser feito, com o prejuízo de não ser o mesmo, então deve ser preservado enquanto memória se assim o diagnóstico apontar. E neste sentido, toda ação do Poder Público

se legitima, sendo o mesmo o responsável por Políticas Públicas que permitam as relações de pertencimento entre o povo, sua cidade e sua história.

## **7.1. Formas de expressão**

### **7.1.1. A música, a praça e o esquecimento**

Integrando uma das cinco categorias de bens que estruturaram o INRC do Iphan, as formas de expressão se caracterizam por expressões não-língüísticas associadas a determinado grupo ou região. Partindo desse conceito, um olhar voltado ao passado e observamos, a partir da historiografia do município, uma forte presença da música de banda e a permanência desta banda na Praça, como sendo, este, o lugar da convivência cultural. A Praça XV de Novembro foi o principal palco das apresentações de bandas. O mesmo acontecia na Praça Sete de Setembro, também na área central, na Praça Coração de Maria, na Vila Tibério e em outras praças da cidade.

Ainda de dentro do universo da música, é possível, a partir da memória oral e dos primeiros trabalhos acadêmicos, em especial de Ricciardi & Damaris (2006), Molinari (2007), Fernandes (2008) e Haddad (2010), afirmar que o município possui referências culturais na área da música que merecem análise mais criteriosa, como proposta de compreensão do processo cultural da cidade.

A imigração italiana permitiu a presença de seus costumes absorvidos pela sociedade, também através da música (Tuon, 2010). Grande parte dos músicos que participavam dos conjuntos musicais sinfônicos no início do século XX era de nacionalidade italiana, o que é exemplificado, segundo Haddad (2010) nos programas de concertos da Sociedade de Concertos Synchronicos de Ribeirão Preto, de 1923, e na contracapa do Programa de Concerto promovido pela Sociedade de Cultura Artística de Ribeirão Preto, em novembro de 1929, onde constam os sobrenomes Gumerato, Beretta, Palmieri e Martoni, entre outros.

Mas a cultura musical estava também dentro das casas, conforme relata Strambi (1985). Os membros da sociedade local reuniam-se em “saraus familiares”, onde faziam exposições de seus dotes artísticos, tocando, cantando, ou mesmo declamando. Os pianos proliferavam em Ribeirão Preto e com eles, cantores acompanhados por violinos, bandolins, flautas e outros instrumentos, transformando as noites da cidade



em brilhantes encontros musicais. Terminados os saraus nas residências, os músicos costumavam sair às ruas, prolongando a noite artística, agora transformada em romântica serenata.

Fernandes (2008), tendo como fonte o arquivo do jornal A Cidade, em especial, e as obras de Cione e Prates, focou sua pesquisa no cotidiano cultural de Ribeirão Preto do final do século XIX e começo do século XX. O evento musical mais comum, segundo a pesquisadora, eram as retretas aos domingos, eventualmente realizadas, também, em outros dias da semana. O coreto tinha a função de uma ribalta urbana, pensado e arquitetado para a ocupação das bandas, tornando-se signo do processo de institucionalização das bandas nas praças. Além de cultivar uma prática cultural e lúdica de apreciar a música, a associação praça/bandas estimulou o hábito de passear ao ar livre e sentar-se nos bancos. A primeira banda de música (*Banda S. Sebastião*) teria surgido em 1887, organizada pelo negro alfaiate Pedro Xavier de Paula, que contratou regente provavelmente por não ter muito conhecimento musical. A *Banda Bersaglieri* teria surgido em 1894, organizada por José Munhai e composta por membros da colônia italiana. Até 1910 quatro bandas haviam se consolidado na cidade: *Filhos de Euterpe*, *Bersaglieri*, *Banda Progressista (União Progressista da Companhia Mogyana)*, *Giacomo Puccini* e *Ítalo-Brasileira*. Em 1920 teria se formado a *Banda Independente*, dirigida pelo maestro Luís Delfino Machado. Estas bandas serviam para acompanhar todo tipo de festividades, desde as comemorações cívicas mais formais até os bailes de carnaval. Sem dúvida, constituíam a forma mais comum de acesso à audição musical, procuravam compor repertórios com os estilos musicais considerados “cultos” e de “bom gosto”: trechos de óperas e sinfonias, hinos cívicos, música dançante européia (valsas, mazurkas, scottishes), marchas, dobrados, tangos, habaneras. A banda *Giacomo Puccini* aparece no jornal A Cidade a partir de 1908, ano em que esteve presente em todas as apresentações do *Jardim Público*, substituindo a banda *Filhos de Euterpe*, presente durante todo o ano de 1905 e nos anos seguintes a 1908. José Delfino Machado trabalhou como regente da banda *Filhos de Euterpe* e compôs várias músicas, freqüentemente executadas pela banda. (FERNANDES, 2008).

Em um artigo publicado no jornal A Cidade, em 20 de dezembro de 2008 e recortado por Fernandes, divulgou-se uma relação de composições de José Delfino Machado: *La Bella Italia* (sinfonia), *Marcia* [marcha] Villa Bonfim, *Polka*, Marcha “Amor e Pátria”, *Mazurka Fernet Branca*; Paródia sinfônica, Grande dobrado Rio Branco, Marcha Rio Branco [talvez a mesma composição, em arranjo diferente],

Sinfonia Ciume de arte, Tango sem malícia, *Mazurka Ore di meditazione*, Dobrado Virgem dos Geleiros.

A partir de 1924, com a inauguração da Rádio PRA7, que atraía músicos de todo o país para atuar nos programas musicais ao vivo, a cidade passou a contar com maior diversidade nos gêneros musicais apresentados, mesclando música “clássica” europeia, tangos, temas de óperas, valsas românticas, sambas, boleros e marchas, em conformidade com a tendência das outras rádios nacionais. A rádio contava com uma programação musical intensa e era grande o número de músicos atraídos para a cidade para trabalhar na emissora. Os músicos que tocavam as cordas nas orquestras da rádio eram os participantes das sociedades sinfônicas. Tais sociedades tinham vida efêmera, devido às dificuldades financeiras e administrativas para a produção de seus concertos (HADDAD, 2010).

François Cassoulet foi um personagem polêmico da cultura de Ribeirão Preto. Se por um lado ele oferecia atração musical nos palcos dos teatros e cassinos que administrava, por outro, era o responsável pela permanência das prostitutas na cidade. Silva (2000), ao estudar o desenvolvimento da empresa de entretenimentos de Ribeirão Preto, comparando a outros municípios do interior do estado de São Paulo, conclui que cidades como Campinas, Franca e Batatais, com as mesmas condições materiais – existência de ricos produtores de café e da ferrovia Mogiana – não tiveram um desenvolvimento crescente comparável ao de Ribeirão Preto.

Como resultado da articulação de Cassoulet, a cidade recepcionava companhias líricas para estréia nacional, entre elas a Companhia de Operetas Clara Weiss - que fez tournée por todo o país na década de 1920 -, a Companhia Ermete Zarconi e a Companhia de Operetas Clara Della Guardia. As atividades do Teatro Carlos Gomes tinham similaridade com as atividades dos Clubs e Sociedades de Concertos de São Paulo e Rio de Janeiro, instituições aristocráticas que mantinham um corpo orquestral para atuar em seus eventos (HADDAD, 2010).

Surgiram, na época, vários grupos musicais, muitos dos quais já faziam parte da programação da emissora de rádio local. O trabalho de memória oral de Haddad a partir de registros e fotografias, permitiu o reconhecimento de vários grupos: a Jazz Band Bico Doce, a Jazz Orchestra Paulicéa e ainda a “Jazz Band Cassino Antarctica”, formada posteriormente, em 1930, para atuar no Cassino Antarctica (desativado na década de 1970). Foto da Jazz Orchestra Paulicéa que, segundo depoimentos, atuava na confeitaria Paulicéa, localizada na rua General Osório, próximo à rua Álvares

Cabral, faz parte do acervo de Manoel da Silva, um compositor considerado de relevância pela qualidade de seu trabalho.

Muitas sociedades musicais foram criadas e desativadas ao longo dos anos de 1920/1930, entre elas estavam a Sociedade de Concertos Sinfônicos de Ribeirão Preto (1923), a Sociedade Cultura Artística de Ribeirão Preto (1937) e a Sociedade Musical de Ribeirão Preto (1938). A Sociedade Cultura Artística de Ribeirão Preto (1929) mantinha a Orchestra Symphonica de Ribeirão Preto daquela época, sob a regência do maestro Ignázio Stábile. Esta mesma Orchestra participou da inauguração do Theatro Pedro II, no dia 8 de outubro de 1930 (HADDAD, 2010).

Alguns homens surgem na história musical de Ribeirão Preto como amantes da música, outros destacam-se por serem fomentadores e verdadeiros musicistas, como é o caso de Homero Barreto, por diversas vezes elogiado por Villa Lobos; Belmácio Pousa Godinho, com um repertório extenso e muitas músicas gravadas por artistas famosos brasileiros, Max Bartsch, o grande responsável pela fundação da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto, Manoel da Silva, de quem se tem menos informações, mas que segundo pesquisa de Haddad, foi um músico de grande qualidade e Ignázio Stábile, regente da OSRP, por longo período.

Em 1910 existiam quatro bandas e a prefeitura as contratava para tocar nos coretos de praças. O Hino Nacional Brasileiro e a Marselhesa (Hino Nacional da França) eram sempre executados e o repertório tratava de peças tradicionais e do folclore estrangeiro, além de composições eruditas de apelo popular. Entre documentos mais antigos sobre as bandas que tocavam em praças públicas, encontra-se no Arquivo Público Histórico Municipal de Ribeirão Preto (APHMRP) o contrato firmado pela prefeitura com a Banda Giácomo Puccini, em 1933. Esta era dirigida pelo maestro Ignazio Stábile e fazia retretas semanais na Praça Sete de Setembro, na Praça XV de Novembro e na Praça Sagrado Coração de Maria da Vila Tibério. A Banda, que deveria contar com no mínimo vinte músicos, comunicava um dia antes para a prefeitura o repertório a ser executado. Caso houvesse alteração, a prefeitura deveria ser previamente comunicada, para que se verificasse sua razão. A Banda Giácomo Puccini mantinha com recursos próprios uma escola de música para vinte e três crianças carentes e participou das retretas promovidas pela prefeitura até 1937. A partir deste ano, passou a se apresentar outra banda contratada, a Banda Independente. O repertório a ser executado era sempre divulgado no jornal “A Cidade” (HADDAD, 2010),

A pesquisa de Haddad levou-a até ao acervo do violoncelista e taxista Manoel da Silva (1896-1963), do violinista Luís Baldo (1909) e do conhecido músico militar e ex-músico da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto, Sr. Aloísio da Cruz Prates (1920). As fotos e documentos encontrados pela pesquisadora descrevem as características visuais dos conjuntos musicais.

A história do rádio de Ribeirão Preto, conforme contam Santiago e Rezende (2005) tem início na década de 1920, quando a cidade experimentava uma onda desenvolvimentista, propiciada pela exportação do café. O veículo ajudou a propagar a música como uma expressão cultural. A programação experimental incluía a execução de músicas clássicas, sucessos das grandes orquestras, jazz e as tradicionais marchinhas de carnaval.

No folheto de propaganda da rádio, conforme pode ser observado no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, apresentavam-se na emissora a “Orquestra de Concertos”, a “Orquestra de Cordas”, a “Orquestra Russa”, o “Conjunto Regional”, o “Conjunto da Madrugada”, solistas diversos e também um *cast* de dez cantores.

“De 1935 a 1940, passaram pelos microfones da P.R.A.-7 os principais cantores e conjuntos musicais do país, entre os quais, Chiquinha Rodrigues, Orlando Silva, Carmen Miranda, Aurora Miranda, Carlos Galhardo, Silvio Caldas, Dircinha e Linda Batista”. (SANTIAGO & REZENDE, 2005)

É uma frase da pesquisadora Haddad que evidencia a falta de relação de pertencimento entre Ribeirão Preto e seus ícones culturais, neste caso específico na área musical. Ela termina a descrição biográfica do maestro Ignácio Stábile lamentando que atualmente, em Ribeirão Preto, o trabalho de Stábile só é lembrado pelos antigos moradores que acompanharam sua atuação nos concertos e seu nome é usado para designar uma das ruas de um bairro de classe média. Um levantamento sobre a influência e importância destes homens que de maneira relevante divulgaram a música de Ribeirão Preto.

Em relação a Belmácio Pousa Godinho, o MIS – Museu da Imagem e do Som, dentro das atividades da Série Identidades Culturais, produziu material digital sobre o compositor, concluído em outubro de 2010. O projeto documental fez parte do evento organizado pela Academia de Letras e Artes de Ribeirão Preto, sob a coordenação artística de Gilda Montans, em homenagem ao compositor pelos 30 anos de sua morte. Além do recurso de memória oral, com depoimentos da filha do compositor, também se balizou pela pesquisa do músico Molinari (2007). Segundo

ele, Belmácio foi o compositor que melhor representou a música escrita da história de Ribeirão Preto, no período em que esteve em atividade. Mesmo não sendo filho da cidade, casou-se, teve filhos, estabeleceu-se e viveu em Ribeirão Preto durante 63 anos, até seu falecimento em 1980.

Nascido no ano de 1892 na cidade de Piracicaba, também interior do Estado de São Paulo, transferiu-se em 1917, aos vinte e cinco anos de idade, para a “Capital do Café”. Mantendo sempre intensa atividade como flautista e compositor, Belmácio deixou escritas cerca de duzentas músicas, editadas ou em manuscritos, músicas estas que muito bem definem e caracterizam o estilo de vida e os valores de uma época.

Belmácio foi fundador e proprietário daquele que foi considerado o principal estabelecimento comercial, especializado em artigos musicais, do interior do Estado de São Paulo, durante a primeira metade do século passado. Como se constatará na conclusão deste trabalho, certamente o compositor poderá ser responsabilizado por influenciar, em muito, o gosto musical da população local (MOLINARI, 2007).

Durante a década de 1960, Belmácio escreveu e editou uma Coleção de Peças Infantis, para piano solo, publicada pelos “Irmãos Vitale Editores”. São oito peças: “Brincando”, “Contentamento”, “Eu e Você”, “A Flautinha do Menino”, “Olhar tristonho”, “A Valsa da Vovó”, “Graziela” e “Alegria Infantil”. No ano de 1966 foi lançado um Long Play, pelo selo Chantecler, gravado por Alberto Calçada, famoso acordeonista da época, e seu Conjunto Serenata, onde se ouvem dez das mais famosas valsas de Belmácio: “Supremo Adeus”, “Ilusão que Morre”, “Suspiros e Lágrimas”, “Magnólia”, “Evocação”, “Valsa da Saudade”, “Mar de Rosas”, “Jamais Voltarei”, “Ideal Desfeito” e “Dor Secreta”.

Quanto à Ignácio Stábile, o relato é de Haddad (2010). Natural da Itália, tendo nascido em Roma no dia 1º de fevereiro de 1889, o maestro desde cedo dedicou-se à arte musical, tendo realizado o seu curso no conservatório de Nápoles. Sob a sua batuta estiveram diversas Bandas e Orquestras da Europa e do Oriente, onde deixou bem assinalada a sua grande marca de regente e compositor. Em 1914, foi combatente da Primeira Guerra Mundial, defendendo a Itália. Veio para o Brasil ainda moço, na turnê da “Grande Companhia Italiana de Operetas Clara Weiss”. Fixou-se na cidade de São Paulo, onde conduziu diversas bandas e orquestras. Em meados de 1930, transferiu-se para Ribeirão Preto para trabalhar na Banda Municipal Giacomo Puccini, que se apresentava nas praças da cidade. Com o dinheiro destinado à

manutenção desta banda, mantinha também uma escola de música para os pobres, que funcionava no Teatro Carlos Gomes.

Em 1930 participou como regente do concerto de inauguração do Theatro Pedro II e em 13 de agosto de 1936, das comemorações musicais do centenário de nascimento do compositor Carlos Gomes. A partir de 1938, regia a OSRP concerto sim, concerto não; nesta época e até 1940 dividia sua regência com o Maestro Antônio Giamarrusti. Convidado pela diretoria da OSRP, foi nomeado Maestro Titular, voltando a reger a Sinfônica definitivamente a partir do 13º concerto, em 27 de setembro de 1940. Nesta época regeu também a Banda Lyra Guarany, em Jardinópolis.

O Maestro Ignázio Stábile era um homem humilde, que chegava bem mais cedo no Theatro Pedro II para o ensaio da Orquestra, limpava todas as cadeiras, arrumava as estantes e partituras. Quando um músico faltava a dois ensaios consecutivos, ele ia pessoalmente à residência do músico saber o motivo. Era também professor de harmonia e as aulas eram ministradas em sua própria residência.

Regiu a OSRP em São Paulo, pela inauguração do “Estádio do Pacaembu” onde, na oportunidade, foi homenageado o então presidente da República Getúlio Vargas, que assistiu à sua apresentação com a Orquestra. Das suas inúmeras composições, destacam-se a opereta Riquette, que obteve ruidosos sucessos, tanto na Itália como nos demais lugares onde foi executada, além de Sertão (Panorama Folklorístico), Canção Mouresca, Mattinata Interrompida, Frivolité (em parceria com Manfredine) e Conto de Fada (Pequeno Intermezzo).

Ignázio Stábile foi regente da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto do ano de 1938 até março de 1955, mês em cujo dia 4 faleceu. Juntamente com Max Bartsch, participou do momento musical na cidade anterior à formação da Sociedade Musical de Ribeirão Preto de 1938.

Thathy Mariana Fernandes, professora do CEMEI “Virgílio Salata”, escola municipal de Ribeirão Preto, formada pela Universidade Federal de Ouro Preto, usou a internet para considerar a falta de pertencimento entre Ribeirão Preto e a obra de Homero Barreto (<http://www.gafieiras.com.br>). Ela relata que nos anos 70 o então prefeito Welson Gasparini criou, por lei municipal, a Semana Homero Barreto, hoje também esquecida, escreve a professora. É ela também que comenta sobre a vida e a obra do compositor. Conta a professora, e este texto está somente na internet, e não em seu trabalho de mestrado, que vários membros da família Barreto, importantes

fazendeiros da época áurea do café, tornaram-se músicos. O mais destacado deles foi Homero de Sá Barreto, um típico artista romântico, tanto por sua biografia como por sua obra. Era tímido e dedicado à sua arte. Nascido em 1884, morreu tísico e solteiro aos 40 anos, em 1924. Teve formação na área de humanidades em São Paulo. Ao transferir-se para o Rio de Janeiro, matriculou-se no Liceu de Artes e Ofícios e, posteriormente, no Conservatório Livre de Música. Frequentou também o Instituto Nacional de Música, onde teve aulas com Alfredo Bevilacqua (piano) e Frederico Nascimento (harmonia). Abandonou o Instituto devido à debilidade de sua saúde. Foi livre docente da Escola Normal e, em 1917, foi nomeado professor de canto do Instituto Nacional de Música. Foi escolhido como Patrono da cadeira n. 38 da Academia Brasileira de Música.

Por causa da doença e do seu pouco tempo de vida produziu uma pequena, porém, significativa obra, hoje esquecida, insiste a professora em seu relato. Era um grande intérprete de Chopin. Estudou piano e composição com Francisco Braga e Alfredo Belvilacqua no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro. Foi amigo íntimo de Villa Lobos e Menotti Del Picchia.

Menotti Del Picchia, escreveu sobre Homero Sá Barreto em edição do Jornal Correio Paulistano, s/d. “Em Ribeirão Preto, onde morava o artista, certa noite, junto do seu piano dócil e amigo, ouvi-lhe as últimas composições. Como Chopin, o creador de tanta beleza, parecia querer expirar envolvido por turbilhões de sonoridade. Ofegante, com os olhos incandescentes de febre, do teclado nervoso, suas mãos arrancavam, em cataratas, os segredos mágicos de um ‘Nocturno’. Eu nunca me esqueci da revolta dessa música, onde uma alma ridente de vida, trágica e comecional, transformava em harmonia e em beleza uma angústia que somente poderia ser compreendida por poucos. De Homero, hoje, só há mais funda memória no coração dos que o admiram e na eternidade de sua obra. É tempo já de reunirem todas as suas composições. É tempo de, nos nossos concertos, dar-se o lugar que merecem às criações da sua alta inteligência. É um crime deixarem inéditas as obras de tão grande artista. Enquanto muitos medíocres conseguem fazer torturar os ouvidos das platéias com partituras ocas e sem espírito criador, jazem quase desconhecidas tantas páginas da sua lavra, cheias de espontâneas inspirações e tocante beleza. Homero é um artista brasileiro e seu nome merece a consagração do Brasil.”

Na página da internet, da Academia Brasileira de Música, no ícone da cadeira 38, consta uma relação com as principais obras de Homero Barreto. São elas: Ópera:

Jati. Música orquestral: Fiat lux; Suite antiga; Interlúdio e scherzo. Música de câmara: Trio, para piano, violino e violoncelo; Rêverie; Berceuse; Elegia; Moto perpétuo para violino. Piano: Canção russa; Lamento; Ondulações; Arabescos. Música vocal: Amor; Desenganos. Música sacra: Missa pro defunto; Três Ave Marias; Ecce sacerdos magnus; Kyrie; Litanias.

Haddad (2010), Santiado & Rezende (2005) pesquisaram a vida e a obra de Max Bartsch. Ele nasceu em Nuremberg, Alemanha, em 9 de abril de 1888. Seus pais e irmãos vieram para o Brasil nos anos 1910 (menos o irmão Otto, que ficou na Alemanha e morreu na I Guerra Mundial em 1914). A família morou em uma fazenda em Jardinópolis e em 1914 transferiu-se para Ribeirão Preto.

Desde jovem, na Alemanha, Max Bartsch já estudava música. Tocava violão e violino, mas preferia a cítara. Por volta de 1928 criou o Quinteto Max. O grupo se reunia na casa de José Cláudio Lousada, um pioneiro do rádio em Ribeirão Preto, e participava freqüentemente das irradiações da Rádio PRA 7, do qual Max também se tornaria presidente anos mais tarde. Apesar de o conjunto continuar se chamando Quinteto, mais músicos também participavam dele: Dario Guedes, Carlos Nardelli, Meira Junior, Romano Barreto, Pedro e Antorio Giammarusti, Russomano, Zezé Gumerato, Manoel Silva (Maneco), Honorato de Lucca e outros. Na década de 1930, Max também liderou o Jazz Band Cassino Antarctica, com cerca de dez músicos, que apresentavam-se neste cassino. Max faleceu em 1970 em Ribeirão Preto, e até o fim da vida não perdeu o sotaque germânico.

Sobre a vida e obra de Manuel da Silva, nenhuma referência além da pesquisa oral de Haddad (2010). Sobre ele, nem mesmo o nome de uma rua, conforme pesquisado na obra Ruas e Caminhos de Ribeirão Preto.

Hoje a cidade tem como fomentadores da música, a Orquestra Sinfônica que perdura, a Faculdade de Música da ECA/USP-RP, instalada no município no ano de 2001, que por meio de seu Centro de Extensão mantém várias atividades como uma Jazz Band, o curso de licenciatura de música na Universidade de Ribeirão Preto, o Cine Clube Cauim que coordena o Coral Cênico Bossa Nossa e uma Big Band, o projeto Kabuki, mantido no interior do Centro Cultural Campos Elíseos, equipamento público municipal gerenciado em parceria com a Associação Cultural Quarteto de Cordas de Ribeirão Preto. O projeto mantém uma Orquestra Jovem. O projeto Guri, mantido pelo governo do Estado de São Paulo. A Cia. Minaz de Ópera, é responsável por importante ação musical na cidade e pela oferta de óperas com produção local. Também, é claro,



uma série de escolas e conservatórios particulares de música, muitas bandas e artistas. O município é sede do FAM – Festival de Música da Alta Mogiana, em sua quarta edição.

A cidade sedia um número expressivo de corais, destacando especialmente o grande encontro que se dá num dos palcos de Ribeirão Preto, como atividade do Cultura Em Canto, mantido pela Secretaria da Cultura.

Toda esta dissertação sobre a música, dentro do capítulo que referencia os bens culturais de natureza imaterial, motiva-se pela necessidade de um trabalho enquanto Política Pública de Cultura, de resgate da história cultural da cidade e da relevância da música, principalmente da banda de coreto e praça, tendo em vista que no passado esta atividade era comum a todos e de grande importância na formação de estilos e gostos do município. Voltaremos a este tópico quando das diretrizes, pois como diagnóstico, houve entendimento que a paisagem cultural do café tem seu áudio próprio. Além do barulho provocado pela fricção dos trilhos e do trem, do burburinho dos comerciantes, da sirene da Cia. Paulista, tinha também a música nas praças, com e sem sotaque italiano.

### 7.1.2. Afoxé

Nasceu na cidade, em 1996, por iniciativa do Centro Cultural Orunmilá, o Afoxé Omo Orunmilá, o único do interior do Estado de São Paulo. A partir de então, iniciou-se a tradição dessa manifestação cultural. O Afoxé difere das demais agremiações por sua concepção fundamentada nas raízes culturais africanas, mantendo-se como atração permanente, sem disputar concurso permanente, formado pela importante influência da cultura negra no carnaval do país e a contribuição para a resistência dessa cultura ao processo civilizatório de caráter eurocêntrico<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> BARBOSA JÚNIOR, W. Carnaval Festa do Povo. Ribeirão Preto como um cenário de representatividade histórico. Coleção Identidades Culturais. PMRP: Ribeirão Preto, 2010.

## 7.2 As celebrações

As celebrações constituem uma das cinco categorias de bens definidos pelo INRC do Iphan, caracterizam-se pelos ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. Esses eventos são ocasiões diferenciadas de sociabilidade<sup>19</sup>.

Em Ribeirão Preto existe certa riqueza de produção, embora ainda seja possível o diagnóstico de fragilidade das relações entre o protagonista e a arte. As celebrações que diagnosticamos como parte do calendário anual e que merecerão atenção na segunda fase do Inventário são:

- a. Encontro Nacional de Folia de Reis – janeiro
- b. Cortejo carnavalesco de rua – fevereiro/março
- c. Caminhada do Calvário – abril/maio
- d. Festival Tanabata – julho
- e. Festival de Cultura Italiana – agosto
- f. Romaria de Nossa Senhora da Aparecida – Bonfim Paulista – outubro

Estas celebrações citadas, no entanto, reportam a atividades culturais mantidas, com exceção dos festejos carnavalescos, aos últimos 30 anos. Não há referência de continuidade das celebrações realizadas no início do século XX. Mesmo Fernandes (2008) que se propõe a pesquisar tais celebrações, não como objeto principal, mas como base de seu trabalho sobre a música, faz pequeno relato quanto às celebrações religiosas, em especial as juninas, como sendo uma prática também, assim como em todo o Brasil, em Ribeirão Preto.

a) O Encontro Nacional de Folia de Reis acontece no bairro Vila Virgínia e apareceu na pesquisa como uma atividade da qual os moradores do local se identificam. O projeto foi iniciado como uma festa local, depois se ampliando para regional, e em suas últimas edições recebeu Companhias de outros Estados, caracterizando-se como Encontro Nacional.

---

<sup>19</sup> INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, 2000.

Não existem registros precisos sobre quantas companhias de Reis ainda estão em atividade em Ribeirão Preto, mas sabe-se que pelo menos seis companhias ainda cultivam esta arte. São elas: Companhia Irmãos Adolfo, na Vila Virgínia; Companhia de Reis União, no Jardim do Trevo; Companhia Irmãos Vieira, no Ipiranga; Companhia Os Mineiros, no Marinceck; Companhia Irmãos Rodrigues, no Parque Ribeirão e Companhia Estrela Guia, no Jardim Paiva.

Carmem Rezende, durante muito tempo responsável pelas ações culturais do município, dentro do aspecto de cultura popular, foi quem mais tempo trabalhou na organização do Encontro de Folia de Reis. A falta de informação sobre esta celebração levou a um pesquisa já iniciada e que deverá ser publicada, em janeiro de 2011, como sendo o quinto volume da Coleção Identidades Culturais.

b) O carnaval de rua de Ribeirão Preto tem tradição. Segundo relatos (JUNIOR, 2010), em 10 de março de 1927 nasceu a primeira organização carnavalesca de Ribeirão Preto, com a fundação da Sociedade Dançante Carnavalesca Bambas, que surgiu um ano antes da Estação Primeira de Mangueira, do Rio de Janeiro. Apesar de haver concordância sobre o início das atividades dos Bambas, a entidade só foi oficializada como pessoa jurídica em 1933, quando registrou seu primeiro Estatuto Social. A fundação foi uma iniciativa das famílias Santos e Amâncio, que se reuniram debaixo de uma frondosa mangueira existente no local onde hoje se encontra a confluência das ruas Tamandaré e Capitão Salomão, nos Campos Elíseos.

Ribeirão Preto apresenta uma diversidade que lança raízes na primeira metade do século XIX, antes mesmo da sua fundação oficial, em 1856. Com presença mais ou menos expressiva, imigrantes europeus, em especial italianos, migrantes e os africanos, formaram a base cultural da cidade. A presença portuguesa existia, mas não era tão expressiva, razão que talvez explique porque praticamente não se ouve falar de manifestações como o “entrudo português”.

Registram-se poucos eventos carnavalescos no final do século XIX, pelo fato da população residir majoritariamente na zona rural, vindo ao núcleo urbano que se consolidava, por motivos religiosos. No início do século XX, ouve-se falar dos bailes carnavalescos de associações, como a Sociedade Recreativa de Esportes. Posteriormente, por conta da imigração, no Palestra Itália, nos Campos Elíseos, no Poliesportivo do Botafogo, na Vila Tibério, na *Società Dante Alighieri* e na *Sociedade Sírio-libanesa*, no centro da cidade. Instituições de caráter operário também

promoviam os bailes de carnaval, como a União Geral dos Trabalhadores posteriormente Clube José do Patrocínio.

No começo do século XX, nos tempos áureos do café, três manifestações culturais carnavalescas destacavam-se na cidade e faziam fama em todo o interior do estado.

.Os cursos carnavalescos, em carros alegóricos, muitos com patrocínio de empresas da cidade e carros de passeio, trazendo pessoas da alta sociedade que, após os desfiles de rua, seguiam para os bailes de salão da elite;

.Os cordões carnavalescos, realizados nas proximidades da Estação de Trem da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com a participação da população mais humilde da cidade. Nessa manifestação de rua, as pessoas desfilavam a pé, em grupos, normalmente fantasiadas, depois seguiam para aos bailes de salões operários;

.Os bailes carnavalescos de Salão.

Não é possível tratar de carnaval no começo do século XX, em Ribeirão Preto, sem mencionar François Cassoulet. Ele tornou-se um empresário prestigiado das diversões na cidade, com destaque para o Cassino Eldorado, de sua propriedade.

Em 1903, numa cidade com aproximadamente 20 mil habitantes, consta que ocorreu o primeiro desfile de carros alegóricos, incentivado por Cassoulet. Os carros alegóricos eram montados em carroças puxadas por vistosos cavalos fantasiados com seus arrebiques e paramentos especiais, trazendo sobre eles os nobres foliões da cidade. Os carros motorizados chegaram ao desfile em 1916. Era o curso carnavalesco.

O trajeto dos veículos era feito pelas ruas do quadrilátero central. O curso, em alguns anos funcionava num sentido único e em outros anos nos dois sentidos de direção, com duas filas, uma contrária à outra. O acesso ao curso poderia ser feito nas esquinas da Rua Saldanha Marinho com a Rua Mariana Junqueira – então rua do Comércio; Rua São Sebastião com Rua Barão do Amazonas e a saída por qualquer rua que desse acesso. Os carros, participantes do curso, adquiriam um selo de cooperação da prefeitura, que passou a organizar os festejos.

A Rua General Osório e a esplanada do Theatro Pedro II eram destinadas exclusivamente aos foliões a pé, dos cordões carnavalescos – até anos 30 – e depois, das escoas de samba a partir dos anos 30.

Tanto nos cursos como nos cordões carnavalescos, não faltavam confetes, serpentina, bisnagas d'água e lança-perfume (então de uso permitido). Fala-se ainda, de uma banda, provavelmente a do Maestro José Delfino Machado, que tocava marchinhas carnavalescas pelas ruas da cidade.

Em Ribeirão Preto até a década de 1920, a presença da população negra no carnaval era restrita, quando então, os folguedos locais tinham a predominância do carnaval de estilo burguês (VON SIMSON, 1991, p.54). O carnaval local era marcado por desfiles luxuosos dos “clubs” das famílias abastadas, como o “Club dos Lords” e a “Família Sétimo Céu” pelas principais ruas da cidade e na Praça XV com carros alegóricos seguidos de outros eventos como as “Marche Flambeaux”, “Batalhas de Confetes no jardim público” e os “Bailes de Máscaras” que ocorriam no Teatro Carlos Gomes (Jornal Diário da Manhã, 04/02/1910).

O mesmo Teatro, até o final de 1919, servia como espaço de entretenimento para os imigrantes e às famílias nacionais abastadas, que ali realizavam bailes promovidos por seus “club” (TUON, 1997, p.120-131). No final dos anos de 1920 e, sobretudo na década de 1930, passou a comportar a presença da população negra, com seus bailes, que aconteciam ao longo do ano e no período de carnaval.

Sérgio Luiz de Souza (2007) reproduz em sua obra o depoimento da senhora Jenny, quando com seus 77 anos. Ele disse que ia ao teatro e ficava boba de ouvir os outros dizerem que não conheciam teatro. Dona Jenny freqüentou o teatro desde criança, sempre assistiu artistas negros, no teatro de revista daquela época. Ela conta ter conhecido o Carlos Gomes, que o mesmo era uma beleza e que nunca entendeu porque o teatro foi derrubado. Lá, diz ela, tinha bailes, em cima era o salão, o carnaval, e era separado preto de branco.

Fernandes (2008) também aborda a questão do negro e suas relações culturais em seu trabalho. Ela parte das considerações de Souza (2007) e acrescenta com alguns recortes dos jornais da época. Escreve a pesquisadora, que por volta das décadas de 20 e 30, na cidade, era frequente, entre muitas famílias negras, dançar Caninha Verde e fazer festa para São Gonçalo e São João, como faziam aquelas que moravam nos Campos Elíseos, na altura da rua Goiás, de frente à rua Silveira Martins. Tais festejos populares chegaram até a cidade em anos anteriores. Como não há descrições mais detalhadas, é impossível saber como eram realizadas, pois há muitas variações regionais. A caninha verde é uma dança de origem portuguesa, em roda ou em alas, sob o acompanhamento de instrumentos como sanfona, viola caipira,

pandeiro e cantos de versos tradicionais ou improvisados (FERNANDES, 2008).

A Revista Cruzeiro publicou, em fevereiro de 1972, sob o título – Ribeirão Preto - O melhor do interior Paulista que a cidade com 218 mil habitantes, centro de uma região geo-econômica de quatro milhões de almas, metrópole da Mogiana e Capital do Café, resolveu este ano acrescentar mais um título ao seu cartel: o de melhor carnaval.

A revista fazia referência ao Baile de Gala Oficial do Carnaval de Ribeirão Preto, com concurso de fantasias, realizado na Sociedade Recreativa e de Esportes da cidade. O baile acontecia na semana anterior ao carnaval e sua primeira versão foi um sucesso absoluto, deixando, porém, de acontecer, após a extinção da Companhia de Turismo – COMTURP, que o organizava.

Na década de 1970 era destaque também a roda de samba realizada na esplanada do Theatro Pedro II, organizada pela Rádio 79. No sábado de carnaval, o radialista Porto Alegre conduzia o desfile infantil de fantasias na própria esplanada, após a cerimônia de entrega pelo prefeito municipal das chaves da cidade ao Rei Momo, tradição esta que até hoje ainda é respeitada. Outro destaque da mesma época eram os concursos de fantasia realizados na Associação Unione Italiana e Socorros Mútuos.

Nasceu, em meados dos anos de 1970, o que de início era uma brincadeira de alunos e médicos residentes da USP vestidos caricatamente de mulher, o Bloco das Piranhas, uma grande festa pré-carnavalesca na Avenida Nove de Julho, tradição que acabou nos anos de 1990. A partir de 2006, as ruas voltaram a ser tomadas por blocos, desta vez Os Alegrões. A iniciativa partiu de um grupo de amigos. Outro bloco que se destaca na atualidade é o Berro, mantido pelo Cine Clube Cauim.

Em 1996, por iniciativa do Centro Cultural Orunmilá, o Afoxé Omo Orunmilá, o único do interior do Estado, passou a fazer a abertura dos carnavais de rua da cidade. O Afoxé difere das demais agremiações por sua concepção fundamentada nas Raízes culturais africanas, mantendo-se como atração permanente, sem disputar concurso carnavalescos, marcando nos desfiles locais a forte e importante influência da cultura negra no carnaval do país e a contribuição para a resistência dessa cultura ao processo civilizatório de caráter eurocêntrico. No caso do Afoxé, compreendemos que ele se enquadra na categoria de “formas de expressão”.

Quanto às agremiações, existiram muitos ao longo do tempo. Entidades que surgiram e desapareceram e entidades que se consolidam com a tradição como é o

caso dos Bambas, já citado, dos Embaixadores que surgiu deste 1967 e as escolas do Ipiranga – Acadêmicos e depois Tradição.

O conceito técnico do carnaval não se iguala, por vários motivos, aos desfiles da capital paulista ou carioca. Durante algum tempo o projeto de carnaval de rua de Ribeirão Preto foi criticado por envolver recursos públicos, mas trata-se de iniciativa que busca modelo de gestão para acontecer com beleza, técnica, protagonismo da sociedade civil e tradição.

c. A Caminhada do Calvário é uma celebração com fundo religioso que acontece no município há 24 anos. No início sob a coordenação de Rubens Guerra, que durante muito tempo representou o papel de Jesus Cristo. Com sua morte, Osmani Ferreira passou a conduzir o projeto que até 2009 reunia mais de uma centena de atores em trajeto da Via Sacra pelas ruas da cidade.

Com seu afastamento do projeto, a Caminhada do Calvário passou a ser realizada com o protagonismo da igreja católica, em especial, da Matriz Catedral.

d. O Festival Tanabata é a celebração da cultura japonesa. Organizado pelo Poder Público, com o protagonismo de *três* entidades japonesas da cidade. No início, o evento acontecia da Praça XV de Novembro, mas com sua expansão, passou a acontecer no Morro do São Bento, onde reúne 60 mil pessoas em três dias de festa. O festival está em sua 19ª edição. Sua importância está constituída pela expressiva imigração japonesa ocorrida em Ribeirão Preto.

e. Por quatro anos a Festitália foi conduzida pela Sociedade Dante Alighieri, tendo sido realizada no Teatro Municipal nos dois primeiros anos e na Paróquia Santa Terezinha nos dois anos seguintes e, a partir de 2010, passou a acontecer também, como o Tanabata, no Morro do São Bento, como atividade do calendário de festejos do município.

A proposta é colocar em evidência a cultura italiana, tão representativa na história de Ribeirão Preto, conforme pode ser observado em vários momentos ao longo deste relatório.

f. A Romaria de Nossa Senhora da Aparecida acontece todos os anos, no dia 12 de outubro e reúne uma multidão de fiéis que saem do espaço da Câmara Municipal e segue por uma estrada alternativa até o Distrito de Bonfim Paulista.

Oportuno reconhecer que a falta de detalhamento das celebrações expõe a fragilidade do poder público em registrá-las, compreendê-las e preservá-las. Somente a história do carnaval ganhou atenção, já como diagnóstico e diretriz deste inventário, que em fevereiro de 2010 lançou a Coleção Identidades Culturais, com a meta de publicar quatro obras por ano, objetivando pesquisar e compartilhar conhecimento. Além da história do carnaval, foram contadas as histórias da Matarazzo/Cianê e dos imigrantes italianos. A quarta obra do ano, conta a história do Mercadão da Cidade, importante local que deve ser visto como bem imaterial.

Com 110 anos, o Mercadão da Cidade é onde se encontra de tudo. Muito mais popular que sofisticado, consegue atrair, pela sua variedade e qualidade de produto até consumidores de classe social elevada. Localizado na Avenida Jerônimo Gonçalves com outra entrada na Rua José Bonifácio, lugar que se convencionou a chamar de “Baixada” (SILVA, 1998). Sobre este Mercado, foram apresentados relatos no momento da historiografia da localidade centro. A defesa que se faz, porém, é que mais do que um marco edificado, em fase final de tombamento, já reconhecido como bem cultural histórico pela Câmara Municipal, deve ser visto e preservado como bem de natureza imaterial.

Também com o objetivo de registro histórico, como meta estabelecida pela metodologia do inventário, várias ações foram empenhadas para o resgate da memória oral, pelo MIS – Museu da Imagem e do Som de Ribeirão Preto. As cinco localidades do sítio Ribeirão Preto e Bonfim Paulista foram visitadas pela equipe que além de recolher os depoimentos, editaram o material para divulgação. Outros tópicos foram evidenciados, como a história dos italianos em Ribeirão Preto, da Matarazzo/Cianê, vida e obra de Belmácio Pouso Godinho e, com destaque, a história do sítio contada a partir do café, na obra intitulada Filhos do Café, lançada em junho de 2010.



### 7.3 Ofícios e modos de fazer

A historiografia sobre Ribeirão Preto e em especial, dos bairros Campos Elíseos e Ipiranga e o reconhecimento dos grupos setoriais, evidenciam ofícios e modos de fazer que este Inventário apresenta como um bem imaterial. Trata-se do conhecimento trazido, principalmente, pelos imigrantes italianos, de produção de bebidas. Muitas pequenas fábricas existiram simultaneamente e, algumas delas estão relacionadas entre os bens tombados ou em fase de tombamento do Conppac.

Durante levantamento de memória oral realizado pela equipe do MIS – Museu da Imagem e do Som, foi registrado o depoimento da senhora Alma Alpes, filha do senhor Gino Alpes, proprietário da fábrica que produzia o refrigerante Douradinha. Todo o maquinário ainda está guardado. O lugar é pequeno, mas em um determinado espaço a família mantém um santuário com fotos dos patriarcas, material promocional das bebidas fabricadas e até uma garrafa da douradinha, ainda com gás, apesar de guardada por 30 anos.

Quanto à localidade da fábrica existem duas constatações. A pesquisadora Adriana Borges Capretz da Silva identifica o lugar, rua Industrial, como sendo Campos Elíseos. Rua também onde estão localizados os detalhes arquitetônicos remanescentes da Indústria São Luis e onde funcionou o antigo Matadouro Morandi. Porém, na Secretaria do Planejamento o mesmo endereço está relacionado como sendo Ipiranga. Enquanto memória oral, o depoimento foi colhido no momento em que estava sendo elaborado o material do bairro Ipiranga e assim foi editado.

No mapa produzido pelo grupo Marcos Edificados, a rua Industrial ganhou referência e está sendo apresentado de maneira isolada nas duas localidades – Campos Elíseos e Ipiranga.

Já antecipando uma diretriz, esta Rede propõe avaliação criteriosa do bem cultural referenciado, com indicação de restauração do marco e destaque no circuito da Paisagem Cultural do Café.

## 8. Pesquisa de campo

Para diagnóstico do que foi observado durante pesquisa de campo, segue apresentado o relatório individual de cada localidade que, em conjunto, forma o sítio Ribeirão Preto, e o sítio Bonfim Paulista, na sequência, os dados gerais de toda a pesquisa considerando a totalidade dos entrevistados dos dois sítios juntos<sup>20</sup>, os cruzamentos e análises.

### Distrito de Bonfim Paulista

37 entrevistados

Idade	%	NA da Amostra	NA de Bonfim	NA Masc	NA Fem	Classe	Univ	%	NA da Amostra	NA de Bonfim
18 a 24	19,4	96	7	3	4	A1	5.049,23	1	5	0
25 a 39	34,5	171	12	6	6	A2	20.196,92	4	20	1
40 a 59	31,6	156	11	5	6	B1	45.443,07	9	45	3
60 a 69	8,1	40	3	1	2	B2	75.738,45	15	74	5
70 a 79	4,6	23	2	1	1	C1	106.033,8	21	104	8
80 mais	1,8	9	1	0	0	C2	111.083,1	22	109	8
						D	126.230,8	25	124	9
						E	15.147,69	3	15	1
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>36</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>TOTAL</b>	<b>504.923</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>36</b>

Dos 37 entrevistados, 65% disseram saber o que é um bem cultural, deste total, 75% identificam bem cultural como sendo os prédios antigos e históricos. Porém, 14% dos entrevistados que disseram saber o que é bem cultural preferiram não conceituar. 92% afirmaram ser importante o Poder Público investir recursos financeiros em atividades de preservação dos bens culturais, sejam eles prédios históricos ou festas simbólicas.

O prédio histórico mais importante de Ribeirão Preto, para 41% dos entrevistados do Distrito de Bonfim Paulista, é o Teatro Pedro II, seguido pelo Barracão (6%) e empatados estão: Catedral, Hotel Brasil e Pingüim com 5%.

Já a festa cultural mais importante de Ribeirão Preto, para 24% dos entrevistados do Distrito de Bonfim Paulista, é a Feira Nacional do Livro, para outros

<sup>20</sup> Anexo 5 – modelo do questionário da pesquisa de campo

19% é o Tanabata e, para 11%, a Folia de Reis, realizada anualmente, na Vila Virgínia. Porém 24% dos entrevistados não souberam responder a questão.

O lugar (ou lugares) na cidade de Ribeirão Preto definido como sendo um lugar cultural importante, no caso de Bonfim Paulista, o mais citado foi o Parque Curupira (22%), seguido do Pinguim (16%) e empatados com 8% apareceram o Ribeirão Shopping, localizado próximo ao Distrito e o monumento das Sete Capelas. 16% não souberam responder.

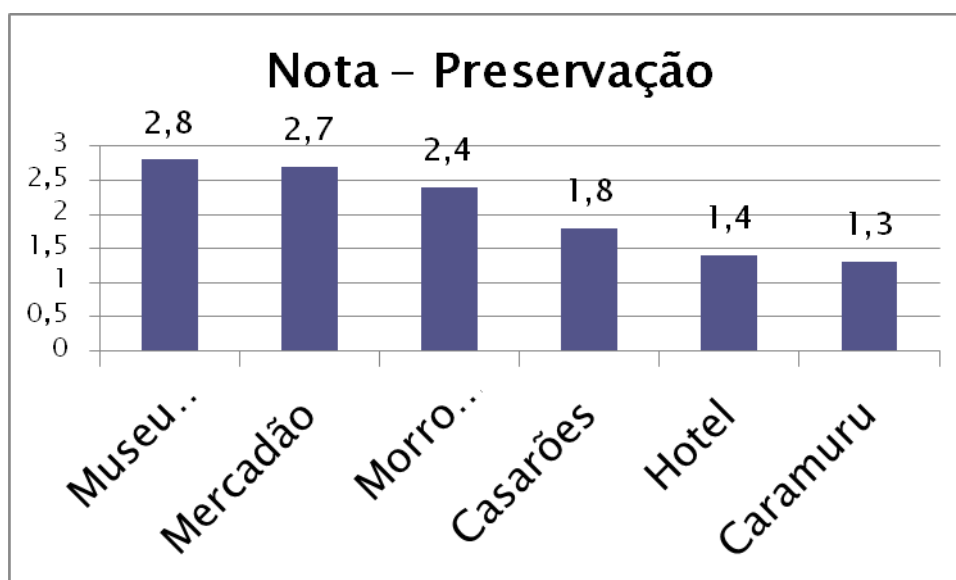
Quando perguntados sobre o fato de Ribeirão Preto merecer ou não o título de Capital da Cultura, como já teve no passado e reivindica no presente, 47% disseram que o título não é pertinente. Destes, 12 entrevistados responderam que falta investimento e outros três responderam que a vocação do município é mesmo agrícola, em especial a cana-de-açúcar.

Outros 53% reconhecem Ribeirão Preto como capital da cultura. Nove entrevistados afirmam que há condições pré-existent, históricas e de investimentos para sustentação do título. Outros cinco afirmam haver eventos culturais importantes e um entrevistado cita as escolas. Três, embora concordando sobre o merecimento do título, não souberam responder as motivações.

Dos entrevistados, 91% afirmam conhecer a história de Ribeirão Preto e 70% disseram conhecer bem. Ao serem indagados sobre um fato histórico que guardam na memória, 9% não responderam. Os que responderam por ordem de lembrança citaram histórias relacionadas ao café, ao título de Califórnia Brasileira, sobre o chopp, a produção da cana-de-açúcar, o agronegócio e eventos culturais.

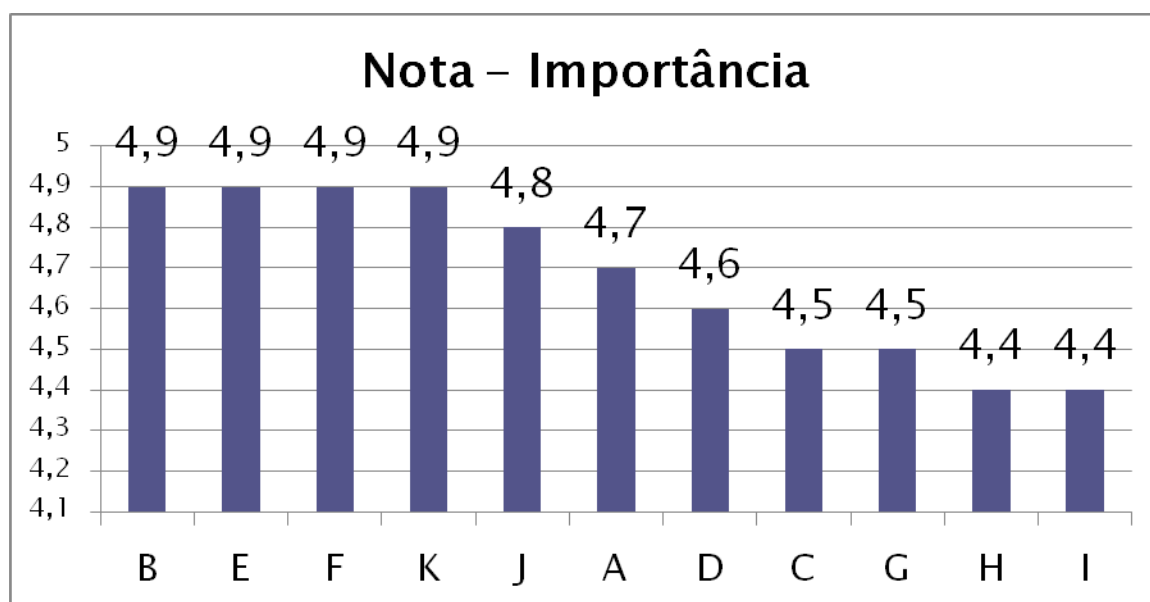
Em Bonfim, 57% disseram existir algum bem cultural que entendem ser importante. Destes, 48% disseram ser a Quermesse de Nossa Senhora de Aparecida e 19% disseram ser o Carnaval de rua que acontece no distrito. Para 100%, os bens citados no distrito não estão bem preservados e 71% dos entrevistados, afirmaram que o poder público de Ribeirão Preto não dá importância ao bem cultural citado.

70% dos moradores entrevistados em Bonfim Paulista, disseram que no distrito acontecem festas culturais durante o ano. Dos que afirmaram ter, 66% citaram a Quermesse de Nossa Senhora de Aparecida. 77% participam das festas em Bonfim, 12% não responderam a questão.



Aos entrevistados foi solicitado que dessem nota de 1 a 5 – sendo 1 a nota mais baixa escalonada até 5, a nota mais alta – e eles apontaram que o Museu do Café é o bem cultural mais bem preservado, com 2,8 e a casa da Caramuru é o bem menos preservado com 1,3.

Foi solicitado ainda que elencassem por ordem, os bens que gostariam de ver restaurados e em atividade.



No caso de Bonfim Paulista, o resultado foi o seguinte:

- A – restauração do casarão da Caramuru – 6ª lugar
- B – restauração do prédio do antigo Hotel Brasil – 1º lugar
- C – restauração do prédio da antiga fábrica Cianê – 8ª lugar
- D – restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP – 7º

- E – revitalização do Morro do São Bento – 2º lugar
- F – revitalização dos Museus do Café e o Histórico – 3º lugar
- G – realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local - 9º lugar
- H – realização de projetos que preservem a história da imigração italiana – 10º lugar
- I – realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa – 11ª lugar
- J – revitalização do Mercado – 5º lugar
- K – abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural – 4º lugar

80% dos entrevistados, ainda sobre esta questão, não quiseram apontar outra ação. Dos 20% que citaram, reivindicaram criação e melhoria de áreas para lazer e cultura (2 respostas); criação de bibliotecas no bairro (2 respostas); e outros 3 fizeram solicitações fora da área cultural.

41% dos entrevistados disseram conhecer alguma cidade da região que preserva seus bens culturais melhor que Ribeirão Preto. Destes, 16% disseram que Brodoskwi preserva melhor seus bens culturais, em seguida disseram Batatais (8%).

Do total, 92% sabem que Ribeirão Preto foi, no passado, o maior exportador de café e 73% sabem que Santos Dumont morou em Ribeirão Preto. Quando perguntados sobre personalidade da cultura do município, poucos os identificaram. No caso do artista plástico Bassano Vacarini – 92% não sabem quem foi. Odila Mestriner - 100% não sabem quem foi. Diva Tarlá - 95% não sabem quem foi. Luis Barreto – 76% não sabem quem foi. Francisco Schmidt – 70% não sabem quem foi e Sinhá Junqueira – 54% não sabem quem foi.

Centro da Cidade – quadrilátero central  
66 entrevistados

Idade	%	NA da Amostra	NA Centro	Masc	Fem	Classe	Univ	%	NA da Amostra	NA Centro da cidade
18 a 24	19,4	96	12	6	6	A1	5049,23	1	5	1
25 a 39	34,5	171	22	10	11	A2	20196,92	4	20	3
40 a 59	31,6	156	20	10	10	B1	45443,07	9	45	6
60 a 69	8,1	40	5	2	3	B2	75738,45	15	74	9
70 a 79	4,6	23	3	1	2	C1	106033,8	21	104	13
80 mais	1,8	9	1	1	1	C2	111083,1	22	109	14
TOTAL	100	495	63	30	33	D	126230,8	25	124	16
						E	15147,69	3	15	2
						TOTAL	504.923	100	495	63

Dos 66 entrevistados no Centro da Cidade, 59% disseram saber o que é um bem cultural, sendo que 26% identificaram bem cultural como sendo os prédios antigos e históricos, 24% como sendo eventos musicais e teatrais e 8% como sendo feiras e outros eventos comerciais. Mesmo dizendo saber o que é bem cultural, 20% não responderam.

A grande maioria, 91% acha importante o Poder público investir recursos financeiros em atividades de preservação de bens culturais, sejam prédios históricos ou festas simbólicas.

O prédio histórico mais importante de Ribeirão Preto, para 52% dos moradores do centro, é o Theatro Pedro II, seguido por Pingüim/Quarteirão Paulista, com 12% e Prédio Diederichsen com 8%. Do total, 6% não souberam responder.

A festa cultural mais importante de Ribeirão Preto, para 41% dos entrevistados, é a Feira Nacional do Livro. Para 15% é o Festival Tanabata e, para 10%, o aniversário da cidade, mas 12% não souberam responder.

O lugar (ou lugares) na cidade definido como sendo um lugar cultural importante mais citado foi o Parque “Curupira” (17%), o Bosque Fábio Barreto (15%) e o Museu do Café (13%). Apenas 8% não souberam responder.

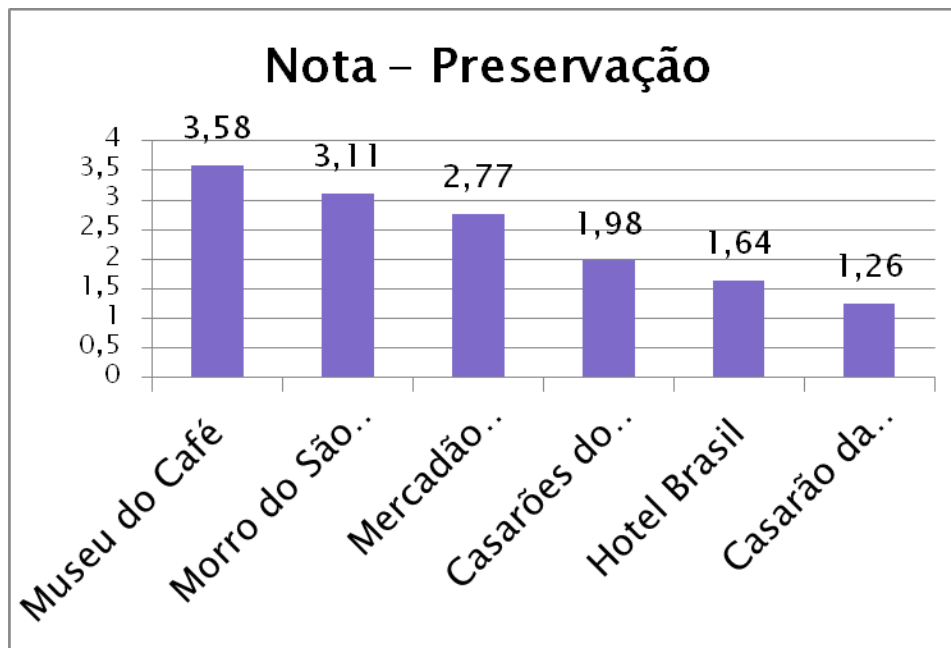
Entre os entrevistados 52% disseram não concordar com o merecimento de Ribeirão Preto do título Capital da Cultura. Para 14 entrevistados falta investimento e manutenção. Para outros 8 falta de eventos. Dois entrevistados disseram que o potencial da cidade é o agronegócio e três não responderam.

Dos 47% que reconhecem Ribeirão Preto como capital da cultura, 18 afirmam haver condições pré-existentes, históricas e de investimentos, sete dizem haver eventos culturais, quatro fizeram referências às escolas e os cursos superiores e quatro não responderam.

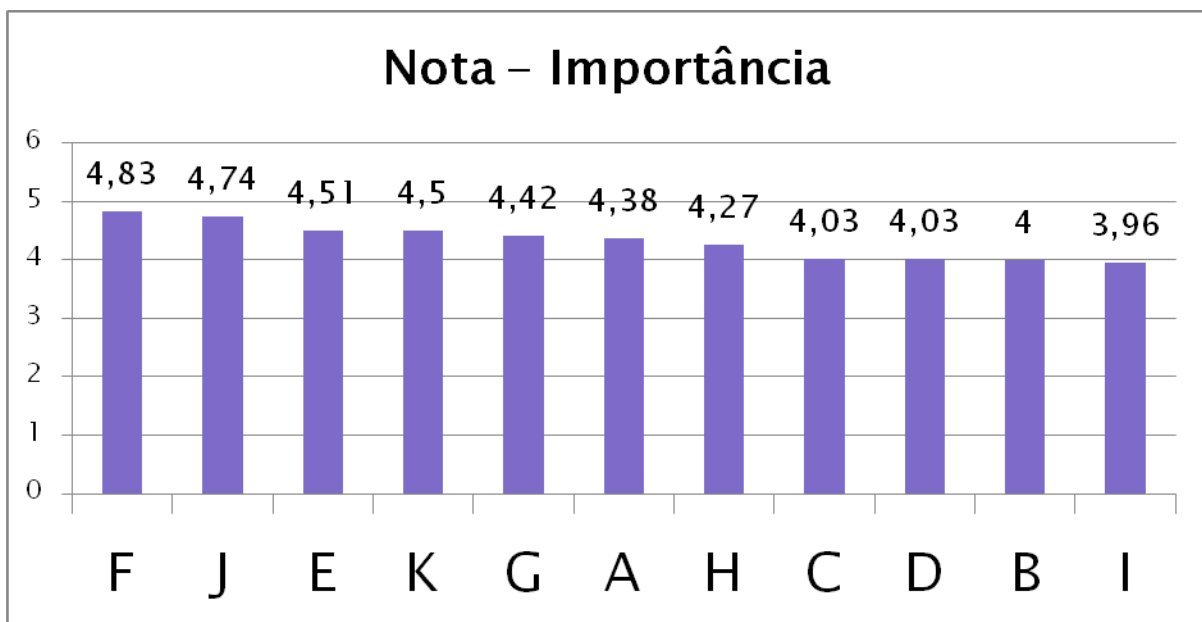
80% dos entrevistados do centro da cidade afirmam conhecer a história de Ribeirão Preto, mas apenas 18% disseram conhecer bem. Os fatos mais lembrados são os relacionados com a economia. Sobre o café, 13 respostas, sobre a Cana-de-açúcar, cinco respostas, sobre o Chopp, quatro respostas, eventos culturais, quatro respostas, intempéries, três respostas. Fatos ligados à ferrovia, três respostas e à política, duas respostas.

No Centro, apenas 21% informaram existir algum bem cultural que entendem ser importante. Destes, 14% declararam ser o Theatro Pedro II. Para 69%, os bens citados no bairro não estão bem preservados e, segundo 46% dos entrevistados, o Poder Público de Ribeirão Preto não dá importância aos bens culturais edificados.

59% entre os que deram entrevista, moradores do Centro da cidade, disseram que não acontecem festas culturais durante o ano. Dos que disseram ter, 29% citaram a Feira Nacional do Livro e 14% o Festival Tanabata. 86% participam das festas na cidade.



Quando solicitados a dar nota para o estado de conservação de vários marcos edificados com variação de 1 a 5, sendo 1 para o menos preservado e 5 para o mais preservado. Os moradores do centro apontaram o Museu do Café como o bem mais cuidado e a casa da Caramuru como o mais deteriorado.



Em relação aos marcos edificados, aos entrevistados foi solicitado que avaliassem com notas, os bens que gostariam de fossem restaurados:

A –restauração do casarão da Caramuru – 6º lugar



- B – restauração do prédio do antigo Hotel Brasil – 10º lugar
- C – restauração do prédio da antiga fábrica Cianê – 8º lugar
- D - restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP – 9º lugar
- E – revitalização do Morro do São Bento – 3º lugar
- F – revitalização dos Museus do Café e o Histórico – 1º lugar
- G – realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local – 5º lugar
- H – realização de projetos que preservem a história da imigração italiana – 7º lugar
- I – realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa – 11º lugar
- J – revitalização do Mercado – 2º lugar
- K – abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural – 4º lugar

Todos os entrevistados foram perguntados se gostariam de fazer alguma indicação sobre a necessidade da realização de um projeto cultural específico, 60% preferiu não fazer qualquer indicação. Entre os 40% que participaram da resposta, 16 pessoas pediram a criação e melhoria de eventos para lazer e cultura. Dez reivindicaram a preservação dos prédios e locais públicos.

Dos 66 participantes da pesquisa, 58% disseram conhecer alguma cidade da região que preserva seus bens culturais melhor que Ribeirão Preto. Destes, 27% disseram que Brodoskwi preserva melhor seus bens culturais, em seguida Batatais (17%) e depois Sertãozinho e Franca (8%).

85% sabem que Ribeirão Preto foi, no passado, o maior exportador de café e 48% sabem que Santos Dumont morou em Ribeirão Preto. Porém, quanto ao artista plástico Bassano Vacarini, 59% não sabem quem foi. Odila Mestriner, também artista plástica, de grande importância para a cidade, não é conhecida por 76% dos moradores do centro. Diva Tarlá, autora da música do Hino a Ribeirão Preto, 76% não sabem quem foi. Luis Barreto não conhecido por 55% dos entrevistados e Francisco Schmidt é conhecido pela metade dos entrevistados, exatos 50%. Sinhá Junqueira, surgiu como a mais conhecida, 55% dos participantes disseram saber de quem se tratar.

## Vila Virgínia - República

81 entrevistados

Idade	%	NA da Amostra	NA da Vila Virgínia	NA Masc	NA Fem
18 a 24	19,4	96	16	7	8
25 a 39	34,5	171	28	13	14
40 a 59	31,6	156	25	12	13
60 a 69	8,1	40	6	3	3
70 a 79	4,6	23	4	2	2
80 mais	1,8	9	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>80</b>	<b>48</b>	<b>42</b>

Classe	Renda	%
A1	14.366,00	1%
A2	8.099,00	4%
B1	4.558,00	10%
B2	2.327,00	16%
C1	1.391,00	21%
C2	933,00	21%
D	618,00	25%
E	403,00	2%
<b>Total</b>		<b>100%</b>

Dos 81 entrevistados no bairro Vila Virgínia, 79% disseram saber o que é um bem cultural, sendo que 48% identificam bem cultural como sendo os prédios antigos e históricos, 21% como eventos musicais e teatrais e 14% como festas e tradições populares. Mesmo dizendo saber o que é bem cultural, 10% não conceituaram. 89% acham importante o Poder Público investir recursos financeiros em atividades de preservação de bens culturais.

O prédio histórico mais importante de Ribeirão Preto, para 43% dos moradores da Vila Virgínia, é o Theatro Pedro II, empatados com 7% estão: biblioteca Altino Arantes, Casarão da Caramuru e Museu do Café.

A festa cultural mais importante de Ribeirão Preto, para 28% dos entrevistados, é a Feira Nacional do Livro, para 14% é o Encontro Nacional de Folia de Reis e, para 11%, o Festival Tanabata, mas 27% não souberam responder.

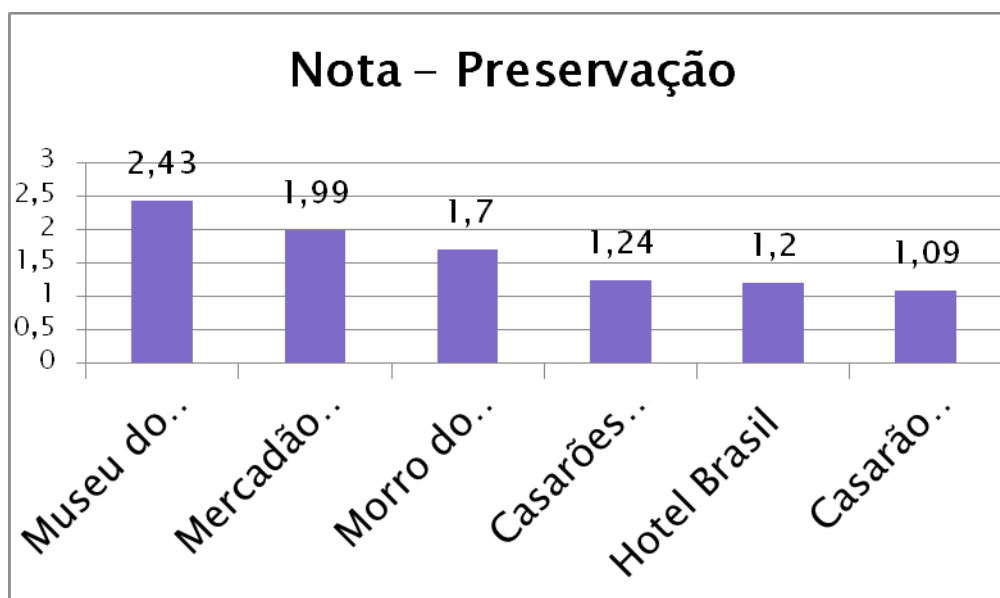
O lugar (ou lugares) na cidade definido como sendo um lugar cultural importante mais citado foi o Parque Curupira (16%), o Theatro Pedro II (12%) e o Museu do Café (11%), mas 19% não souberam responder.

Entre todos os entrevistados da Vila Virgínia, 76% disseram não a Ribeirão Preto como Capital da Cultura, e justificaram afirmando que falta de investimento e manutenção. Os demais não responderam. Dos 24% que reconhecem Ribeirão Preto como Capital da Cultura, seis disseram que existem condições históricas e de investimento e cinco pessoas relacionaram os eventos como justificativa, outros três entrevistados atribuíram os títulos às escolas e cursos superiores.

88% afirmam conhecer a história de Ribeirão Preto e 62% disseram conhecer bem. Ao serem indagados sobre um fato histórico que guardam na memória, 29% não responderam e 2% disseram não saber. Mas, os que responderam apontaram: Café: 20 respostas; Chopp: 10 respostas; Cana-de-açúcar: 4 respostas; Califórnia brasileira: 3 respostas; Feiras: 2 respostas; Intempéries, vendaval, enchente: 5 respostas; Faculdade de Medicina da USP: 1 resposta; Carnaval da década de 60: 1 resposta.

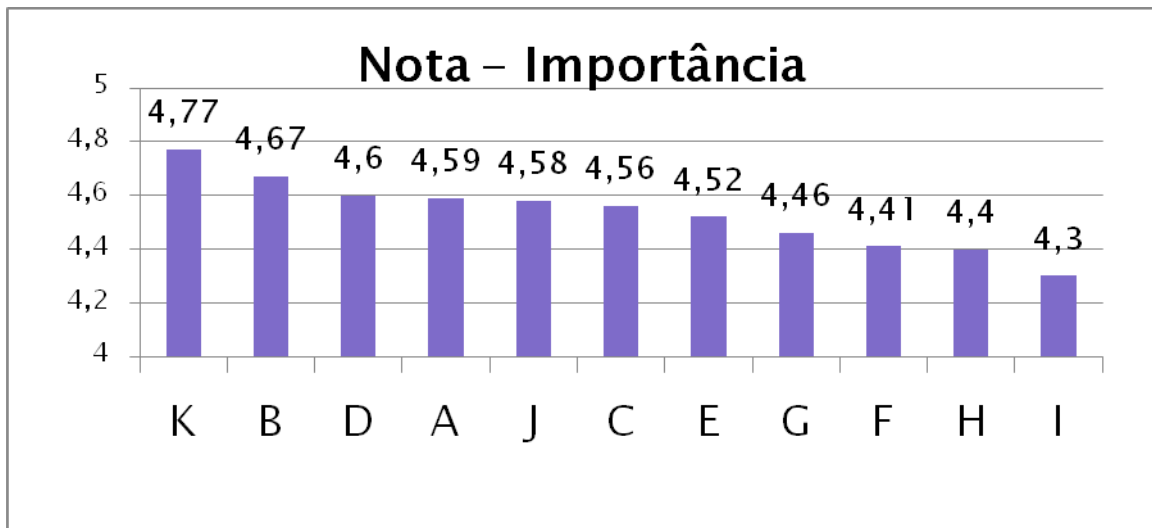
Na Vila Virgínia, apenas 18% disseram existir algum bem cultural que entendem ser importante. Destes, 36% disseram o Encontro de Folia de Reis e 21% disseram o Casarão da Caramuru. Para 79%, os bens citados no bairro não estão bem preservados. Para 64% dos entrevistados, o Poder Público de Ribeirão Preto não dá importância ao bem cultural citado.

73% dos moradores entrevistados na Vila Virgínia, disseram que no bairro não acontecem festas culturais durante o ano. Dos que disseram ter, 87% citaram o Encontro de Folia de Reis e 77% participam das festas no bairro.



O quadro mostra que para os moradores da Vila Virgínia, o bem mais preservado é o Museu do Café e o bem menos preservado é a Casa da Caramuru. Eles deram nota de 1 a 5, escalonando entre bom e ruim.

Outra lista de lugares foi apresentada para que o entrevistado identificasse, com notas, o grau de importância que o patrimônio tem para ele. Sendo Nota 1 – nenhuma importância - Nota 2 – pouca importância - Nota 3 – média importância - Nota 4 – importante - Nota 5 – grande importância



- A –restauração do casarão da Caramuru – 4º lugar
- B –restauração do prédio do antigo Hotel Brasil – 2º lugar
- C – restauração do prédio da antiga fábrica Cianê – 6º lugar
- D - restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP – 3º lugar
- E – revitalização do Morro do São Bento – 7º lugar
- F – revitalização dos Museus do Café e o Histórico – 9º lugar
- G – realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local – 8º lugar
- H – realização de projetos que preservem a história da imigração italiana – 10º lugar
- I – realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa – 11º lugar
- J –revitalização do Mercado – 5º lugar
- K –abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural – 1º lugar

Quando perguntados sobre se tinham outras ação culturais que julgavam mais importantes dos que as citadas: 78% responderam não terem nenhuma. Entre os que disseram possuir uma indicação, 11 pessoas reivindicou a criação e melhoria de eventos para lazer e cultura e seis pessoas pediu a criação e melhoria de prédios e locais públicos.

58% dos entrevistados disseram conhecer alguma cidade da região que preserva seus bens culturais melhor que Ribeirão Preto. Destes, 30% disseram que Batatais preserva melhor seus bens culturais, em seguida disseram Brodoskwi (26%) e depois Sertãozinho (9%).

95% sabem que Ribeirão Preto foi, no passado, o maior exportador de café e 37% sabem que Santos Dumont morou em Ribeirão Preto. Quando perguntados se conheciam Bassano Vacarini – 72% não sabem quem foi. Odila Mestriner - 85% não sabem quem foi - Diva Tarlá - 90% não sabem quem foi. Luis Barreto – 72% não

sabem quem foi - Francisco Schmidt – 72% não sabem quem foi - Sinhá Junqueira – 60% não sabem quem foi.

A última pergunta era aberta e respondia quem quisesse. Perguntados se queriam deixar contribuições, na Vila Virgínia, disseram: ações e melhorias dos eventos culturais: 10 respostas; acesso ao teatro: 4 respostas; restauração de prédios históricos: 3 respostas; mais segurança: 1 resposta e mais escolas de ensino fundamental: 1 resposta.

## Vila Tibério

82 entrevistados

Idade	%	NA da Amostra	NA Vila Tibério	Masc	Fem	Classe	Univ	%	NA da Amostra	NA Vila Tibério
18 a 24	19,4	96	14	7	7	A1	5049,23	1	5	1
25 a 39	34,5	171	24	12	13	A2	20196,92	4	20	3
40 a 59	31,6	156	22	11	12	B1	45443,07	9	45	6
60 a 69	8,1	40	6	3	3	B2	75738,45	15	74	11
70 a 79	4,6	23	3	2	2	C1	106033,8	21	104	15
80 mais	1,8	9	1	1	1	C2	111083,1	22	109	16
						D	126230,8	25	124	18
						E	15147,69	3	15	2
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>71</b>	<b>34</b>	<b>37</b>	<b>TOTAL</b>	<b>504.923</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>71</b>

Dos 82 entrevistados da Vila Tibério, 73% disseram saber o que é um bem cultural. Destes, 62% identificam bem cultural como sendo prédios antigos e históricos, 20% como eventos musicais e teatrais e 13% festas e tradições populares. 7% não responderam a questão.

98% acham importante o Poder Público investir recursos financeiros em atividades de preservação de bens culturais, sejam elas em prédios históricos ou festas simbólicas. O prédio histórico mais importante de Ribeirão Preto, para 52% dos moradores da Vila Tibério é o Theatro Pedro II, seguido por Pingüim, com 10% e Museu do Café, 5%. Dos que participaram, 7% não souberam responder.

A festa cultural mais importante de Ribeirão Preto, para 28% dos entrevistados é a Feira Nacional do Livro, para 24% é o Festival Tanabata e para 7%, o carnaval, mas 22% não souberam responder.

O lugar (ou lugares) na cidade definido como sendo um lugar cultural importante mais citado foi o Parque “Curupira” (11%), o Museu do Café (10%) e o Theatro Pedro II (7%) e 24% não souberam responder.

Quando perguntados sobre o título de Capital da Cultura para Ribeirão Preto, 56% disseram que a cidade não merece o título. Vinte e nove pessoas argumentou faltar investimento e manutenção. Seis pessoas não souberam justificar a resposta e três disseram que falta eventos.

Dos 43% que reconhecem Ribeirão Preto como Capital da Cultura, nove responderam que existem eventos, sete que há condições pré-existentes: históricas e

investimentos e cinco mencionaram a existência de escolas e cursos superiores. Sete não souberam responder.

Dos 82 entrevistados no bairro Vila Tibério, 87% afirmaram conhecer a história de Ribeirão Preto, mas apenas 39% disseram conhecer bem. Quando perguntados qual fato histórico da cidade guardam na memória, relacionaram: com o Café: 28 respostas; com a Cana-de-açúcar: 7 respostas; com o Chopp: 7 respostas; com a Califórnia brasileira: 6 resposta; Intempéries, vendaval e enchente: 5 respostas; com prédios e locais públicos: 5 respostas; com a ferrovia: 2 respostas com a política uma resposta.

Na Vila Tibério, apenas 11% disseram existir algum bem cultural que entendem ser importante. Destes, 18% disseram o P.I.C – Programa de Integração Cultural. Para 64%, os bens citados no bairro não estão bem preservados e para 55% dos entrevistados, o Poder Público de Ribeirão Preto não dá importância ao bem cultural citado.

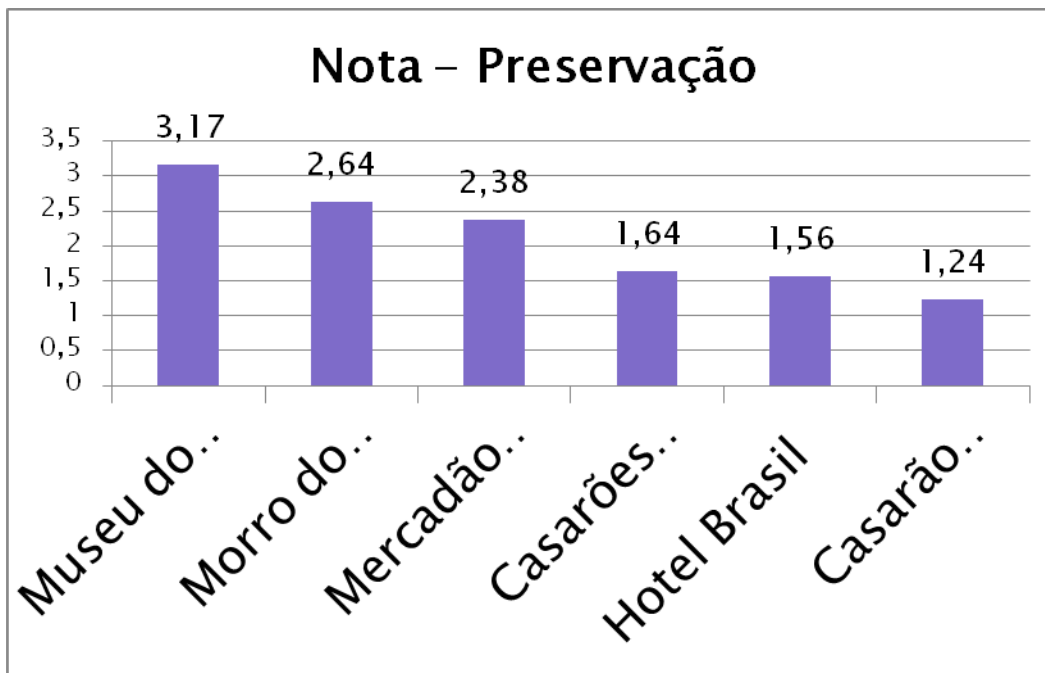
85% dos moradores da Vila Tibério, disseram que no bairro não acontecem festas culturais durante o ano. Dos que disseram ter, 58% citaram Festas Juninas e 25% Quermesses. 55% participam das festas no bairro.

No caso específico da localidade Vila Tibério, foram acrescentadas três perguntas quanto ao patrimônio da Maria Fumaça:

Se coubesse a você decidir o que fazer com aquela Maria Fumaça que está na praça, perto do Pronto Socorro Central, o que você faria? 49% - deixaria ali mas transformaria em um espaço cultural para as pessoas entrarem para conhecer; 27% - levaria para o Barracão do Ipiranga e faria no local um Museu Ferroviário; 15% - deixaria ali mesmo, mas cercaria para não ocuparem indevidamente.

Para restaurar a Maria Fumaça é um investimento entre 500 a 800 mil reais, você acha que para preservar a história vale a pena este investimento? 66% acham que vale a pena o investimento.

Foi oferecido ao entrevistado, uma relação de bens para que ele avaliasse com notas : Nota 1 – não preservado - Nota 2 – pouco preservado - Nota 3 – meio preservado - Nota 4 – preservado - Nota 5 – bem preservado

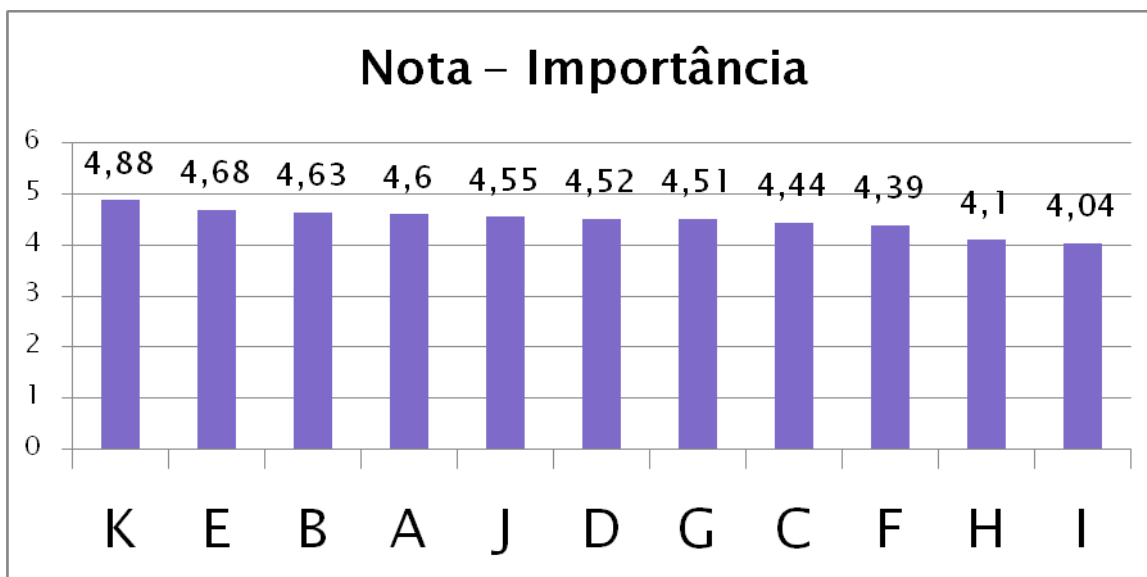


O Museu do Café é o patrimônio mais bem preservado em oposição à Casa da Caramuru, que apareceu como o marco edificado mais deteriorado.

Outra lista de lugares foi apresentada para que o entrevistado identificasse, com notas, o grau de importância que o patrimônio tem para ele. Sendo Nota 1 – nenhuma importância - Nota 2 – pouca importância - Nota 3 – média importância - Nota 4 – importante - Nota 5 – grande importância

- A – restauração do casarão da Caramuru- 4º lugar
- B – restauração do prédio do antigo Hotel Brasil – 3º lugar
- C – restauração do prédio da antiga fábrica Cianê – 8º lugar
- D - restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP – 6º lugar
- E – revitalização do Morro do São Bento – 2º lugar
- F – revitalização dos Museus do Café e o Histórico – 9º lugar
- G – realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local – 7º lugar
- H – realização de projetos que preservem a história da imigração italiana – 10º lugar
- I – realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa – 11º lugar
- J – revitalização do Mercado – 5º lugar
- K – abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural – 1º lugar





Quando perguntados sobre se tinham outras ações culturais que julgavam mais importantes dos que as citadas, 60% responderam não terem nenhuma. Dos que responderam, 13 pessoas reivindicaram o restauro, a preservação e a melhoria de prédios e locais públicos. Onze pessoas pediram a criação e melhoria de eventos para lazer e cultura.

50% dos entrevistados disseram conhecer alguma cidade da região que preserva seus bens culturais melhor que Ribeirão Preto. Destes, 41% disseram que Brodoskwi preserva melhor seus bens culturais, em seguida disseram Batatais (20%) e depois Sertãozinho (12%).

Do total, 89% sabem que Ribeirão Preto foi, no passado, o maior exportador de café e 60% sabem que Santos Dumont morou em Ribeirão Preto. Quando perguntados se conheciam Bassano Vacarini – 59% não sabem quem foi - Odila Mestriner - 80% não sabem quem foi - Diva Tarlá - 80% não sabem quem foi - Luis Barreto – 70% não sabem quem foi - Francisco Schmidt – 66% não sabem quem foi e Sinhá Junqueira – 52% não sabem quem foi.

A última pergunta era aberta e respondia quem quisesse. Perguntados se queriam deixar contribuições, na Vila Tibério, quem responde, disse: criação e melhoria dos eventos culturais: 12 respostas; restauro e preservação de prédios antigos: 2 respostas

## Ipiranga - Barracão

125 entrevistados

Classe	Univ	%	NA da Amostra	NA do Ipiranga
A1	5.049,23	1	5	1
A2	20.196,92	4	20	4
B1	45.443,07	9	45	10
B2	75.738,45	15	74	17
C1	106.033,8	21	104	23
C2	111.083,1	22	109	24
D	126.230,8	25	124	28
E	15.147,69	3	15	3
<b>TOTAL</b>	<b>504.923</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>110</b>

Idade	%	NA da Amostra	NA do Ipiranga	NA Masc	NA Fem
18 a 24	19,4	96	21	10	11
25 a 39	34,5	171	38	18	20
40 a 59	31,6	156	35	17	18
60 a 69	8,1	40	9	4	5
70 a 79	4,6	23	5	2	3
80 mais	1,8	9	2	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>110</b>	<b>53</b>	<b>57</b>

Dos 125 entrevistados do bairro Ipiranga, 59% disseram saber o que é um bem cultural, sendo que 35% identificam como sendo os prédios antigos e históricos, 31% como eventos musicais e teatrais, 23% como festas e tradições populares e 18% como feiras e outros eventos. Mesmo dizendo saber, 23% não responderam.

92% acham importante o poder público investir recursos financeiros em atividades de preservação de bens culturais. O prédio histórico mais importante de Ribeirão Preto, para 47% dos moradores do Ipiranga, é o Teatro Pedro II, seguido por Museu do Café, com 12%. 14% não souberam responder.

A festa cultural mais importante de Ribeirão Preto, para 32% dos entrevistados, é a Feira Nacional do Livro, para 13% é o Festival Tanabata e para 7%, o aniversário da cidade, mas 33% não souberam responder.

O lugar (ou lugares) na cidade definido como sendo um lugar cultural importante mais citado, foi o Parque Curupira (13%), seguido pelo Theatro Pedro II (12%). Porém, 24% não souberam responder.

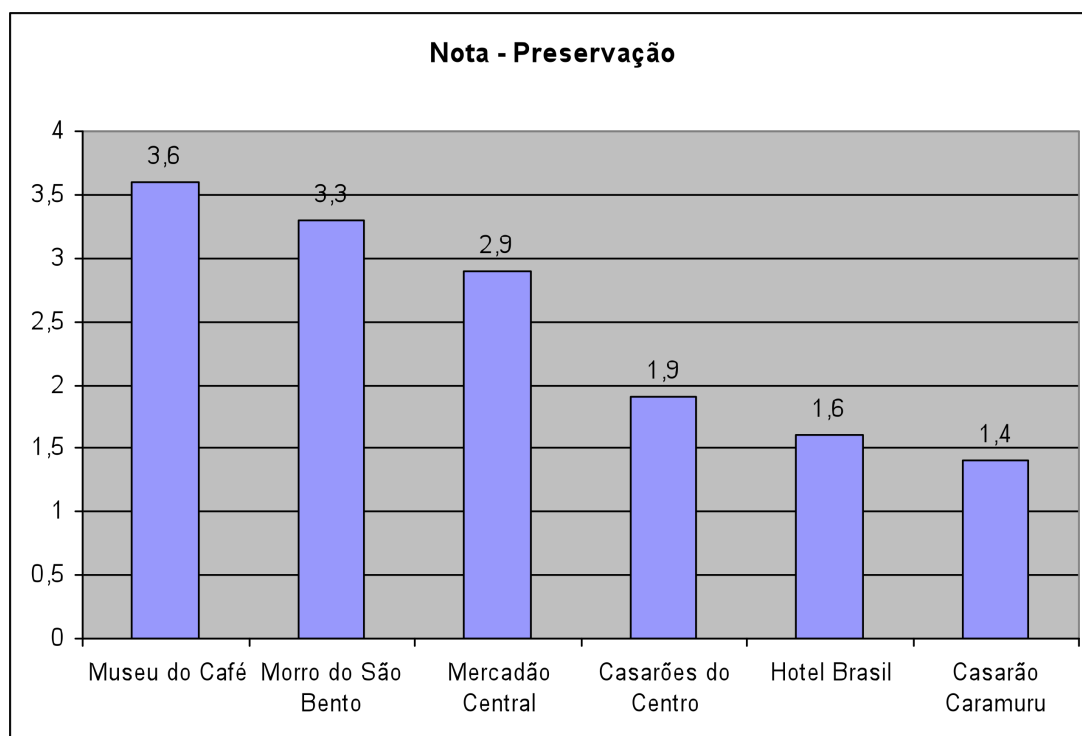
Para 58% dos entrevistados do Ipiranga, a cidade não pode ser chamada de Capital da Cultura. E os motivos são vários: Falta de investimentos e manutenção: 36 resposta; vocação comercial: 3 respostas; ausência de escolas - educação escolar: 2 respostas; ausência de equipamentos públicos: 2 respostas. Não sabem: 2 respostas.

Os 41% que disseram que concordam com o título de Capital da Cultura, responderam ao justificar: Há condições pré-existent: históricas - investimentos: 14 respostas. São promovidos eventos: 12 respostas. Há prédios públicos para a cultura: 12 respostas. Não sabem porque: 6 respostas.

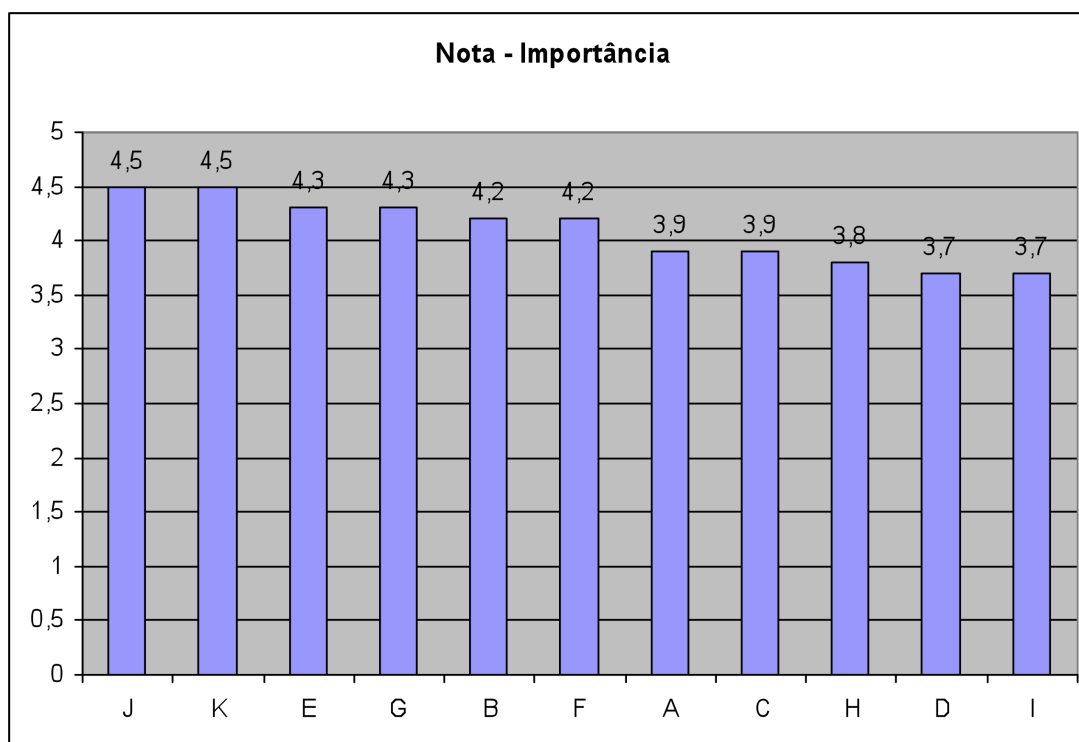
68% afirmam conhecer a história de Ribeirão Preto, mas apenas 24% disseram conhecer bem. Ao serem indagados sobre um fato histórico que guardam na memória, 34% não responderam e 6% disseram não saber. Mas, os que responderam apontaram fatos ligados ao: café – 21 respostas; chopp – 14 respostas; à cana-de-açúcar – 4 respostas; aos eventos culturais marcantes: 17 respostas; à política: 5 respostas; à intempéries, vendaval, enchentes – 6 respostas; ao futebol: 2 respostas.

No Ipiranga, apenas 18% disseram existir algum bem cultural que entendem ser importante. Destes, 26% disseram estação barracão, 9% o centro cultural e 9% o Parque Tom Jobim. Para 57%, os bens citados no bairro não estão bem preservados. Para 70% dos entrevistados, o Poder Público de Ribeirão Preto não dá importância aos bens culturais citados.

74% dos moradores entrevistados no Ipiranga, disseram que no bairro não acontecem festas culturais durante o ano. Dos que disseram ter, 48% citaram festa junina e 16% quermesse/festa da igreja. 68% participam das festas no bairro.



Quando convidados a avaliar as condições de preservação dos marcos edificados, os entrevistados, ao darem notas, concordaram que o Museu do Café é o bem mais preservado e a Casa da Caramuru o patrimônio menos preservado.



Diante de uma segunda lista, avaliaram a importância de vários marcos edificados.

- A – restauração do casarão da Caramuru – 7º lugar
- B – restauração do prédio do antigo Hotel Brasil – 5º lugar
- C – restauração do prédio da antiga fábrica Cianê – 8º lugar
- D - restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP – 10º lugar
- E – revitalização do Morro do São Bento – 3º lugar
- F – revitalização dos Museus do Café e o Histórico – 6º lugar
- G – realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local - 4º lugar
- H – realização de projetos que preservem a história da imigração italiana – 9º lugar
- I – realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa – 11º lugar
- J – revitalização do Mercado – 1º lugar
- K – abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural – 2º lugar

Quando convidados a relatarem outras ações que julgam importantes, disseram: restauro e preservação de locais e prédios históricos públicos: 14 respostas; locais e prédios históricos particulares: 12 respostas; divulgação eficaz de

eventos culturais: 4 respostas; criação e realização de atividades de lazer e cultura: nos bairros – 4 respostas; para as crianças: 2 respostas.

48% dos entrevistados disseram conhecer alguma cidade da região que preserva seus bens culturais melhor que Ribeirão Preto. Destes, 47% disseram que Brodoskwi preserva melhor seus bens culturais, em seguida disseram Batatais (13%) e depois Sertãozinho (7%).

83% sabem que Ribeirão Preto foi, no passado, o maior exportador de café. 47% sabem que Santos Dumont morou em Ribeirão Preto. Quanto a Bassano Vacarini – 72% não sabem quem foi; Odila Mestriner - 87% não sabem quem foi; Diva Tarlá - 89% não sabem quem foi; Luis Barreto – 74% não sabem quem foi; Francisco Schmidt – 70% não sabem quem foi; Sinhá Junqueira – 51% não sabem quem foi.

## Campo Elíseos

135 entrevistados

Idade	%	NA da Amostra	NA do Campos Elíseos	NA Masc	NA Fem
18 a 24	19,4	96	26	13	14
25 a 39	34,5	171	47	22	24
40 a 59	31,6	156	43	20	22
60 a 69	8,1	40	11	5	6
70 a 79	4,6	23	6	3	3
80 mais	1,8	9	2	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>495</b>	<b>135</b>	<b>65</b>	<b>70</b>

Classe	Renda	%
A1	14.366,00	0%
A2	8.099,00	4%
B1	4.558,00	9%
B2	2.327,00	15%
C1	1.391,00	24%
C2	933,00	22%
D	618,00	23%
<b>Total</b>		<b>100%</b>

Dos 135 entrevistados no Bairro dos Campos Elíseos, 47% disseram saber o que é bem cultural, sendo que 55% identificam bem cultural como sendo prédios antigos e históricos, 25% como eventos musicais e teatrais, 8% como festas e tradições populares e 8% como feiras e outros eventos comerciais.

Entre os que disseram saber o que é bem cultural, 9% não conceituaram. 90% acham importante o Poder Público investir recursos financeiros em atividades de preservação de bens culturais, sejam prédios históricos ou festas simbólicas.

O prédio histórico mais importante de Ribeirão Preto, para 57% dos moradores dos Campos Elíseos, é o Teatro Pedro II, seguido pelo Museu do Café, com 5% e Pinguim também com 5%. 15% não souberam responder. A festa cultural mais importante de Ribeirão Preto, para 31% dos entrevistados, é a Feira Nacional do Livro, para 19% é o Festival Tanabata e para 9%, os festejos do aniversário da cidade, mas 22% não souberam responder.

O lugar (ou lugares) na cidade definido como sendo um lugar cultural importante, o mais citado foi o Theatro Pedro II (14%), o Museu do Café (10%) e o Parque Curupira (7%), mas 29% não souberam responder.

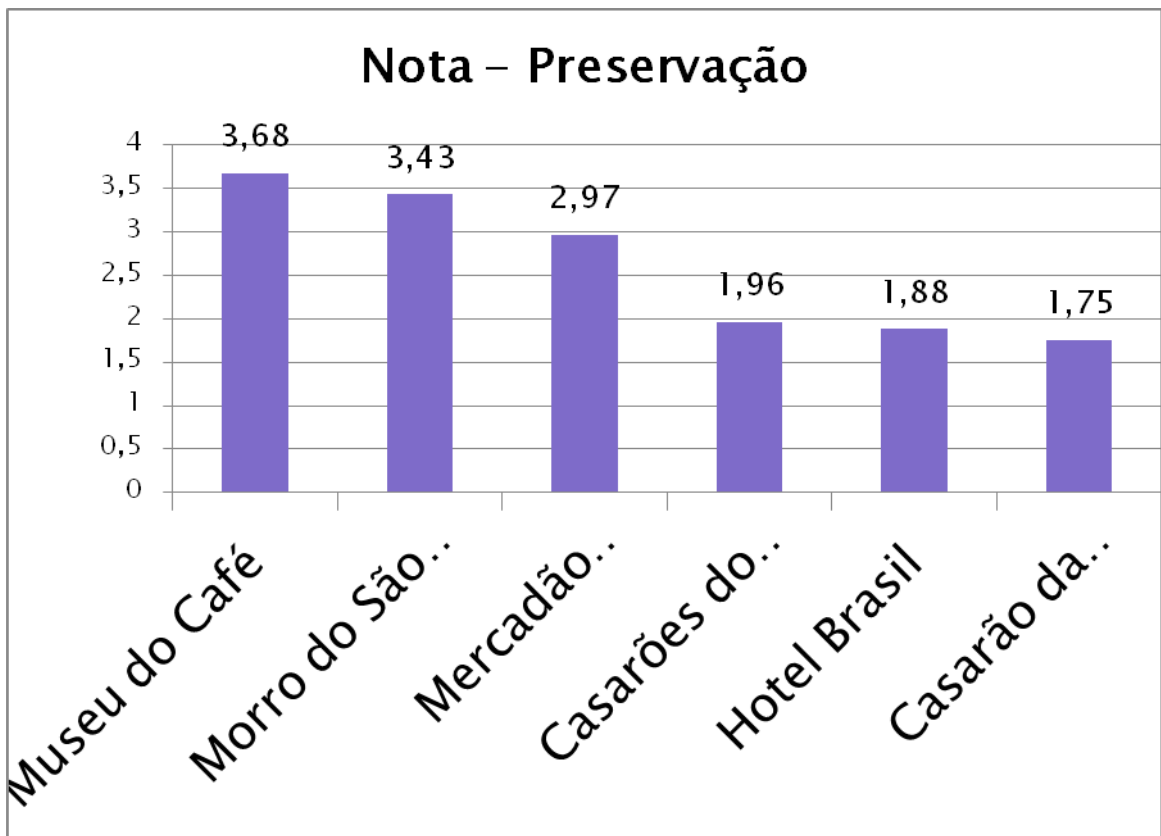
Quando perguntados se Ribeirão Preto merecia o título de Capital da Cultura, 53% disseram que não e justificaram afirmando faltar investimento e manutenção (32 respostas), ausência de interesse da população (6 respostas), vocação para a agricultura (5 respostas), ausência de educação escolar (2 respostas), violência (2 respostas) e vocação comercial (1 respostas). Dezesesseis pessoas não responderam e seis pessoas não responderam.

Os outros 47% reconhecem Ribeirão Preto como capital da cultura. Treze pessoas responderam haver condições pré-existentes e históricas, outras 13 pessoas concordaram haver eventos culturais. Dez entrevistados afirmaram haver investimentos. Nove responderam haver escolas e cursos superiores. Onze não souberam responder.

Entre todos os entrevistados, 71% afirmaram conhecer a história de Ribeirão Preto, mas apenas 10% disseram conhecer bem. Ao serem indagados sobre um fato histórico que guardam na memória, 35% não responderam e 13% disseram não saber. Mas, os que responderam apontaram: Café: 16 respostas; Chopp: 4 respostas; Cana-de-açúcar: 5 respostas; Feiras: 3 respostas; eventos culturais: 23 respostas; vendaval: 5 respostas; enchentes: 5 respostas; evento político: 1 resposta; futebol: 1 resposta.

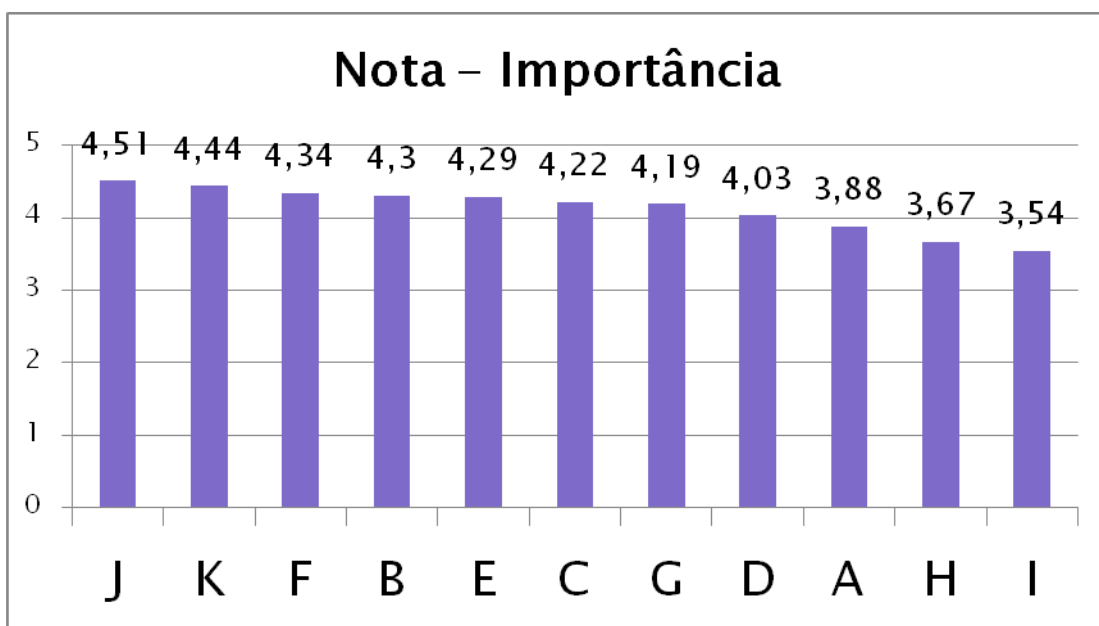
No bairro Campos Elíseos, apenas 25% disseram existir algum bem cultural que entendem ser importante. Destes, 24% disseram Galpões da Cianê e 9% fizeram referências a praças do bairro. Para 57%, os bens citados no bairro não estão bem preservados e para 52% dos entrevistados, o poder público de Ribeirão Preto não dá importância ao bem cultural citado.

68% dos moradores entrevistados nos Campos Elíseos, disseram que no bairro não acontecem festas culturais durante o ano. Dos que disseram ter, 34% citaram festa junina e 16% quermesse de Santo Antônio. 71% participam das festas no bairro.



Diante de uma ficha com vários equipamentos culturais, os entrevistados pontuaram 1 a 5, sendo 1 para o menos preservado e 5 para o mais preservado, e conforme gráfico acima, o bem mais preservado é o Museu do Café e o bem menos preservado é a Casa da Caramuru.

Outra lista foi apresentada e eles pontuaram quanto à importância dos bens culturais. A relação abaixo elenca as prioridades.





- A –restauração do casarão da Caramuru – 9º lugar
- B –restauração do prédio do antigo Hotel Brasil – 4º lugar
- C – restauração do prédio da antiga fábrica Cianê – 6º lugar
- D - restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP – 8º lugar
- E – revitalização do Morro do São Bento – 5º lugar
- F – revitalização dos Museus do Café e o Histórico – 3º lugar
- G – realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local – 7º lugar
- H – realização de projetos que preservem a história da imigração italiana – 10º lugar
- I – realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa – 11º lugar
- J –revitalização do Mercado – 1º lugar
- K –abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural – 2º lugar

Quando perguntados se tinham outras sugestões 70% não fez nenhum apontamento. O restante citou: criação e melhoria de eventos para lazer e cultura: 16 respostas; criação e preservação de prédios e locais públicos: 10 respostas; criação e preservação: prédios particulares: 5 respostas; volta da cervejaria: 4 respostas.

44% dos entrevistados disseram conhecer alguma cidade da região que preserva seus bens culturais melhor que Ribeirão Preto. Destes, 44% disseram que Brodoskwi preserva melhor seus bens culturais, em seguida disseram Batatais (12%) e depois Sertãozinho (10%).

A grande maioria, 91%, sabem que Ribeirão Preto foi, no passado, o maior exportador de café e 49% sabem que Santos Dumont morou em Ribeirão Preto, mas quanto a Bassano Vacarini – 76% não sabem quem foi; Odila Mestriner - 88% não sabem quem foi; Diva Tarlá - 85% não sabem quem foi Luiz Pereira Barreto – 71% não sabem quem foi; Francisco Schmidt – 73% não sabem quem foi; Sinhá Junqueira – 52% não sabem quem foi.

Ao final, como sugestão, 20 pessoas solicitaram a criação de ações para lazer e cultura; cinco pediram a facilitação de acesso ao teatro.

**PESQUISA DE CAMPO – IDENTIDADES CULTURAIS**  
**RESULTADOS BRUTOS DA PESQUISA PRELIMINAR**

Perfil do público pesquisado

Bairros/Distrito	NA	%
Campos Elíseos	136	26
Ipiranga	125	24
Vila Tibério	82	16
Vila Virgínia	81	15
Centro	66	13
Bonfim	37	7
<b>TOTAL</b>	<b>527</b>	<b>100</b>

Classe	NA	%
A1	4	1
A2	18	3
B1	45	9
B2	80	15
C1	122	23
C2	113	21
D	127	24
E	18	3
<b>TOTAL</b>	<b>527</b>	<b>100</b>

IDADE	NA	%
18 a 24 anos	100	19
25 a 39 anos	189	36
40 a 59 anos	164	31
60 a 69 anos	40	8
70 a 79 anos	24	5
80 ou mais	10	2
<b>TOTAL</b>	<b>527</b>	<b>100</b>

GÊNERO	NA	%
Feminino	268	51
Masculino	259	49
<b>TOTAL</b>	<b>527</b>	<b>100</b>

Questões específicas

BEM CULTURAL	NA	%
Sim	328	62
Não	181	34
<b>TOTAL</b>	<b>509</b>	<b>97</b>

\* 3% não respondeu a questão

Dos que disseram sim:

EXEMPLOS DE BENS CULTURAIS	NA	%
Prédios antigos/históricos	168	51
Eventos musicais e teatrais	82	25
Festas e tradições populares	44	13
Feiras e outros eventos comerciais	24	7
Locais (ex.: museus, casa da cultura)	20	6
Comemorações cívicas nacionais	12	4
Educação/Estudo/Conhecimento	12	4
Biblioteca	5	2
Outros	34	10
<b>TOTAL</b>	<b>401</b>	<b>122</b>

\* Base amostral – 328

\*\* Questão de múltiplas respostas

### Cruzamento - sabem o que é um bem cultural e renda familiar

SABEM O QUE É BEM CULTURAL	CLASSE	RENDA FAMILIAR	NA	%	% em relação a Classe total da amostra
SIM	A1	14.366,00	3	1	75
	A2	8.099,00	14	4	78
	B1	4.558,00	34	10	76
	B2	2.327,00	59	18	74
	C1	1.391,00	75	23	61
	C2	933	71	22	63
	D	618	66	20	52
	E	403	6	2	33
			328	100	

### Cruzamento - sabem o que é um bem cultural x idade x gênero

SABEM O QUE É BEM CULTURAL	IDADE	NA	% em relação a idade total da amostra	GÊNERO	NA	% POR IDADE	% POR GÊNERO	
SIM	18 a 24 anos	58	58	FEMININO	28	18	48	
				MASCULINO	30		52	
	25 a 39 anos	134	71	FEMININO	63	41	47	
				MASCULINO	71		53	
	40 a 59 anos	101	62	FEMININO	55	31	54	
				MASCULINO	46		46	
	60 a 69 anos	22	55	FEMININO	13	7	59	
				MASCULINO	9		41	
	70 a 79 anos	9	38	FEMININO	4	3	44	
				MASCULINO	5		56	
	80 ou mais	4	40	FEMININO	1	1	25	
				MASCULINO	3		75	
			328			328	100	

<b>PODER PÚBLICO INVESTIR RECURSOS FINANCEIROS</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	482	91
Não	41	8
<b>TOTAL</b>	<b>523</b>	<b>99</b>

\* 1% não soube responder

<b>FESTA CULTURAL MAIS IMPORTANTE</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
FEIRA DO LIVRO	165	31
TANABATA	88	17
ANIVERSÁRIO DE RIBEIRÃO	28	5
FOLIA DE REIS/SANTOS REIS	25	5
FEAPAM	19	4
CARNAVAL	13	2
AGRISHOW	13	2
FESTA JUNINA	12	2
FESTA DE RODEIO	8	2
QUERMESSES	4	1
CARNABEIRAO	4	1
Não existe	3	1
Não sabe	129	24
Outros	47	9
<b>TOTAL</b>	<b>558</b>	<b>106</b>

<b>PRÉDIO HISTÓRICO MAIS IMPORTANTE</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Teatro Pedro II	256	49
Pingüim	32	6
Museu do Café	24	5
Teatros	23	4
Casarões do centro	18	3
Hotel Brasil	16	3
Edifício Diederichsen	16	3
Biblioteca Altino Arantes	14	3
Casarão da Caramuru	12	2
Palácio do Rio Branco	12	2
Catedral	11	2
Hotel Palace	8	2
Marp	7	1
Antarctica Paulista	5	1
Barracão CEAGESP	4	1
Cianê	2	0
Outros	57	11
<b>TOTAL</b>	<b>517</b>	<b>98</b>

\* 2% não respondeu

<b>LUGAR/LUGARES CULTURAIS MAIS IMPORTANTE</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Parque Curupira (Jabali)	68	13
Museu do Café	54	10
Teatro Pedro II	53	10
Bosque Municipal	42	8
Praças	26	5
Teatros	26	5
Shopping	17	3
Pinguim	17	3
Morro do São Bento	14	3
Sete Capelas	12	2
USP	11	2
Centro da Cidade	9	2
Não sabe	114	22
Outros	112	21
<b>TOTAL</b>	<b>575</b>	<b>109</b>

<b>CAPITAL DA CULTURA - ATUALMENTE</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	214	41
Não	304	58
<b>TOTAL</b>	<b>518</b>	<b>98</b>

\* 2% não souberam responder

<b>CONHECE A HISTÓRIA DE RIBEIRÃO</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	411	78
Não	113	21
<b>TOTAL</b>	<b>524</b>	<b>99</b>

\* 1% não respondeu

<b>CONHECE BEM A HISTÓRIA DE RIBEIRÃO</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	162	31
Não	329	62
<b>TOTAL</b>	<b>491</b>	<b>93</b>

\* 7% não responderam

### **Sobre o bairro:**

<b>NO SEU BAIRRO - EXISTE UM BEM CULTURAL</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	115	22
Não	408	77
Não sei	4	1
<b>TOTAL</b>	<b>527</b>	<b>100</b>

<b>BEM CULTURAL DO BAIRRO</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
CIANÊ	10	9
PRAÇAS	10	9
BARRACÃO	8	7
NOSSA SENHORA APARECIDA	8	7
FOLIA DE REIS	6	5
QUERMESSES	6	5
ESCOLAS	5	4
CARNAVAL	5	4
BIBLIOTECAS	4	3
CASARÃO DA CARAMURU	3	3
CENTRO COMUNITÁRIO	3	3
Outros	57	50
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>109</b>

\* Base amostral - 115

<b>NO SEU BAIRRO - ESTE BEM ESTÁ PRESERVADO</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	63	55
Não	50	43
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>98</b>

\* Base amostral - 115

\*\* 2% não responderam

<b>NO SEU BAIRRO - O PODER PÚBLICO DÁ IMPORTÂNCIA</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	45	39
Não	56	49
Não sei	9	8
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>96</b>

\* Base amostral - 115

\*\* 4% não responderam

<b>NO SEU BAIRRO - EXISTE FESTA CULTURAL</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	128	24
Não	359	68
Não sei	23	4
<b>TOTAL</b>	<b>510</b>	<b>97</b>

\* 3% não respondeu

<b>FESTA CULTURAL DO BAIRRO</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
FESTAS RELIGIOSAS (quermesses e de santos)	46	36
FESTAS JUNINAS	31	24
FOLIA DE REIS/SANTOS REIS	22	17
FEIRA DO LIVRO	4	3
TANABATA	4	3
Outros	25	20
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>	<b>103</b>

\* Base amostral - 128

<b>PARTICIPA DA FESTA DO BAIRRO</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	92	72
Não	28	22
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>94</b>

\* Base amostral - 128

\*\* 6% não responderam

### **Realizada apenas com os moradores da Vila Tibério**

<b>VILA TIBÉRIO - O QUE FARIA COM A MARIA FUMAÇA</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Deixaria ali mas transformaria em um espaço cultural para as pessoas entrarem para conhecer	40	49
Levaria para o Barracão do Ipiranga e faria no local um Museu Ferroviário	22	27
Deixaria ali mesmo, mas cercaria para não ocuparem indevidamente	12	15
Colocar para funcionar	5	6
Não sei	3	4
Colocar na praça Carlos Gomes	1	1
Levaria para o Museu do Café	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>102</b>

\* Base amostral - 82

\*\* Questão de múltiplas respostas

<b>MARIA FUMAÇA - VALE A PENA O INVESTIMENTO</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	54	66
Não	26	32
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>98</b>

\* Base amostral - 82

\*\* 2% não responderam

## Média Ponderada das Notas dadas em relação à preservação dos bens

<b>Casarões Centro</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	291	291	55
Nota 2	70	140	13
Nota 3	59	177	11
Nota 4	16	64	3
Nota 5	31	155	6
Não sabe	7		1
Não respondeu	53		10
<b>FM</b>		<b>1,77</b>	

<b>Hotel Brasil</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	281	281	53
Nota 2	58	116	11
Nota 3	34	102	6
Nota 4	14	56	3
Nota 5	17	85	3
Não sabe	115		22
Não respondeu	8		2
<b>FM</b>		<b>1,58</b>	

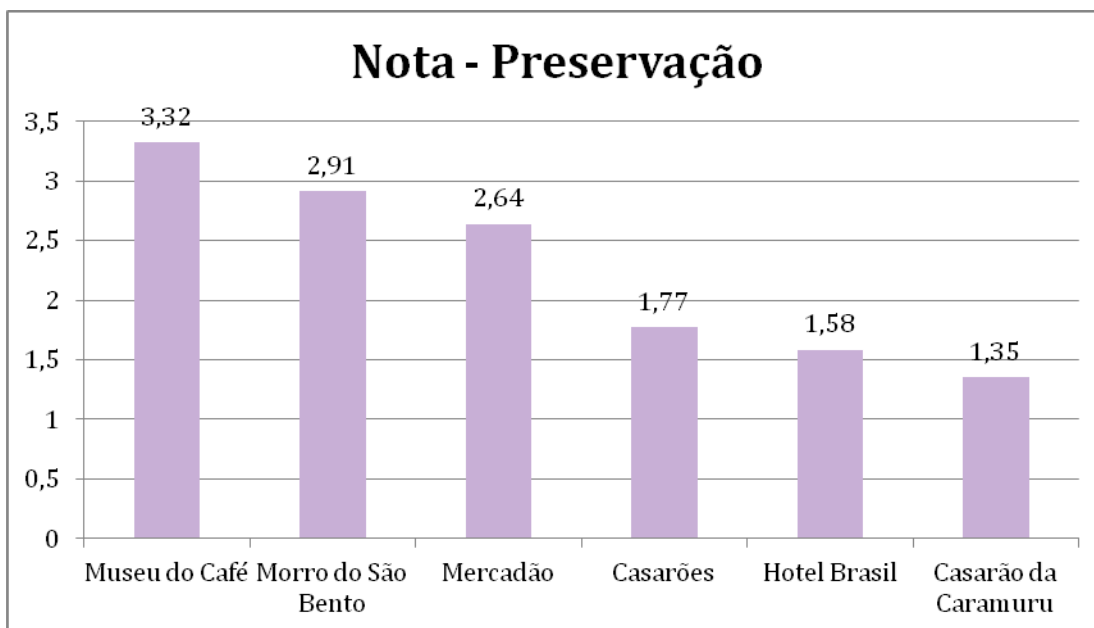
<b>Mercadão</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	167	167	32
Nota 2	67	134	13
Nota 3	128	384	24
Nota 4	65	260	12
Nota 5	77	385	15
Não sabe	13		2
Não respondeu	10		2
<b>FM</b>		<b>2,64</b>	

<b>Museu do Café</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	88	88	17
Nota 2	23	46	4
Nota 3	82	246	16
Nota 4	95	380	18
Nota 5	117	585	22
Não sabe	111		21
Não respondeu	11		2
<b>FM</b>		<b>3,32</b>	

<b>Morro São Bento</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	122	122	23
Nota 2	47	94	9
Nota 3	93	279	18
Nota 4	79	316	15
Nota 5	87	435	17
Não sabe	90		17
Não respondeu	9		2
<b>FM</b>		<b>2,91</b>	

<b>Casarão Caramuru</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	306	306	58
Nota 2	26	52	5
Nota 3	22	66	4
Nota 4	6	24	1
Nota 5	10	50	2
Não sabe	149		28
Não respondeu	8		2
<b>FM</b>		<b>1,35</b>	





- ▶ Atribuições de notas:
- ▶ Nota 1 – não preservado
- ▶ Nota 2 – pouco preservado
- ▶ Nota 3 – meio preservado
- ▶ Nota 4 – preservado
- ▶ Nota 5 – bem preservado

#### Média Ponderada das Notas dadas em relação à importância das ações

Restauração do casarão da Caramuru	NA	f x p	%
Nota 1	32	32	6
Nota 2	15	30	3
Nota 3	26	78	5
Nota 4	30	120	6
Nota 5	247	1235	47
Não sabe	170		32
Não respondeu	7		1
<b>FM</b>		<b>4,27</b>	

Restauração do prédio do antigo Hotel Brasil	NA	f x p	%
Nota 1	19	19	4
Nota 2	9	18	2
Nota 3	30	90	6
Nota 4	38	152	7
Nota 5	297	1485	56
Não sabe	128		24
Não respondeu	6		1
<b>FM</b>		<b>4,49</b>	

<b>Restauração do prédio da antiga fábrica Cianê</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	38	38	7
Nota 2	13	26	2
Nota 3	22	66	4
Nota 4	46	184	9
Nota 5	268	1340	51
Não sabe	134		25
Não respondeu	6		1
<b>FM</b>		<b>4,27</b>	

<b>Restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	38	38	7
Nota 2	10	20	2
Nota 3	28	84	5
Nota 4	46	184	9
Nota 5	223	1115	42
Não sabe	175		33
Não respondeu	7		1
<b>FM</b>		<b>4,18</b>	

<b>Revitalização do Morro do São Bento</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	11	11	2
Nota 2	11	22	2
Nota 3	41	123	8
Nota 4	77	308	15
Nota 5	295	1475	56
Não sabe	86		16
Não respondeu	6		1
<b>FM</b>		<b>4,46</b>	

<b>Revitalização dos Museus do Café e o Histórico</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	19	19	4
Nota 2	9	18	2
Nota 3	45	135	9
Nota 4	59	236	11
Nota 5	309	1545	59
Não sabe	80		15
Não respondeu	6		1
<b>FM</b>		<b>4,43</b>	

<b>Realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	29	29	6
Nota 2	15	30	3
Nota 3	46	138	9
Nota 4	59	236	11
Nota 5	331	1655	63
Não sabe	42		8
Não respondeu	5		1
<b>FM</b>		<b>4,35</b>	

<b>Realização de projetos que preservem a história da imigração italiana</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	40	40	8
Nota 2	32	64	6
Nota 3	75	225	14
Nota 4	52	208	10
Nota 5	267	1335	51
Não sabe	56		11
Não respondeu	5		1
<b>FM</b>		<b>4,02</b>	

<b>Realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	52	52	10
Nota 2	32	64	6
Nota 3	72	216	14
Nota 4	58	232	11
Nota 5	246	1230	47
Não sabe	61		12
Não respondeu	6		1
<b>FM</b>		<b>3,40</b>	

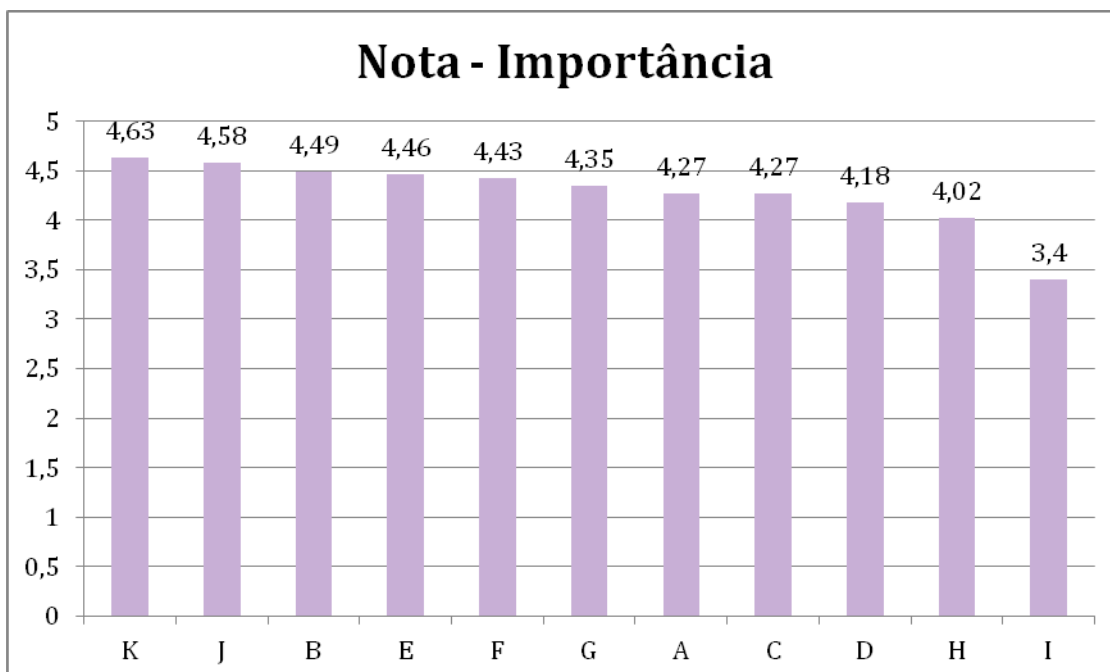
<b>Revitalização do Mercado</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	8	8	2
Nota 2	10	20	2
Nota 3	36	108	7
Nota 4	72	288	14
Nota 5	364	1820	69
Não sabe	31		6
Não respondeu	6		1
<b>FM</b>		<b>4,58</b>	

<b>Abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural</b>	<b>NA</b>	<b>f x p</b>	<b>%</b>
Nota 1	10	10	2
Nota 2	6	12	1
Nota 3	23	69	4
Nota 4	69	276	13
Nota 5	355	1775	67
Não sabe	60		11
Não respondeu	4		1
<b>FM</b>		<b>4,63</b>	

- ▶ Atribuições de notas
- ▶ Nota de 1 a 5 – IMPORTÂNCIA
- ▶ Nota 1 – nenhuma importância
- ▶ Nota 2 – pouca importância
- ▶ Nota 3 – média importância
- ▶ Nota 4 – importante
- ▶ Nota 5 – grande importância

#### LEGENDAS

- ▶ A – restauração do casarão da Caramuru
- ▶ B – restauração do prédio do antigo Hotel Brasil
- ▶ C – restauração do prédio da antiga fábrica Cianê
- ▶ D – restauração do prédio dos antigos barracões do café da CEAGESP
- ▶ E – revitalização do Morro do São Bento
- ▶ F – revitalização dos Museus do Café e o Histórico
- ▶ G – realização de projetos que preservem a história da cultura negra e afro-descendente local
- ▶ H – realização de projetos que preservem a história da imigração italiana
- ▶ I – realização de projetos que preservem a história da imigração japonesa
- ▶ J – revitalização do Mercado
- ▶ K – abertura do prédio do antigo Hotel Palace como centro cultural



CONHECE OUTRA CIDADE DA REGIÃO QUE PRESERVA MELHOR	NA	%
Sim	261	50
Não	259	49
<b>TOTAL</b>	520	99

\* 1% não respondeu

QUAL CIDADE	NA	%
Brodoskwi	100	38
Batatais	48	18
Sertãozinho	23	9
Altinópolis	10	4
Bebedouro	7	3
Franca	6	2
Dumont	6	2
Outras cidades da região	68	26
Cidades de outras regiões/estados	45	17
<b>TOTAL</b>	313	120

\* Base amostral 261

<b>MAIOR EXPORTADOR DE CAFÉ</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	468	89
Não	57	11
<b>TOTAL</b>	<b>525</b>	<b>100</b>

\* 2 pessoas não responderam

<b>SANTOS DUMONT</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	263	50
Não	261	50
<b>TOTAL</b>	<b>524</b>	<b>100</b>

\* 3 pessoas não responderam

<b>Bassano Vacarini</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	150	28
Não	373	71
<b>TOTAL</b>	<b>523</b>	<b>99</b>

\* 1% não respondeu

<b>Odila Mestriner</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	72	14
Não	450	85
<b>TOTAL</b>	<b>522</b>	<b>99</b>

\* 1% não respondeu

<b>Diva Tarlá</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	68	13
Não	450	85
<b>TOTAL</b>	<b>518</b>	<b>98</b>

\* 2% não respondeu

<b>Luis Barreto</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	152	29
Não	368	70
<b>TOTAL</b>	<b>520</b>	<b>99</b>

\* 1% não respondeu

<b>Francisco Schmidt</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	163	31
Não	358	68
<b>TOTAL</b>	<b>521</b>	<b>99</b>

\* 1% Não respondeu

<b>Sinhá Junqueira</b>	<b>NA</b>	<b>%</b>
Sim	243	46
Não	276	52
<b>TOTAL</b>	<b>519</b>	<b>98</b>

\* 2% não responderam

## 8.1. Diagnóstico da pesquisa de campo

A pesquisa realizada sustenta muitos diagnósticos. Porém, alguns números ressaltam diante dos objetivos expostos no Inventário. Neste momento, faz-se importante entender o que expressa a população das localidades pesquisadas. E diante desta proposta, iniciamos pela definição de bem cultural. Na totalidade dos participantes, 527 pessoas, 62% afirmaram saber o que é bem cultural e, destes, 51% definem bem cultural como sendo algo material compreendido pelo patrimônio edificado. Talvez esta informação subsidie dados para entender porque 58% dos entrevistados não vêem a cidade como Capital da Cultura, afinal a defesa do título está sustentada na diversidade da produção de projetos culturais. Sob o ponto de vista de cidade preservacionista, Ribeirão Preto apresenta visível fragilidade, diagnosticada antes mesmo da elaboração deste inventário. Afinal, a maior parte dos bens tombados ou em processo de tombamento estão abandonados – casarões do centro, casa da caramuru, Hotel Brasil, Maratazzo, barracões do CEAGESP, Estação Barracão, algodoeira, Fábrica de Bebida Douradinha, casas da José Bonifácio. Tanto que, para 50% existem outras cidade que preservam melhor seus patrimônios que Ribeirão Preto. As mais citadas foram: Brodowisk com 38%, Batatais 18% e Sertãozinho com 9%.

Nesta mesma linha, também se explica o expressivo índice de 91% de entrevistados afirmarem que o Poder Público deve investir recursos financeiros em ações de restauração. Para a totalidade dos participantes, a ocupação cultural do Hotel Palace, no Quarteirão Paulista, com nota 4,63, é a ação mais importante. Os demais, com números muito próximos, referem-se a ações de restauro: Eles priorizam o Mercado, com 4,58; depois o Hotel Brasil, com 4,49; o Morro do São Bento com 4,46; os Museus do Café e Histórico com 4,43; atividades de preservação da cultura afrobrasileira com 4,35; a Matarazzo/Cianê empata com a Casa da Caramuru com 4,27; os barracões do CEAGESP com 4,18; a memória da imigração italiana com 4,02 e por último, a memória da cultura japonesa com 3,40.

Para os entrevistados, repetindo os resultados de cada uma das localidades, o bem mais preservado da cidade é o Museu do Café com nota geral de 3,32, recentemente revitalizado, com a reinauguração ocorrida no dia 27 de junho de 2010 e o bem material menos preservado é a casa da Avenida Caramuru, como é conhecido o casarão Vila Lobos, com nota geral de 1,35.

O patrimônio que mostrou possuir maior relação de identidade com os entrevistados foi o Theatro Pedro II, com 49% das indicações. Depois vários outros foram citados, mas com porcentagens baixas, devido a diversidade nas respostas. Aparecem no quadro, o Pingüim com 6%, o Museu do Café com 5% e depois outros com 3 a 1%. Em relação à festa cultural, a Feira Nacional do Livro foi a mais citada com 31%, seguida pelo Festival Tanabata com 17% e depois festividades do aniversário da cidade e Encontro de Folia de Reis com 5%.

Quanto ao lugar ou lugares, uma curiosidade. A maior indicação foi para o Parque Curupira com 13%, depois várias outras indicações com índices pequenos, mas entre os entrevistados, 22% não souberam dizer um lugar cultural com o qual se relacionam e o entendam importante.

Sobre a história da cidade, 78% disseram conhecer a história, mas quando perguntados se conheciam bem, somente 31% afirmaram que sim. 89% dos entrevistados sabem que Ribeirão Preto foi um importante produtor e exportador de café no passado e 50% sabem que Santos Dumont morou na cidade. Porém, quando a pesquisa especifica nomes, o resultado foi lamentável. Somente 28% dos entrevistados sabem quem foi Bassano Vacarini, o artista que fez o painel do mercadão e as esculturas do Parque Maurílio Biagi. Quanto à artista plástica Odila Mestriner, mais fácil entender o desconhecimento, embora artista de qualidade valorizada, com obras espalhadas pelo Brasil e fora dele, mesmo tendo nascido e morrido em Ribeirão Preto, somente 14% afirmaram saber quem era a artista. O mais grave foi o desconhecimento de quem foi Diva Tarlá, a autora da música do Hino a Ribeirão Preto. Somente 13% a conhecem. O cafeicultor Luiz Pereira Barreto é conhecido por 29% dos entrevistados. O cel. Francisco Schmidt, homem de relevância na história da cidade só é conhecido por 31% dos perguntados. Sinhá Junqueira é a personalidade mais conhecida, 46% responderam saber quem é, talvez pela existência de um hospital com seu nome.

Ao ser questionado se queria citar outro nome de personalidade que julgava importante, poucos citaram. Os que responderam foram tão diversificados que nenhuma indicação mostrou-se relevante, mas o radialista Wilson Toni apareceu como um nome da história.

Um dado que merece análise é a informação de que o mais comum projeto cultural no bairro é realizado pela igreja. Para 68% dos entrevistados não são realizadas festas culturais nos bairros, o que pode ser constatado no calendário de



projetos da Secretaria da Cultura, pois as atividades promovidas são centralizadas. Dos 24% que responderam ter festa cultural no bairro, 36% disseram, quando perguntados quais, Festas Juninas e Quermesses na igreja. 72% do total do que disseram ser a festa junina e a quermesse a única festa cultural do bairro, 22% participam. É possível perceber um afinamento expressivo nesta questão. Uma pequena minoria mantém relações culturais com o bairro.

Outro número impactante é a consideração de que enquanto 62% entendem que bem cultural é o patrimônio edificado, 77% afirmam que não existem bens culturais no seu bairro. Neste caso, evidencia a falta de pertencimento, pois em cada localidade existe pelo menos um bem cultural material. Na Vila Virgínia a Casa da Caramuru e os barracões do Café. No Ipiranga a Estação Barracão e neste caso, o dado é ainda mais impactante, pois o Barracão deu nome ao bairro em sua origem, está estrategicamente localizado na entrada do bairro e talvez, seja o único bem cultural material do local. Nos Campos Elíseos tem o prédio da antiga fábrica de tecidos Matarazzo Cianê e este patrimônio foi o mais citado no bairro. Na Vila Tibério tem a Maria Fumaça e a Praça Coração de Maria. Em Bonfim Paulista, a praça central se mostra como o bem cultural da localidade.

Mesmo não identificando haver bem cultural no bairro, material ou imaterial, 55% acha que o bem está preservado e, logo na sequência, mostrando fragilidade de compreensão, 49% respondem que o Poder Público não cuida da preservação cultural do bairro.

Outro ponto oportuno de ser relacionado é quanto à análise entre os dados da pesquisa de campo e o material produzido como memória oral. A equipe do MIS no momento de relacionar os entrevistados, optou pelos mais antigos moradores de suas localidades. A entrevista de campo, embora tenha abordado pessoas de idade mais avançada, não foi a maioria, conforme exigia a metodologia de extrato da sociedade. O material do MIS mostra que existe uma história do bairro (em especial Ipiranga e Vila Virgínia) somente vinculada à memória dos mais antigos. A primeira interpretação é haver um hiato entre o passado e o presente não preservado enquanto saber de um lugar.

#### 8.1.1. Cruzamentos de dados

Dos que dizem saber o que é um bem cultural, a maioria é de classe C1, mas se analisarmos em relação ao total de cada classe social, percebe-se que

proporcionalmente as classes que mais sabem o que é bem cultural são: A1, A2, B1 e B2, cada uma delas com mais de 70% de participação em relação ao total de pessoas destas classes sociais.

Em relação a idade dos que dizem saber o que é um bem cultural, a maioria é de 25 a 39 anos (41%), destes, a maior parte pertence ao sexo masculino (71%). Mas se analisarmos em relação ao total de cada faixa etária, percebe-se que proporcionalmente as faixas etárias que mais sabem o que é bem cultural são as que vão de 18 a 60 anos, os mais velhos representam pouco do total que sabem o que é um bem cultural.

Para os ribeirão-pretanos, conforme já exposto, as 3 festas culturais mais importantes da cidade são: Feira do Livro (31%), Tanabata (17%) e Aniversário de Ribeirão Preto (5%). Mas 24% dizem não saber qual é a festa cultural mais importante da cidade. Ao analisarmos a questão, dividindo por faixa etária e gênero, temos que as diferenças de respostas, em relação ao primeiro lugar, encontram-se no público mais velho. As mulheres de 70 a 79 anos não dão preferência para uma festa cultural específica, os homens desta faixa etária, destacam a Agrishow. Já os homens com mais de 80 anos dão destaque ao aniversário de Ribeirão Preto em primeiro lugar.

Nas maiores faixas etárias da pesquisa, temos que as mulheres de 25 a 39 anos, incluíram a Folia de Reis em 3º lugar e os homens desta mesma faixa etária incluíram Festas Juninas em 3º lugar. Já na faixa de 40 a 59 anos, os homens incluíram a Folia de Reis em 3º lugar. Um fato curioso é que as quermesses foram citadas apenas pelos homens de 25 a 39 anos.

Quanto ao tópico, prédios mais importantes, ao analisarmos a questão dividindo por faixa etária e gênero, temos que a única diferença de resposta, em relação ao primeiro lugar (Theatro Pedro II), está nos homens de faixa etária acima de 80 anos, que apresentou um equilíbrio em relação às respostas.

Nas maiores faixas etárias da pesquisa, temos que as mulheres de 25 a 39 anos, incluíram a Biblioteca Altino Arantes em 2º lugar e os homens desta mesma faixa etária incluíram Teatros em 3º lugar. Já na faixa de 40 a 59 anos, os homens incluíram os Casarões do Centro em 2º lugar e o Pingüim em 3º, e as mulheres incluíram Teatros em 2º lugar.

Dos que conhecem bem a história da cidade, pode-se destacar as classes A1, C1, C2 e D, que apresentam índices maiores dos que destas mesmas classes que disseram

não conhecer. A faixa etária de 40 a 59 anos é a que mais conhece a história de Ribeirão Preto.

### 8.1.2. Análise e propostas

A pesquisa preliminar trabalhou do ponto de vista metodológico, com coleta de dados em processo não probabilístico por cotas, o que não permite a sua extrapolação para todo o universo da população do município. Apesar disso, faz-se importante ressaltar que os seus resultados apresentam opiniões e direções fundamentais para a tomada de decisões por parte do Poder Público Municipal no que se refere à implantação, efetivação e realização continuada de Políticas Públicas de Estado no âmbito da cultura em Ribeirão Preto.

Por ter adotado metodologia por cotas, a pesquisa ouviu munícipes de diversas idades, classes sociais (renda familiar) nas localidades definidas. Tomados estes cuidados em relação à composição da amostra, seguem as principais análises, bem como propostas iniciais que devem contribuir para as diretrizes finais:

- Os fatos históricos de Ribeirão Preto citados pelos munícipes estão ligados ao café e a cana. Os entrevistados sabem que a cidade foi a maior exportadora de café e identificam prédios históricos da época do café como representativos da identidade cultural da cidade. Estes fatos reforçam e apóiam o Programa Café com Açúcar, uma vez que a grande maioria dos entrevistados concorda que o poder público deve investir recursos financeiros em atividades de preservação de bens culturais;
- Utilizar os lugares culturais citados para divulgar efetivamente as personalidades que foram esquecidas pelos ribeirão-pretanos, como exposições de Bassano Vacarini e Odila Mestriner no Hall do Theatro Pedro II, painéis destes artistas (vida e obra) no Parque Curupira (Jábali). Reforçar a importância das personalidades ligadas à cultura cafeeira no Museu do Café (Francisco Schmidt, Sinhá Junqueira, Santos Dumont e Henrique Dumont);
- As escolas municipais devem focar, como ação de Política Pública Educacional, a história de Ribeirão Preto e seus personagens, já que os jovens são os que menos conhecem a história da cidade, conforme descrito na pesquisa;
- Nos bairros, as festas culturais que foram identificadas estão ligadas às expressões da cultura popular religiosa. O poder público deve ser agente

facilitador desse processo de expressão com ações ligadas ao fornecimento de infraestrutura necessária a estes eventos, tais como água, luz, bloqueio do trânsito, e demais ações necessárias;

- Além do investimento de recursos na restauração e preservação de prédios históricos (públicos ou privados), ações para criação e melhoria de eventos para lazer e cultura também devem ser objeto de atenção de Política Pública clara e específica que aloque recursos orçamentários a serem conquistados para tal, uma vez que foram sugeridos por grande parcela do público pesquisado.

## **9. Diretrizes e Políticas Públicas**

A realização de um Inventário de Bens Culturais se justifica pela necessidade de compreender as referências culturais de um lugar e imediatamente reivindicar, após a apoderação do conhecimento, propostas em forma de diretrizes e políticas públicas para adequação entre o diagnosticado e o desejo de manutenção e preservação dos bens referenciados.

Neste sentido, a Rede de Cooperação Identidades Culturais de Ribeirão Preto, responsável pela elaboração deste relatório, entende que, embora o Inventário das Referências Culturais ainda não esteja concluído, tendo ainda a necessidade de aprimoramento e profundidade em relação aos bens referenciados, se faz oportuno o fechamento desta primeira fase, que compreendeu, em itens, a maior parte do trabalho, para que o diagnóstico respalde a elaboração das diretrizes e das políticas públicas.

Metodologicamente, existe a compreensão, por parte de todos os envolvidos que o inventário deve gerar outros documentos, como o estudo dos bens culturais na zona rural (fazendas de café) registros dos marcos edificados e melhor relato do patrimônio imaterial. Porém, existe também a compreensão de que as informações geradas nesta fase podem ser aprofundadas, mas não alteradas. Os dados foram solidamente captados com representatividade na produção bibliográfica e na sociedade civil como verdadeira protagonista de todo o processo do saber e do fazer cultural.

Desta forma, ainda que venham a ser elaboradas novas pesquisas, como por exemplo, sobre as celebrações, sobre a literatura, sobre a interferência cultural dos negros, a contribuição dos japoneses, o potencial da cidade na área de artes visuais, ou ainda a formação do artesanato e das artes cênicas em Ribeirão Preto, as diretrizes a serem apresentadas ao final desta fase do inventário não se confrontam, pois refletem e retratam o que está posto e não será mudado.

### **9.1. Paisagem cultural do café**

O Programa Café com Açúcar, introduzido na planilha cultural da Secretaria da Cultura em janeiro de 2009, já era, na sua modéstia, naquela ocasião, uma proposta de preservação história da cultura material e imaterial de Ribeirão Preto com relação

ao período do Café e sua transição para o período econômico da produção de cana-de-acúcar e seus derivados.

Como proposta, estavam sendo projetadas a revitalização dos Museus Histórico e do Café, (a do Café já aconteceu); a investigação da produção artesanal da cidade, pesquisa e qualificação dos artesãos para que os mesmos usassem matéria prima específica da nossa região, assim como foi feito no projeto Nômade, e pode ser observado com a edição do catálogo das produções realizadas. Catálogo este disponível no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. E, também, a transformação do Barracão em Museu do Trem, iniciativa ainda não bem sucedida e com entraves burocráticos difíceis, tendo em vista a não posse do imóvel pelo município e a perda de algumas peças do acervo da Mogiana, em julho de 2010, para a cidade de São Simão.

Outras três iniciativas também estão em curso, mas com o inventário, ganham força no conjunto da proposta. Trata-se da restauração e ocupação cultural da antiga fábrica de tecido Maratazzo/Cianê, a restauração e ocupação cultural dos antigos barracões do Café, da CEAGESP e a revitalização do Morro do São Bento.

A partir do conhecimento adquirido nesta primeira parte do inventário, a Rede de Cooperação Identidades Culturais propõe a criação Paisagem Cultural do Café e indica uma série de ações a serem desenvolvidas para a consolidação da Paisagem enquanto referência, primeiramente cultural do município e por conseqüência, turística.

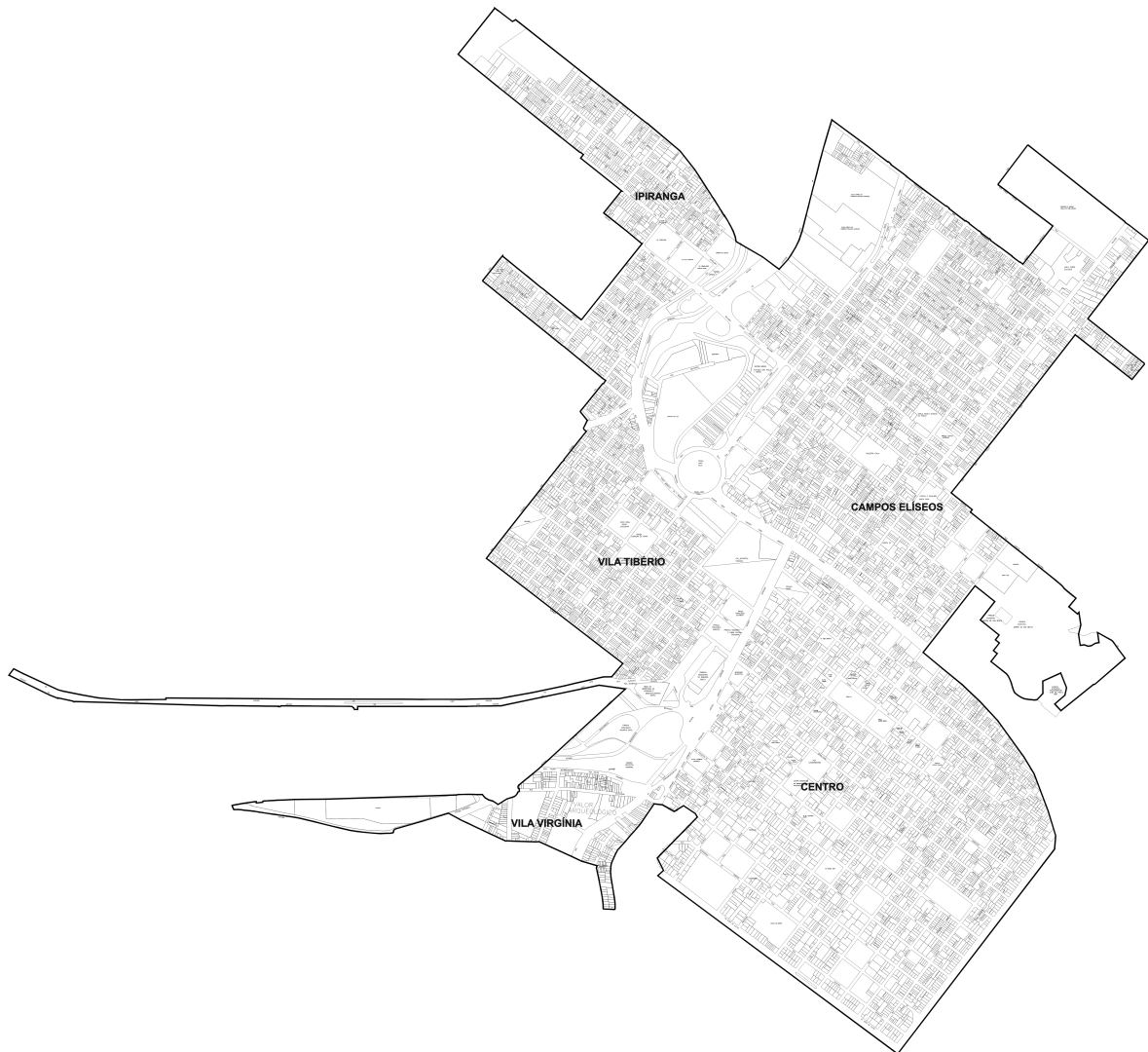
O traçado do roteiro dessa Paisagem Cultural do Café deverá ser o seguinte, conforme mapas abaixo:

Sítio – Ribeirão Preto

Localidades – Centros identificados como culturais pelo Inventário

Centro – Vila Virgínia – Vila Tibério – Ipiranga – Campos Elíseos

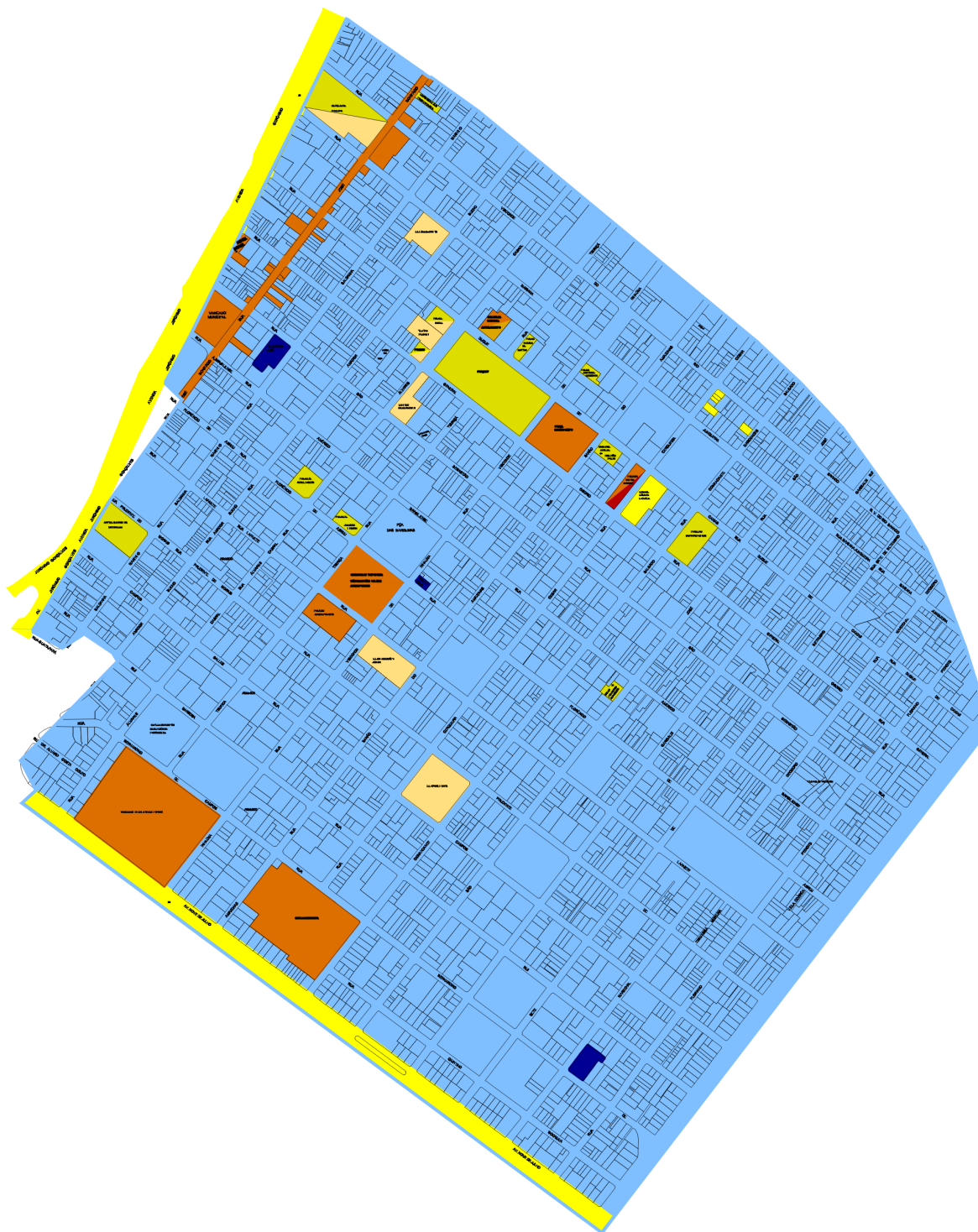
Sítio – Distrito de Bonfim Paulista



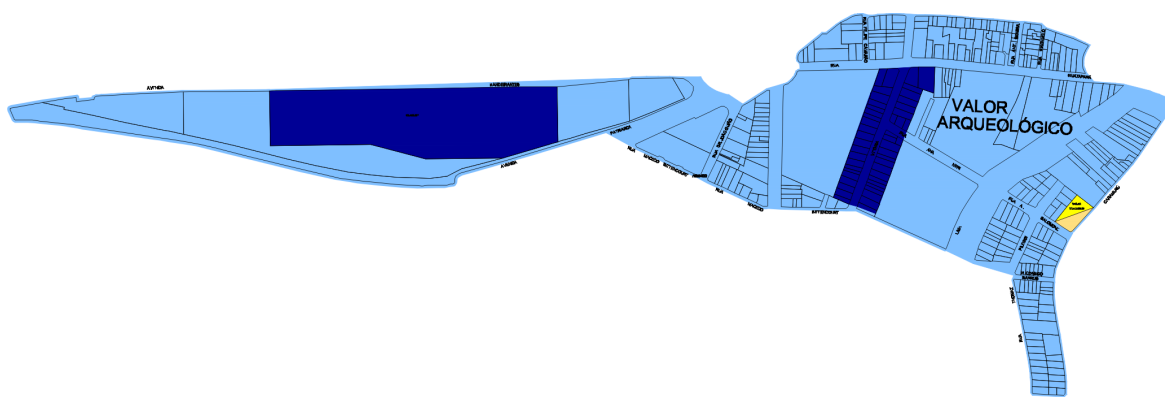




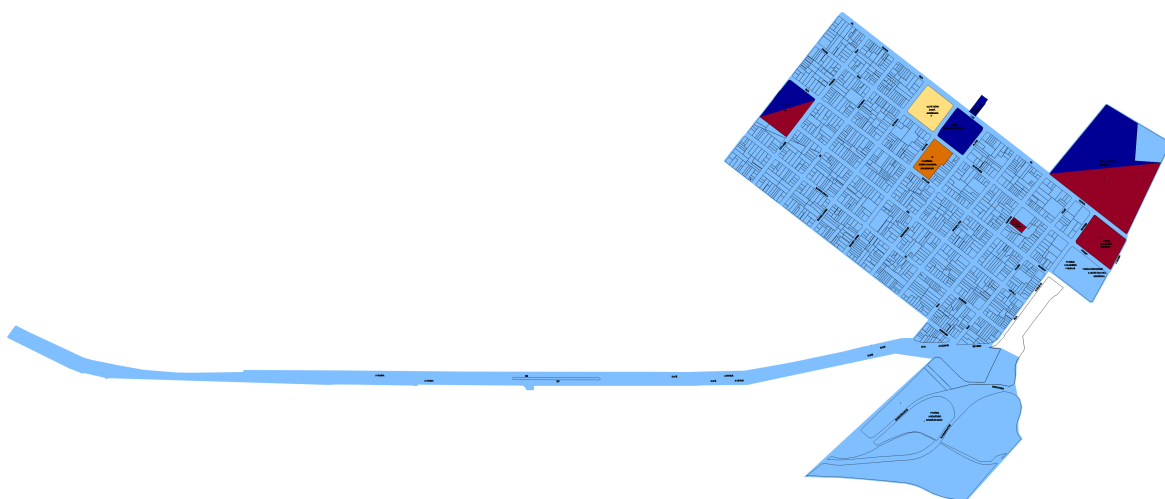
# Mapa da mancha urbana identificada como cultural/histórica do Centro da Cidade



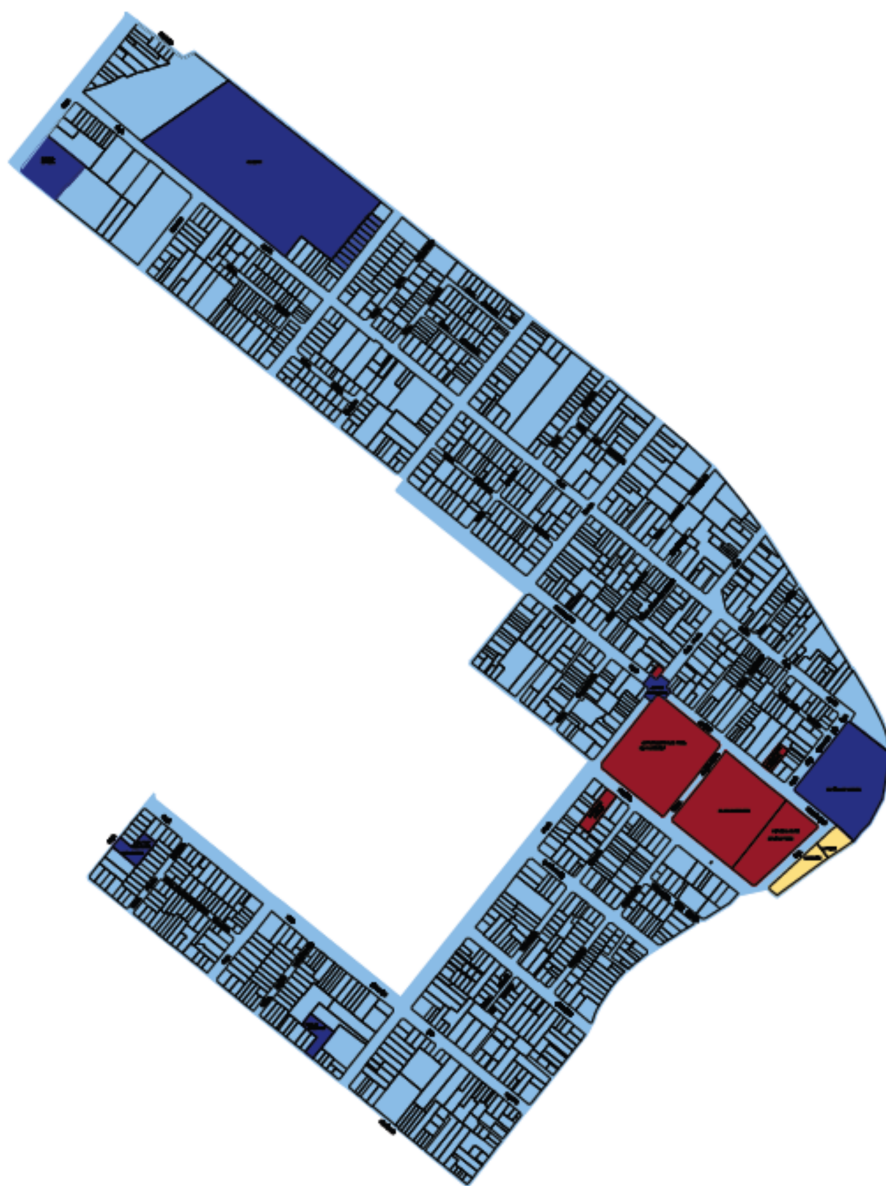
Mapa da mancha urbana identificada como cultural/histórica da Vila Virgínia



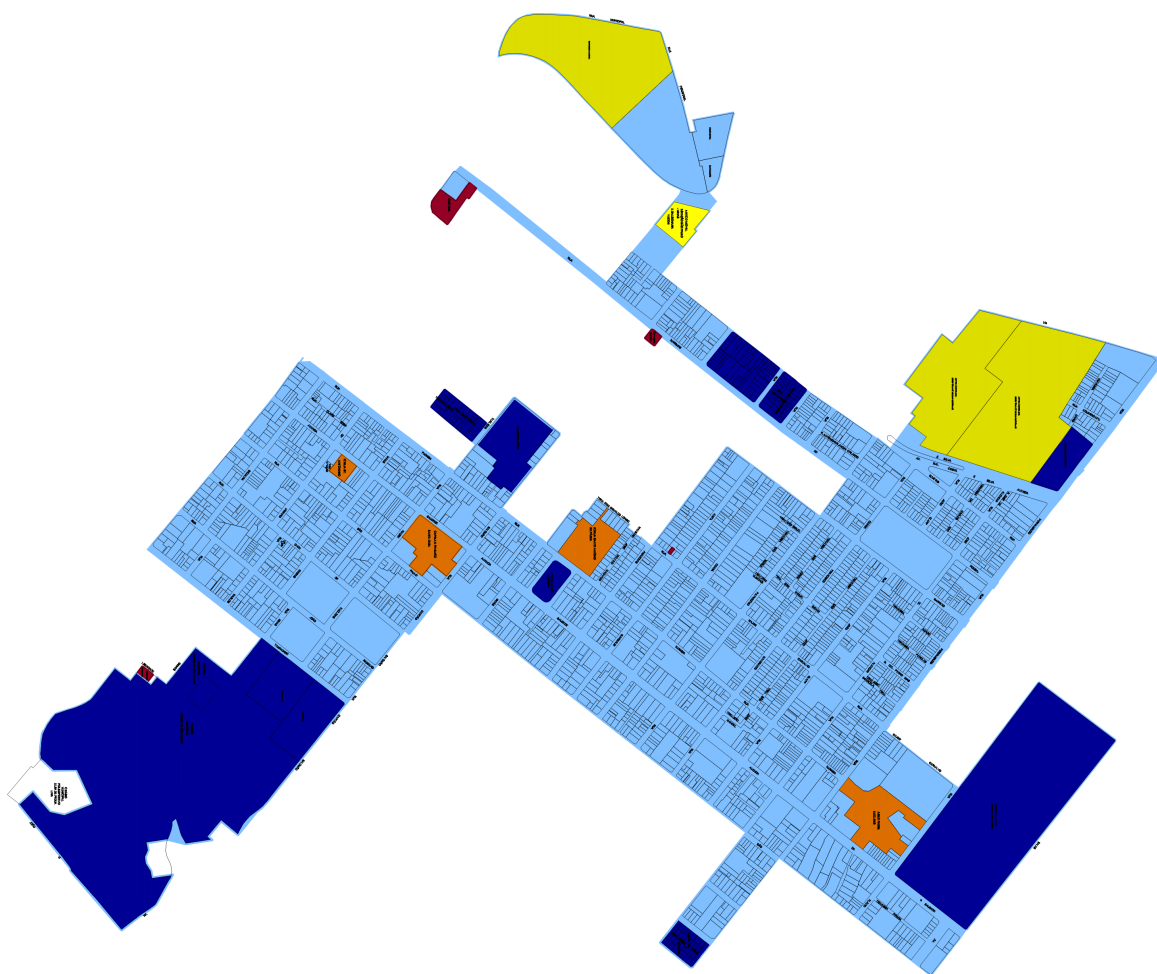
Mapa da mancha urbana identificada como cultural/histórica da Vila Tibério











Mapa da mancha urbana identificada como cultural/histórica do Ipiranga



Mapa da mancha urbana identificada como cultural/histórica dos Campos Eliseos



LEGENDA	
	Bens sob regime de proteção definitivo_Estadual
	Bens sob regime de proteção definitivo_Municipal
	Bens sob regime de proteção Provisório_Estadual
	Bens sob regime de proteção Provisório_Municipal
	Bens sob regime de proteção de Valor Histórico_Municipal
	Bens identificados pela população das localidades
	Bens identificados pelo Grupo Marcos edificados
	Área de abrangência delimitada pelo Grupo Marcos edificados

Traçado o percurso do roteiro da Paisagem Cultural do Café, a proposta seguinte é adotar um conjunto de intervenções públicas que promovam nos marcos edificados identificados como referências neste circuito, a restauração e a ocupação cultural. Quando os prédios não forem públicos municipais ou estaduais, a indicação é de vínculo de parceria com os proprietários dentro da concepção de valorização do imóvel, como no caso da Rua José Bonifácio, e economia da cultura quando de lugares que podem ser abertos para o turismo cultural.

O circuito, um passeio pela cidade, propõe as seguintes paradas:

#### LOCALIDADE CENTRO

- 1 – Antigo Fórum e Cadeia
- 2 – Casa de Cadeia
- 3 – Palácio Rio Branco
- 4 – MARP – Museu da Arte de Ribeirão Preto
- 5 – Praça Carlos Gomes
- 6 – Casarão Albino de Camargo
- 7 – Casarão Camilo de Matos
- 8 – Biblioteca Altino Arantes
- 9 – Praça XV de Novembro
- 10 – Palace Hotel
- 11 – Theatro Pedro II
- 12 – Choperia Pingüim
- 13 – Prédio Dieericshen
- 14 – Prédio do antigo Hotel Brasil
- 15 – Casarãp Jorge Lobato
- 16 – Casarão Joaquim Firmino
- 17 – Praça da Bandeira
- 18 – Catedral Metropolitana
- 19 – Paleacio Episcopal
- 20 – Escola Estadual Guimarães Júnior
- 21 – Casarão Murdoco
- 22 – Escola Estadual Otoniel Mota
- 23 – Capela do Marista

24 – Recreativa  
25 – Avenida Nove de Julho  
26 – Algodoeira Matarazzo  
27 – Mercado  
28 – Rua José Bonifácio e nela, vários endereços, entre eles, a UGT  
29 – Avenida Jerônimo Gonçalves  
Cervejaria Paulista  
Cervejaria Antartica  
Praça Francisco Schmidt – Maria Fumaça Usina Amália  
Hotel Brasil

#### LOCALIDADE VILA VIRGÍNIA

30 – Solar Vila Lobos – casa da Caramuru  
31 – Lote urbano original do Bairro República  
32 – Barracões do Café – CEAGESP

#### LOCALIDADE VILA TIBÉRIO

33 – Museu Histórico, Museu do Café – USP  
34 – Avenida no Café  
35 – Antigo Estádio Luiz Pereira  
36 – Praça Coração de Maria  
37 – Escola Estadual Sinhá Junqueira  
38 – Igreja Nossa Senhora do Rosário  
39 – Sede da Sociedade Amiga dos Pobres

#### LOCALIDADE IPIRANGA

40 – Cerâmica São Luiz  
41 – Fábrica de Bebida Douradinha  
42 – Antigo Matadouro Morandi  
43 – Barracão  
44 – Praça Antonio Prado  
45 – Antigo Campos Palmeirinha – Cruzeiro  
46 – Memorial do Cine Ipiranga  
47 – CEAGESP – Vila Antigas

## LOCALIDADE CAMPOS ELÍSEOS

48 – Antiga Fábrica de Tecido Matarazzo/Cianê

49 – Avenida da Saudade

Cemitério da Saudade

Asilo Padre Euclides

Praça Santo Antonio – Igreja Santo Antonio

Capela da Santa Casa e Pavilhão

Igreja Santo Antoninho

50 – Clube Palestra Itália

51 – Vila do Fumo

52 – Escola Estadual Industrial/Santa Lydia

53 – Morro do São Bento

Mosteiro

Bosque Municipal

Desta forma as propostas de intervenção são as seguintes:

### **DIRETRIZES GERAIS DE PRESERVAÇÃO PARA O PLANO DIRETOR DE RIBEIRÃO PRETO**

A Rede de Cooperação faz as seguintes sugestões para as diretrizes de preservação:

- Transformar as áreas delimitadas (manchas) com os marcos edificados e elementos urbanos e os outros valores identificados pela Rede de Cooperação Identidades Culturais em Zonas de Proteção do Patrimônio Cultural;
- GABARITO – nessas áreas ou zonas, restringir a verticalização e adensamento, com o objetivo de não desnaturar a sua ambiência original e nem obstruir a leitura e fruição integral desses monumentos. Indica-se que os parâmetros de gabarito e adensamento deverão ser tomados caso a caso, afim de não criar um engessamento no tecido urbano e no seu desenvolvimento;

- Sobre o item anterior – adensamento – indica-se também coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação coerentes com a ocupação existente e com os objetivos já assinalados a fim de resguardar a compreensão estética e urbana integral dos marcos edificados;
- Tendo em vista a preservação de imóveis de interesse cultural e/ou ambiental sugere-se a aplicação no Plano Diretor do instrumento Transferência do direito de construir - previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e que regulamentar-se-á por Lei Municipal específica - nas Zonas de Proteção do Patrimônio Cultural como medida compensatória dirigida aos proprietários de tais imóveis.
- Para que haja uma política efetiva de preservação do patrimônio cultural de Ribeirão Preto, sugere-se que conste no Plano Diretor o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural da cidade que regulamenta as ações e oferece diretrizes de desenvolvimento e valorização nas Zonas de Proteção do Patrimônio Cultural.

## DIRETRIZES GERAIS DE PRESERVAÇÃO

### EM CONCORDÂNCIA COM O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

- Priorizar a restauração dos marcos edificados públicos apresentados neste Inventário em diálogo com a sociedade civil que se manifestou por meio da pesquisa de campo:
  - a) Mercado – centro da cidade
  - b) Barracões do Café – Vila Virgínia
  - c) Antiga Fábrica de Tecido Matarazzo/Cianê – Campos Elíseos
- Priorizar a revitalização de três lugares culturais:
  - a) Centro histórico da cidade
  - b) Área baixa do centro da cidade – Rua José Bonifácio e Av. Jerônimo Gonçalves
  - c) Morro do São Bento
- Empenhar ações no sentido de garantir a transferência de propriedade do Barracão do Ipiranga, da União para o Município e incluir este Marco na lista



dos prédios públicos para restauração e instalação no local do Museu Ferroviário, com o objetivo de preservar a memória da Companhia Mogiana, ação que deve ser conduzida em parceria com o Instituto História do Trem;

- Empenhar ações no sentido de tomar posse do antigo prédio da Estação São Paulo Minas, de propriedade do Município, mas ocupada por atividade não pública. (conforme solicitação já apresentada ao Jurídico do Município, em março de 2009) ;
- Reconhecer o Roteiro do Café e criar instrumentos para garantir ações de recuperação, restauração e revitalização dos patrimônios relacionados neste roteiro levando-se em conta um modelo de gestão para cada seguimento: público e em uso; público e sem uso; privado e em uso e privado e sem uso. Importante considerar como possibilidades:
  - a) apresentação de projeto aos demais entes federativos União e Estado, BNDES, Petrobrás, instituições privadas, entre outros, para captação de recurso com foco em ações coletivas;
  - b) apresentação da candidatura de Ribeirão Preto ao Iphan solicitando Chancela de Paisagem Cultural do Café;
- Propor a revisão da Lei Complementar Nº 206 de 31/12/1992 e do Decreto Nº 143 de 24/5/1993, que disciplina o uso e a comunicação na área central, textos produzidos com base na contribuição da equipe contratada para elaboração do projeto do Calçadão e que seja considerado o conteúdo completo do trabalho da arquiteta Maria Lucia Chagas Valle Soubihe, com todas as suas contribuições para a padronização da comunicação no centro e, em especial, nos patrimônios de valor histórico cultural;
- Empenhar ações para inventariar as propriedades rurais remanescentes do período do café, com vistas a elaboração de propostas de sustentabilidade econômica;
- Responder positivamente à solicitação do Conppac em inventariar as obras do Cemitério da Saudade;
- Elaborar um Plano Municipal de Turismo Cultural para Ribeirão Preto com propostas de ocupação de prédios históricos, modelos de gestão que viabilizem autossustentabilidade, atividades pertinentes, visitas acompanhadas e outras alternativas vinculadas aos turismo;

- Criar uma Plano de Ação Cultural para o sitio de Bonfim Paulista, considerando como ideias preliminares as que segues:
  - a) criação de uma legislação específica com diretrizes urbanas vinculadas ao Plano Diretor e ao uso do solo tendo como base a preservação da mancha cultural definida neste inventário;
  - b) fortalecimento da Regional Administrativa, com recursos para gestão cultural da proposta de transformação do Distrito em Centro Histórico e Cultural;
  - c) revitalização da praça central e criação de um calendário de festividades no local, com destaque para apresentações de bandas como na época auge do Café. Neste caso, é oportuno ainda, o debate sobre uma proposta importante para o sitio. Considerando a ausência de ações culturais no Distrito, a não atuação da Secretaria da Cultura no local, considerado historicamente importante por este inventário, fica aqui proposto, a criação de um Centro Cultural de Bonfim Paulista, ou conveniamento com a sociedade civil do lugar e a manutenção de um projeto de música para atendimento das meninas e dos meninos do distrito. A ideia central é que os mesmos, ao formarem uma banda ou orquestra jovem, possam ocupar a praça central aos finais de semana e em dias de festividades. Fica como sugestão também, que este Centro de Música venha a ser identificado pelo nome de Belmácio Pousa Godinho, que no passado foi professor na escola do distrito. Assim, também se inicia uma campanha de valorização de tão importante músico.
  - d) criação de uma comissão composta por agentes públicos e os proprietários dos bens imóveis da área histórica para encaminhamento de propostas. Quando houver acordo em ações privadas dentro da economia da cultura, formalizá-la, quando não, apresentar proposta de permuta do imóvel para posse do bem pelo poder público e criação de projetos culturais. O indicado pela Rede como projeto de ocupação nestes imóveis é: restaurantes e outros estabelecimentos gastronômicos, lojas de artesanato, antiquário, sebo, web café, memorial, biblioteca, entre outros que podem ser criteriosamente estudados;
  - e) estudo para proposta de economia da cultura para as antigas fazendas de café que ainda em atividade, circundam o distrito, em especial a Fazenda Cruzeiro, mais conhecida como Pau Alto, antiga propriedade da Rainha do Café

Iria Alves. Coloca-se aqui, em debate, proposta semelhante a realizada na Fazenda Santa Rita, localizada no município de Cajuru. Um local que possa ser visitado como um passeio no tempo, com exposição da história do café.

f) fortalecimento do artesanato no distrito com a criação de um grupo para apresentação dos produtos da arte caipira aos finais de semana na praça cental. Esta atividade também pode ser conduzida como uma atração da economia da cultura, com garantia de renda para os envolvidos.

## **9.2. Normas para a Realização da Proposta de Revitalização do Centro de Ribeirão Preto**

A intervenção urbana na área central de Ribeirão Preto marca um momento histórico na vida da sociedade. Em função da degradação do espaço público, as relações entre os cidadãos ficaram marginalizadas e a rua passou a ser “dos outros”. É momento de rediscutir a quem pertence a rua, qual a sua função, os pontos de encontro, o convívio da sociedade, enfim, a retomada da ocupação dos espaços aos cidadãos.

A revisão do destino atual das calçadas, ruas, praças, a locação dos equipamentos e mobiliários urbanos, a exemplo dos bancos, floreiras, lixeiras, luminárias, serviços, etc, gera um debate da redefinição de critérios de licença, uso do espaço público, fiscalização de anúncios e letreiros, publicidade, administração dos espaços, horários de funcionamento, coleta de serviços, etc.

O projeto de “Revitalização do Centro Histórico Urbano de Ribeirão Preto”, incluindo a proposta deste inventário de restauração, recuperação e reconstrução dos edifícios dos centros históricos (centro, Bonfim Paulista, Vila Virgínia, Vila Tibério, Campos Elíseos, Ipiranga) , propõe através de sua legislação e normas, proteger o conjunto arquitetônico e ordenar o uso dos novos espaços à participação de todo o cidadão, objetivo este de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida.

Para tal propomos normas específicas à colocação de anúncios e letreiros com o objetivo de diminuir a poluição visual da paisagem, estimular a percepção da estrutura urbana, a valorização dos elementos arquitetônicos dos edifícios, e, atender à propaganda do comércio sem exceder às necessidades informativas.

As normas para o uso do espaço público têm como objetivo garantir as condições básicas de conforto, segurança, liberdade e privacidade através da intensificação da convivência no aumento da qualidade de vida do usuário.

A regulamentação das atividades comerciais e de serviços oferece ao usuário a garantia do bom atendimento, limpeza, organização, conservação dos espaços públicos, etc.

## **NORMAS PARA COLOCAÇÃO DE ANÚNCIOS E LETREIROS**

- 1.1 – *Objetivos e diretrizes gerais*
- 1.2 – *Normas gerais para a colocação de anúncio*
- 1.3 – *Normas específicas para a colocação de anúncio*
- 1.4 – *A posição do anúncio na fachada*
  - a – *Anúncios paralelos à fachada*
  - b – *Anúncios perpendiculares ou oblíquos à fachada*
  - c – *Anúncios pintados sobre a fachada*
- 1.5 – *Quanto à iluminação dos anúncios*
- 1.6 – *Normas para marquises e toldos*
  - a – *Marquises*
  - b – *Toldos*
- 1.7 – *Anúncio na cobertura*
- 1.8 – *Tratamento da empena cega*
- 1.9 – *Procedimento para colocação de anúncio*
  - a – *Da licença do anúncio*
  - b – *Da renovação da licença do anúncio*
  - c – *Do cancelamento da licença do anúncio*
    - d – *Da taxa de publicidade por anúncio*
- 1.10 – *Isenção de impostos*

### **1.1 – Objetivos e diretrizes gerais**

A ordenação de anúncio na paisagem da Área de Revitalização do Centro de Ribeirão Preto visa a melhoria da qualidade de vida, com os seguintes objetivos:

- I – Organizar, controlar e orientar o uso de mensagem visual de qualquer natureza, respeitando o interesse coletivo, as necessidades de conforto ambiental e as prerrogativas individuais;
- II – Contribuir para o bem estar físico e mental da população;
- III – Garantir a segurança das edificações e da população;
- IV – Garantir as condições de segurança fluidez e conforto no deslocamento de alguns tipos de veículos e pedestres;
- V – Estabelecer o equilíbrio dos diversos agentes atuantes na cidade, inclusive através do incentivo à cooperação de entidades e particulares na promoção de melhoria da paisagem do centro da cidade;
- VI – Garantir padrões estéticos da cidade;

Para melhor entendimentos das normas ficam estabelecidas as seguintes definições:

- Consideram-se mensagens visuais as veiculadas por meio de anúncios ou letreiros, indicativos ou publicitários, assim entendidos aqueles afixados nos logradouros públicos, em locais visíveis desses, ou expostos ao público, para indicação de referência de produtos, de serviços ou de atividades.

Anúncio – é qualquer veículo de comunicação visual, presente na paisagem: qualquer indicação de referência de produto, de serviço ou atividade por meio de placas, cartazes, painéis ou similares, colocados em local diferente daquele em que a atividade é exercida ou no próprio local.

Letreiro – é qualquer indicação colocada no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenha apenas o nome, marca ou logotipo do estabelecimento de sua atividade principal.

## **1.2 – Normas gerais para a colocação de anúncio**

I – Todo anúncio deverá observar, dentre outras, as seguintes normas gerais:

- Oferecer condições de segurança ao público em especial:

Ser mantido em bom estado de conservação, no que tange à estabilidade, resistência dos materiais e aspecto visual;

Receber tratamento final adequado em todas as suas superfícies, inclusive na sua estrutura, ainda que não utilizada para anunciar;

- Atender às normas técnicas pertinentes pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pertinentes às distâncias das redes de distribuição de energia elétrica ou parecer técnico emitido pelo órgão público estadual responsável pela distribuição de energia elétrica;

- Não impedir, mesmo que parcialmente, a visualização dos sítios significativos quando instalados em áreas próximas aos mesmos.

II – Fica proibida a colocação ou exibição de anúncios, seja qual for sua finalidade, forma ou composição nos seguintes casos:

- Quando prejudicar a visibilidade de sinalização de trânsito ou outro sinal de comunicação institucional, destinado à orientação do público, bem como a numeração imobiliária e a denominação das vias;

- Quando, por qualquer forma, prejudicar e obstruir a insolação ou a aeração da edificação em que estiver colocado ou a dos imóveis edificados vizinhos;

- Quando apresentar conjunto de formas e cores que se confundam com as convencionadas internacionalmente para as diferentes categorias de sinalização de trânsito;

- Quando colado, pintado ou pichado nas colunas, paredes, muros, tapumes e demais partes externas do edifício, salvo em tapumes, desde que referente ao empreendimento na obra;

- Mediante o emprego de balões ou infláveis;

- Em obras de arte, em equipamento e mobiliário urbano, salvo aqueles destinados para este fim.

## **1.3 – Normas específicas para a colocação de anúncio**

I – Para cada estabelecimento poderá ser autorizada uma área para letreiro e anúncio.... superior à terça parte do comprimento da fachada do próprio edifício multiplicada por sessenta centímetros;

II – No caso de mais de um estabelecimento no térreo de uma mesma edificação, a área destinada à publicidade deverá ser subdividida proporcionalmente entre todos, desde que a soma das áreas de suas faces não ultrapasse a área total permitida e aqueles situados acima do pavimento térreo deverão anunciar no hall de entrada;

III – Qualquer inscrição direta nos toldos, marquises ou paredes, será levada em consideração para efeito de cálculo da área de publicidade exposta;

IV – No caso de anúncio incorporado ao letreiro, a área do anúncio não poderá ser superior a um terço da área total da publicidade;

V – A localização de letreiro e anúncio não poderá ultrapassar o nível da sobreloja;

VI – Letreiros e anúncios localizados a menos de 15m (quinze) metros das esquinas deverão ter a sua posição paralela à fachada, não podendo distar do plano desta, mais de 20cm (vinte) centímetros;

#### **1.4 – A posição do anúncio na fachada**

A posição do todo e qualquer tipo de anúncio indicativo ou publicitário que encubra total ou parcialmente os elementos morfológicos das fachadas que integram a área de revitalização do centro de Ribeirão Preto, fica proibida.

Fachada é qualquer das faces externas de uma edificação, quer seja edificação principal quer seja complementar, como torres, caixa d'água ou similares.

Para melhor legibilidade das mensagens nas fachadas definiu-se a altura dos anúncios em função das necessidades informativas, diagramação dos suportes e as distâncias limite de leitura. Esta se encontra diretamente ligada ao tipo e altura da letra; utilizou-se, portanto, os seguintes parâmetros:

<b>Altura da letra</b>	<b>Distância de leitura</b>
15,0 cm	90 m
10,0 cm	60 m
5,0 cm	30 m
3,5 cm	21 m

*Nota: Estes tetes foram realizados com os alfabetos Univers, Helvética, Folio e Transport.*

A autorização para a colocação destes anúncios nesta área permite que sejam paralelos, perpendiculares ou pintados nas fachadas, obedecendo aos seguintes parâmetros:

A posição do anúncio na fachada poderá ser:

Anúncios paralelos à fachada

Anúncios perpendiculares ou oblíquos à fachada

Anúncios pintados sobre a fachada

##### **a – Anúncios paralelos à fachada**

I – Deverão ser colocados nos vãos das portas, faceando parte inferior das vergas, e não apresentar saliências maiores de 0,20cm (vinte) centímetros em relação ao alinhamento da fachada.

II – Deverão permitir uma altura livre mínima de 2,60m (dois e sessenta) metros, medida da soleira do piso da edificação à face inferior da fachada.

III Terão dimensão máxima de 0,60 cm (sessenta) centímetros no sentido da altura.

IV – Não podendo encobrir as características arquitetônicas e funções definidas das fachadas, tais como elementos construtivos que façam parte da morfologia original ou de reforma das mesmas tais como: colunas, gradis, portas de madeira, vergas, marquises, etc.

V – Serão permitidos somente no pavimento térreo.

VI – Será permitida a utilização de materiais tais como acrílico ou similar, chapas de madeiras, vidro ou metal.

#### **b – Anúncios perpendiculares ou oblíquos à fachada.**

I – Deverão ser fixados na parede, respeitando uma altura livre de 2,60m (dois e sessenta) metros, medidos a contar do nível da projeção do anúncio à face inferior do mesmo.

II – Terão dimensões máximas de 0,80cm (oitenta) centímetros de comprimento, 0,60 (sessenta) centímetros de altura e 0,20 (vinte) centímetros de espessura devendo deixar um espaçamento de no máximo 15cm (quinze) centímetros do alinhamento das fachadas.

III – Em casos de anúncios oblíquos terão as mesmas dimensões e espaçamentos podendo ocupar no máximo 0,80cm (oitenta) centímetros da projeção ortogonal contida dentro da sua fachada e não incidir sobre a área de exposição de outro anúncio.

IV – Serão permitidos somente no pavimento térreo.

V – Será permitida a utilização de materiais como acrílico ou similar, chapas de madeira, vidro ou metal.

#### **c – Anúncios pintados sobre a fachada**

I - Poderão ser pintados nas paredes quando não interceptarem elementos decorativos das fachadas.

II – As letras poderão ser aplicadas em relevo desde que não exceda 2cm (dois) centímetros.

III – Poderão ser aplicados tanto no pavimento térreo quanto nos pavimentos superiores, desde que cada pavimento comporte uma única atividade comercial.

IV – As letras deverão ser pintadas sobre a parede, não se admitindo nenhum tipo de pintura de fundo na parede diferente da cor da fachada; não será permitida a utilização de tintas fluorescente ou refletores e todas as letras deverão ser pintadas em uma única cor.

### **1.5 – Quanto à iluminação dos anúncios**

I – Poderá ser embutida em qualquer caso.

II – Quando a iluminação for feita externa, no caso de anúncios em chapa de madeira, metal ou vidro, será permitida a colocação de um spot de no máximo 100 watts para cada metro de comprimento dos mesmos, admitindo-se mais de 1 (um) spot acima de 0,50cm (cinquenta) centímetros. Os spots deverão ser fixados no próprio anúncio. Seu diâmetro não poderá ultrapassar 10cm (dez) centímetros, e a distância da base do spot à área iluminada não poderá ultrapassar 40cm (quarenta) centímetros.

No caso de anúncios perpendiculares e oblíquos admite-se 1 (um) spot para cada face.

III – Será permitido o uso de neon na letra ou no emolduramento das chapas com no máximo 2 (duas) linhas e cores de neon.

### **1.6 – Normas para marquises e toldos**

#### **a – Marquises**

É o elemento da edificação construída em balanço em relação à fachada, integrante do projeto arquitetônico aprovado, destinada à cobertura e à proteção de transeuntes, sem ser área de piso.

I – As marquises existentes nos edifícios como parte integrante do projeto arquitetônico original serão todas descobertas e recuperadas mantendo a sua função primária.

II – Não será permitida a colocação de anúncios sob, sobre ou nas marquises integrantes do projeto arquitetônico original.

III – As marquises existentes nos estabelecimentos comerciais atuais, que não fazem parte integrante do projeto arquitetônico dos edifícios, no caso de perfil metálicos ou de alumínio, tornaram-se indesejáveis dentro do projeto de revitalização da área central de Ribeirão Preto, constituindo-se numa interferência direta nas fachadas dos edifícios. A substituição destas marquises poderá ser feita por materiais tais como: toldos, ferro e vidro, mantendo as mesmas funções de proteção para pedestre e para o comércio, sem cobrir, alterar e comprometer as fachadas.

#### **b – Toldos**

Na construção, reforma ou acréscimo dos imóveis localizados na área de revitalização do centro, não será permitida a existência de marquise que não seja parte integrante do projeto arquitetônico original.

I – Os toldos serão permitidos somente no pavimento térreo desde que sejam recolhíveis, não metálicos e fixados acima da verga das bandeiras das portas.

II – Quando avançarem o logradouro público não poderão se estender a uma distância máxima de 1,20m (um e vinte) metros do alinhamento do terreno, respeitando-se uma altura mínima de 2,30 (dois e trinta) metros do nível médio do ponto mais alto do logradouro público.

III – Poderão ser utilizadas somente duas cores e com a inscrição do nome da atividade e do estabelecimento na borda dos mesmos, respeitando-se o item 5.1.3 III.

#### **1.7 – Anúncio na cobertura**

Será permitido a colocação de anúncio na cobertura da edificação, nas seguintes condições:

I – Quando a altura da edificação for igual ou superior a 15,0m (quinze) metros.

II – A altura do anúncio não poderá ser superior àquela obtida pela seguinte fórmula:  
 $H \text{ do anúncio} = 1 + 1/5 H \text{ edificação}$

III – Deverão ser observadas as seguintes normas aplicáveis a todo anúncio instalado na cobertura da edificação:

- seja visível um único anúncio em cada momento de exposição;
- não apresente estrutura de madeira;
- apresente projeção ortogonal contida nos limites do perímetro da cobertura;
- apresente visibilidade reforçada por dispositivo luminoso próprio integrante do anúncio; vedado o uso de holofotes e assemelhados;
- não interfira no raio de ação de pára-raios.

Fica proibido anúncio em cobertura de edificações tombadas pela União, Estado ou Município; os preservados pelo Município de interesse histórico, arquitetônico ou cultural.

#### **1.8 – Tratamento da empena cega**

Empena cega: é a face externa lateral da edificação que está situada na divisa do lote e não apresenta aberturas destinadas à iluminação, ventilação e insolação.

Nas empenas cegas laterais dos edifícios localizados na área de revitalização do centro, não será permitida a colocação de anúncios. Trabalhos gráficos sem utilização de letras em empena cega deverão obedecer às seguintes condições:



- I – Ser único em empena cega por edificação;
- II – Estar contido nos limites da própria empena, não podendo ser oblíquo ou perpendicular à mesma;
- III – Será permitida a utilização de cores pastéis com exceção de tintas fluorescentes ou refletores.

O proprietário do edifício que possuir trabalhos gráficos será responsável pela manutenção e pintura da empena durante o período de exibição dos mesmos.

### **1.9 – Procedimento para colocação de anúncio**

A colocação de letreiros, anúncios indicativos ou publicitários, ficará sujeito à licença prévia de aprovação pelo órgão competente do Município. Os anúncios e letreiros classificam-se em permitidos, permissíveis e proibidos em função de sua localização.

#### **a – Da licença do anúncio**

A licença será concedida a título precário, pelo prazo de 3 (três) anos, renovável por igual período, a pedido do interessado desde que respeitadas as normas legais vigentes:

- O interessado terá o prazo de 90 (noventa) dias para a instalação do anúncio, contados à partir da concessão da licença;

- Para efeito de cadastramento, a empresa interessada deverá requerer sua inscrição anexando os seguintes documentos:

Cópia do Contrato Social da Empresa, acompanhada da última alteração, que comprove a sua atividade no ramo;  
Certidão Negativa de IPTU;  
Via da ART;  
Planta do projeto – 3 cópias;  
Alvará de licença para localização;  
Planta de situações (3 cópias) posição do anúncio com relação ao logradouro, e ao estabelecimento.

Projeto de anúncio deverá conter:

Representação gráfica do anúncio em três vias, composta de planta de situação, fachada, corte, desenho do letreiro com vista frontal e lateral em escalas 1:50 ou 1:75;  
Memorial descritivo dos materiais que compõem o anúncio dos sistemas de armações, afixação da iluminação e ancoragem, instalações elétricas e outras especiais acompanhado de foto do local onde for instalado.

#### **b – Da renovação da licença do anúncio**

A renovação será feita mediante simples declaração do interessado de que não houve alteração nas características do anúncio constantes da licença original ou do projeto aprovado. O prazo para o pedido de renovação da licença deverá ser formulado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência da licença.

#### **c – Do cancelamento da licença do anúncio**

A licença do anúncio será automaticamente cancelada nos seguintes casos:

- I – Por solicitação do interessado mediante requerimento;
- II – Quando não instalado no prazo estabelecido;
- III – Quando através de vistoria ou fiscalização for constatado a sua remoção;
- IV – Na data de seu vencimento, caso não haja pedido de renovação;
- V – Por infringência a qualquer das disposições, caso não sejam sanadas as irregularidades dentro dos prazos pré-estabelecidos.

#### **d – Da taxa de publicidade por anúncio**

A taxa de publicidade por anúncio e por letreiro, considerando-se as suas dimensões, será cobrada da seguinte forma:

- I – Letreiros, por metro quadrado;
- II – Anúncio, por metro quadrado;
- III – Anúncio incorporado a letreiro.

#### **1.10 – Isenção de impostos**

- I – Impostos: Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana (IPTU);
- II – Taxas de Obras em Áreas Particulares;
- III – Isenção de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS).

Estão isentos de impostos os serviços de reforma, restauração ou conservação de prédios reconhecidos em lei como de interesse histórico cultural ou ecológico desde que respeitem integralmente as características arquitetônicas originais das fachadas.

- Isenção de Imposto Sobre a Propriedade Predial (IPTU)

Os imóveis reconhecidos em lei como de interesse histórico cultural ou ecológico desde que mantidos em bom estado de conservação.

- Isenção de Taxa de Obras em Áreas Particulares

As obras em imóveis reconhecidos em lei como de interesse histórico cultural ou ecológico desde que respeitem integralmente as características arquitetônicas originais das fachadas.

## **2 - NORMAS DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

2.1 – *Objetivos e critérios de projeto*

2.2 – *Diretrizes gerais*

2.3 – *Classificação dos elementos que equipam o espaço público*

2.4 – *Normas gerais de inserção do elemento que equipa o espaço público*

2.5 – *Normas específicas de inserção do elemento que equipa o espaço público*

a. *Elementos básicos*

*Elementos complementares*

*Acessórios*

*Especiais*

2.6 – *Sistema de Comunicação visual no espaço público*

- a. Conjunto Informativo (CI)
- b. Painel de Propaganda (PAP)
- c. Poste de Propaganda (POP)

## **2.1 – objetivos e critérios de projeto**

A ordenação do uso do espaço público por meio de definições de normas e critérios de inserção dos elementos que equipam este espaço, tem como objetivo:

I – Em seus aspectos funcionais:

- Garantir condições de segurança, informação, conforto e fluidez do deslocamento de veículos e pedestres;
- Garantir fácil acesso e utilização dos serviços básicos existentes;
- Garantir o acesso dos serviços de emergência como os de bombeiros, ambulâncias e polícia.

II – Em seus aspectos estético-culturais

- Garantir a preservação da memória e da paisagem da cidade;
- Manter as características peculiares dos logradouros e das fachadas de modo a não encobrir seus elementos e nem saturar seus espaços;
- Permitir a percepção e compreensão dos espaços urbanos ao longo das sucessivas transformações;
- Garantir o equilíbrio e o resgate de referências sociais, culturais e arquitetônicas da paisagem.

Conceitos Básicos

*Paisagem urbana:* Tudo aquilo que é visível no espaço urbano, inclusive a configuração exterior do espaço privado;

*Espaço público:* Parcela do espaço urbano destinado ao uso de toda população;

*Paisagem significativa:* Aquela que apresenta componentes que pela sua importância intrínseca definem o seu significado diferenciado:

- Edificações de significado histórico-arquitetônico ou de consagração popular;
- Praças com vegetação de porte significativo;
- Espaços públicos de configuração marcante.

*Elementos que equipam o espaço público*

*Equipamento Urbano:* As instalações de infraestrutura urbana visível no espaço público, tais como as decorrentes das redes de fornecimento e coleta d'água, de esgoto, energia elétrica, telefonia, gás encanado e transportes;

*Mobiliário Urbano:* Todo objeto ou pequena construção integrante da paisagem urbana cujas dimensões são compatíveis com a possibilidade de remoção de natureza utilitária ou de interesse urbanístico que estejam implantados no espaço público ou privado.

Na proposta de revitalização da área central de Ribeirão Preto foram adotados alguns parâmetros como critério básico para o projeto dos elementos que equipam o espaço público. Estes podem ser resumidos no conceito de um sistema único com o objetivo de devolver a identidade e legibilidade da cidade.

Para isto foi definido um conjunto de soluções que se integram dentro de um processo global de organização. Tanto o equipamento urbano e a comunicação visual têm como objetivo refletir um caráter único fundamentado na aparência uniforme e coerente das peças e funcionalidade das mesmas. Aspectos de valores técnicos foram objetivados através de especificações, modulações, padronização dos materiais e adequação dos mesmos para reprodução, montagem e manutenção.

O acabamento padrão escolhido para o mobiliário foi o concreto aparente apicoado, ..... de ferro pintadas e detalhes em madeira natural.

## 2.2 - Diretrizes gerais

A localização e o posicionamento dos equipamentos urbanos têm como objetivo definir áreas exclusivas para sua implantação a fim de ordenar melhor o espaço público. Foi criada uma faixa livre central com largura de 5m (cinco) metros por 4,5 (quatro e meio) metros de altura, para veículos de passeio dos moradores dos edifícios localizados na área do calçadão, carga e descarga e veículo de emergência tais como corpo de bombeiros, ambulância, segurança pública e outros: a essa faixa central foi denominada *faixa de segurança/carga e descarga*.

Todos os elementos que equipam o espaço público, tanto os equipamentos urbanos quanto o mobiliário urbano, serão distribuídos em duas faixas ao longo das ruas do calçadão. Estas faixas denominada de *faixa de implantação do equipamento e mobiliário urbano* terão 1,20 e 3,00 metros de largura dependendo do logradouro.

Todos os equipamentos e mobiliários urbanos deverão seguir a mesma linguagem, padronizados com desenhos exclusivos conforme projeto específico para a área de revitalização do centro de Ribeirão Preto.

Para a implantação dos equipamentos e mobiliários urbanos na Rua General Osório, entre as Ruas Saldanha Marinho e Álvares Cabral; Rua Tibiriçá e na Rua Álvares Cabral fica definido o seguinte esquema:

Alinhamento dos lotes	
Faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano	1,20
FAIXA DE SEGURANÇA	eixo da rua
	2,50
	2,50
Faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano	1,20
Alinhamento dos lotes	

Na Rua General Osório entre as Ruas Álvares Cabral e Visconde de Inhaúma, o seguinte:

Alinhamento	
Faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano	3,00

FAIXA DE SEGURANÇA	eixo da rua	2,50
		2,50
Faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano		3,00
Praça XV de Novembro		

### 2.3 – Classificação dos elementos que equipam o espaço público

#### Elementos básicos:

##### Fixos:

#### I – Iluminação:

- Postes de iluminação antigos;
- Luminárias

#### II – Sinalização de Trânsito:

- Conjuntos semaforicos, placas e colunas

#### III – Segurança pública:

- Hidrantes.

#### IV – Informações básicas:

- Placas de identificação de logradouros.

##### Flexíveis:

#### I – Comunicação:

- Armário de distribuição;
- Telefone público;
- Central telefônica.

#### II – Transportes:

- Abrigos;
- Pontos de ônibus;
- Postes de fixação de fiação de trólebus.

#### Elementos Complementares:

#### I – Segurança pública:

- Cabines policiais/guaritas.

#### II – Informações:

- Transerp (cabine).

#### III – Comunicação:

- Caixa de coleta.

#### IV – Higiene/Proteção:

- Lixeiras;
- Proteção de árvores/palmeiras;

- Proteção de pedestre;
- Bebedouros.

#### **V – Bancos:**

- Bancos com encosto;
- Bancos sem encosto.

#### **VI – Serviços**

- Bancas de jornal e revista;
- Bancas de flores.

#### **Acessórios**

- Painéis Informativos;
- Painéis para cartazes;
- Relógio.

#### **II – Decorativos:**

- Floreiras.

#### **III – Serviços Diversos:**

- Garapeiro;
- Cabines para engraxates.

#### **Especiais:**

##### **I – Ornamentação:**

- Fonte/espelho d'água;
- Canteiros.

##### **II – Elementos de significado cultural:**

- Placa com título/homenagem;
- Esculturas (obras de arte);
- Estátuas (bustos de celebridades);
- Monumentos.

##### **III – Mobiliário para o comércio de alimentos:**

- Mesas e cadeiras.

#### **2.4 – Normas gerais de inserção do elemento que equipa o espaço público**

A inserção do Elemento que equipa o espaço público independentemente de sua classificação deverá obedecer às seguintes normas gerais:

- Sua instalação deverá estar adequada às características da paisagem do local, não obstruindo visualmente elementos da paisagem significativa presentes e o acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;
- Não poderá prejudicar a circulação de veículos de segurança e de pedestres e o acesso de serviços de emergência e o ângulo de visibilidade das esquinas;
- Todas as atividades exercidas nesta área com finalidade comercial, só poderão ser exercidas com autorização respectiva e após a outorga da permissão de uso;

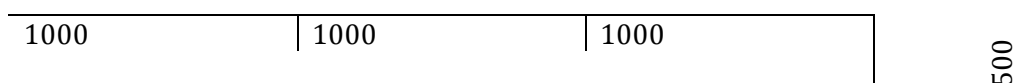
- Caberá ao órgão competente a permissão de uso por meio de licitação, sendo que o vencedor deverá possuir o competente Alvará de Licença. Será outorgada uma única permissão para a mesma pessoa física ou firma individual desta área;
- As permissões de uso ou as licenças concedidas anteriormente à vigência destas normas, poderão ser cassadas para outras áreas, sempre que razões de interesse público assim o exigirem;
- Não poderá estar fixado fora da *faixa de implantação de equipamentos urbanos e mobiliários*;
- Não poderá estar localizado diante de saídas de garagem de edifícios residenciais;
- Será permitida a entrada de veículos de moradores dos edifícios residenciais localizados na área do calçada mediante um sistema de controle estabelecido para local;
- Ficam proibidas as construções de prédios com uso exclusivo de edifício-garagem ou daqueles em que haja predominância de pavimentos-garagem;
- Será permitida a utilização dos pavimentos-garagem dos Bancos apenas para funcionários dos mesmos, através de um sistema de controle, nos horários pré-estabelecidos para entrada e saída de veículos;
- Fica proibido qualquer tipo de uso, comércio e prestação de serviços, com finalidade de ocupar e explorar a área Especial Preferencial de Pedestre que não conste nesta norma, tais como a atividade de ambulantes;
- Fica definido uma Área Envolvória que se encontra sob a influência das normas da Área de Revitalização, formada por um círculo cujo raio é de 200 metros a partir dos limites estabelecidos na Área Especial Preferencial de Pedestre, respeitando-se as suas etapas de execução;
- Não poderá estar em esquinas que dificultem o raio de giro dos veículos de emergência;
- Não poderá ter sua projeção horizontal sobre a *faixa de segurança* exceto as luminárias;
- Poderá ser concedida, temporariamente, autorização de instalação de mobiliário, por ocasião de festividades de caráter social, cultural e de lazer.

## **2.5 – Normas específicas de inserção do elemento que equipa o espaço público**

### **a – Elementos básicos**

Os elementos básicos de localização fixa deverão obedecer:

- Guardar distância mínima entre as luminárias de 10,00 (dez) metros no sentido longitudinal e 5,00 (cinco) metros no sentido transversal do logradouro;



- Os conjuntos semafóricos, placas de sinalização, deverão estar, preferencialmente, localizados a partir do término da linha definida pelo prolongamento do alinhamento dos

lotes das faces da quadra que compõem as esquadrrias, respeitada, onde houver a faixa de travessia de pedestre;

- O hidrante deverá ser instalado na faixa de implantação de equipamento urbano entre as ruas General Osório e Álvares Cabral respeitando-se a faixa livre de segurança e de pedestres.

Os elementos básicos de localização flexível deverão obedecer:

- Os elementos de comunicação, tais como armários de distribuição e telefones públicos deverão guardar distância máxima de 4,00 (quatro) metros dos eixos das luminárias e os telefones terão no máximo dois grupos por quarteirão.

**b – Elementos complementares**

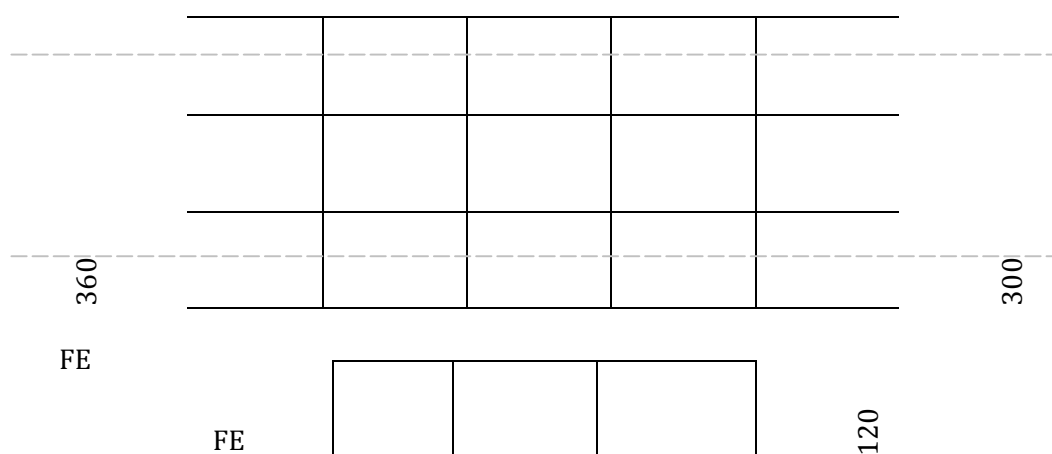
- A cabine Policial e/ou de Informações deverá ter largura e comprimento máximo de 2,40(dois e quarenta) metros e deverá estar localizada na faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano. O modelo da cabine está definido e modulado no projeto específico de mobiliário urbano;

- As caixas de coleta deverão guardar uma distância máxima de 2,00 (dois) metros dos equipamentos de serviços, tais como, bancas de jornal/revista e das bancas de flores, e no máximo, uma unidade por quarteirão;

- As lixeiras deverão guardar uma distância mínima de 15,00 (quinze) metros e no máximo 30,00 (trinta) metros entre si, quando em área de grande fluxo de pedestre;

- Os elementos de proteção para pedestres deverão estar localizados junto aos logradouros a partir da projeção de término do alinhamento do último lote, instalados a uma distância de 0,50 metros do meio-fio e 1,0 (hum) metro entre si;

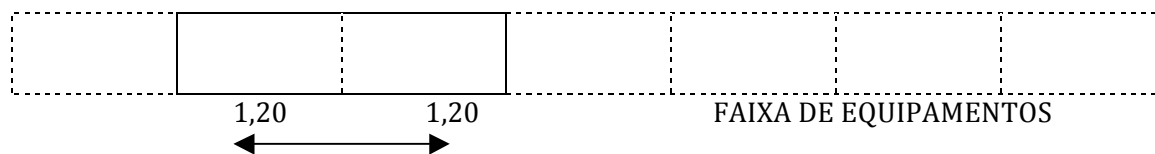
- As bancas de jornal e revista deverão guardar distância mínima de 80 (oitenta) metros entre si, ter área máxima de 21,6 metros quadrados tendo a menor dimensão de no máximo 3,60 metros. Deverão estar localizadas na faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano;



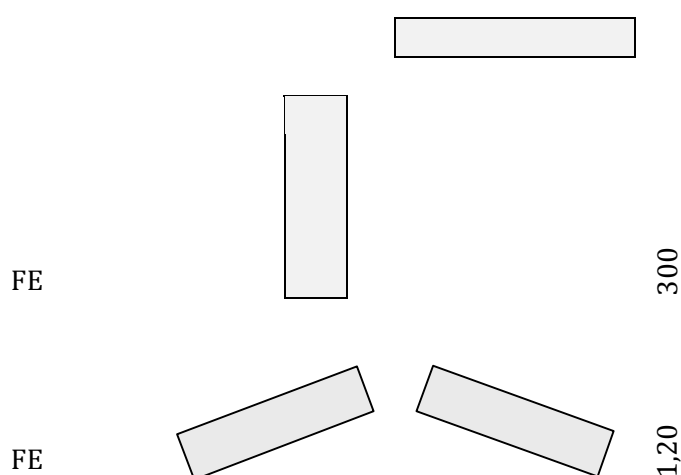
As bancas de flores deverão guardar distâncias de 70 (setenta) metros entre si, com largura máxima de 1,20 (hum e vinte) metros e comprimento máximo de 2,40 (dois e



quarenta) metros e estar localizada na faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano e não ultrapassar a largura máxima das mesmas.



- As bancas de jornal revista assim como as bancas de flores deverão ter iluminação própria;
- Os bancos sem encosto deverão ter quantidade máxima de 8 unidades por quarteirão; e os bancos com encosto deverão ter quantidade máxima de 10 unidades por quarteirão e estar localizados somente onde existir a faixa de implantação de equipamento e mobiliário urbano com largura de 3,00 (três) metros.



### **c – Acessórios**

Da *publicidade* no espaço público.

Fica proibido a colocação de anúncios, sejam quais forem suas finalidades, formas de composições nos seguintes casos:

- Nos logradouros públicos, excetuando-se as áreas previstas no projeto do calçamento;
- Nas árvores, tanto dos quarteirões quanto da praça;
- Quando contiverem dispositivo luminoso que produza ofuscamento ou cause insegurança ao trânsito de pedestre;
- Quando apresentarem conjunto de formas e cores que se confundam com as consagradas pelas normas de segurança para a preservação e o combate a incêndio;
- Quando, não fazendo parte do desenho do elemento, estiverem nele colados ou afixados;
- Quando não possuam a forma e dimensões pré-estabelecidas no projeto;

- Quando possuam suporte próprio.

Os anúncios, respeitadas as disposições estabelecidas, deverão ser cadastrados e licenciados previamente à sua instalação.

Nos logradouros públicos da área central serão admitidas:

Conjunto Informativo (CI);  
O Pannel de Propaganda (PAP);  
O poste de propaganda (POP).

- Será permitida a colocação de um relógio na área pública, localizado entre as ruas General Osório e Álvares Cabral. Para isso deverá haver uma concorrência pública por meio de licitação para escolha do elemento mais adequado ao local;

- As floreiras deverão estar espalhadas nas áreas determinadas pelo projeto com as especificações do tipo de vegetação para cada quarteirão. Fica estabelecida a participação efetiva dos órgãos competentes do município para a implantação das mesmas;

- Será permitido o uso de espaço ao garapeiro localizado na rua Tibiriçá mediante nova licença e seguindo o padrão do mobiliário exclusivo para esta área.

#### d – *Especiais*

- As estátuas com bustos de celebridades serão relocadas na própria Praça XV juntamente com os monumentos conforme projeto de mobiliário urbano;

- Ficam permitidos espaços para obras de arte tais como esculturas, obeliscos, devendo ser escolhidos mediante licitação pública;

- Mobiliário para uso comercial.

A implantação do mobiliário permitido para uso comercial, tais como mesas e cadeiras, deverá preservar a faixa de circulação de pedestres com largura mínima de 1,20 (hum e vinte) metros.

Será permitido para estabelecimentos alimentícios e o mobiliário não poderá ocupar além da área entre as divisas do lote compreendida pela fachada do edifício.

Os padrões para o mobiliário serão estabelecidos em projeto pelo grupo de arquitetos responsável pelo projeto de revitalização da área central de Ribeirão Preto, não podendo ser alterados sem a sua prévia concordância.

As solicitações de instalação de mobiliário na área em questão terão seu recebimento centralizado no órgão competente do município, por meio de licença concedida a título precário pelo prazo de 6 meses, renovável por igual período, a pedido do interessado desde que respeitadas as normas legais vigentes.

## **2.6 – Sistema de Comunicação visual no espaço público**

Foi feito um levantamento básico das necessidades informativas dos usuários do centro de Ribeirão Preto.

No nível de pesquisa e projeto foram analisados os seguintes itens:

- Necessidade básica do usuário de localização da área definida do calçadão, das lojas, do transporte e da cidade;
- Informações das entradas, do direcionamento das ruas, praças, saídas, etc;
- Anúncios de datas comemorativas, festividades, etc;
- Painéis para veiculação de mensagens publicitárias.

Definidos os elementos básicos, procurou-se organizar as fontes emissoras das mesmas.

### ***Suportes de informações.***

Os *suportes de informações* são os *veículos* das mesmas transmitidas aos usuários do calçadão de Ribeirão Preto.

Os *suportes de informações* já são as **mensagens**:

- à distância indentifica-se a existência de informações.

O **suporte** torna-se **mensagem**.

A integração com a arquitetura, suas dimensões e modulações foram estabelecidas em função dos parâmetros arquitetônicos:

- Altura máxima dos transportes de carga pesada;
- Altura dos edifícios do entorno;
- Altura das luminárias.

O posicionamento e a localização dos suportes da informação foram determinados pelos fluxos dos usuários.

- Entrada dos quarteirões;
- Serviços como telefones públicos;
- Percursos de pedestres.

A fim de garantir a máxima unidade do sistema de comunicação foram padronizadas e normatizadas as dimensões no uso das cores e na diagramação dos suportes de informação.

Foram considerados como fatores significativos e maior legibilidade, redução nos custos de produção em série, montagem e manutenção.

Foram então projetados os *suportes de informações*, sendo classificados nos seguintes tipos:

Conjunto Informativo (CI)

- Quadro de Informações (QI);
- Painel Informativo Suspenso (PIS);
- Placas Indicativas (PI).

Painel de Propaganda (PAP)

Poste de Propaganda (POP).

### a – **Conjunto Informativo (CI)**

As mensagens do Conjunto Informativo (CI) deverão estar nos postes de orientação e identificação localizados nas entradas das ruas do calçadão.

Este suporte contém o Quadro de Informação (QI), o Painel Informativo Suspenso (PIS) e as Placas Indicativas (PI).

#### I – Quadro de Informações (QI):

- No Quadro de Informações (QI) será permitido mapa-esquema informativo das lojas inseridas na área do calçadão; mapa-esquema do sistema de transporte viário urbano e mapaéro-fotogramétrico da cidade;
- Deverá ter 1,20 (hum e vinte) metros de altura, contados a partir da superfície de apoio, e 0,80 metros de largura;
- Terá espaço reservado para a cooperação de empresas responsáveis pela limpeza e conservação do próprio quadro de informações e de obras artísticas, contendo apenas o nome da empresa cooperadora, vetada a transformação desta última em agenciadora de publicidade.

#### II – Painel Informativo Suspenso (PIS):

Nas entradas dos quarteirões serão permitidas placas que veicularão anúncios de datas e festividades comemorativas especiais, tais como: Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal, Páscoa, etc., obedecendo ao modelo padronizado e espaçamento dos suportes.

Estas estarão situadas no eixo central das ruas entre os pórticos das entradas, a uma altura de aproximadamente 5,0 metros do nível do piso. As normas estabelecidas para o Painel Informativo Suspenso (PIS) deverão obedecer:

- Altura máxima de 1,14 (hum e quatorze) metros, 2,19 (dois e dezenove) metros de comprimentos e 0,20 metros de espessura;
- Poderão ter dispositivo luminoso próprio;
- Não poderão ultrapassar a carga de 150 kg.

#### III – Placas Indicativas (PI):

De orientação de ruas, acesso às praças, edifícios ou quaisquer monumentos.

Terão 12 (doze) cm de altura e 80 (oitenta) cm de comprimento; em chapa de aço nº 9 pintadas com esmalte sintético conforme especificações do projeto.

As letras serão do alfabeto série ...elvética médium em caixa alta e baixa na cor branca.

### b – **Painel de Propaganda (PAP):**

Destina-se a veicular mensagens publicitárias, transformando-se em importante fonte de renda para a manutenção do calçadão.

Localiza-se nos suportes dos telefones públicos ao longo das ruas a fim de não interferir com as mensagens informativas localizadas em pontos de decisão.

Os painéis de propaganda veicularão cartazes impressos (tipo *out-door*) de folhas padronizadas, garantindo a melhor qualidade técnica.

Permitem-se cartazes do tipo institucional: culturais, educacionais, etc.. Foram normatizados em função das condições de produção e comercialização.

Terão no máximo 1,0 (hum e vinte) metros de altura e 0,60 metros de comprimento.

Será admitida a venda desses espaços por 15 (quinze) dias sem possibilidade de renovação consecutiva com no máximo 3 repetições, e durante o período em que estiverem expostos, deverão ser mantidos em perfeitas condições de afixação e conservação.

Os painéis de propaganda terão seus rendimentos direcionados à limpeza, conservação e manutenção dos equipamentos e mobiliários exclusivos do calçadão.

Os painéis de propaganda receberão os cartazes plastificados para maior proteção e serão colados uns sobre os outros.

#### **c – Postes de Propaganda (POP):**

O Poste de Propaganda (POP) destina-se a veicular mensagens de *cartazes de rua*, sem quaisquer restrições.

Deverão estar localizados nas entradas da praça conforme especificações do projeto.

#### **4. PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA**

A presente proposta tem o objetivo de fornecer algumas idéias básicas na elaboração de um plano administrativo para a área central de Ribeirão Preto, especialmente a área delimitada pelo calçadão.

Acredita-se que através de uma operação mista entre a administração pública e a iniciativa privada pode-se conseguir resultados satisfatório garantindo ao espaço público uma continuidade de trabalho, uma atualização constante de atividades, uma manutenção e fiscalização da área, enfim, um funcionamento adequado, evitando-se qualquer desvirtuamento.

É importante esclarecer que a presente proposta não tem caráter normativo, mas contém algumas sugestões calcadas em experiências de outros centros urbanos, que obtiveram sucesso com a comunidade, invertendo o processo de deterioração do ambiente para local de lazer, segurança, conforto, garantindo o objetivo final da qualidade de vida.

Sendo o objeto de trabalho uma área histórica com edificações que marcam períodos com exemplos notáveis da arquitetura eclética, é necessária a participação efetiva de profissionais com conhecimento na área de patrimônio histórico e cultural, afim de que a administração atue de maneira completa e integral.

Por se tratar de uma área urbana é imprescindível a participação da administração direta municipal, através da Secretaria do Planejamento, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e da Secretaria da Cultura juntamente com as entidades ligadas ao comércio e moradores.

Desta forma, acredita-se que todos os esforços direcionados à área central da cidade atingirão seus objetivos, evitando-se a perda da qualidade de vida, o abandono ou destruição do ambiente, numa efetiva atuação na revitalização dessa área.

#### ***Grupo Administrativo***

A criação do Grupo Administrativo para a área central de Ribeirão Preto tem por finalidade:

- Zelar pelo cumprimento dos objetivos sociais e pelo patrimônio existente no local;
- Cultivar as relações entre as pessoas físicas e jurídicas, com atividades comerciais e de prestação de serviços do local, promovendo intercâmbio de experiências e informações;
- Acompanhar a execução de obras e instalações, bem como aquisição de equipamentos e mobiliários urbanos destinados à área central;



- Aprovar a contratação de agência de publicidade selecionada, para executar a promoção e publicidade;
- Praticar, enfim, todos os atos no interesse dos usuários comerciantes e coletividade para o bom andamento e desenvolvimento da área central de Ribeirão Preto.

A direção do Grupo Administrativo será exercida por uma diretoria composta de 08 membros, denominados Diretores, sendo 02 membros natos indicados pelas empresas da área e 06 membros eleitos por Assembléia Ordinária, sem nenhum vínculo com a cidade.


#### ELEVAÇÃO PRINCIPAL

ESC

O mandato da Diretoria é de 03 anos permitindo a reeleição apenas para um mandato.

A Diretoria deverá sempre ser representada por, no mínimo, 03 diretores, que deverão representar, ativa e passivamente, a administração, perante os órgãos públicos ou entidades privadas e estabelecer entre si regime de trabalho visando a melhor distribuição de tarefas e responsabilidades; entre os diretores deverá ser designado um Presidente, um Vice-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Marketing e um Diretor de Manutenção e Segurança, com seus respectivos Diretores Adjuntos.

Todos os cargos da Diretoria de Membros Natos serão de exercício gratuito, perdendo-o o Diretor que deixar de ter participação ou função gerencial, em atividades na área, ou deixar injustificadamente de comparecer a 03 reuniões consecutivas ou 05 alternadas, durante o ano civil.

O Grupo Administrativo será assessorado por equipe técnica, cabendo-lhe todas as decisões referentes ao patrimônio histórico e arquitetônico através do parecer prévio de aprovação da mesma.

### ***Conselho Consultivo***

A criação de um Conselho Consultivo para a área central de Ribeirão Preto, como órgão permanente do município tem por finalidade:

- Aprovar o orçamento anual da área;
- Aprovar o orçamento anual do fundo de manutenção e promoção;
- Examinar e emitir parecer sobre as contas da Diretoria;
- Convocar Assembléias Gerais e Extraordinárias sem prejuízo das atribuições da Diretoria;
- Estabelecer normas e diretrizes de atuação para o bom andamento e desenvolvimento da área.

O Conselho Consultivo da área central de Ribeirão Preto será integrado por:

- Dois representantes da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, sendo que um deles o presidirá;
- Um representante do Clube de Diretores Lojistas;
- Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- Um representante da Secretaria Municipal da Cultura;
- Um representante da Associação dos Moradores do Centro, escolhido em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

**Nota:** Os membros do Conselho Consultivo serão nomeados pelo Prefeito e não receberão qualquer remuneração pelos seus serviços que serão considerados trabalhos relevantes em favor do município.

### ***Equipe Técnica***

A criação da Equipe Técnica tem como objetivo garantir a qualidade das intervenções na aprovação dos projetos de restauração, recuperação e reconstrução dos edifícios, inclusive quaisquer alteração que implique em derrubada ou acréscimo dos mesmos, qualquer



modificação de uso, quaisquer obras de alteração interna e externa, licença de renovação ou colocação de letreiros, anúncios ou engenhos de publicidade em imóveis localizados na área de revitalização do centro, sendo somente aprovados pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal após audiência com a Equipe Técnica.

A Equipe Técnica será composta por 5 (cinco) membros de notório conhecimento na área de patrimônio histórico e arquitetônico, nomeados pelo prefeito, após seleção. Terão atividades de desenvolvimento de pesquisas e apoio operacional às ações do Grupo Administrativo.

### ***Fundo de Manutenção e Promoção***

Fica criado o Fundo de Manutenção e Promoção do espaço público da área de revitalização do centro de Ribeirão Preto.

Serão constituídas receitas do fundo a preço público cobradas pelo uso do espaço público, o uso do mesmo pela exploração publicitária nos elementos que equipam o espaço público, além de dotações orçamentárias e outras fontes de rendas eventuais, tais como: contribuições compulsórias mensais de cada lojista e sociedade locadora de acordo com tabela estabelecida.

Os órgãos da Administração Municipal ficam obrigados a recolher 50% (cinquenta por cento) dos recursos obtidos pelos tributos fiscais do local, tais como: Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS; Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial – IPTU; para o fundo de Manutenção e Promoção.

Os recursos do Fundo de Manutenção e Promoção serão aplicados:

I – Nos seguintes serviços e obras da administração direta:

- Manutenção do espaço público, substituição e recuperação de calçamentos, reposição de vegetação, das palmeiras, árvores, floreiras e pequenos reparos;
- Aquisição, instalação e manutenção de mobiliários urbanos;
- Pequenas obras de melhoria urbana.

II – Em projetos de programação visual e *design* de novos mobiliários equipamentos urbanos que possam vir a ser aplicados na área, tais como:

- Painéis e decorações de festividades comemorativas e datas especiais que possam ser executadas na área;

- Promoções de atividades e eventos culturais, tais como teatro de rua, música ao vivo, artes populares regionais, exposições de acervos do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico e outros;
- Campanhas promocionais que não prejudiquem o interesse comercial comum, com a elaboração e supervisão do Grupo Administrativo na execução do calendário promocional.

O Fundo de Manutenção e Promoção será gerido pelo Grupo Administrativo sob a fiscalização do Conselho Consultivo.

Compete ao Grupo Administrativo:

- Exercer a Gerência do Fundo;
- Apresentar mensalmente as faturas de despesas do fundo, os balancetes e as prestações de contas anuais, o relatório dos trabalhos realizados com base no programa aprovado;
- Movimentar conta bancária especialmente para este fim;
- Celebrar convênios ou contratos que visem o desenvolvimento da atividade do fundo;
- Executar os planos de promoção e publicidade elaborados e aprovados;
- Elaborar orçamento do fundo.

**Nota:** A tabela de contribuição para o Fundo de Manutenção e Promoção será relacionada com a área (metro quadrado) e o índice pré-estabelecido.

### ***Isenções Tributárias***

Os procedimentos para o reconhecimento das isenções tributárias relativas aos imóveis de interesse histórico, arquitetônico e cultural dos bens localizados na área, deverão respeitar a classificação encontrada no capítulo quatro do presente trabalho.

### ***Das Isenções***

#### **Tipo I – Restauração**

*Os bens de interesse histórico protegidos legalmente pelo CONDEPHAAT estão isentos.*

I – Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, no que se refere a obras ou serviços de reforma, restauração ou conservação de prédios, visando recolocá-los ou mantê-los em suas características originais;

II – Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial – IPTU, desde que respeitadas as suas características originais de sua morfologia e mantidos em bom estado de conservação;

III – De Taxa de Obra em Áreas Particulares – desde que respeitada integralmente às características arquitetônicas originais das fachadas.

### **Tipo 2 – Recuperação**

*Os bens de interesse arquitetônico que atendem o interesse da conservação, terão uma redução de 50% (cinquenta por cento) nos impostos ISS, IPTU e Taxas, nos seguintes casos:*

- Nos imóveis que apresentam descaracterizados em sua morfologia ou arquitetura, com recuperação possível mediante obra de reforma ou de restauração, cujos titulares desejarem obter o reconhecimento das isenções tributárias previstas, através de projetos que serão submetidos aos órgãos encarregados de zelar pelo interesse histórico, arquitetônico e cultural.

### **Tipo 3 – Construção de novas edificações ou Reforma**

*Os bens sem interesse arquitetônico significativo que se apresentarem totalmente descaracterizados e que poderão ser reformados total ou parcialmente, terão uma redução de 30% (trinta por cento) dos impostos ISS, IPTU e Taxas, nos seguintes casos:*

- Respeitar a relação harmônica e o princípio de distinguibilidade que cada novo projeto pode contribuir na orientação e no enriquecimento de sua composição com o conjunto envoltório;

- O arquiteto deverá notar o ritmo do entorno, as proporções da estreita testada dos lotes e as diferentes características tipológicas, volumétricas e de usos, com suas particularidades, na determinação da linguagem arquitetônica a ser utilizada;

- Evitar a imitação de estilos, a importância dos detalhes, da cor no contexto, a verticalidade das antigas construções;

- O novo projeto na área deve surgir da sensibilidade do profissional em interpretar e respeitar o clima existente.

**Nota:** A Equipe Técnica estará à disposição para analisar e discutir todos os novos projetos.

### **Dos procedimentos**

Os imóveis terão os respectivos projetos submetidos aos órgãos municipais encarregados, conforme o caso.

Os pedidos de reconhecimento de isenção tributária serão apresentados à Secretaria Municipal da Fazenda, após a atualização dos registros cadastrais do imóvel; estes pedidos deverão ser individualizados por tributo e por imóvel com identificação completa deste e do seu titular.

O imóvel dividido em unidades autônomas deverá formar um só processo para cada tributo, devendo a petição conter a identificação e assinatura de todos os titulares.

### ***Das Competências***

- Para decidir sobre a procedência dos pedidos de reconhecimento de isenções do ISS, IPTU e Taxas, a Secretaria Municipal da Fazenda;
- Para reconhecer como serviço de restauração, recuperação ou reconstrução dos bens imóveis situados na área, a Equipe Técnica.

### ***Disposições Finais***

- O reconhecimento da isenção não gera direito adquirido e será anulado se apurado que o requerimento não satisfazia ou deixou de satisfazer as hipóteses excludentes de tributação;
  - Em casos de dolo ou simulação do contribuinte ou de terceiros em benefício deste, o tributo será cobrado com acréscimo de mora de correção monetária e com penalidades.
- Aderir ao programa do Estado de São Paulo, em fase de realização, conforme projetos apresentados pelo escritório de arquitetura Kallipolis – parceria do Governo Estadual na revitalização das cidades.



projeto



atualmente



projeto



atualmente





projeto



atualmente



projeto



atualmente



projeto



atualmente



- Criação de uma comissão formada por técnicos do poder público, membros do Conppac, representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil – núcleo Ribeirão Preto, Sindicato dos Arquitetos, entidades preservacionistas da Sociedade Civil – ONG Pau Brasil e VivaCidade, associações dos bairros reconhecidos como localidade e proprietários dos patrimônios considerados de valor histórico para articulação em parceria, e execução de projetos de restauração e ocupação cultural.

O Poder Público assumirá o compromisso de conduzir o processo de maneira a garantir a participação de todos, com a função de ser o articulador. Como meta, este inventário propõe:

- Em parceria ou por meio de convênio, articular para que profissionais da arquitetura venham a compor a Rede de Cooperação e de maneira individualizada ou coletiva, assumam a elaboração do projeto de restauração de um bem imóvel. À equipe de técnicos da Secretaria caberá transformar este projeto em material de apreciação para leis de incentivo – ICMS, no Estado e Imposto de Renda, na União. E, na sequência, conduzir a captação dos recursos necessários para execução da obra. Neste estágio, transformaria o arquiteto parceiro em arquiteto contratado. A proposta se justifica pela dificuldade do Poder Público em elaborar projetos e de ser o mesmo, proponente para captação de recursos em caso de bens privados.
- Elaboração e condução de um projeto especial para a rua José Bonifácio e a Avenida Jerônimo Gonçalves, seguindo as determinações da Lei de revitalização aqui apresentada, que sugere a retirada dos fios, limpeza das fachadas e mudança gradual do uso do local.
- Outras iniciativas poderão ser acrescentadas neste Relatório quando da elaboração da segunda fase do Inventário, ou absorvidas pelas comissões propostas.







## Referências Bibliográficas

- AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo. Ateliê Editorial. 2003.
- ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO – Estatístico, Histórico, Industrial, Commercial, Agrícola, Literário, Informações e Variedades. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913.
- Arquitextos, São Paulo, 10.124, Vitruvius, set 2010 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.124/3546>>.
- ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO, Documentos do Fundo Intendência, Fundo PMRP, Biblioteca de Apoio.
- ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETOS, Histórico de Bonfim Paulista, 2008.
- BORGES, Maria Elizia. A pintura na Capital do Café: sua História e a Evolução no Período da Primeira República. São Paulo, 1999. UNESP – Franca. São Paulo
- \_\_\_\_\_. Arte Tumular. São Paulo, ECA-USP, 1991 – doutorado.
- CAPRI, Roberto. O Estado de São Paulo e seus Municípios. São Paulo: Typ Pocaí & Weiss, 1913. 352 p.
- CASTRIOTA, L.B. Patrimônio Cultural. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHASTEL, André. A invenção do inventário. Revue de l'Art, n.87. Paris, CNRS, 1990. Tradução e notas de João B. Serra.
- CIONE, Rubem. História de Ribeirão Preto. Vol I, II, III, IV,V. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997. 1030 p.
- CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Ângelo. Geoecologia: O clima, os Solos e a biota. In ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo. Edusp. 2005
- COSTA, Osmani Emboaba da. História da Fundação de Ribeirão Preto. São Paulo, 1955.
- CUNHA, Marcus Vinícius da. O velho Estadão. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.
- DOIN, José Everaldo. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930): a resoposta do Cemumc. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, jan./jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100005)>. Acesso em: 09 outubro 2010.
- Dossiê Alargamento do Beco da Vitória 1937/1938. Fundo Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Desenvolvimento Urbano e Rural. Obras Públicas. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.
- EMBOABA, Osmani. História da Fundação de Ribeirão Preto. Coleção da Revista de História 1955", São Paulo.
- FARIA, Rodrigo Santos de. Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930) – o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Pág. 118.
- FERNANDES, Thathy Mariana. Atividades musicais urbanas em Ribeirão Preto nas primeiras décadas do século XX. Mestrado. UNESP Franca. 2008
- FERRAZ JÚNIOR, José Pedrosa. A criação da Orquestra Sinfônica na Ribeirão Preto dos anos de 1930. 2006. 50 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em História, cultura e sociedade). Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2006.
- FIUZA, Vitória Teixeira. Ecovila do Café. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura – Centro Universitário Barão de Mauá. 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro, IPHAN, 1998, p. 29-30.

- FRANCISCO, Rita de Cássia. Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP. Revista CPC (Centro de Preservação Cultural - USP), São Paulo, n. 6, p. 119-141, maio 2008/out. 2008
- GAETANI, Marcelo. Arquitetura Residencial no Centro da Cidade de Ribeirão Preto no Período 1915 a 1945. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – 1999.
- GOMES, F. Cravinhos Histórico, Geographico, Commercial, Agrícola. Ribeirão Preto: Typographia Selles, 1922 .
- GOODEY, Brian. A Sinalização interpretativa. In: MURTA, S. M. & ALBANO, C. (org). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002.
- GRELLET, Ivone (Textos); NEVES, Antonio Walter Alves e BONFIM, Welfredo Felix (Consultores Históricos). Bonfim Paulista: Edição Histórica. Bonfim Paulista, 1999.
- GUMIERO, Elaine Aparecida. Ribeirão Preto e o desenvolvimento do seu comércio: 1890 – 1937. 2000. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.
- HENRIQUES, Olga Kotchetkoff. Caracterização da vegetação natural em Ribeirão Preto, SP: bases para conservação. Tese de doutorado. Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. FFCLRP. Departamento de Biologia Comparada. 2003.
- IBGE. Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2002.
- IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: INRC - Manual de Aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- Jornal da Vila, Ribeirão Preto, maio de 2006, Ano 1, numero 8, p. 3.
- JUNIOR, Washington de Bessa Barbosa. Carnaval Festa do Povo – Ribeirão Preto como um cenário de representatividade histórica. Fundação Instituto do Livro. 1º Volume, Coleção Identidades Culturais. 2010.
- LAGES, José Antonio Corrêa. Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996.
- Mapas e Imagens do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.
- MIRANDA, José Pedro. Subsídios para a História de nossos (antigos) bairros. Cópia. Sem data.
- NEVES, Walter A. Bonfim Paulista. São Paulo: Ed. Bonfim Notícias, 1999.
- OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Relação de Logradouros/Loteamento. Data Proc. 27/08/2003.
- MIS – MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE RIBEIRÃO PRETO – Memória Oral - de fevereiro de 2009 a novembro de 2010.
- MARTINS, Roberto Vasconcellos. Fazendas de São Simão – Meados do Século XIX. Pontal, 1998.
- MOLINARI, Gustavo Augusto. Belmácio Pousa Godinho: Vida e Obra do Compositor Paulista: Dissertação - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo: Programa de Pós-graduação em Música, Área de Concentração: Processos de Criação Musical, na linha de pesquisa Técnicas Composicionais e Questões Interpretativas São Paulo. 2007.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo. Hucitec. 1998.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). 2004. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004.

- PINTO, Luciana Suarez Galvão. Ribeirão Preto: A dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2000.
- PRATES, Prisco da Cruz. Ribeirão Preto de Outrora. Livro comemorativo do centenário da cidade, 1956. Ribeirão Preto.
- RAMOS, Igor. Botafogo – Uma história de Amor e Glórias. 2008. 369 paginas
- RICCIARDI, Rubens Russomano; DAMARIS, Juliana. A Música em Ribeirão Preto desde a sua fundação: corporações e músicos. Ribeirão Preto, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 30 ago. 2006. Palestra de encerramento do Curso de Extensão Universitária “Ribeirão Preto: a cidade como fonte básica de pesquisa”.
- ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael. Um empresário teatral: François Cassoulet, administrador do Teatro Carlos Gomes em Ribeirão Preto/SP. História: debates e tendências. Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 137-153, jan./jun. 2006.
- ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. São Paulo. Contexto. 2001.
- ROSS, Jurandy Luciano Sanches; MOROZ, Isabel Cristina. Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo - São Paulo. Laboratório de Geomorfologia. Departamento de Geografia - FFLCH - USP / laboratório de Cartografia Geotécnica - Geologia Aplicada - IPT / FAPESP - Fundação de Amparo Pesquisa do Estado de São Paulo - Mapa e Relatório. 1997.
- SANTIAGO, Gil & REZENDE, André Luiz. PRA-7: A Primeira Rádio do Interior do Brasil. Ribeirão Preto. 2005.
- SANTOS, Jonas Rafael dos. As transformações da riqueza em Ribeirão Preto (1920-1950). 2004. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004.
- SANTOS, Plínio Travassos dos. Ribeirão Preto: histórico e para a história. Ribeirão Preto, 1948. 209p. Datilografado.
- SEADE. Perfil do município de Ribeirão Preto. Disponível em <http://www.seade.gov.br/ produtos/perfil/perfil.php> com acesso em 10/10/2010
- SILVA, Adriana Capretz Borges, O Núcleo Colonial Antônio Prado, a Companhia Nacional de Estamparia e o desenvolvimento do bairro Campos Elíseos em Ribeirão Preto. Artigo
- \_\_\_\_\_, Adriana Capretz Borges da. Imigração e Urbanização: O Núcleo Colonial Antônio prado em Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Federal de São Carlos, 2002.
- \_\_\_ Campos Elíseos e Ipiranga – Memórias do Antigo Barracão. São Paulo, Editora COC 2006.
- SILVA, Eder Donizete. A história contada através da arquitetura de uma rua. Dissertação de Mestrado, UNESP – 1998.
- SILVA, Benedita Luiza da. O Rei da Noite na Eldorado Paulista: François Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto (1880 – 1930). 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.
- STRAMBI, Myrian de Souza. “Belmácio Pousa Godinho, Compositor Musical em Ribeirão Preto”. Monografia. Ribeirão Preto, 1983.
- \_\_\_\_\_, Myriam. 50 anos de Orquestra Sinfônica em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1989.
- SOUBIHE, Maria Lúcia Chagas Valle. Ribeirão Preto – Restauração do Patrimônio do Centro, Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos, 1992.
- SOUZA, Sérgio Luiz de. (Re)vivências negras: entre batuques e devoções – práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950). Ribeirão Preto: edição do autor, 2007. Pág. 69
- SSP-SP. Estatísticas sobre a criminalidade no estado de São Paulo. Perfil do município de Ribeirão Preto. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=490> com acesso em 10/10/2010.

TUON, Liamar Izilda. O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880-1920). 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1997.

\_\_\_\_, Liamar Izilda. Italianos em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010.

VALADÃO, Valéria. Memória arquitetônica em Ribeirão Preto - política de preservação e plano diretor. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Direito e Ciências Sociais do Trabalho. Franca: Universidade Estadual de São Paulo, 1998.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. Intervenção na fábrica têxtil Matarazzo. Trabalho de Graduação Interdisciplinar. Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda., 1999.

\_\_\_\_. Industrias Matarazzo em Ribeirão Preto. Coleção Identidades Culturais, volume 2. Fundação Instituto do Livro de Ribeirão Preto. 2010.

VICHNEWSKI, Henrique Telles ; SBERNI JÚNIOR, Cleber ; CAMPOS, Henrique Altman de Souza . Patrimônio histórico e áreas degradadas do centro expandido de Ribeirão Preto. Pannel - Revista da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto - SP, v. 76, p. 04 - 09, 05 jul. 2000.

WALKER, Thomas e BARBOSA, Agnaldo de Souza. Dos coronéis à metrópole – fios da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000. Pág. 39.

## **ANEXOS**

Anexo 01 – Termo de Parceria com as Instituições de Ensino Superior

Anexo 02 – Relação dos pesquisadores participantes da Rede

Anexo 03 – Termo de Cooperação Técnica assinado com o Iphan

Anexo 04 – Tabela de Vocabulário Temático

Anexo 05 – Planilha Cronológica Histórica

Anexo 06 – Questionário da pesquisa de campo

Anexo 07 – Anexos do Capítulo Marcos Edificados

Anexo 08 – Bibliografia Formação Histórica

Anexo 09 – Registros audiovisuais

**TERMO DE COOPERAÇÃO – REDE DE COOPERAÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA**

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL  
DE RIBEIRÃO PRETO, COM  
PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DA CULTURA E AS  
UNIVERSIDADES, BARÃO DE MAUÁ, COC,  
MOURA LACERDA, REGES E UNAERP.**

Pelo presente CONVÊNIO, os abaixo assinados, a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, doravante denominada PREFEITURA, com sede na Praça Barão do Rio Branco s/n, representada pela Senhora Dárcy Vera, com a participação da Secretaria Municipal da Cultura, doravante denominada SECRETARIA, gestora da Política Cultural do Município, e as UNIVERSIDADES, BARÃO DE MAUÁ, COC, MOURA LACERDA, REGES E UNAERP, neste ato representadas por seus signatários legais, têm entre si justo e acordado o presente convênio, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

**1. DO OBJETO**

O presente convênio tem por objeto a realização, em parceria, do seguinte projeto educacional e cultural:

***REDE DE COOPERAÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA***

**2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

Caberá às UNIVERSIDADES

I – Disponibilizar profissionais da área educacional (Professores/Pesquisadores), no período de 15 de Janeiro de 2010, a 15 de Julho de 2010, à Secretaria Municipal da Cultura, com 20 horas aula mensais, nos horários definidos pela Instituição Educacional, sem ônus ao erário público.

II - responder, com exclusividade, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assistenciais, contratuais e quaisquer outras, oriundas do desempenho do objeto do presente ajuste, não se admitindo, em momento algum, a transferência ou alegação de solidariedade com relação às respectivas obrigações.

2 - Caberá à PREFEITURA, através da SECRETARIA DA CULTURA

I - Emitir, quando for o caso, relatórios sobre as atividades desenvolvidas; especialmente no tocante aos resultados das pesquisas obtidos.

III - acompanhar e avaliar a execução do ajuste através da adoção de procedimentos de supervisão, coordenação e controle;

IV - indicar representante técnico para proceder ao acompanhamento rotineiro dos procedimentos envolvidos na consecução do ajuste.



### **3. DO PRAZO**

O prazo inicial do presente CONVÊNIO é de 6 (seis) meses, de 15 de janeiro de 2010 até 15 de julho de 2010, ficando, desde já, ajustada a possibilidade de sua prorrogação até o final previsto para o levantamento que se faz necessário sobre a identidade cultural do município, desde que, de comum acordo entre Poder Executivo e Instituições Educacionais.

### **4. DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

O presente CONVÊNIO rege-se pelas disposições normativas constantes da Lei Federal e Legislação Municipal específica.

Controvérsias oriundas do presente convênio serão decididas em comum acordo pelas partes, com base na legislação aplicável à espécie, deverão ser precedidas de consulta por escrito, efetivadas pela parte interessada à PREFEITURA, que antes de conclusão final, determinará manifestação, também por escrito, dos órgãos envolvidos.

### **5. DENÚNCIA E EXTINÇÃO**

O presente convênio poderá ser denunciado pelas partes a qualquer tempo, respeitadas as obrigações assumidas e o disposto na Lei Municipal em vigor.

A denúncia será formulada por escrito com antecedência de 30 dias da data em que se pretender o encerramento das atividades descritas no item 1, para que não haja solução de continuidade das mesmas.

### **6. DO FORO**

Fica eleito o foro da COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas do presente CONVÊNIO.

E por estarem justas e convenientes as partes assinam o presente CONVÊNIO em duas vias de igual teor.

Ribeirão Preto, 21 de Janeiro de 2010.



**DÁRCY VERA**  
**PREFEITA DE RIBEIRÃO PRETO**



**ADRIANA SILVA**  
**SECRETÁRIA DA CULTURA**



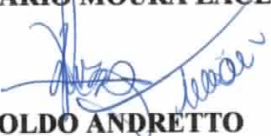
**PROFESSOR JOSE ANTONIO P. CAPITO**  
**DIRETOR EXECUTIVO**  
**ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL BARÃO DE MAUÁ**



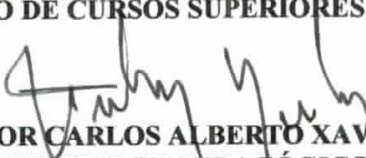
(Termo de Cooperação - Sec Cultura/Universidades )



**PROFESSOR OSCAR LUIZ DE MOURA LACERDA**  
**DIRETOR GERAL**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA**



**PROFESSOR LEOPOLDO ANDRETTO**  
**DIRETOR GERAL**  
**UNICOC – UNIÃO DE CURSOS SUPERIORES COC LTDA.**



**PROFESSOR CARLOS ALBERTO XAVIER**  
**COORDENADOR PEDAGÓGICO**  
**REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES**



**PROFESSORA SONIA MARIA CAMARGO SANTOS**  
**COORDENADORA DE GRADUAÇÃO**  
**UNAERP**

## ANEXO 02

### Participantes da Rede de Cooperação

INSTITUIÇÃO	MEMBROS	Função no INRC	ÁREA DE FORMAÇÃO	E-MAIL
Sec. Cultura	Adriana Silva	Gestora	educação/ comunicação	<a href="mailto:asilva@cultura.pmrp.com.br">asilva@cultura.pmrp.com.br</a>
Sec. Cultura	Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa	Coordenadora	História/ Geografia	<a href="mailto:lrosa@cultura.pmrp.com.br">lrosa@cultura.pmrp.com.br</a>
Sec. Cultura/Arquivo	Michelle Cartolano de Castro	Ass. de coordenação	História	<a href="mailto:arquivo@cultura.pmrp.com.br">arquivo@cultura.pmrp.com.br</a>
Sec. Cultura	Rita Maria de Martin	assessoria em arquitetura	Arquitetura e Urbanismo	<a href="mailto:rmmartin@cultura.pmrp.com.br">rmmartin@cultura.pmrp.com.br</a>
Sec. Cultura/Arquivo	Tânia Cristina Registro	pesquisadora	História	<a href="mailto:arquivo@cultura.pmrp.com.br">arquivo@cultura.pmrp.com.br</a>
Sec. Cultura/MIS	Antonio B. Torres	Coord. registros audiovisuais	Comunicação	<a href="mailto:abtorres@cultura.pmrp.com.br">abtorres@cultura.pmrp.com.br</a>
Sec. Cultura/MIS	Artur C. F. de Barros	pesquisador/ memória oral	História	<a href="mailto:arthurbarrosrp@yahoo.com.br">arthurbarrosrp@yahoo.com.br</a>
Sec. Cultura/MIS	Maria Aparecida Gaspar	pesquisador/ memória oral	História	<a href="mailto:babygaspar@gmail.com">babygaspar@gmail.com</a>
Sec. Cultura/MIS	Sandra Regina Firmino Abdala	pesquisador/ memória oral	História	<a href="mailto:sandrarfirmino@hotmail.com">sandrarfirmino@hotmail.com</a>
Sec. Planejamento	Ângela Games Sanches Souza	assessoria em arquitetura	Arquitetura e Urbanismo	<a href="mailto:angela.games@itelefônica.com.br">angela.games@itelefônica.com.br</a>
Centro Universitário Moura Lacerda	Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos	pesquisadora	História da Arte	<a href="mailto:mffmattos@gmail.com">mffmattos@gmail.com</a>
Centro Universitário Moura Lacerda	Domingos J. L. Guimarães	pesquisador	Arquitetura e Urbanismo	<a href="mailto:domingosjlg@gamil.com">domingosjlg@gamil.com</a>
UNAERP	Mariene Coutinho Rodrigues	pesquisadora	Ciência da Informação e Biblioteconomia	<a href="mailto:mrodrigues@unaerp.br">mrodrigues@unaerp.br</a>
UNAERP	Sandra Rita Molina	pesquisadora	História	<a href="mailto:sandmol@terra.com.br">sandmol@terra.com.br</a>
UNAERP	Erika de Andrade Silva	pesquisadora	música e educação	<a href="mailto:esilva@unaerp.br">esilva@unaerp.br</a>
UNAERP	Tatiana Cancian	pesquisadora	administração de empresas	<a href="mailto:tcancian@unaerp.br">tcancian@unaerp.br</a>
Centro Universitário Barão de Mauá	Henrique Telles Vichnewski	pesquisador	Arquitetura e Urbanismo	<a href="mailto:htvichi@gmail.com">htvichi@gmail.com</a>
Centro Universitário Barão de Mauá	Nainora Maria Barbosa de Freitas	pesquisadora	História	<a href="mailto:nainora.maria@yahoo.com.br">nainora.maria@yahoo.com.br</a>

Centro Universitário Barão de Mauá	Gabriel Vendrusculo de Freitas	assessoria em geoprocessament o e cartografia digital	arquitetura/cartografi a e geoprocessamento	-
Centro Universitário Barão de Mauá	Antônio Aparecido de Souza	pesquisador	geografia e turismo cultural	<a href="mailto:asouza@uol.com.br">asouza@uol.com.br</a>
Faculdades COC - IPERP	Delson Ferreira	pesquisador	sociologia e antropologia	<a href="mailto:delsonferreira@gmail.com">delsonferreira@gmail.com</a>
Faculdades COC - IPERP	Daniela P. Tincani	pesquisador	Publicitária	<a href="mailto:dtincani@gmail.com">dtincani@gmail.com</a>
FEA-USP	Renato Leite Marcondes	pesquisador	Economia	<a href="mailto:rlmarcondes@usp.br">rlmarcondes@usp.br</a>
CID - USP	Giulia Crippa	pesquisadora	História	<a href="mailto:giuliac@ffclrp.usp.br">giuliac@ffclrp.usp.br</a>
CID - USP	Marco Antonio de Almeida	pesquisador	sociologia	<a href="mailto:marcko@uol.com.br">marcko@uol.com.br</a>
CODERP	Renata Bianco	assessoria em sistemas	Jornalismo	<a href="mailto:rbianco@coderp.com.br">rbianco@coderp.com.br</a>
IPHAN	Simone Toji	Orientadora - Iphan	antropologia	<a href="mailto:simone9sr@iphan.gov.br">simone9sr@iphan.gov.br</a> ; <a href="mailto:simone&lt;br/&gt;toji@gmail.com">simone toji@gmail.com</a>
IPHAN	Carolina Dal Ben Padua	Orientadora - Iphan	Arquitetura e Urbanismo	<a href="mailto:carolina.padua@iphan.gov.br">carolina.padua@iphan.gov.br</a>
Sec. Cultura	Lilian Helena Silva	apoio operacional	estudante de arquitetura	<a href="mailto:lilhels@gmail.com">lilhels@gmail.com</a> ; <a href="mailto:lilhels@hotmail.com">lilhels@hotmail.com</a>
Sec. Cultura	Jucélia Vitória T. Fiuzza	apoio operacional	estudante de arquitetura	<a href="mailto:arcjuscelia@gmail.com">arcjuscelia@gmail.com</a>
Sec. Cultura	Caio Nahas	apoio operacional	estudante de História	<a href="mailto:caio_nahas@yahoo.com.br">caio_nahas@yahoo.com.br</a>
Sec. Cultura/ Arquivo	Lucas Sola Losa	apoio operacional	estudante de história	<a href="mailto:arquivo@cultura.pmrp.com.br">arquivo@cultura.pmrp.com.br</a>



MINISTÉRIO DA CULTURA  
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SÃO PAULO

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO  
NACIONAL EM SÃO PAULO – IPHAN/SP E  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO  
PRETO**

Aos 08 dias do mês de março de 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, criada pelas Leis n.º 8.029 e 8.113, respectivamente de 12 de abril e 12 de dezembro de 1990, por intermédio de sua Superintendência no Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, à Av. Angélica, 626 – Santa Cecília – neste ato representada por sua Superintendente, Sra. Anna Beatriz Ayroza Galvão, doravante simplesmente denominado IPHAN/SP, e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, com sede na cidade de Ribeirão Preto, na Praça Barão do Rio Branco, s/nº - Centro, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. Dárcy Vera, com base em suas respectivas atribuições e competências legais, firmam o TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, em conformidade com as Cláusulas a seguir estabelecidas.

**Cláusula primeira – DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA o estabelecimento de relações conjuntas entre o IPHAN – SP e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, dentro de suas esferas de competência e especialização, para a realização de um programa de cooperação técnico-científico sobre o Programa intitulado “Café com Açúcar”.

1.2 O programa de cooperação técnico-científico aqui estabelecido e regulamentado compreenderá atividades a serem desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, com suas Secretarias e seus colaboradores e o IPHAN-SP, em relação aos bens culturais mencionados no “Programa Café com Açúcar”, incluindo a realização de estudos e pesquisa científica e tecnológica; realização de cursos e oficinas; o planejamento de atividades culturais e educativas sobre este patrimônio cultural.

1.3 Fica estabelecido que dentro dos estudos e pesquisa científica e tecnológica, o “Programa Café com Açúcar” irá utilizar a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN, conforme estabelece o Termo de Compromisso Para Uso do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, que vem anexo a este convênio.

A.

ST

D

W

1.4 Os projetos e atividades específicas, que farão parte do programa serão definidos em “TERMOS ADITIVOS”, os quais se tornarão parte integrante do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, cujos planos de trabalho elaborados de acordo com o art.116 da Lei 8.666/93 e suas atualizações, e previamente assinado pelos partícipes, estabelecerão, de maneira pormenorizada, os objetivos específicos a serem atingidos, bem como o planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

#### **Cláusula Segunda – DA COORDENAÇÃO**

2.1. Os coordenadores deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA serão designados de comum acordo entre os partícipes, cabendo-lhes supervisionar e gerenciar a execução dos trabalhos de conformidade com o previsto neste.

2.2 Serão coordenadores deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, por parte da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Senhora Adriana Silva – Secretária de Cultura, e por parte do IPHAN-SP, Técnica Simone Toji – Antropóloga, que terão por responsabilidade supervisionar e gerenciar a execução dos trabalhos, de conformidade com o previsto neste Acordo.

#### **Cláusula Terceira – DAS RESPONSABILIDADES COMUNS**

3.1 É de responsabilidade de cada partícipe assegurar-se de que todas as pessoas indicadas para trabalhar nos projetos e atividades a serem previstas no presente Termo conheçam, e explicitamente aceitem todas as condições estabelecidas.

#### **Cláusula Quarta – DA VIGÊNCIA**

4.1 O presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA vigorará por 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura, findo os quais poderá ser celebrado novo acordo, se os partícipes assim dispuserem.

#### **Cláusula Quinta – OUTRAS DISPOSIÇÕES**

5.1. Este TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA não impede que as partes realizem acordo semelhante com outras entidades, observadas as restrições eventualmente feitas ao uso e à divulgação de bens e informações e às limitações por direitos autorais e de propriedade.

#### **Cláusula Sexta – DO FORO**


6.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas

B  
ST  
B

W

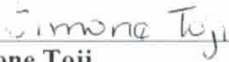
ou questões oriundas do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, que não forem resolvidas administrativamente.

E por se acharem assim ajustados, assinam o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA em 03 (três) vias de igual teor e forma.

  
\_\_\_\_\_  
**Anna Beatriz Ayroza Galyão**  
Superintendente  
IPHAN/SP

  
\_\_\_\_\_  
**Dárcy Vera**  
Prefeita do  
Município de Ribeirão Preto

**Testemunhas:**

  
\_\_\_\_\_  
**Simone Toji**  
Técnica em Antropologia  
IPHAN/SP

  
\_\_\_\_\_  
**Adriana Silva**  
Secretaria Municipal de Cultura da  
Prefeitura de Ribeirão Preto

## Anexo 04

### QUADRO TEMÁTICO PARA COMPREENSÃO DA CRONOLOGIA DOS FATOS HISTÓRICOS DE RIBEIRÃO PRETO (sítio e localidades)

#### Vocabulário temático INRC-RP

GRUPO TEMÁTICO	SUBGRUPO TEMÁTICO/DETALHAMENTO	EXEMPLOS
Agricultura/ Estrutura Fundiária Agrária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas agrícolas</li> <li>- Fazendas</li> <li>- Formação fundiária</li> <li>- Produção Agrícola</li> <li>- Compra de terras</li> </ul>	
Biografias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Data de nascimento e/ou falecimento</li> <li>- Data de chegada ao Município</li> </ul>	- Personalidades ligadas à vida social, cultural, política, etc.: dados biográficos
Celebrações/festas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Festa religiosa</li> <li>- Festa popular</li> <li>- Lazer</li> </ul>	
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jornais</li> <li>- Revistas</li> <li>- Periódicos</li> <li>- Rádio</li> <li>- TV</li> </ul>	
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituições culturais</li> <li>- Eventos culturais</li> <li>- Eventos comemorativos</li> <li>- Desenvolvimento social</li> <li>- Estrutura religiosa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituições: Museus, bibliotecas, teatros, centros culturais.</li> <li>Eventos culturais: literários, artísticos (artes plásticas, música, dança, teatro, fotografia, cinema, vídeo, etc.).</li> <li>- Eventos comemorativos: datas cívicas, religiosas, etc.</li> <li>- Desenvolvimento social: programas de cidadania, de amparo às crianças e adolescentes, à família e à velhice; portadores de necessidades especiais, integração ao mercado de trabalho; de combate à discriminação.</li> </ul>
Demográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Censo populacional</li> <li>- Censo populacional</li> <li>- Mortalidade</li> <li>- Natalidade</li> </ul>	
Desenvolvimento urbano e rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Infraestrutura</li> <li>- Limpeza pública</li> <li>- Saneamento</li> <li>- Abastecimento de água</li> <li>- Esgoto</li> <li>- Uso e ocupação do solo</li> <li>- Zoneamento</li> <li>- Cadastro territorial</li> <li>- Abertura de ruas</li> <li>- Loteamentos</li> <li>- Obras públicas</li> <li>- Obras particulares</li> <li>- Pontes</li> <li>- Caminhos</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estradas de rodagem</li> <li>- Estrada de ferro</li> <li>- Aeroporto</li> <li>- Edificações</li> <li>- Praças</li> <li>- Transportes</li> <li>- Trânsito</li> <li>- Cemitério</li> <li>- Segurança pública</li> <li>- Abastecimento</li> </ul>	
Econômica e Finanças	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Feiras agronegócio</li> <li>- Comércio</li> <li>- Fábrica/Indústria</li> <li>- Orçamento público</li> <li>- Política tributária e gestão orçamentária</li> <li>- Tributação e impostos</li> </ul>	Agrishow
Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação infantil</li> <li>- Parques infantis</li> <li>- Ensino fundamental e médio</li> <li>- Faculdades</li> </ul>	
Esportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamentos esportivos</li> <li>- Agremiações esportivas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamentos esportivos: ginásios de esportes, quadras, campos, etc.</li> <li>- Agremiações esportivas: times e clubes.</li> </ul>
Jurídico-administrativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leis</li> <li>- Decretos</li> <li>- Normas</li> <li>- Resoluções</li> <li>- Doações de terras</li> <li>- Denominação de ruas</li> <li>- Contratos de trabalho</li> <li>- Naturalização</li> </ul>	
Preservação do patrimônio cultural e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atos administrativos e legislativos de preservação cultural e ambiental;</li> <li>- Projetos de preservação cultural e ambiental;</li> <li>- Laudos técnicos, pareceres, inventário do patrimônio cultural e ambiental.</li> </ul>	
Representação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos sociais e políticos</li> <li>- Partidos políticos</li> <li>- Sindicatos</li> <li>- Greves</li> <li>- Manifestações sociais e políticas</li> <li>- Organização do trabalho</li> <li>- Eleições</li> <li>- Publicidade</li> <li>- Turismo</li> </ul>	
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência médico-odontológica</li> <li>- Vigilância sanitária</li> <li>- Hospitais</li> <li>- Enfermarias</li> <li>- Postos de saúde</li> <li>- Moléstias</li> <li>- Combate a moléstias</li> <li>- Combate a zoonoses</li> <li>- Casas de repouso</li> <li>- Sanatórios</li> </ul>	
Sociedades/associações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associações</li> </ul>	



	- Sociedades - Agremiações	
--	-------------------------------	--